

# Relatório de Execução 2002



[anterior] Sumário [seguinte]

# 1. Introduction



2. Methodology

3. Results and Discussion



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO</b>	<b>2</b>
I.1. Âmbito do Relatório de Execução	2
I.2. Contexto socio-económico	2
<b>CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PORLVT</b>	<b>7</b>
II.1. Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local	10
II.2. Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	26
II.3. Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região	32
<b>CAPÍTULO III - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PORLVT</b>	<b>78</b>
III.1. Programação das medidas do programa	78
III.2. Aprovações	79
III.3. Execução	85
III.4. Taxas de participação	92
III.5. Domínios de intervenção	94
III.6. Fluxos financeiros com a comissão europeia	928
III.7. Perspectivas de evolução e cumprimento da regra n+2	102
III.8. Reserva de eficiência	104
<b>CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>108</b>
IV.1. Sistema de gestão	108
IV.2. Comissão de acompanhamento	115
IV.3. Assistência técnica	119
IV.4. Contratos-programa - eixo prioritário 1	121
IV.5. Sistema de informação	130
IV.6. Avaliação intercalar	133
IV.7. Controlo	136
IV.8. Acções de informação e publicidade	145
IV.9. Grandes Projectos	148
<b>CAPÍTULO V- ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>158</b>





## **CAPÍTULO I - MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO**

### **I.1. ÂMBITO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

O presente Relatório de Execução 2002 do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo - PORLVT - tem como enquadramento a disponibilização à Comissão Europeia, por parte da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, de toda a informação relevante no âmbito da actividade desenvolvida na gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do Programa Operacional, no decurso do ano 2002.

O Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, no seu artigo 37º, define os elementos que deverão constar do relatório, constituindo este um valioso instrumento de aferição do estado de implementação do Programa Operacional, ao nível das aprovações efectuadas, da execução financeira atingida e da avaliação qualitativa dos objectivos inicialmente propostos e dos que foram atingidos.

O Relatório de Execução de 2002 revela-se de particular importância, uma vez que em finais de 2003, o PORLVT será objecto de uma avaliação intercalar e de eficiência, tornando-se, por isso, uma ferramenta indispensável na previsão de trajectórias de implementação e execução das diversas Medidas e fundos estruturais e na tomada de decisão de medidas correctivas em caso de necessidade.

### **I.2. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO**

Em 2002, verificou-se um marcado abrandamento da actividade económica portuguesa.

O crescimento do PIB para o ano de 2002 situou-se em 0,5%, traduzindo uma desaceleração significativa do ritmo de crescimento da economia, iniciada a partir de 2001 (1,6%). A diminuição da taxa de crescimento da economia esteve associada à redução global da procura, com destaque para a retracção do investimento e da procura externa. O investimento que já não tinha aumentado em 2001, sofreu uma redução assinalável em 2002 (-5,1%). A procura externa passou de uma taxa de 8% em 2000, para um crescimento próximo dos 2% em 2001 e 2002, nomeadamente em resultado do enfraquecimento do comércio mundial e das perdas de competitividade da economia portuguesa. A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor, conheceu uma desaceleração em 2002, por comparação com o ano anterior, passando de 4,4% a 3,6%.

Outro aspecto que caracterizou o ano de 2002, foi a política de consolidação orçamental levada a cabo pelo Governo Português, o que condicionou de alguma forma a disponibilidade imediata da contrapartida nacional para alguns projectos do QCA III.

A evolução do mercado de trabalho em 2002, apresentou uma alteração acentuada em relação ao observado nos anos anteriores.

Em particular, é de referir, o aumento da taxa de desemprego para 5,1%, em termos médios anuais, 1,0 p.p. acima do verificado em 2001.

O abrandamento da actividade económica traduziu-se por baixos acréscimos da produtividade média do trabalho (0,2% e 0,3%, respectivamente em 2001 e em 2002) e por um aumento de emprego, ainda significativo em 2001 (1,4%), mas bastante reduzido em 2002 (0,2%).

A população activa e o emprego evoluíram positivamente até 2001. Diferenciando-se, assim, da evolução do desemprego, que, até 2000, se tinha reduzido a um ritmo elevado, registando-se, porém em 2001, um acréscimo do desemprego de 4,1%. Em 2002, a população activa manteve-se em crescimento (1,2%), tendo o emprego praticamente estacionado (0,2%) e o desemprego aumentado 26,3%. O número de desempregados passou de 205,6 mil em 2000, para 272,3 mil na média de 2002 e para cerca de 332 mil no último trimestre desse ano.

#### EVOLUÇÃO REAL DO PIB E COMPONENTES DA DESPESA

	1995(1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
PIB	2,9	3,5	4	4,6	3,8	3,7	1,6	0,5
CONSUMO PRIVADO	1,5	3	3,4	5,1	5,2	2,5	1,2	0,6
CONSUMO PÚBLICO	2,2	3,4	2,2	4,1	5,6	4	3,4	3,2
FBCF	4,7	2,7	12,2	12,4	7,4	3,3	0	-5,1
EXPORTAÇÕES	10,3	7,1	7,1	9,1	2,9	8	1,9	2
IMPORTAÇÕES	7,2	4,9	10	14,2	8,5	5,4	0,9	-0,4
EMPREGO (2)	-0,7	0,7	1,9	2,3	1,3	2	1,4	0,2
PIB/EMPREGO	3,6	2,8	2,1	2,2	2,5	1,7	0,2	0,3
INFLAÇÃO								
IPIPIB	5	3,1	3,8	3,7	3,1	3,2	4,7	4,6
IPC	4,2	3,1	2,3	2,7	2,3	2,9	4,4	3,6
PIB (U E 15)	2,4	1,6	2,5	2,9	2,8	3,5	1,6	1,1

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais; Inquérito ao Emprego; Índices de Preços no Consumidor EUROSTAT, NewCronos

Commission Spring Economic Forecasts 2003-2004 for the euro area and the European Union

Nota: (1) Em 1995, o PIB, componentes da despesa e o índice de preços implícito no PIB, para Portugal, são do formato SEC 79. De 1996 a 2002 as Contas Nacionais são do formato SEC 95.

(2) As variações homólogas do emprego são as do Inquérito ao Emprego que registou alterações de série em 1998 e em 2000. Foi elaborada uma série retrospectiva desde 1998, estando harmonizadas as variações apresentadas após 1999.

A taxa de emprego global de 2002 regrediu relativamente a 2001, passando de 68,6% para 68,1% (série nova), situando-se, contudo, acima da meta estabelecida na Cimeira de Estocolmo para 2005 (67%), mas, ainda assim, abaixo da meta acordada em Lisboa para 2010 (70%). A taxa de emprego das mulheres (60,8%) e a dos trabalhadores dos 55 aos 64 anos (50,9%) situam-se ligeiramente acima do acordado na Cimeira de Lisboa para 2010 (respectivamente 60% e 50%).

As mulheres, com uma taxa de emprego de 54,8% na UE, mantinham um valor de cerca de 18 pontos inferior ao atingido pelos homens. As mulheres portuguesas tinham uma taxa de emprego de 61%, valor superior à média da EU15.

A taxa de emprego dos trabalhadores mais idosos (55 a 64 anos) era de 38,2% no conjunto dos países da EU15, mantendo-se em alta relativamente a anos anteriores. O emprego parcial ocupava 18% dos

trabalhadores em toda a União, existindo elevadas disparidades entre os vários Estados membros. Por exemplo: a Holanda registava 42,2%, como valor mais alto e a Grécia 4,1%, como valor mais baixo. Em Portugal a proporção de emprego a tempo parcial era de 11,1%, ficando aquém da média da União.

O acréscimo da população activa e do emprego foi observado tanto para os homens, como para as mulheres até 2001. A mesma tendência genérica foi observada em 2002, tendo o emprego masculino registado uma diminuição de 0,1%, contra um acréscimo de 0,5% no emprego feminino.

O desemprego reduziu-se para os dois géneros até 2000, enquanto que nos últimos dois anos se verificou um aumento significativo do desemprego para ambos os géneros, traduzindo-se numa taxa média anual de crescimento de 17,6% para os homens e de 14,1% para as mulheres. Em 2002, a taxa de desemprego situava-se nos 4,2% para os homens e 6,1% para as mulheres, alargando o desvio das taxas entre géneros, associado ao maior acréscimo relativo da entrada de mulheres na vida activa, já que o emprego feminino cresceu nesse período a um ritmo mais favorável.

A população activa jovem que se tinha reduzido até 2000, devido a uma maior permanência no sistema de ensino, voltou a crescer em 2002 (1,2%) tal como tinha ocorrido em 2001 (3,3% contra 1,5% do total). A taxa de desemprego juvenil (8,6% em 2000 e 11,5% em 2002) apresentou um comportamento evolutivo idêntico à taxa de desemprego global (3,9% em 2000 e 5,1% em 2002), alargando, no entanto, o respectivo desvio.

Por NUT's, no que respeita ao ano 2002, verifica-se que as taxas de desemprego mais baixas são observáveis nos Açores (2,4%) e na Madeira (2,5%), logo seguidas da Região Centro (3%), enquanto que as mais elevadas pertencem ao Alentejo (6,7%) e Lisboa e Vale do Tejo (6,5%).

Para o comportamento positivo do emprego, contribuíram a Construção e Obras Públicas (com a criação líquida de 103,5 mil empregos de 1999/2002) e os Serviços (mais 251,2 mil empregos). Tanto o sector agrícola como o industrial reduziram o número de efectivos.

O sector dos serviços emprega 67,1% dos trabalhadores da União, sendo Portugal o país com a mais baixa taxa neste sector (53%), situando-se ainda longe da média comunitária, apesar do crescimento registado nos últimos anos neste sector. O emprego assalariado representa no seio dos quinze 84,3% do emprego global, cabendo a restante parte ao trabalho por conta própria (15,7%), a maioria dos quais trabalhadores isolados. Portugal continua a deter uma das mais elevadas percentagens de emprego por conta própria, 27,3%, logo depois da Grécia e da Itália. Os contratos não permanentes abrangiam 13,4% dos trabalhadores da União, atingindo em Portugal os 20,3%, atrás da Espanha, que possuía a taxa mais elevada (31,6%).

Embora com tendência decrescente no tempo, foi o trabalho por conta de outrem que mais aumentou, sendo os contratos não permanentes o principal motor daquele crescimento. De referir que os contratos permanentes cresceram a um ritmo favorável até 2001, revelando no entanto, um decréscimo em 2002 (0,9%).

Se analisarmos a evolução da criação de postos de trabalho por duas categorias "Altas Qualificações" e "Baixas Qualificações", verificamos que as primeiras cresceram a uma taxa média anual mais elevada comparativamente às segundas, embora se tenha registado uma grande variabilidade na taxa de evolução de cada uma das profissões que integram as respectivas categorias. Contudo, foi o emprego não qualificado que mais contribuiu para o crescimento do emprego global.

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO EM PORTUGAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE (MÉDIA ANUAL EM %)**

SECTORES	1999/2001	2002	1999/2002
Agricult, ilv e Pesca	-1,2	-2,9	-1,6
Indústria	-1,3	-3,7	-1,9
Construção	4,3	6,2	4,8
serviços	2,8	1,2	2,4
Comércio	4,3	-0,3	3,1
Alojamento e Restauraç.	1	2,7	1,4
Transp, Armaz, Comunic	2,9	0,2	2,2
Activ Financeiras	-1,2	-7,7	-2,9
Activ Imob e erv. às Emp	8,3	3,7	7,1
Admin Púb, Defesa e	2,9	2,6	2,8
Educação	0,4	-1,9	-0,2
aúde e Acção social	7,3	-0,8	5,3
erv Colect, sociais e Pess	-2,2	8,5	0,5
<b>Total</b>	<b>1,6</b>	<b>0,2</b>	<b>1,2</b>

Fonte: INE, IE (Série ajustada com o Censos 2001)

Apesar do carácter estrutural do problema da qualidade do emprego, o esforço desenvolvido, nomeadamente ao nível do sistema educativo, levou a uma evolução bastante favorável do nível habilitacional dos portugueses. Tendo por base os Censos de 1991 e de 2001, o peso da população residente com o nível médio ou superior de habilitação passou de 6,3%, no 1º ano, para 13,1%, em 2001, com a população com o nível básico ou menos a decrescer de 85% para 71,6%.

Contudo, de acordo com o Labour Force Survey, no ano de 2001, enquanto 78,8% da população portuguesa dos 25 aos 59 anos tinha menos que o ensino secundário superior e só 9,7% mais que esse nível de ensino, na média comunitária essas proporções eram de 34,3% e 22,4%, respectivamente. Quando analisados estes resultados relativamente à população mais jovem, a situação apresenta-se bastante mais favorável, decorrente de 53% da população dos 15 aos 24 anos estar em educação/formação, situando-se a média comunitária em 64,3%.

Em resumo, em 2002 o mercado de trabalho em Portugal foi caracterizado por um forte crescimento de taxa de desemprego, em particular na parte final do ano.

Tanto o desemprego das mulheres como dos jovens apresentaram a mesma tendência que o desemprego global. A taxa média de crescimento do desemprego feminino situou-se abaixo do desemprego global, enquanto que o desemprego juvenil se situou um pouco acima.

**EVOLUÇÃO DO EMPREGO EM PORTUGAL POR TIPO DE EMPREGOS CRIADOS (MÉDIA ANUAL EM %)**

TIPO DE EMPREGO	1999/2001	2002	1999/2002
Trab conta própria	0,2	0,4	0,3
c/ pessoal ao serviço	1,6	-0,2	1,2
s/pessoal ao serviço	-0,3	0,6	-0,1
Trab conta de outrém	2,3	0,7	1,9
c/ contratos permanentes	0,9	-0,9	0,5
c/ contratos não permanentes	8,3	7,2	8
Altas Qualificações	1,6	0,7	1,4
Quadros superiores	-0,6	6,7	1,3
Técnicos de nível intermédio	0,2	-0,4	0
Baixas Qualificações	1,6	0,1	1,2
Não qualificados	3,4	2,8	3,3

Fonte: INE, IE (Série ajustada com o Censos 2001)

O desemprego de longa e muito longa duração continuou a representar uma proporção do desemprego global superior ao da média comunitária, tendo-se, contudo, reduzido significativamente, de acordo com o previsto na Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) em termos de prevenção de DLD's, diminuiu em 2002 (37,2%) face a 2001 (39,8%).

Registou-se uma desaceleração do emprego total que apresentou um aumento praticamente nulo em relação ao ano anterior.

A taxa de actividade apresentou, também, um aumento menos significativo do que em anos anteriores.

A evolução dos salários nominais foi mais moderado do que no ano anterior. No entanto, no sector privado os salários reais apresentaram um crescimento semelhante ao de 2001, bastante acima da taxa de aumento da produtividade.

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871

1870-1871  
1870-1871  
1870-1871



## CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO POR LVT

O Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo fundamenta-se na Estratégia de Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, elaborada no âmbito do PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), assumindo como finalidade principal a prossecução do objectivo global definido para a Região: a qualificação do território, das pessoas e das organizações.

Foram definidas três prioridades estratégicas que constituem os vectores chave para atingir o objectivo a que a Intervenção se propõe e que são a base para a criação de factores de competitividade capazes de reposicionar a Região de forma activa e dinâmica, num quadro internacional de crescente competição entre regiões, viabilizando simultaneamente o desenvolvimento sustentável e harmonioso das sub-regiões que a constituem.

A primeira dessas prioridades estratégicas constitui o reforço da coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local, pretendendo dar respostas aos seguintes desafios: necessidades sociais das populações ao nível de infra-estruturas e equipamentos; recuperação e valorização de património; reforço da qualificação do potencial humano, com especial atenção para o reforço da formação qualificada da mulher; promoção e valorização do espaço territorial.

A segunda prioridade estratégica consiste no incremento da estruturação da Região e da capacidade competitiva das sub-unidades regionais, designadamente ao nível do aproveitamento das potencialidades territoriais e de organização do território; do desenvolvimento das cidades mediante o apoio a estratégias concertadas de qualificação e do desenvolvimento urbano e da requalificação de património e integração das funções urbanas, nas componentes fundamentais que promovem a coesão social.

A terceira prioridade estratégica visa, nomeadamente, o incremento da equidade territorial e o incentivo do desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região; assegurar o acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente; promover o desenvolvimento do potencial humano e do papel da mulher na vida económica da Região; e pugnar pela construção de uma sociedade mais favorável à competitividade, à inovação e à iniciativa dos agentes, através da melhoria e desenvolvimento das diversas envolventes: económica, cultural, social e ambiental.

Assim, tendo em consideração as potencialidades e condicionantes de envolvimento político-administrativo, o Programa Regional encontra-se estruturado em três Eixos Prioritários: 1 - Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal; 2 - Acções Integradas de Base Territorial; 3 - Intervenção da Administração Central Regionalmente Desconcentrada. Cada um destes Eixos Prioritários é composto por um conjunto de Medidas.

Para uma análise da eficácia de implementação do PORLVT na prossecução das estratégias e objectivos atrás definidos, há que analisar o contributo de cada Medida que compõe a Intervenção, no sentido de aferir qual o seu estado de evolução no presente, por forma a ser possível, em caso de necessidade, descrever trajectórias de correcção no futuro, com vista a atingir os resultados e objectivos pretendidos. No quadro seguinte estão estabelecidas as relações entre as prioridades estratégicas, as diferentes Medidas e os objectivos que servirão de ponto de partida para esta análise.

**A ESTRUTURAÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS NAS DIFERENTES MEDIDAS E RESPECTIVOS OBJECTIVOS DO PORLVT**

Prioridades Estratégicas	Medidas do PORLVT	Fundo	Objectivos Globais das Medidas
Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local	Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	Constituir uma resposta qualificada para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas
	Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial
	Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	Melhorar a visibilidade e notoriedade externa da Região e reforçar/qualificar capacidade dos agentes locais
	Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	Qualificar o potencial humano
	Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	Sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional
	Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	Garantir às Autarquias melhores condições de serviços e financiamento para os investimentos a realizar no âmbito dos projectos do PORLVT
Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial	FEDER	Promover rede urbana equilibrada, competitiva e ambientalmente sustentável
	Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Emprego	FSE	Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da componente territorial
	Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	Criar as condições de sustentabilidade e afirmação do Vale do Tejo como espaço de turismo e lazer
	Medida 2.4. Formação e Empregabilidade	FSE	Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da acção VALTEJO
Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região	Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	Promover a inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população mais jovem
	Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados
	Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	Reforçar a empregabilidade dos jovens e adultos desempregados
	Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	Consolidar/desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego em termos de qualidade, eficácia, acessibilidade
	Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	Fomentar a integração social e profissional de grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho
	Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e fortalecer a intervenção junto de grupos desfavorecidos
	Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário	FEDER	Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação destes níveis de ensino
	Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	Consolidar e expandir o ensino profissional qualificado
	Medida 3.10. Economia	FEDER	Promover as áreas estratégicas para o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial
	Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população
	Medida 3.12. Sociedade da Informação	FEDER	Desenvolver cidades digitais na Região bem como modernizar a administração pública em termos de Sociedade da Informação
	Medida 3.13. Sociedade da Informação	FSE	Criar competências para o desenvolvimento da Sociedade de Informação na Região
	Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	Melhorar as infra-estruturas de portos e as condições de exercício da actividade em núcleos onde a actividade tem impacto relevante
	Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	Construir sólida aliança entre agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social
	Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização e recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas
	Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	Contribuir para oferecer um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social
	Medida 3.18. Ambiente	FEDER	Promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais de nível regional
	Medida 3.19. Saúde	FEDER	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, com a implementação dos sistemas locais de saúde



A análise realizada, que em seguida se apresenta, pretende verificar em que grau as diferentes medidas, através das suas realizações, têm concretizado os seus objectivos específicos e desta forma concorrido para que sejam atingidos os fins a que se destinam as Prioridades Estratégicas definidas para o Programa Regional e como tal, de que forma a implementação e execução do Programa contribuiu para a prossecução do desenvolvimento sustentável da Região e da sua coesão económica e social.

## II.1. PRIORIDADE ESTRATÉGICA - REFORÇAR A COESÃO REGIONAL, MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Recorrendo à figura da contratualização e desta forma, à implementação da parceria na gestão do PORLVT, como previsto em Complemento de Programação, foram estabelecidos contratos-programa para o triénio 2000-2002, com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa, cabendo a estas entidades a gestão técnica, administrativa e financeira das Medidas 1.1.; 1.2.; e parte da 1.3; no âmbito dos contratos firmados.

### Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos (FEDER)

*Objectivo Global: Constituir uma resposta qualificada para as necessidades das populações na dotação de Equipamentos e Infra-estruturas*

#### Junta Metropolitana de Lisboa



Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico na Bela Vista em Setúbal

A Junta Metropolitana de Lisboa, no âmbito do contrato-programa estabelecido com a Gestão do PORLVT, obteve a homologação de 42 projectos de valor superior a 59 milhões de euros de investimento elegível para o triénio 2000-2002.

No Plano de Acção encontravam-se previstos 17 projectos de Acessibilidades, tendo sido aprovados apenas 14.

Em contrapartida, os Projectos de Ensino tiveram um aumento significativo, porque embora estivessem inicialmente previstos apenas 12, acabaram por ser aprovados 19. Revelando-se este o domínio de intervenção com maior peso nesta Medida, o que traduziu uma carência de equipamentos ao nível dos ensino básico e pré-primário na Área Metropolitana de Lisboa.



Rede Viária Municipal - 1ª fase - Azambuja

#### Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

No âmbito do contrato-programa com a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo foram homologados 45 projectos, totalizando um valor de investimento elegível que ronda os 42,6 milhões de euros.

Relativamente ao inicialmente programado, verificamos um decréscimo no sector dos Equipamentos, resultante do atraso de alguns projectos, por exemplo: Bibliotecas. O decréscimo verificado em Equipamentos de Actividade Económica foi fundamentalmente resultado dos elevados valores solicitados para a aquisição de terrenos para loteamentos industriais.

A natureza e localização dos projectos aprovados permite afirmar que a execução do Programa Estratégico e Operacional teve um impacto globalmente significativo na Lezíria do Tejo.

Os projectos apoiados em termos de Acessibilidades melhoraram as condições de trânsito no acesso e no interior dos centros urbanos. Para além dos impactos sociais, decorrentes da melhoria da circulação e da qualidade de vida nos aglomerados urbanos rurais, evidenciaram-se impactos económicos decorrentes de ganhos de eficiência gerados pela melhoria das condições de circulação e do reforço da atractividade do território.

No domínio dos Equipamentos Sociais, os principais impactos registaram-se no reforço e apetrechamento dos centros urbanos com novos equipamentos culturais, desportivos, sociais, escolares e multiusos.



Pavilhão Multiusos - Rio Maior

Estes investimentos, conjuntamente com as infra-estruturas que foram realizadas, promoveram a afirmação das sedes de concelho, criando condições para que estas se possam constituir como alternativas mais competitivas para a localização de investimento e para a fixação da população.

No que diz respeito aos Equipamentos Culturais previstos para o triénio 2000-2002 e não aprovados, designadamente, a candidatura da Biblioteca da Chamusca, está prevista para o período 2003-2006.

De referir que para o período 2000-2002 houve por parte do município de Salvaterra de Magos uma aposta clara no investimento em Saneamento Básico.

Ao nível das Infra-estruturas Económicas, os projectos apoiados visaram a infra-estruturação, requalificação e expansão de zonas vocacionadas para a localização de actividades económicas. O Parque de Negócios Multipolar localizado em Santarém, Rio Maior e Coruche, assume-se como um equipamento fundamental e complementar a estas áreas industriais locais. O financiamento do Parque de Negócios Multipolar da Lezíria do Tejo foi encaminhado para o Ministério da Economia.

Assim, e considerando as aprovações que irão ocorrer noutras Medidas do PORLVT, constata-se um elevado grau de execução relativamente ao previsto.

#### Associação de Municípios do Oeste

Foram homologados 34 projectos, de valor superior a 36,1 milhões de euros, verificando-se um decréscimo no domínio das Acessibilidades e do apoio às Actividades Produtivas, em parte

compensado pelo aumento dos Equipamentos de Apoio à População, originando assim um decréscimo da importância relativa na Medida, tendo em conta as propostas inscritas no Plano de Acção do Oeste.



Projecto de Acessibilidades da AMO

Apesar desse facto, os projectos afectos ao domínio das Acessibilidades apresentam-se em número superior ao planeado (17 e 12, respectivamente), o que fica a dever-se, em grande medida, ao desdobramento de projectos já previstos no referido Plano e que, por necessidade de avançar faseadamente com as obras, proporcionou a apresentação e consequente aprovação de mais candidaturas, como foi o caso da "Beneficiação da

Rede Viária Municipal" (Alcobaça).

Relativamente aos Equipamentos, verifica-se que, dos 3 projectos previstos de Apoio à Actividade Produtiva, só foram aprovados 2. No entanto, foi já apresentada pela Associação de Municípios uma candidatura ao Programa Operacional da Economia para esta infra-estrutura, que só ainda não avançou por razões de ordem processual.

Quanto aos Equipamentos Culturais, estavam igualmente previstos 2 projectos, um dos quais foi financiado pela Medida 1.5 ("Palácio do Morgado - Auditório e Galeria de Arte, em Arruda dos Vinhos), tendo, no entanto, sido financiado outro não previsto inicialmente ("Construção da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço");

Dos Equipamentos Desportivos e de Lazer previstos (9), foram aprovados 5 projectos, totalizando um conjunto de 15 equipamentos.



Piscina coberta - Caldas da Rainha

Quanto aos Equipamentos de Ensino foram aprovados 6 projectos, mais 2 do que o programado no Plano de Acção, totalizando um conjunto de 13 equipamentos. Mais 2 Equipamentos de Apoio à População foram aprovados, na Nazaré e em Torres Vedras. Conforme já foi referido, o aumento dos Equipamentos de Apoio à População compensa parte do decréscimo verificado no domínio das Acessibilidades e do Apoio às Actividades Produtivas.

#### Associação de Municípios do Médio Tejo

Os valores relativos a homologações da Associação de Municípios do Médio Tejo ascenderam a 40,3 milhões de euros, correspondentes a 32 projectos, analisando-se de seguida os principais desvios de implementação relativamente ao previsto no Plano de Investimentos inicialmente formulado.



Os projectos aprovados nesta Medida, afectos ao domínio das Acessibilidades, atingem o montante



Rede viária - Stª Margarida

de 15 milhões de euros e mostram-se em número superior ao perspectivado inicialmente (18 e não 14), o que fica a dever-se, em grande parte, ao desdobramento de projectos já previstos no Plano de Investimentos, que, por necessidade de avançar faseadamente com as obras, proporcionou a apresentação e consequente aprovação de mais candidaturas, como foi o caso da

"Rede Viária Urbana Fundamental" (Abrantes) e da "Beneficiação das Acessibilidades Municipais" (Torres Novas).

Em termos de Equipamentos para a Actividade Produtiva, estavam previstos no Plano de Acção 4 projectos, tendo apenas sido aprovados 2, devido a atrasos de ordem processual. No entanto, verifica-se a intenção de inclusão de um dos projectos no Plano de Acção de 2003/2006 (Vila Nova da Barquinha) e a execução do outro exclusivamente por meios próprios municipais, por opção estratégica do novo executivo camarário (Entroncamento).

Dos Equipamentos Culturais não foram aprovados 2 pelo facto de se perspectivar o financiamento no âmbito de outras Medidas, designadamente, "Recuperação do Cine-Teatro S.Pedro" (Alcanena) e "Casa da Cultura" (Ferreira do Zêzere).

Por outro lado, em Equipamentos Desportivos não foram aprovados os projectos: "Pavilhão dos Desportos/Multiusos" (Torres Novas), já incluído no Plano de Acção 2003/2006; "Pavilhão Polidesportivo 3ª.fase" (Entroncamento), por falta de condições mínimas de elegibilidade para formalizar a candidatura nesta fase; "Criação e Ampliação de Infra-estruturas Desportivas" (Sardoal), por opção de inclusão no Plano de Acção 2003/2006 do projecto mais significativo - "Piscina Coberta para Aprendizagem". Em contrapartida, em Equipamentos de Ensino foram aprovados mais 2 projectos do que o inicialmente programado no Plano de Acção, por corresponderem ao Projecto Nacional Educativo dos Agrupamentos Escolares, entretanto divulgado.

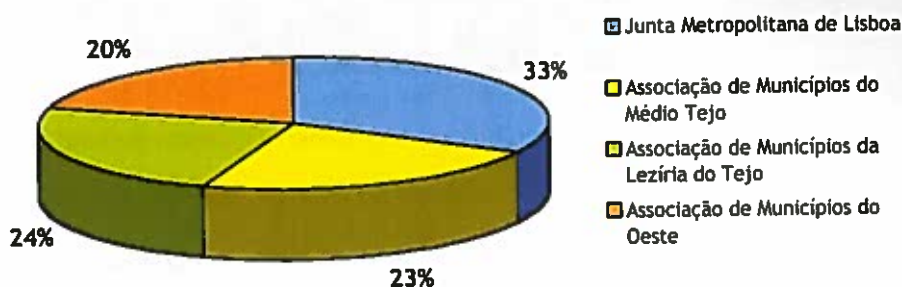
Tais projectos foram também responsáveis pelo aumento da importância relativa da Medida Acessibilidades e Equipamentos, tendo em conta a programação inicial e as propostas do Plano de Acção.

Tendo em atenção os valores totais da Medida 1.1, foram homologados 153 projectos, totalizando mais de 178 milhões de euros de investimento, cerca de 65% da programação 2000-2006.

Prevê-se que estes investimentos se traduzam numa melhoria da mobilidade e das acessibilidades internas da Região, bem como na valorização da rede urbana de equipamentos, com funções de apoio directo à população e à actividade económica, contribuindo para a afirmação dos núcleos urbanos e da coesão regional.

Destaque-se o peso dos investimentos no domínio das Acessibilidades, não tendo sido apresentada qualquer proposta para o turismo.

Investimento homologado da Medida 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos



Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2002 podem ser observados no quadro seguinte. Da observação do quadro podemos concluir que apesar de decorridos menos de três anos desde a aprovação do PORLVT e tendo em conta que o primeiro ano foi de arranque da Intervenção, a maioria dos indicadores encontram-se com performances bastante razoáveis. Esta Medida apresenta valores para todos os indicadores quantificados à excepção do n.º de centros de transporte concluídos. De referir o facto de a meta para o número de lugares de estacionamento ter sido bastante excedida, devido em grande medida à aprovação e execução de um projecto no concelho da Nazaré para 667 lugares de estacionamento.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.1.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.1- ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)</b>					
Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	(1)	1994-99	188	250	136,0
Nº de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	(1)	1994-99	797	750	466,0
Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	(1)	1994-99	310	500	1036
Nº de centros de transporte construídos, apoiados	(1)	1994-99	2	4	
Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	(1)	1994-99	88	30	10,0
Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	(1)	1994-99	16	20	12
Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	(1)	1994-99	6	10	9
Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	(1)	1994-99	48	30	20
Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	(1)	1994-99	187	250	61
Nº de outros equipamentos de utilização colectiva construídos, por tipologia*					19
Nº de projectos de incremento da mobilidade quotidiana*					
Nº de projectos de apoio a acções complementares no domínio da redução do impacto acústico e ambiental*					

(1) Os valores não são cumulativos

\*Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

**Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER)**

*Objectivo Global: Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial*

**Junta Metropolitana de Lisboa**

A Junta Metropolitana de Lisboa fez homologar 41 projectos de valor superior a 48,5 milhões de euros.

Face ao previsto no Plano de Acção, os projectos de abastecimento de água aprovados aumentaram de 6 para 8, enquanto que as candidaturas de saneamento básico corresponderam às expectativas iniciais, acentuando a incidência das preocupações de nível municipal na resposta às necessidades básicas de infra-estruturação urbana.



Parque dos Poetas - 1ª fase - Oeiras



Abastecimento de água às zonas industriais - 1ª fase

### Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

A Lezíria do Tejo viu serem homologados, até ao final de 2002, 32 projectos, totalizando mais de 24 milhões de euros.

Relativamente ao inicialmente previsto para a implementação da Medida, houve um saldo positivo em termos de candidaturas no sector do Ambiente e um acréscimo no sector da Reabilitação Urbana. Os projectos apoiados ao nível do abastecimento de água visaram fundamentalmente o reforço dos sistemas existentes contribuindo fortemente para a melhoria qualitativa dos serviços prestados.

No sector das águas residuais domésticas, o investimento realizado até final de 2002 foi superior ao inicialmente previsto. Contrariamente ao abastecimento de água, os projectos apoiados nesta área visaram fundamentalmente o aumento da taxa de cobertura. De referir que os investimentos realizados pelos municípios na Medida 1.2. são complementares aos efectuados no âmbito das Águas do Tejo e Sorraia (investimento nas redes em "alta" e ETAR).

Os projectos apoiados em termos de Reabilitação Urbana tiveram impactos muito positivos no ambiente urbano e na qualidade de vida dos cidadãos, favorecendo, em simultâneo, quer a competitividade dos centros, quer os espaços onde se localizam no sistema urbano.



Valorização de espaços públicos verdes de S. Domingos - Santarém

### Associação de Municípios do Oeste

A Associação de Municípios do Oeste concretizou 47 homologações, no valor de 39,5 milhões de euros. Os investimentos em Saneamento Básico foram os principais responsáveis pela maior importância relativa desta Medida, tendo em conta a programação inicial e as propostas do Plano de Acção.

Os projectos aprovados nesta Medida, afectos ao domínio do Saneamento Básico, mostram-se em número superior ao planeado (35 e 28, respectivamente), o que fica a dever-se, principalmente, ao desdobramento de projectos já previstos no referido Plano, que por necessidade de avançar faseadamente com as obras proporcionou a apresentação e consequente aprovação de mais candidaturas, havendo ainda a considerar que muitas das Requalificações Urbanas aprovadas envolvem componentes de Saneamento Básico não contabilizadas como tal.

Também no segmento específico da Requalificação Urbana foram aprovadas 12 acções, mais 5 do que as previstas.



Despoluição da Bacia do Alcabrichel



## Associação de Municípios do Médio Tejo

O Médio Tejo contou com a homologação de 25 projectos, equivalentes a um investimento elegível de 17,8 milhões de euros. No que diz respeito à Medida 1.2., são os domínios da Requalificação Urbana e do Saneamento Básico os principais responsáveis pela maior importância relativa desta Medida, tendo em conta a programação inicial e as propostas do Plano de Acção.

Com efeito, só no segmento específico da Requalificação Urbana, foram aprovadas no total 12



Requalificação Urbana - Sardoal

acções, correspondentes a mais 3 acções do que o previsto, nomeadamente: "Requalificação Urbana de Constância"; "Requalificação de Espaços Urbanos" (Entroncamento); e "Projecto de Requalificação de Zonas Urbanas" (Entroncamento). Projectos estes maioritariamente resultantes de diferentes opções de executivos camarários saídos das últimas eleições autárquicas, ocorridas em finais de 2001.

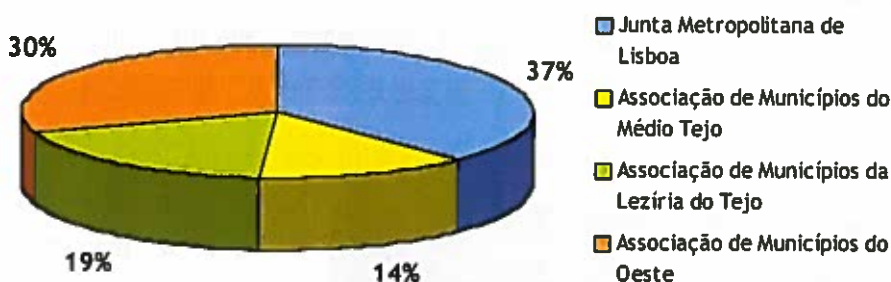
Por sua vez, no domínio do Saneamento Básico, o número de projectos aprovados foi superior ao programado (13 e 12 respectivamente), embora o respectivo montante corresponda ao planeado, havendo ainda a considerar que muitas das Acessibilidades e Requalificações Urbanas aprovadas envolvem componentes de Saneamento Básico não contabilizadas como tal. Estima-se que a componente de Saneamento Básico, integrada nas "Acessibilidades" e "Requalificação Urbana", envolva 12.320 metros de redes de abastecimento de água e 3.070 metros de redes de águas residuais, que ascendendo a 1.349 mil euros.

Em termos globais da Medida 1.2. foram homologados um total de 145 projectos, ascendendo a mais de 130 milhões de euros, correspondentes a 93% da programação 2000-2006, o que demonstra uma crescente preocupação dos municípios em relação às questões de valorização ambiental.

Os investimentos aprovados, no âmbito desta Medida, irão contribuir para melhorar os níveis e a qualidade de atendimento em infraestruturas de águas e saneamento, bem como para requalificar a paisagem urbana, elevando assim os indicadores de sustentabilidade e de qualidade de vida para a população

Em seguida, apresenta-se a repartição dos investimentos pelas diversas Associações de Municípios:

**Investimento homologado da Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial**



De salientar que, nas acções aprovadas até finais de 2002, o peso dos projectos de Saneamento Básico (designadamente o segmento das águas residuais urbanas) aumentou relativamente ao da Requalificação Urbana. Refira-se ainda que não foram aprovadas em Unidade de Gestão quaisquer acções nos segmentos dos resíduos sólidos e das energias renováveis.

Os indicadores de acompanhamento da Medida podem ser analisados no quadro seguinte:

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.2.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)</b>					
Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	17	10	3
Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	(1)	1994-99	21	30	44
Nº de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados	(1)	1994-99	3	5	
Nº de projectos de abastecimento de água*					25
Nº de projectos de drenagem e tratamento de esgotos*					35
Nº de projectos de recolha e tratamento de resíduos sólidos*					
Nº de projectos de aproveitamento de energias renováveis e desenvolvimento de energias alternativas*					

(1) Os valores não são cumulativos

\*Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

Da apreciação dos indicadores de acompanhamento é de salientar o "n.º de acções de valorização e requalificação urbana" concluídos, em número bastante superior ao previsto para 2006. Os restantes indicadores, nomeadamente o "n.º de projectos de drenagem e tratamento de esgotos", revelam também evolução.

### **Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional (FEDER)**

*Objectivo Global: Melhorar a visibilidade e notoriedade externa da Região e reforçar/qualificar a capacidade dos agentes locais*

#### **Junta Metropolitana de Lisboa**

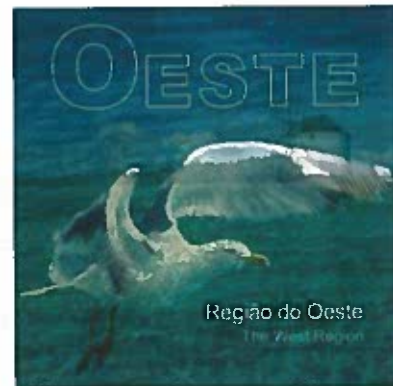
Não tendo sido previstos no Plano de Acção inicial quaisquer projectos referentes à Medida, foram propostos 5 projectos dos quais 4 se encontram homologados, no valor de 1.387 mil euros, com especial destaque para a acção "Eventos de Promoção do Desporto, Saúde e Lazer na Área Metropolitana de Lisboa", no valor de 581 mil euros.

#### **Associação de Municípios da Lezíria do Tejo**

A Medida contou com a aprovação de 7 acções, totalizando um valor superior a 538 mil euros, salientando-se a "Dinamização e Apoio ao Desenvolvimento Económico" (NERSANT) e a "Promoção e Divulgação da Lezíria do Tejo - 2ª fase", que acumulam mais de metade do investimento da Medida.

#### **Associação de Municípios do Oeste**

Foram homologadas 3 acções, no valor de 670 mil euros, menos 3 do que as previstas inicialmente, uma por falta de condições para o seu lançamento à data, mas que está prevista no Plano de Acção 2003-2005 - "Estudo de Viabilidade do Pólo Tecnológico e Industrial", outras 2 por opção da Associação de Municípios.



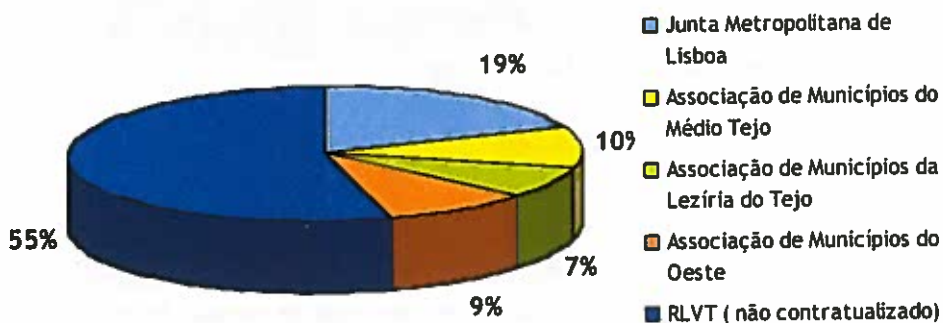
#### **Associação de Municípios do Médio Tejo**

No que diz respeito à Medida 1.3, foi homologado o montante de 705 mil euros de investimento elegível, relativo a 4 projectos, envolvendo, contudo, menos 3 projectos do que o inicialmente previsto. Um por opção pela melhoria de dois sistemas já montados e pelo envolvimento da associação de municípios nos mesmos ("Estudo para a criação de um sistema intermunicipal de metrologia"); outro por falta de condições do Ministério da Defesa para o seu desenvolvimento ("Estudo Prévio para a Abertura ao Tráfego Civil da Ex-Base Aérea n.º 3 de Tancos"); o terceiro por opção de candidatura a outro eixo do PORLVT ("Estudo sobre o Sistema de Mobilidade de Transportes").

No final de 2002, a Medida 1.3. tinha 36 projectos homologados, de valor superior a 7 milhões de euros de investimento elegível, sensivelmente 75% da programação total prevista no

Programa para esta Medida, tendo a parcela não contratualizada contribuído com a aprovação de 17 projectos, no valor de quase 3,9 milhões de euros, nas áreas de Turismo, Ajudas às PME e Artesanato, Telecomunicações e Sociedade da Informação. O total da Medida encontra-se repartido da seguinte forma:

**Investimento homologado da Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional**



**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.3.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.3 - CAPACIDADE INSTITUCIONAL REGIONAL (FEDER)					
Nº de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	(1)	1994-99	50	105	8
Nº de congressos, seminários, workshops, apoiados	(1)	1994-99	17	56	1
Nº de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	(1)	1994-99	10	10	1
Nº de estudos realizados, por domínio*					7

(1) Os valores não são cumulativos

\*Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

O facto da Medida contar com uma baixa dotação financeira, leva a que as candidaturas sejam criteriosamente seleccionadas, o que implica algum atraso na implementação da mesma.

**Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento (FSE)**

*Objectivo Global: Qualificar o potencial humano*

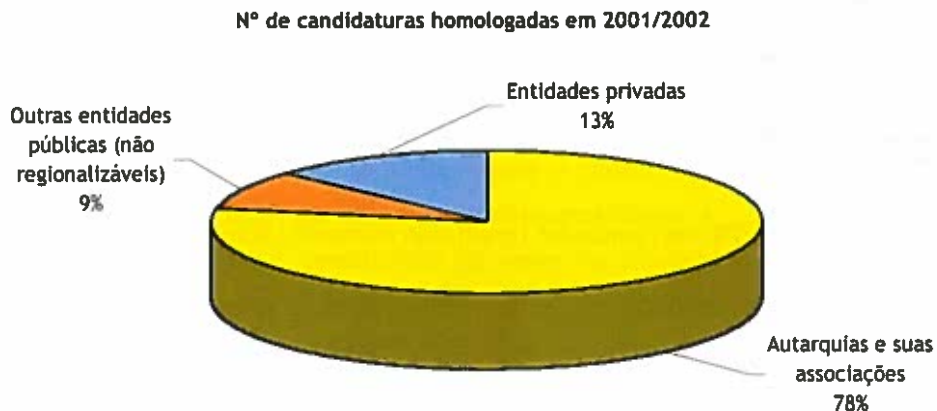
Até ao final de 2002 foram aprovados 68 projectos, no valor de 7,1 milhões de euros de despesa pública, sensivelmente 16% da programação 2000-2006.

As acções apoiadas por esta Medida, ao qualificarem e dotarem de competências os recursos humanos autárquicos, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local, ao darem suporte ao ciclo de modernização, orientado pelo princípio de igualdade de oportunidades e consagrado à prestação de serviços de crescente qualidade aos cidadãos, que as autarquias locais enfrentam.



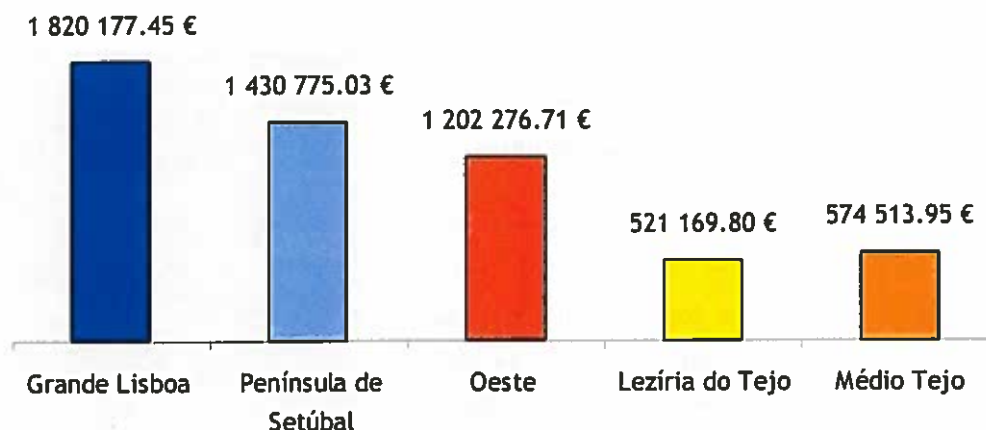
Acção de Formação

Das candidaturas aprovadas e homologadas, apresentadas pelas autarquias, suas associações e outras entidades públicas e privadas, sobressai o grande protagonismo das autarquias locais e suas associações, que são as entidades que maior peso têm na promoção da formação, representando mais de 3/4 do total da oferta.



Do ponto de vista territorial, tendo por base as NUTS III e a análise das candidaturas aprovadas, apresentadas pelas autarquias e suas associações, verifica-se que 31% do investimento aprovado se localiza na Grande Lisboa, 27% na Península de Setúbal, 22% no Oeste, sendo a Lezíria do Tejo e Médio Tejo, responsáveis, cada uma, por 10% do investimento.



**Investimento Aprovado e Homologado pelas Autarquias e Associações a 31.12.2002**

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.4.**

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
<b>MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)</b>				
Nº de acções de formação por ano, apoiadas	(1) (4)	1994-99	429	363
Nº médio de formandos por ano	(2) (4)	1994-99	7 126	6 437
Formandos H	(3)		2 185	1 542
Formandos M	(3)		3 941	3 090
Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)	(5)	1999	24.8	35

Os valores não são cumulativos

(1) O Custo Médio por pessoa de cada acção de formação foi estimado em 1.000 euros e o nº médio de formandos por acção 15 pessoas

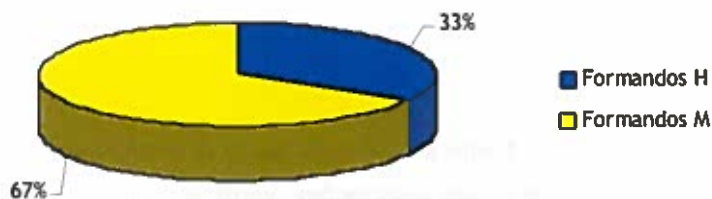
(2) Para a situação de partida foi considerado o valor médio do PROFAP no QCAII

(3) Com base na média verificada no PROFAP, para o total das Regiões, nos anos de 1998 e 1999

(4) O valor indicado para 2006, corresponde ao nº médio anual para o período 2000-2006

(5) Situação de partida: nº de participações em acções de formação/nº de efectivos da administração local (Fonte: Balanço Social 1999). Quantificação 2006: considera que os efectivos da administração local frequentarão três acções no período 2000/2006 e reporta-se ao nº de efectivos na administração local em 1999

Registe-se o facto de 67% dos formandos terem sido mulheres, num total de 4.633 formandos.

**Nº de formandos**


Comparativamente com o ano transacto, os indicadores revelaram alguma evolução, sendo expectável que a Medida cumpra os seus objectivos, registando-se uma melhoria significativa da qualificação dos recursos existentes na administração local.

**Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)**

*Objectivo Global: Sustentabilidade, inovação e valorização territorial de âmbito local e sub-regional*



Arranjos Exteriores - Alcobaça

Esta Medida está estruturada em duas tipologias de intervenção, vocacionadas para espaços territoriais diferentes: Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional e PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa.



Teatro-cine Ferreira da Silva - Torres Vedras

A Acção Específica Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional pretende apoiar intervenções que promovam a consolidação, qualificação e valorização dos sistemas urbanos do Oeste e Vale do Tejo, tendo como objectivos específicos: consolidar níveis hierárquicos fundamentais do sistema urbano regional; valorizar os subsistemas urbanos regionais, fortalecendo desempenhos claramente supramunicipais e relacionais; incrementar uma funcionalidade assente na complementaridade e articulação interurbana; afirmar a constituição de redes de cidades; assegurar as condições de acessibilidade e de mobilidade prioritariamente interna dos subsistemas urbanos; racionalizar a implementação e gestão de equipamentos e serviços; e qualificar e valorizar os aglomerados urbanos envolvidos.



Parque da Bela Vista - Setúbal

A acção PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, pretende apoiar intervenções que promovam uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável, tendo como objectivos específicos: reduzir os desequilíbrios territoriais e as tendências de degradação e desqualificação urbanística e social; introduzir dinâmicas de reequilíbrio social e reforçar os

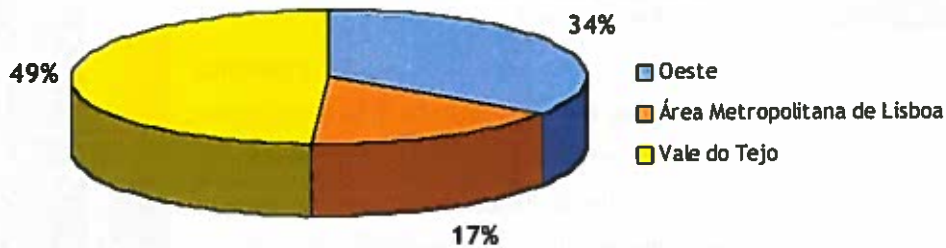
mecanismos de coesão social; assegurar condições de habitabilidade, de sociabilidade e de integração social das populações; assegurar condições de formação profissional, de emprego e empregabilidade; dinamizar as actividades económicas e reforçar a iniciativa empresarial; melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade; e aumentar a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana.



Mercado da Baixa da Banheira

No final de 2002, a Medida 1.5. tinha 52 projectos homologados, no valor de 64,5 milhões de euros de investimento elegível, cerca de 52% da despesa total programada para 2000-2006 e com a seguinte repartição territorial (que será implementada na fase seguinte do Programa):

Investimento homologado da Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial



Os projectos aprovados no âmbito desta Medida, ao promoverem a sustentabilidade e a valorização territorial, contribuem para o reforço da coesão social do espaço regional, ao consolidarem e valorizarem o sistema urbano regional, por um lado, e ao requalificarem e revitalizarem as áreas críticas urbanas do território metropolitano, por outro.

Em termos de indicadores de acompanhamento os valores apurados para a Medida 1.5. são os seguintes:



## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.5.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida	2006		
			Ano	Valor	
<b>MEDIDA 1.5 - ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (FEDER)</b>					
Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	(1)	1994-99	-	9	
Nº de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	(1)	1994-99	-	20	8
Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	(1)	1994-99	-	200	10
Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	(1)	1994-99		10	10
Superfície de espaço público intervencionado por tipo de espaço (nº de m²)*					

Os valores não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-1999, não foram apoiadas acções desta natureza

\*Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

São apresentados valores para todos os indicadores quantificados à excepção do "n.º de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados". Refira-se, já se ter alcançado o "número de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede", previsto em Complemento de Programação.

### Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico (FEDER)

*Objectivo Global: Garantir às Autarquias melhores condições de serviços e financiamento para os investimentos a realizar no âmbito dos projectos do PORLVT*

A Medida conta com um investimento elegível homologado de 3,6 milhões de euros, cobrindo já a totalidade da programação 2000-2006. Dadas as restrições financeiras aos municípios, no seguimento da consolidação orçamental das contas públicas, os seus representantes têm defendido o reforço da dotação da Medida, como forma de financiamento complementar à implementação dos projectos relativos ao QCA III.

A análise efectuada à tipologia dos investimentos permite constatar que os apoios solicitados no âmbito desta Medida estão, no essencial, associados a projectos aprovados na Medida 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos e 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial, do Eixo Prioritário, representando, aproximadamente, 93% do financiamento aprovado.

A Medida 1.6. não previu em Complemento de Programação quaisquer indicadores de acompanhamento.

Concluindo: verifica-se que o Eixo Prioritário 1 - Apoio ao Investimento Municipal e Intermunicipal - e as Medidas que o compõem, pelo conjunto de projectos que apoiou, na área das infraestruturas, acessibilidades, equipamentos, requalificação urbana e ambiental e valorização dos recursos humanos, contribuiu para dinamizar e suportar as dinâmicas territoriais que permitem reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local.

## II.2. PRIORIDADE ESTRATÉGICA - INCREMENTAR A ESTRUTURAÇÃO DA REGIÃO E A CAPACIDADE COMPETITIVA DAS SUB-UNIDADES REGIONAIS

### Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial (FEDER)

*Objectivo Global: Promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e ambientalmente sustentável*

A sua implementação traduziu-se na aprovação de seis projectos no início de 2002, num total de 5,1 milhões de euros de despesa pública, apenas 4% do total programado. Em 2002, foram encerrados 2 projectos.

O reduzido grau de aprovações, o que condiciona igualmente a execução, é reflexo directo das tipologias de projecto consideradas na Medida, estando em causa operações de elevada complexidade técnica e dimensão física e financeira, que exigem a articulação de vários actores e a realização de múltiplas acções prévias ao lançamento das obras, tornando particularmente difícil o controlo de deslizamentos no calendário de realização das várias acções, especialmente das empreitadas.



Infra-estruturação e Arranjos Paisagísticos de Empreendimentos PER

De qualquer modo, devem ser referidos os atrasos consideráveis na realização da globalidade dos projectos aprovados, contrariando as previsões iniciais de que estariam todos encerrados antes do final de 2002.

Os projectos POLIS, sendo de complexidade elevada, envolvem várias fases de planeamento, de estudos e projectos, muito cuidadas. No caso do Cacém, os projectos estão em fase de finalização, prevendo-se o início da obra física já no início de 2003. No caso da Costa da Caparica, ainda está em fase de elaboração o Plano de Pormenor, o que faz antever uma fraca execução no ano 2003.

Aquando da aprovação em Conselho de Ministros do Programa POLIS, foi assumido genericamente um período inicial de dois anos para esta fase de planeamento e de projecto de cada intervenção, garantindo uma boa capacidade de execução financeira na fase seguinte de execução das obras.

Outros problemas sentidos na gestão prendem-se, nomeadamente, com o desfasamento entre a programação financeira da Medida, especialmente pela forte concentração de verbas nos três primeiros anos, e a evolução física/financeira de projectos que se enquadram nas tipologias estabelecidas na Medida e que constituem candidaturas ou intenções de candidatura neste âmbito.

A redução de meios financeiros/técnicos pelas entidades beneficiárias, resultado de uma conjuntura económica de contracção do crescimento e traduzida na menor capacidade de promoção e realização de projectos, também é uma condicionante ao desenvolvimento da Medida.

Outra dificuldade à implementação da Medida prende-se com a existência de normas/orientações internas, estabelecidas no âmbito da Autoridade de Gestão, relativas aos requisitos em matéria de concorrência e de mercados públicos e que têm conduzido ao adiamento da aprovação de algumas propostas de candidatura apresentadas pela Estrutura de Coordenação.

Estas dificuldades têm sido equacionadas pelas várias entidades intervenientes na Gestão da Medida, por forma a encontrar soluções no sentido de melhorar o seu desempenho, afinando os critérios de apreciação/aprovação de projectos e sensibilizando os beneficiários para o interesse das áreas de investimento consideradas e para a necessidade de imprimirem maior celeridade na execução física e financeira dos projectos.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.1.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 2.1 - QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE TERRITORIAL (FEDER)</b>					
Nº de lugares de estacionamento tendo em vista dissuadir a utilização do automóvel nos centros urbanos	(1)	1999	0	150	
Extensão de ciclovia a criar/reabilitar (nº de km)	(1)	1999	0	1	
Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (nº de m <sup>2</sup> )		2000	0	15.000	
Projectos de melhoria da qualidade visual da paisagem urbana*					6
Superfície destinada ao desenvolvimento de operações de realojamento de populações recenseadas no PER da AML (ha)*					10,6
Área Urbana intervencionada (ha)*					13,9

(1) Para a quantificação dos indicadores de acompanhamento consideraram-se apenas as cidades seleccionadas para a realização de operações integradas de requalificação urbana e de valorização ambiental, integradas na Linha 1 da Componente 1 do Programa POLIS

\*Indicadores não quantificados contemplados no Complemento de Programação

Relativamente aos indicadores quantificados estabelecidos no PO/CP, a evolução é nula, porque os projectos neste momento aprovados não contribuem directamente para nenhum dos indicadores, apesar de enquadrados nos objectivos e tipologias de projecto contemplados na Medida.

Assim, quantifica-se a execução desses projectos recorrendo aos indicadores de acompanhamento não quantificados acima mencionados.

## Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Emprego (FSE)

*Objectivo Global: Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da componente territorial*

No final de 2002 não se registavam aprovações. A principal dificuldade que se tem colocado à implementação da Medida prende-se com o processo de articulação ao nível nacional e regional, envolvendo o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, os Coordenadores das Medidas Regionais e a Gestão dos POR, a Tutela do emprego e a Gestão do FSE, para estabelecer um conjunto de procedimentos e critérios prévios à formulação e apresentação de propostas de candidatura e à sua análise, apreciação e eventual aprovação, a serem vertidos no Regulamento Específico da Medida.

Ultrapassada a fase de coordenação entre entidades, julga-se que estará para breve a aprovação e publicação do referido documento, permitindo iniciar os procedimentos para apresentação e apreciação de candidaturas.

## Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo (FEDER)

*Objectivo Global: Criar as condições de sustentabilidade e afirmação do Vale do Tejo como espaço de turismo e lazer*

Foram aprovadas 48 candidaturas, enquadradas na Acção Integrada Valtejo, num total de despesa pública de 47,7 milhões de euros, 68% da programação da Medida para 2000-2006. Registe-se o facto da dinâmica de aprovações e execuções financeiras estarem em consonância com a execução física.

Entre as intervenções aprovadas são de referenciar, ao nível da implementação dos projectos âncora, o Parque Almourol, a Vala de Alpiarça, o Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes, Aquapólis e o Al-Margem (1ª fase) Santarém, bem como os projectos de valorização ambiental e patrimonial.



Parque Ambiental de Sta. Margarida

No quadro do projecto estratégico do Parque Almourol foi possível consolidar e, nalguns casos, concluir projectos como, nomeadamente: Parque Ambiental de Sta. Margarida e Açude Sta. Margarida - Constância; Miradouro do Almourol e Requalificação do Arripiado - Chamusca); a Valorização da Zona envolvente ao Castelo do Almourol e Requalificação Urbana de Vila Nova da Barquinha.

No projecto supramunicipal Vala de Alpiarça (Salvaterra de Magos, Alpiarça, Almeirim e Chamusca), feita a intervenção de limpeza e desobstrução (50km), está em implementação a valorização lúdico-desportiva das margens entre Alpiarça e Almeirim.



Concluídas que estão as duas primeiras fases (requalificação das Barreiras do Tejo e Rossio ao Sul do Tejo) do Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes / Aquapólis, foi aprovada uma nova candidatura que visa consolidar este projecto de impacto claramente sub-regional.

Depois de atrasos significativos com o projecto Al-Margem - Requalificação da Margem do Tejo, em Santarém, durante o ano 2002, este sofreu um forte incremento que permite estimar a sua conclusão para o final do 1º semestre de 2003.



Parque do Almourol - V.N.Barquinha

Ao nível da Valorização Ambiental e Patrimonial, dois projectos registaram um forte incremento, designadamente: a valorização das margens dos rios Almansor e Sorraia, respectivamente de Samora Correia a Benavente; e a requalificação da aldeia Avieira do Escaroupim e da Vala Real, em Salvaterra de Magos.



Complexo EQUUSPOLIS - Golegã

Por outro lado, encontram-se já em fase de conclusão dois outros projectos, a saber: a requalificação dos Centros Cívicos de Alpiarça e Almeirim; e a recuperação do Pátio Valverde na Azambuja.

No domínio do património, há ainda a destacar três projectos com impacto claramente sub-regional, designadamente: Complexo de Artes Equestres Equuspólis, na Golegã; Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento; e recalçamento das Muralhas de Santarém (já concluído).

Os indicadores apresentados de seguida reflectem a eficácia da implementação da Medida em função dos objectivos previamente definidos para a mesma. Os resultados, após pouco mais de dois anos de arranque efectivo



Museu Nacional Ferroviário - Entroncamento

do QCA III, apresentam resultados favoráveis, sendo expectável o cumprimento das metas em 2006.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.3.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)					
Nº de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	8	9	2
Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	(1)	1994-99	3	10	8
Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	(1)	1994-99	4	10	4

Os valores não são cumulativos

**Medida 2.4. Formação e Empregabilidade (FSE)**

*Objectivo Global: Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da acção VALTEJO*

Foram aprovadas e homologadas 3 candidaturas, no valor de 1,9 milhões de euros de despesa pública, cerca de 25% da dotação total programada.

Os domínios da formação prioritários, associados aos investimentos Valtejo, são: turismo; lazer; desportos radicais; gestão e animação cultural; e gestão integrada de equipamentos urbanos. Alguns destes projectos, dadas as suas características muito específicas e, nalguns casos, pelo seu "pioneirismo", obrigaram a estruturar planos de formação integrados e feitos "à medida".



Acção de formação



Acção de formação

Foram estabelecidas parcerias estratégicas com entidades "ligadas ao território", nomeadamente: Nersant, ADIRN e Centro de Estudos e Cultura de Tomar .

Em síntese, diremos que o Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial - composto pelas quatro Medidas cuja implementação foi referida, contribuiu para o "Incremento da estruturação da região e da capacidade competitiva das sub-unidades regionais" que constitui uma das Prioridades Estratégicas do Programa Operacional da Região. Esse contributo foi dado essencialmente através dos projectos apoiados no VALTEJO, dado o fraco nível de aprovação das medidas referentes à Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana.

Os projectos apoiados no âmbito da Valorização do Tejo, contribuem de forma clara para a criação de condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, através da afirmação desta área, enquanto espaço privilegiado de lazer e turismo, ao qual estão, também, associadas dinâmicas económicas e de bem estar social, que permitem afirmar a competitividade desta sub-unidade regional.

### **II.3. PROMOVER A EQUIDADE TERRITORIAL E INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO E EMPRESARIAL, NO SENTIDO DE FORTALECER A COMPETITIVIDADE E A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO**

#### **Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE)**

*Objectivo Global: Promover a inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população mais jovem*

Nos termos previstos no Regulamento Específico das Medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do PORLVT, aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 301-A/2001, de 30 de Março, publicado no D.R. - II Série, n.º 78, de 2 de Abril de 2001, foram abertas as candidaturas para Planos Integrados de Formação (PIF's) - 1 de Outubro a 15 de Novembro; Planos de Formação - de 1 a 31 de Outubro; e para Projectos Não Integrados em Planos de Formação - de 1 a 15 de Novembro/2002; para formação a realizar nos anos de 2003/2004, para as Medidas 3.1., 3.2., 3.3., 3.5. e 3.6..

A Medida atinge em finais de 2002 os 72% da dotação global, revelando um elevado nível de implementação, com mais de 56,1 milhões de euros FSE aprovados.

Na Medida 3.1., a abertura de candidaturas para a Acção no âmbito do Sistema de Aprendizagem (IEFP) e Acção no âmbito das Escolas de Turismo (INFTUR) recebeu 12 candidaturas de valor superior a 48,2 milhões de euros, envolvendo 9.945 formandos.

As candidaturas estão a ser analisadas ao abrigo dos critérios e prioridades legalmente estabelecidos sendo hierarquizadas por aplicação da Matriz Referencial de Análise - constante do Regulamento Específico das Medidas da Intervenção Operacional Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 301-A/2001, de 30 de Março, publicado no Diário da República - II Série, n.º 78, de 2 de Abril de 2001 - que consubstancia em si própria parte dos critérios e prioridades definidas.

De referir que a publicitação da abertura de candidaturas é sempre efectuada na página da Intervenção Desconcentrada na Internet, a saber [www.poefds.pt](http://www.poefds.pt), item "Medidas Desconcentradas - Lisboa e Vale do Tejo".

É de realçar o facto de a Medida apresentar indicadores de acompanhamento bastante superiores aos previstos no Complemento de Programação, como se verifica em seguida.



**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.1.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)					
Nº de formandos em formação em alternância	(1)	1994-99	5 139	3 800	7 083
Contributo da medida por forma a atingir 8% dos jovens que entram no mercado de trabalho com frequência de acções de formação em alternância (%)	(2)	1994-99	5.00	3.72	6.89
Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	(1)	1994-99	5 139	3 800	6 423

Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) Situação de Partida: n° de aprendizes/ano apoiados no período 1994-99, a dividir pelo n° de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000). Quantificação 2006: n° de aprendizes/ano apoiados no período 2000-06, a dividir pelo n° de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

**Indicadores de acompanhamento não quantificados**

**N.º de formandos por sexo e situação face ao emprego**

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego										
			Empregado				Desempregados						
			Interno		Externo		DL D		N DL D		1º Emp.		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
6.314	4.491	1.823	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.491	1.823

**Nº de formandos**



Em termos de participação nas acções, o número de homens é claramente superior (71%) ao das mulheres.

**N.º de formandos por grupo etário**

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
	4.544	1.706	64	0	0	0	0	0

**N.º de formandos por nível de habilitações literárias**

Habilitações Literárias (anos de escolaridade)							Aproveitamento		
<4 anos	1ºciclo (4º ano)	2ºciclo (6º ano)	3ºciclo (9º ano)	Ensino Sec.	Bach. Licenc.	Dipl. Pós Universit	Aprov.	Reprov.	Desist
0	0	1.451	4.589	274	0	0	5.738	206	370

**N.º de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N.º total de acções de formação e Acções de "sensibilização ambiental"**

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)	Formação Ambiental	
			N.º Acções	N.º Formandos
152	453	34%	70	962

No âmbito da - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa constata-se que o número de formandos do sexo masculino é muito superior ao do sexo feminino. Sendo as acções de formação igualmente destinadas a ambos os géneros, numa perspectiva de igualdade de oportunidades, este resultado só se justifica pelo facto da taxa de abandono do sistema formal de ensino ser mais significativa entre os indivíduos do sexo masculino, que optam assim, por sistemas de qualificação alternativos como é o Sistema de Aprendizagem. Verifica-se que a percentagem de alunos do sexo feminino que prosseguem os estudos no âmbito do sistema educativo é muito superior.

Verifica-se ainda um número significativo de acções e, conseqüentemente, de formandos abrangidos, em formação de sensibilização ambiental e acções de formação que incluem conteúdos TIC, indo assim de encontro aos objectivos da política comunitária.

**Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)**

*Objectivo Global: Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados*

A Medida totalizou mais de 65,4 milhões de euros de FSE aprovados, correspondendo a 90% da dotação global para 2000-2006.

Foram abertas candidaturas com o enquadramento acima referenciado (vide Medida 3.1.), para a Tipologia de Projecto 3.2.1 - Formação Profissional Contínua (com prioridade para a formação destinada a pessoas com mais baixos níveis de qualificação profissional e habilitação escolar). As 607 candidaturas recepcionadas totalizaram mais de 128,5 milhões de euros, envolvendo 217.473 formandos, estando em fase de análise.

Registe-se o facto de, em termos de indicadores de acompanhamento dos resultados em finais de 2002, excederem em muito o exigido em termos de performance da Medida. O indicador "N.º de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa" não apresenta qualquer valor pelo facto de a Tipologia de Projecto que enquadra estas acções não ter sido implementada, face às restrições orçamentais da Medida, decorrente da situação de "phasing out" da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.2.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.2 - FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE (FSE)					
Nº de activos em formação	(1)	1994-99	32 853	22 100	50 732
Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	(2)	1994-99	18 954	3 800	8 035
Nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa	(3)	1994-99	166	50	
Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	(4)	1994-99	0.74	0.49	1.14

Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99, PROFAP. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(3) A Situação de Partida refere-se à média do indicador Programa PME - PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(4) Situação de Partida: nº médio de activos apoiados no PESSOA no período 1994-99/população empregada (média 94/99 - Dados INE). Quantificação 2006: nº médio de activos apoiados no período 2000-06/população activa empregada (média 94/99 - Dados INE)

#### Indicadores de acompanhamento não quantificados

O indicador "N.º de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa" não apresenta qualquer valor, dado que a Tipologia de Projecto em que se inserem as acções de consultoria formativa não foi ainda implementada. Os motivos para a não implementação desta Tipologia de Projecto prenderam-se com o facto de as verbas disponíveis na Medida, devido ao "phasing out", serem escassas face às várias acções que aí podem ser enquadradas, para além da sua implementação requerer a abertura de concurso público para a celebração de contratos programa para a sua gestão.

### N.º de formandos por sexo e situação face ao emprego

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego									
			Empregado					Desempregados				
			Interno		Externo		DLD		N DLD		1º Emp.	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
113.694	47.543	66.151	13.706	24.895	33.821	41.230	0	3	4	11	12	12

### Nº de formandos



Destaca-se o facto de cerca de 58% dos formandos desta Medida no ano de 2002 terem sido mulheres.

### N.º de formandos por grupo etário

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
0	1.029	12.850	47.371	28.026	10.984	8.522	4.542	370

### N.º de formandos por nível de habilitações literárias

Habilitações Literárias (anos de escolaridade)						
<4 anos	1º ciclo (4º ano)	2º ciclo (6º ano)	3º ciclo (9º ano)	Ensino Sec.	Bach. Licenc.	Dipl. Pós Universit
342	5.625	8.177	20.670	38.491	39.390	999

### Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)				Aproveitamento (1)		
1-9	10-49	50 - 249	250	Aprov.	Reprov.	Desist
16.649	20.770	18.686	56.064	105.658	1.750	5.814

(1) Relativamente ao aproveitamento, estão incluídos formandos declarados na execução de 2001, que se encontravam em formação.

**N.º de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N.º total de acções de formação;  
Acções de "sensibilização ambiental" e igualdade de oportunidades**

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)	Formação Ambiental		Formação Igualdade Oportunidades	
			N.º Acções	N.º Formandos	N.º Acções	N.º Formandos
2.941	8.312	35%	593	7.962	435	5.476

Dos 20.258 funcionários da Administração Pública em formação durante o ano 2002, 4.398 foram homens e 15.860 mulheres.

Do total de formandos abrangidos no ano nesta Medida, 15.443 eram funcionários do Sector da Saúde, sendo que 12.614 eram mulheres e 2.829 homens.

Foram abrangidos 122 formandos (32 homens e 90 mulheres) em acções de educação e formação de adultos com certificação escolar e profissional.

- No âmbito da Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade já se verifica um maior equilíbrio na participação de ambos os géneros em acções de formação, sendo que aqui o sexo feminino é maioritário com 58% dos formandos.

O grupo etário com maior participação é, naturalmente, entre os 25 e os 44 anos, com 66% dos formandos totais abrangidos.

Constata-se também uma apreciável adesão dos formandos a acções que incluem módulos com TIC's, com sensibilização ambiental e sensibilização à problemática da igualdade de oportunidades, dando assim um importante contributo à implementação das políticas comunitárias.

Não obstante o enorme esforço da gestão do Programa no sentido de direccionar a Medida para as pessoas com mais baixas qualificações e oriundas de PME's, os resultados alcançados não são, todavia, totalmente satisfatórios. De facto, embora na abertura de candidaturas, se tenha referido explicitamente a prioridade destes públicos na análise de candidaturas e sendo a aplicação desse critério bastante rigoroso, verifica-se que o grupo dos formandos com habilitação superior foi o mais participativo, embora com vantagem diminuta sobre os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário. Também ao nível das empresas de origem, constata-se que as pessoas oriundas de empresas com mais de 250 trabalhadores constituem sensivelmente 50% dos formandos abrangidos.

Todavia, como atenuante destes resultados há a referir o facto de nestes valores estarem incluídos os formandos das Acções - Tipo 3.2.1.5 - Formação Profissional para os Trabalhadores da Administração Pública e 3.2.1.6 - Formação Profissional para Trabalhadores do Sector da Saúde, cujas habilitações médias são de nível superior e os serviços de origem são classificados como empresas com mais de 250 trabalhadores. Ora, o seu peso, no conjunto da Medida, desvirtua claramente a média, o que nos leva a concluir que nas restantes Acções - Tipo, as pessoas com mais baixas habilitações e oriundas de PME's foram, efectivamente, os principais destinatários da Medida, tal como estabelecem os seus objectivos.



### Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)

*Objectivo Global: Reforçar a empregabilidade dos jovens e adultos desempregados*

Foram recepcionadas e aprovadas candidaturas de quase 47,2 milhões de euros de fundos, atingindo-se 77% da programação total para a Medida. Procedeu-se à abertura de candidaturas com o enquadramento acima referenciado (vide, Medida 3.1.), para a Acção no âmbito da Qualificação Profissional com Progressão Escolar e Acção no âmbito da Qualificação e Reconversão Profissional. Foram recepcionadas 154 candidaturas, com valor a rondar os 94,3 milhões de euros, para um número de formandos envolvidos de 12.837, estando de momento as candidaturas a ser analisadas.

Em termos de indicadores de acompanhamento, a Medida apresenta um dos valores acima do quantificado no Complemento de Programação.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.3.

Indicadores	Notas	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
		Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)					
Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	(1)	1994-99	7 284	4 400	5 431
% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	(2)	1994-99	11%	9%	8.20%

Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) A situação de partida refere-se à medida do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA/nº médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região. Em 2006 a quantificação refere-se à medida do indicador no período 2000/2006/nº médio de desempregados não DLD no ano 2006, na Região.

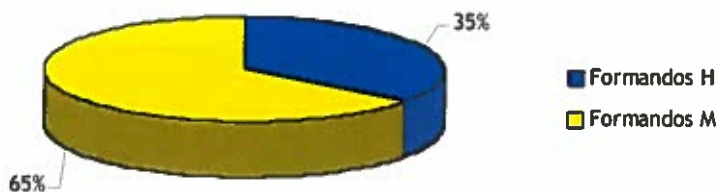
Indicadores de acompanhamento não quantificados

N.º de formandos por sexo e situação face ao emprego

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego									
			Empregado				Desempregados					
			Interno		Externo		DLD		N DLD		1º Emp.	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
4.978	1.755	3.223	0	0	58	68	226	455	1.416	2.544	55	156

Em termos de distribuição dos formandos por sexo, a grande maioria foram mulheres, representando 65% do valor total.

N.º de formandos



N.º de formandos por grupo etário

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
0	143	1.335	2.031	897	312	166	94	0

N.º de formandos por nível de habilitações literárias

Habilitações Literárias (anos de escolaridade)						
<4 anos	1ºciclo (4º ano)	2ºciclo (6º ano)	3ºciclo (9º ano)	Ensino Sec.	Bach. Licenc.	Dipl. Pós Universit
18	266	842	1.639	1.513	695	5

### Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)				Aproveitamento (1)		
1-9	10-49	50 - 249	250	Aprov.	Reprov.	Desist
0	50	76	0	4.563	120	416

(1) Relativamente ao aproveitamento, estão incluídos formandos declarados na execução de 2001, que se encontravam em formação.

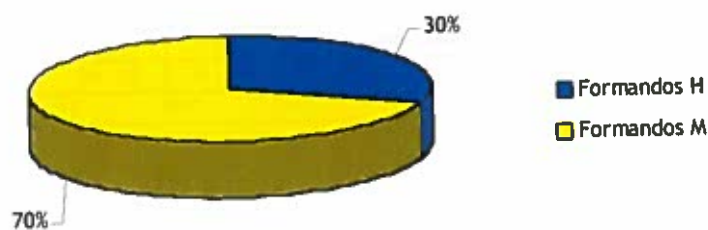
### N.º de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N.º total de acções de formação; Acções de "sensibilização ambiental" e igualdade de oportunidades

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)	Formação Ambiental		Formação Igualdade Oportunidades	
			N.º Acções	N.º Formandos	N.º Acções	N.º Formandos
113	419	27%	102	1.285	14	233

### Estágios Profissionais

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego					Nível de Qualificação		
			Empregado		Desempregados					
	H	M	Interno	Externo	DLD	Ñ DLD	1º Emp.	II	III	IV e V
3.294	1.002	2.292	0	0	143	597	2.554	220	1.086	1.988

Nº de formandos



O número de formandos mulheres em estágios profissionais suplantou em muito o de homens (70% contra apenas 30%).

No âmbito desta Medida foram abrangidos 104 formandos, em acções de educação e formação de adultos com qualificação profissional e progressão escolar, dos quais 6 homens e 98 mulheres.

O número de mulheres abrangidas na - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados é claramente superior ao dos homens, em coerência com as percentagens relativas de desempregados.

Também aqui o número de formandos abrangidos em acções de formação incluindo módulos em TIC's, de sensibilização ambiental e de igualdade de oportunidades é animador, em consonância com as políticas comunitárias.

### Medida 3.4. Criação de Emprego (FSE)

*Objectivo Global: Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial*

Foram aprovadas candidaturas no valor de 15,6 milhões de euros, sensivelmente 80% da programação total da Medida.

Em seguida apresentam-se os indicadores de acompanhamento para a Medida.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.4.

Indicadores	Notas	Quantificação		2006	INDICADORES FISICOS 31/12/2002
		Situação de partida			
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.4 - CRIAÇÃO DE EMPREGO (FSE) Nº de postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	(1)	1994-99	580	740	812

Os valores apresentados não são cumulativos.

(1) Situação de Partida: média dos postos de trabalho criados ao abrigo do Programa ILE's no período 94/99

2006: média do indicador no período 2000/2006

Indicadores de acompanhamento não quantificados

#### Caracterização das actividades empregadoras, por natureza e distribuição dos postos de trabalho por sexo

N.º Postos de Trabalho Criados (1)	Entidades empregadoras		Distribuição dos Postos de Trabalho por Sexo	
	Públicas	Privadas	H	M
676	0	789	274	402

(1) Postos de trabalho criados e preenchidos

O sector de actividade mais representativo da Medida 3.4. é o sector dos serviços, com 85% das entidades apoiadas.

A caracterização das entidades apoiadas incide basicamente nas seguintes categorias (de acordo com CAE):

- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos, Motociclos, e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico (31% do total das entidades apoiadas);
- Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (23% do total das entidades apoiadas);
- Alojamento e Restauração - Restaurantes e Similares (12% do total das entidades apoiadas).

- A distribuição dos formandos por sexo na- Criação de Emprego demonstra a mesma tendência da verificada na Medida 3.3, naturalmente pelas mesmas razões.

### **Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)**

*Objectivo Global: Consolidar/desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego em termos de qualidade, eficácia, acessibilidade*

Esta Medida contou com quase 6,1 milhões de euros FSE em aprovações, cerca de 34% da sua dotação total. Denotando um nível de absorção de fundos mais baixo, comparando com as Medidas do Emprego anteriormente analisadas, as dificuldades de implementação ficaram a dever-se, essencialmente, ao atraso na publicação da respectiva regulamentação, situação que se encontra já ultrapassada.

Em Novembro foram publicados 2 Regulamentos Específicos relativamente à tipologia de projectos referente à Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, e ainda, à tipologia de Centros de Recursos em Conhecimento. Foi assim aberto um período excepcional de candidaturas para Centros de Recursos em Conhecimento, durante o período de 1 a 31 de Janeiro de 2003, tendo sido apresentadas 8 candidaturas, que, nos termos do referido Regulamento Específico, foram remetidas ao INOFOR, para efeitos de apreciação técnica.

Procedeu-se à abertura de candidaturas com o enquadramento acima referenciado (vide, Medida 3.1.), para a Tipologia de Projecto - Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação (com prioridade para a formação de actualização, aperfeiçoamento e especialização - Formação Contínua). Foram recepcionadas 129 candidaturas, relativas a 15.292 formandos e de valor superior a 14,3 milhões de euros.

Por fim, de 1 de Março a 17 de Abril de 2003, foram abertas candidaturas às Tipologias de Projecto no âmbito da Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres. Neste momento, procede-se à inventariação das candidaturas apresentadas.



**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.5.**

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.5 - EFICÁCIA E EQUIDADE DAS POLÍTICAS (FSE)					
Nº de agentes da política de Emprego e Formação em formação	(1)	1994-99	4 854	250	970

Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

Indicadores de acompanhamento não quantificados

Os valores previstos para os indicadores de acompanhamento foram largamente ultrapassados, como se pode observar pelo quadro anterior.

**N.º de formandos por sexo e situação face ao emprego**

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego									
			Empregado				Desempregados					
	H	M	Interno		Externo		DLD		N DLD		1º Emp.	
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2.742	1.200	1.542	106	104	1.039	1.331	2	8	45	68	9	30

Do número total de formandos houve algum equilíbrio na distribuição por sexos, com 56% dos participantes a serem mulheres.

Nº de formandos



**N.º de formandos por grupo etário**

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
0	4	223	1.306	621	258	158	148	24

**N.º de formandos por nível de habilitações literárias**

Habilitações Literárias (anos de escolaridade)						
<4 anos	1º ciclo (4º ano)	2º ciclo (6º ano)	3º ciclo (9º ano)	Ensino Sec.	Bach. Licenc.	Dipl. Pós Universit
0	34	59	104	443	1.823	279

**Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão**

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)				Aproveitamento		
1-9	10-49	50 - 249	250	Aprov.	Reprov.	Desist
610	895	726	286	2.350	8	144

**N.º de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N.º total de acções de formação; Acções de "sensibilização ambiental" e igualdade de oportunidades**

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)	Formação Ambiental		Formação Igualdade Oportunidades	
			N.º Acções	N.º Formandos	N.º Acções	N.º Formandos
75	208	36%	4	28	6	99

**N.º de Unidades de Apoio à Inserção criadas/apoiadas e número de utentes**

N.º Agentes da Política de Emprego e Formação	N.º Unidades de Apoio à Inserção Criadas / Apoiadas	N.º Utentes das Unidades de Apoio à Inserção
2.764	179	91.656

Nesta medida ainda só estão contempladas as acções realizadas no âmbito das duas Tipologias de Projecto com execução no final de 2002. É uma medida que se espera venha a demonstrar níveis de execução bastante apreciáveis nos anos de 2003 e 2004, não só em termos financeiros, mas essencialmente em termos de implementação de algumas Tipologias de Projecto que se espera venham a ser emblemáticas na prossecução dos objectivos da política comunitária, como é o caso das Tipologias de Projecto da Promoção da Igualdade de Oportunidades.

### Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)

*Objectivo Global: Fomentar a integração social e profissional de grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho*

As aprovações cifraram-se no final de 2002 em cerca de 72 milhões de euros FSE, 74% da dotação global da Medida.

Foram abertas candidaturas com o enquadramento acima referenciado (vide, Medida 3.1.), para a Acção Tipo 3.6.2.2 - Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional. As 55 candidaturas, entretanto recepcionadas e em análise, envolvem 4.452 formandos, ascendendo a quase 48,2 milhões de euros.

Seguidamente, apresentam-se os indicadores de acompanhamento para a Medida. O indicador de n.º de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes não está quantificado, mas naturalmente que este grupo alvo está enquadrado nas acções implementadas.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.6.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.6 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FSE)</b>					
N.º de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	(1)	1994-99	4 726	1 950	4 721
N.º de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	(1)	1994-99	3 533	1 250	2 541
N.º de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	(1)	1994-99	732	200	
N.º de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	(1)	1994-99	466	2 250	1 921
Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	(1)	1994-99	40%	14%	28%

Os valores apresentados não são cumulativos

(1) SP: média do indicador no período 94/99 do Programa INTEGRAR.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

Indicadores de acompanhamento não quantificados

#### Empresas de Inserção e Escolas Oficinas apoiadas

N.º Empresas de Inserção Apoiadas	N.º Escolas Oficina Apoiadas
198	75

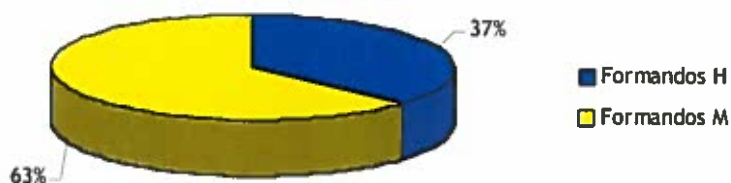
N.º de formandos por sexo e situação face ao emprego

Total de Formandos	Sexo		Situação Face ao Emprego									
			Empregado				Desempregados					
			Interno		Externo		DLD		N DLD		1º Emp.	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1.632	600	1.032	0	0	10	3	139	497	147	113	304	419

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	Sexo		Situação Face ao Emprego			
		H	M	DLD	NDLD	1ºEmprego	Outros
Mercado Social de Emprego	6.347	1.587	4.760	4.696	173	1.174	304
Escolas-Oficina	773	189	584	512	173	88	0
Inserção-Emprego	1.629	353	1.276	1.298		283	48
Programas Ocupacionais - carenciados	1.288	344	944	1.140		98	50
Desp. Conj. ME/MTS	331	66	265	40		291	0
Desp. Conj. MC/MTS	259	68	191	80		179	0
Empresas de Inserção	2.067	567	1.500	1.626		235	206
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	2.458	1.457	1.001	258	149	1.656	395
<b>Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência</b>	<b>8.805</b>	<b>3.044</b>	<b>5.761</b>	<b>5.276</b>		<b>2.830</b>	<b>699</b>

Nota: Relativamente à situação face ao emprego, não foi desagregada a situação dos formandos desempregados (Não DLD e DLD) para alguns dos instrumentos, em virtude do IEFP apenas designar "desempregados à procura de novo emprego".

Nº de formandos



A participação feminina nas acções de formação foi maior, representando 63% dos participantes.

**N.º de formandos por grupo etário**

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
0	554	298	439	235	41	33	31	1

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoladas	Sexo		Situação Face ao Emprego			
		H	M	DLD	NDLD	1ºEmprego	Outros
Mercado Social de Emprego	6.347	1.587	4.760	4.696	173	1.174	304
Escolas-Oficina	773	189	584	512	173	88	0
Inserção-Emprego	1.629	353	1.276	1.298		283	48
Programas Ocupacionais - carenciados	1.288	344	944	1.140		98	50
Desp. Conj. ME/MTS	331	66	265	40		291	0
Desp. Conj. MC/MTS	259	68	191	80		179	0
Empresas de Inserção	2.067	567	1.500	1.626		235	206
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	2.458	1.457	1.001	258	149	1.656	395
<b>Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência</b>	<b>8.805</b>	<b>3.044</b>	<b>5.761</b>	<b>5.276</b>		<b>2.830</b>	<b>699</b>

Nota: Relativamente à situação face ao emprego, não foi desagregada a situação dos formandos desempregados (Não DLD e DLD) para alguns dos instrumentos, em virtude do IIEFP apenas designar "desempregados à procura de novo emprego".

**N.º de formandos por nível de habilitações literárias**

Habilitações Literárias (anos de escolaridade)						
<4 anos	1ºciclo (4º ano)	2ºciclo (6º ano)	3ºciclo (9º ano)	Ensino Sec.	Bach. Licenc.	Dipl. Pós Universit
113	374	466	390	235	54	0

**Caracterização das entidades empregadoras, por dimensão**

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)				Aproveitamento (1)		
1-9	10-49	50 - 249	250	Aprov.	Reprov.	Desist
4	5	4	0	1.884	48	386

(1) Relativamente ao aproveitamento, estão incluídos formandos declarados na execução de 2001, que se encontravam em formação.

**N.º de acções de formação que incluem conteúdos em TIC's/N.º total de acções de formação; Acções de "sensibilização ambiental" e igualdade de oportunidades**

N.º Acções com TIC's (a)	N.º Total Acções (b)	(a) / (b)	Formação Ambiental		Formação Igualdade Oportunidades	
			N.º Acções	N.º Formandos	N.º Acções	N.º Formandos
43	100	43%	19	369	12	183



## N.º de Pessoas apoiadas

Tipos de Intervenção	Beneficiários do Rend. Mínimo Garantido			Em Formação	Apoios à Integração	Actividades Ocupacionais	Informação Avaliação e Orientação Profissional
	C/ Acesso a Programas Inserção Social	Em Formação	Apoios à Integração				
Mercado Social de Emprego	1.629	701	928	1.612	2.857	1.878	0
Escolas-Oficina	0	0	0	773	0	0	0
Inserção-Emprego	1.629	701	928	701	928	0	0
Programas Ocupacionais - carenciados	0	0	0	0	0	1.288	0
Desp. Conj. ME/MTS	0	0	0	0	0	331	0
Desp. Conj. MC/MTS	0	0	0	0	0	259	0
Empresas de Inserção	0	0	0	138	1.929	0	0
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	0	0	0	1.747	539	0	172
<b>Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência</b>	<b>1.629</b>	<b>701</b>	<b>928</b>	<b>3.359</b>	<b>3.396</b>	<b>1.878</b>	<b>172</b>

De referir, que no âmbito desta Medida foram abrangidos no ano 159 formandos, 12 homens e 147 mulheres, em acções de educação e formação de adultos com certificação escolar e profissional.

Esta medida apresenta uma execução física em consonância com os seus objectivos, isto é, abarca pessoas com diferentes situações face ao emprego, com predominância das pessoas desempregadas (DLD's e NDLD's) e à procura do 1.º emprego, naturalmente de grupos sociais desfavorecidos, como toxicodependentes e ex-toxicodependentes, ex-reclusos, minorias étnicas, pessoas portadoras de deficiência, beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, etc. e com níveis de habilitações literárias bastante baixas.

Também aqui o número de mulheres é superior ao dos homens, em coerência com os indicadores relativos destes grupos - alvo.

### **Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)**

*Objectivo Global: Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e fortalecer a intervenção junto de grupos desfavorecidos*

Foram aprovados mais de 10,9 milhões de euros em FEDER, correspondendo a cerca de 55% da programação 2000-2006. Tal como na Medida 3.5., o nível de implementação da Medida sofreu atrasos, na publicação da respectiva regulamentação, situação que se encontra já ultrapassada.

Durante o ano de 2002, e na sequência da publicação do Regulamento Específico da Tipologia de Projecto 3.7.3, procedeu-se à abertura de candidaturas a esta Tipologia de Projecto no período de 2 de Maio a 30 de Junho de 2002, para o financiamento de investimentos nas seguintes valências do apoio ao desenvolvimento social:

- Creche;

- Centro de Alojamento Temporário;
- Centro de Actividades Ocupacionais;
- Fórum Sócio-Ocupacional;
- Unidade de Vida Autónoma;

Foram recebidas 66 candidaturas, totalizando um montante de investimento superior a 43 milhões de euros.

A análise destas candidaturas, elaborada em articulação com os serviços da Segurança Social, encontra-se em fase de conclusão, podendo, desde já, afirmar-se que o valor acima referido será significativamente reduzido por empolamento dos orçamentos apresentados e ainda pelo facto de um número significativo dos projectos não ter enquadramento nas valências abertas a candidatura.

Foi ainda celebrado, em 1 de Abril de 2002, o contrato-programa Apoios ao Emprego (vertente FEDER), no âmbito da Tipologia de Projecto 2.1. - Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego, da Medida 3.7. - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social.

Neste momento, pode considerar-se que todas as Medidas Emprego estão em plena execução, não obstante, existem diferenças ao nível do desempenho de cada uma delas, relacionadas com os diferentes "timings" de implementação, com a dispersão de acções a desenvolver, ou ainda, com a especificidade dos projectos a apoiar.

O indicador de acompanhamento da Medida 3.7. cumpriu os valores previstos de realização estabelecidos no Complemento de Programação, como podemos observar em seguida.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.7.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.7. - APOIO AO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL (FEDER)				
Nº de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	(1)	1994-99	0	148

Nota: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) SP: no passado (PESSOA) não foram financiados apoios ao Investimento para criação de postos de trabalho.

2006: média do indicador no período 2000/2006.

#### Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário (FEDER)

*Objectivo Global: Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação destes níveis de ensino*

Até ao final de 2002 foram aprovados quase 4,6 milhões de euros de despesa pública, sensivelmente 41% da programação 2000-2006 da Medida.

No pré-escolar, são 35 os projectos aprovados até final de 2002, encontrando-se apenas 6 projectos concluídos e com apresentação do relatório final.

Em termos de indicadores de acompanhamento de salientar o reforço do indicador de “n.º de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar”, num total de 57, mais de metade da meta proposta para 2006.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.8.**

Indicadores	Notas	Quantificação		2006	INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
		Situação de partida			
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.8 - INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (FEDER)					
Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	(1) (2)	2000	0	108	57
Nº de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	(1) (2)	2000	0	66	

(1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) No âmbito do QCA II os investimentos FEDER permitiram, a nível do território nacional através da I.O. Educação a criação e/ou equipamentos de:

- . 245 Escolas do ensino básico e secundário;
- . 1.505 laboratórios nos ensinos básico e secundário;
- . 309 infra-estruturas desportivas (157-cobertas e 152-descobertas);
- . 71 escolas do ensino profissional (construídas e beneficiadas);
- . 901 salas de ensino secundário profissional equipadas;
- . 162 cantinas em escolas dos ensinos básico e secundário.

Não foram financiadas com co-financiamento FEDER quaisquer infraestruturas da educação pré-escolar

**Medida 3.9. Ensino Profissional (FSE)**

*Objectivo Global: Consolidar e expandir o ensino profissional qualificado*

O volume de candidaturas aprovadas superou os 61,6 milhões de euros em despesa pública, estando já comprometida a totalidade da dotação prevista no QCAIII (108%), registando-se algum “overbooking”, que desaparece durante a execução da medida, dado que a quebra que se regista entre os valores iniciais de candidatura e os valores finais é na ordem dos 18%.

Os indicadores apresentados em seguida reflectem a concretização da Medida, sendo de destacar o “n.º de formandos” - 13.021, que quase atinge a meta proposta para 2006 (12.990).

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.9.

Indicadores	Notas	Quantificação		2006	INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
		Situação de partida			
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)</b>					
Nº de formandos	(1) (2)	2000	0	12 990	13 021
Nº de escolas apoiadas		2000	0	21	23
Nº de turmas apoiadas		2000	0	633	594
Nº de horas de formação (Volume de formação)		2000	0	52 372 800	11 212 753
Nº de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III		2000	0	2 800	1 115

(1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) O investimento no Ensino Profissional co-financiado pelo FSE foi, no âmbito dos QCA I e II, concretizado no PRODEP (Programa Nacional). No QCA III este investimento é partilhado entre PO Educação e os PO Regionais, em montantes financeiros equivalentes, sendo, no entanto, a respectiva programação decrescente no PO Educação e crescente nos PO Regionais, com excepção registada apenas para a Região de LVT dado o processo de "phasing-out". O número médio de formandos por ano apoiados no âmbito do PRODEP foi de 26.000

Indicadores de acompanhamento não quantificados

Nº de formandos por sexo

Total de Formandos	Sexo	
	H	M
2 873	1 651	1 222

As mulheres representaram 43% do total de formandos

Nº de formandos



**Nº de formandos por grupo etário**

Grupo Etário								
-15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	64
147	2 337	370	16	3	0	0	0	0

**Nº de formandos por nível da habilitações literárias à entrada**

Habilitações Literárias à entrada		
3ºciclo (7º a 9º ano)	Ensino Sec.	Técnico-Profissional
2 743	130	0

**Volume de formação em conteúdos TIC´s e formação Ambiental**

Volume de Formação em TIC's	Volume de Formação Ambiental
110 292	5 203

**Nº de Cursos e Nº de Turmas**

Nº de Cursos	Nº de Turmas
62	138



### **Medida 3.10. Economia (FEDER)**

*Objectivo Global: Promover as áreas estratégicas para o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial*

Foram homologados 73 projectos até finais de 2002, num montante a rondar os 243,2 milhões de euros, sensivelmente 62% da despesa pública programada 2000-2006.

Em 2002, no âmbito da Acção A - Promoção de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento foram recepcionados 22 novos projectos de candidatura de conversão de consumos para gás natural e duas reprogramações de candidatura do mesmo tipo, tendo sido aprovadas, em Unidade de Gestão, 30 candidaturas.

No âmbito dos projectos de expansão e valorização da rede nacional de turismo juvenil (Pousadas da Juventude), deram entrada na DRE-LVT 3 candidaturas, tendo sido aprovadas em Unidade de Gestão 4 candidaturas, todas relativas a projectos de remodelação de Pousadas da Juventude.

Continua a não se registarem candidaturas no âmbito de projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), uma vez que a respectiva regulamentação, a cargo do Gestor do Programa Operacional da Economia, não foi ainda concluída.

Não se registou, também, qualquer candidatura no âmbito de projectos turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER).

O total de candidaturas homologadas no âmbito da Acção A ascendeu a 52 projectos.

Enquadradas pela Acção B - Melhoria da Envolvente Empresarial, foram aprovadas durante 2002, em Unidade de Gestão, 6 candidaturas de projectos de expansão das redes de distribuição de gás natural, sendo que duas são reprogramações. No entanto, foram recepcionadas 5 novas candidaturas, englobando um investimento total de 82,4 milhões de euros.

No âmbito dos projectos de investimento relativos à criação de instituições de interface e de assistência empresarial, foram recepcionados dois projectos, englobando um investimento total de cerca de 4,5 milhões de euros.



Rede de Distribuição Primária de Gás Natural ( Benavente) - 7ª Fase

No que respeita a projectos de criação de laboratórios de medição e ensaio foram apresentados duas candidaturas, cujo montante total de investimento atinge 1,26 milhões de euros.

No total, foram homologadas 21 candidaturas, relativas à Acção B - Melhoria da Envolvente Empresarial.

A taxa de contratação, medida pela relação entre o investimento elegível das candidaturas objecto de contratação e o das candidaturas homologadas ministerialmente, registou um valor de 95% no final do ano, havendo um reduzido número de candidaturas em trânsito, não se verificando qualquer anomalia neste domínio.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.10.**

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)				
Nº de Pousadas de Juventude a remodelar			2	2
Nº de Pousadas de Juventude a criar			1	0
Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)		1994-99	2 500	1 122.73
Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural		1994-99	300 372	199 874

A Medida apresenta uma boa implementação ao nível dos indicadores relativos à rede de distribuição de gás natural, tendo já cumprido a meta definida para o n.º de km de extensão de rede. Também o número de Pousadas da Juventude a remodelar atingiu as previsões estabelecidas para 2006, com 2 projectos já concluídos.

Não se apresentam valores para os indicadores não quantificados relativos às Áreas de Localização Empresarial pois tal como já foi referido anteriormente, a sua regulamentação está em vias de ser concluída, dando-se então início à recepção das candidaturas.

**Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação (FEDER)**

*Objectivo Global: Promover a cultura científica e tecnológica junto da população*

A Medida conta com 3 projectos aprovados e homologados, no valor de 5,2 milhões de euros de despesa pública, correspondendo a 74% da dotação prevista para a totalidade do Programa, a saber: Centro Ciência Viva da Amadora; Planetário Calouste Gulbenkian / Ciência Viva de Lisboa; e Centro Ciência Viva do Alviela.

Refira-se, que o Centro Ciência Viva da Amadora foi aprovado em Unidade de Gestão em Dezembro 2001. Já o Planetário Calouste Gulbenkian/Ciência Viva de Lisboa foi proposto apenas em 2002, bem como o Centro Ciência Viva do Alviela.



Centro Ciência Viva da Amadora

A meta é a criação de 5 centros até 2006, sendo que a proposta em análise que se apresenta com maior viabilidade é a do Centro Ciência Viva de Torres Novas (distrito de Santarém). A proposta foi apresentada pela Câmara Municipal de Torres Novas, que disponibiliza o edifício da antiga central hidroeléctrica no centro da cidade. O tema central proposto é a água. Porém, não existe ainda uma definição concreta dos conteúdos, sendo necessário estabelecer contactos com diversas entidades: Universidade de Lisboa, Instituto Nacional da Água, Associação Portuguesa de

### Distribuição e Drenagem de Águas.

Conforme referido no Relatório de Execução 2001, na evolução da Medida 3.11., é importante que se tenha em conta que, para formular uma candidatura a esta Medida, existem uma série de factores que têm de ser previamente reunidos, o que implica uma demora na fase de arranque do projecto. Referimo-nos, concretamente, ao facto de o edifício onde será instalado o futuro centro ser um edifício histórico, onde se revela necessário proceder a obras de conservação e adaptação.

Relativamente aos conteúdos, trata-se de conjugar o envolvimento local de várias entidades, especialmente Universidades e Centros de Investigação, com o recurso à encomenda de módulos expositivos devidamente seleccionados e estudados. Neste sentido, refira-se que em Portugal, a produção de módulos interactivos de Ciência e Tecnologia ainda não está muito desenvolvida, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais.

No ano 2002, verificaram-se dificuldades acrescidas relacionadas com o financiamento nacional, sendo que a contrapartida nacional, que anteriormente era apenas oriunda da Administração Central, neste momento é composta por fundos da Administração Central, Administração Local e Fundos Privados, com um especial relevo para a Autarquia Local. Este facto dificulta todo o processo de arranque, pois implica um esforço considerável das autarquias, que também contribuem com o edifício.

A Medida 3.11 Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta um atraso na evolução da execução financeira que se deve, em grande parte, ao atraso no arranque do projecto de remodelação do Planetário Calouste Gulbenkian, mais concretamente na aquisição de um projector.

Aspectos legais, entretanto suscitados, relacionados com o facto de existirem representantes instalados na Europa de produtores americanos e japoneses, apesar de haver apenas um produtor do material na Europa, levaram à opção de lançamento de concurso público para a aquisição do projector.

No que diz respeito ao projecto do Centro Ciência Viva da Amadora, o atraso na execução relativamente à previsão inicial, deveu-se a posteriores problemas que surgiram nas obras de remodelação da Casa Aprígio Gomes que impossibilitaram a montagem dos conteúdos.

Em consequência do exposto anteriormente não se podem apresentar valores para o indicador de acompanhamento previsto para a Medida.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.11.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.11 Nº de centros Ciência Viva		2000	1	4	0

Estando aprovados três projectos para Centros Ciência Viva (Planetário Calouste Gulbenkian, Centro de Ciência Viva da Amadora e Centro de Ciência Viva do Alviela) prevê-se a aprovação em 2003 do Centro de Torres Novas.

### **Medida 3.12. Sociedade da Informação (FEDER)**

*Objectivo Global: Desenvolver cidades digitais na Região bem como modernizar a administração pública em termos de Sociedade da Informação*

Foram aprovados e homologados 5 projectos, no montante de 6,7 milhões de euros de despesa pública, cerca de 32% da dotação global da Medida.

A execução da vertente Portugal Digital da Medida 3.12. não teve ainda início durante o ano de 2002. No entanto, durante o segundo semestre e no âmbito de uma profunda reflexão e definição de novas estratégias e prioridades para a Sociedade da Informação e do Conhecimento que vêm sendo desenvolvidas pelo XV Governo, através da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, foi sendo perspectivado e preparado o lançamento de novas iniciativas, cuja tipologia pudesse ser integralmente enquadrada nestas Medidas do Programa Regional.

De facto, através de um trabalho de coordenação levado a cabo entre o Programa Regional e o Coordenador das Medidas, foi sendo desenvolvido um conjunto de tarefas de estudo e concretização que tinham como objectivo criar as condições favoráveis e indispensáveis ao lançamento de uma iniciativa integrada, dirigida à comunidade académica nacional - "Iniciativa Campus Virtual".

O edital desta iniciativa veio a ser lançado no início de 2003 e a movimentação que ele veio criar nos estabelecimentos de ensino superior de todo o país, e muito particularmente nos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, permitem fazer esperar níveis de execução muito satisfatórios no ano em curso.

Considerando o carácter complementar das Medidas 3.12. vertente Portugal Digital e Medida 3.13., o acima descrito aplica-se de igual forma a ambas.

Relativamente aos atrasos verificados no arranque dos projectos aprovados no Estado Aberto, verifica-se que os organismos apenas avançam para os projectos após o financiamento comunitário estar assegurado, uma vez que o orçamento nacional não permite a necessária cobertura financeira. Esta situação dá origem a que os projectos no momento de aprovação se encontrem numa fase inicial de lançamento de concursos, não registando ainda despesa efectiva, o que provoca atrasos ao nível da execução financeira e física do programa.

Se compararmos a previsão de concretização dos indicadores com a sua execução, podemos confirmar que os projectos aprovados até ao momento vão de encontro aos objectivos definidos para esta linha de acção, sobretudo no que diz respeito à promoção do acesso e utilização das novas TIC pela Administração Pública.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.12.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.12				
Organismos que disponibilizam correio electrónico interno aos funcionários		a)	100%	2.373 (1)
Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos funcionários		a)	100%	2.373 (1)
Organismos com ligação à <i>Internet</i>		a)	100%	239 (2)
Organismos que disponibilizam formulários através da <i>Internet</i>		a)	75%	0
Organismos que aceitam formulários através da <i>Internet</i>		a)	75%	0
Organismos que utilizam as TIC em processos comuns		a)	80%	109 (2)

a) Não aplicável, uma vez que no anterior não foram financiados projectos desta natureza

(1) Indicador de realização refere-se a n° de caixas de correio

(2) Indicador de realização refere-se a n° de organismos

Assim, surgiram mais 120 organismos com ligação à Internet, o que se traduz em mais 120 organismos a disponibilizarem correio electrónico aos seus funcionários, o que resultou num aumento de 2.373 caixas de correio.

Relativamente à disponibilização e aceitação de formulários via Internet, todos os organismos no âmbito dos projectos apoiados passam a fazê-lo, com excepção do projecto referente às Lojas do Cidadão de Setúbal e Lisboa II, dado o financiamento destinar-se à infra-estrutura tecnológica de apoio ao funcionamento dos serviços da Administração Pública nela instalados.

Nos projectos do sector da Justiça, embora não incluam directamente tal vertente de intervenção, o serviço é disponibilizado pelos organismos centrais do Ministério da Justiça, através do seu portal vertical. O mesmo acontece com a DRAOT-LVT, cujos formulários se encontram centralizados no Portal do Ministério. Para além do acesso à Internet e do correio electrónico, enquanto ferramentas de trabalho, mais 220 organismos utilizarão intensivamente as TIC's nos seus processos comuns, dos quais 100 já implementaram estes processos desde o início do programa.

Note-se que não são apresentados os indicadores relativos ao projecto da CCR-LVT, uma vez que se considerou prematuro traduzir os resultados desta 1ª fase em indicadores físicos quantificados, por não haver suficiente tempo decorrido para que tal tenha significado.

Os indicadores de acompanhamento são recolhidos através do formulário de candidatura, sendo apresentada uma descrição qualitativa na Memória Descritiva que acompanha o projecto.

Por outro lado, aquando do preenchimento do Relatório de Execução Anual, são solicitadas informações qualitativas quanto aos desvios verificados, quer do ponto de vista financeiro, quer ao nível da realização física (análise dos desvios e respectiva justificação).



### Medida 3.13. Sociedade da Informação (FSE)

*Objectivo Global: Criar competências para o desenvolvimento da Sociedade de Informação na Região*

Esta Medida não contou ainda com a aprovação de candidaturas. A execução da vertente Portugal Digital da Medida 3.12. não teve ainda início durante o ano de 2002, como foi descrito anteriormente o que condicionou o arranque das aprovações desta Medida.

Contudo, a definição de novas estratégias e prioridades para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, abriu caminho para o lançamento de novas iniciativas enquadradas nas tipologias de projectos adequadas, fazendo perspectivar uma efectiva implementação da Medida no decurso de 2003.

### Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER)

*Objectivo Global: Melhorar as infra-estruturas de portos e as condições de exercício da actividade em núcleos onde a actividade tem impacto relevante*

Até final de 2002 foram aprovadas e homologadas 2 candidaturas no valor de 8,9 milhões de euros em despesa pública, cerca de 88% da programação 2000-2006.

Os elevados montantes de investimento envolvidos nesta tipologia de candidaturas, têm comprometido de certa forma a absorção restante das verbas. A insuficiência de verbas, quer nacionais, quer comunitárias, tem sido o maior entrave para propor a aprovação da candidatura relativa à construção da 2ª fase das obras marítimas do sector da pesca do porto de Peniche, destinado a modernizar e ampliar este porto, de modo a permitir a acostagem, o estacionamento e a alagem de embarcações de pesca que o utilizam, ou que se prevê que o venham a utilizar.

A aprovação do projecto com uma taxa de co-financiamento de 60% (à semelhança dos outros projectos), traduzir-se-ia numa comparticipação FEDER de 7,5 milhões de euros, o que representaria um "overbooking" de quase 5,3 milhões de euros (69% do Programado).

Assim sendo, a Coordenadora entendeu propor ao Gestor do POLVT um reforço da Medida 3.14. PESCAS - Infra-estruturas de Portos.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.14.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.14 Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER) Nº de projectos de beneficiação ou construção em Portos de Pesca	(1)	1994-99	3	4	0

Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A situação de partida corresponde aos projectos apolados no periodo de programação anterior

Ao nível de indicadores de acompanhamento, apesar de não se encontrar concluído qualquer projecto, é de assinalar que a taxa de realização do projecto "Novas instalações de Pesca na Baía de Cascais" alcança os 91%, enquanto que o projecto "Ampliação da Doca de Pesca do Porto de Setúbal" atinge 14%.

**Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)**

*Objectivo Global: Construir uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social*

Foram aprovados 702 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de mais de 80,5 milhões de euros, equivalente a 35% da programação total da Medida. Cerca de 60 % destes projectos foram candidaturas à Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura, representando em termos financeiros 5,5 milhões de euros, o que corresponde apenas a 6,9% do investimento elegível aprovado.

Implementação da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural a 31.12.2002

Acções da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural	Nº projectos	% Total projectos	Custo Total aprovado	% Custo Total
Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura	422	60,1%	5.535.730	6,9%
Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de qualidade	24	3,4%	3.096.541	3,8%
Acção 3 - Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas	7	1,0%	1.302.581	1,6%
Acção 4 - Serviços à agricultura	43	6,1%	5.781.999	7,2%
Acção 5 - Gestão de recursos hídricos e emparcelamento	27	3,8%	54.857.245	68,1%
Acção 6 - Caminhos e electrificação agro-rurais	111	15,8%	5.579.386	6,9%
Acção 7 - Valorização do ambiente e do património rural	67	9,5%	4.334.172	5,4%
Acção 8 - Dinamização e Desenvolvimento Agrícola e Rural	1	0,1%	99.262	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>702</b>	<b>100,0%</b>	<b>80.586.914</b>	<b>100,0%</b>

unid: euros

Sob o ponto de vista financeiro, o maior volume de projectos está aprovado na Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento, com um valor de investimento elegível superior a 54,8 milhões de euros, o que representa cerca de 68,1% do montante aprovado.

Afigura-se que o desenho da Medida AGRIS não se adequará perfeitamente ao tecido produtivo e organizativo da agricultura e do mundo rural da Região, que parecem encontrar-se num patamar de desenvolvimento superior àquele que esteve subjacente à concepção da Medida. É possível, com a informação disponível, tecer alguns comentários à forma como se tem comportado a procura efectiva às diferentes acções e sub-acções do AGRIS em comparação com a procura esperada.

**Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura**

No caso específico da Região do Ribatejo e Oeste, verifica-se que as candidaturas praticamente se circunscrevem a três concelhos do Médio Tejo (Sardoal, Abrantes e Ourém). Tal resulta de dois factos conjugados: o limite do n.º de UDEs ( muito baixo para esta Região ), e as MBPs - Margem

Bruta Padrão - na Região (das mais elevadas do País). Esta situação cria alguma «desigualdade» na Região, eliminando sub-regiões, como por exemplo o Oeste, sem grande justificação aparente.

Para aproximar esta acção à realidade regional, será de ponderar aumentar o número de UDE (Unidade de Dimensão Económica), por exemplo de 6 para 8, e/ou rever o cálculo das MBP. A actual tabela foi estabelecida com base na rede do RICA (Rede de informação de Contabilidades Agrícolas), que privilegia explorações bem dimensionadas e economicamente rentáveis, transpondo este modelo para situações completamente diferentes.

## **Acção 2- Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade**

### **Subacção 2.1 - Criação e modernização de Unidades Produtivas**

Esta sub-acção caracteriza-se essencialmente pela aposta no desenvolvimento de produtos de qualidade enquadráveis em nichos de mercado, mas exige que os produtos tenham que ser certificados. Na Região há um reduzido número de produtos certificados e não se prevê uma alteração sensível da situação, face ao pendor produtivo regional, centrado em produções de maior escala.

### **Subacção 2.2 Incentivos a produtos de qualidade**

Nesta subacção a procura potencial conhecida tem sido francamente superior à procura concretizada. Apenas existem aprovadas 8 candidaturas. Isto porque essa procura potencial se refere a produtos que não estão certificados, como é o caso do melão.

Mesmo considerando apenas os produtos certificados, afigura-se que a Medida tem um desenho inacabado. Abre perspectivas de financiamento de acções, como sejam estudos de caracterização, concepção de rótulos e de logotipos, aquisição ou adaptação de locais de venda, mas, por outro lado, exclui uma parte integrante do processo, nomeadamente, a promoção e a publicidade. O facto de esta tipologia de despesas não ser elegível tem funcionado como um forte elemento de dissuasão.

## **Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas**

### **Subacção 3.1 Instalação de Organizações de Produtores Florestais**

Esta subacção teve a adesão esperada da Região. Neste momento pode considerar-se que a área regional está coberta por Estruturas Associativas, dado estar em fase final de preparação uma candidatura que se dirige especificamente à subregião do Oeste.

### **Subacção 3.2 Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços**

Até ao momento existe apenas uma candidatura aprovada no âmbito desta subacção e as empresas existentes parecem cobrir as necessidades deste mercado.

### **Subacção 3.3 Apoio à Prestação de Serviços Florestais**

A subacção estava vocacionada para que empresas e associações pudessem dar um impulso à apresentação de Planos de Gestão Florestal de qualidade e sua implementação no terreno. Até esta data, estão aprovadas duas candidaturas e aparentemente não há mais procura.

O modelo estabelecido para a execução da Medida apresenta-se como factor de dissuasão, de acordo com as opiniões recolhidas junto de potenciais beneficiários: a abertura de concurso e a posterior habilitação dos promotores, na base de um caderno de encargos complexo, introduz um peso excessivo, não motivador, afigurando-se ser preferível evoluir para um outro modelo de financiamento que privilegie os proprietários dos terrenos ou os agrupamentos de produtores para a elaboração dos planos e gestão dos projectos decorrentes.

### **Subacção 3.4 Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos**

Até 31 de Dezembro de 2002, havia apenas intenções de candidatura. Afigura-se que, neste caso, existe alguma necessidade de identificar mais claramente as áreas elegíveis ao AGRO e ao AGRIS. Neste sentido, está em curso um processo de revisão da portaria e de circulares de aplicação da subacção.

No caso da componente Riscos Abióticos, um factor de dissuasão parece residir na exigência feita aos Planos Operacionais de Prevenção, de cobrirem uma área muito abrangente à partida. Afigura-se que essa exigência poderia ser mitigada, com vantagens. Os Planos poderiam, antes, ser referenciados a uma área necessariamente relevante, mas sem a obrigação de cobrirem regiões ou sub-regiões, sem prejuízo de o seu conjunto dever ter coerência, ligação e articulação.

### **Subacção 3.5 Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público**

Não há, até ao momento, candidaturas a esta subacção e não se espera que tal venha a acontecer se não puderem ser alterados os parâmetros de enquadramento. Estando excluídos os espaços florestais do Estado, o alcance da Medida reduz-se significativamente. Até à data, nenhum particular admitiu que o seu espaço tenha interesse público e que lhe possam vir a ser colocados entraves à sua fruição, ou imposta partilha dessa fruição.

## **Acção 4 - Serviços à Agricultura**

### **Subacção 4.1 Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas**

Na região do Ribatejo e Oeste não houve candidaturas a esta subacção. No caso de serviços de substituição, este mecanismo nunca foi activado. No caso dos Serviços de Gestão, o que se tem verificado, face às necessidades fiscais do sector agrícola, é o recurso a Gabinetes de Contabilidade e não o recurso às Associações de Agricultores, às quais era suposto os agricultores recorrerem no âmbito da contabilidade de gestão.

No caso dos serviços produtivos comuns, também previstos nesta subacção, não houve igualmente procura.

A subacção afigura-se esgotada, por não corresponder à realidade regional. Uma eventual recuperação poderia ser tentada, através do alargamento do quadro das elegibilidades, que poderia conter não apenas a contabilidade de gestão, mas também a contabilidade fiscal, e no caso dos serviços produtivos comuns, permitir que outras formas jurídicas, para além das cooperativas, fossem destinatários.

#### Subacção 4.2, Desenvolvimento de outros serviços à agricultura

##### Componente 1

Não houve candidaturas no âmbito desta componente, dado que a generalidade dos serviços passíveis de financiamento já é garantido pelas Associações de Agricultores existentes e por empresas privadas de consultoria técnica. O formato desta componente não se ajusta à realidade regional. Haverá que equacionar uma alteração, eventualmente privilegiando o reforço das estruturas existentes.

##### Componente 2

No que diz respeito à prestação de serviços de aconselhamento técnico e de difusão de informação, houve uma boa aceitação por parte dos potenciais promotores, mas afigura-se que o modelo deveria sofrer alguns acertos. Os períodos de execução (concurso público) deveriam ser alargados para além dos 2 anos.

Deveriam ser consideradas elegíveis Organizações que façam outras acções para além das previstas e que possam até ser complementares, designadamente em termos da protecção integrada.

O modelo de demonstração poderia ser simplificado, podendo assentar por exemplo num plano anual e em relatórios periódicos de execução.

No que diz respeito ao estabelecimento e manutenção dos livros genealógicos de raças autóctones, as candidaturas têm decorrido de acordo com o esperado.

#### Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento

As subacções 5.1 e 5.2, respectivamente "Novos Regadios Colectivos e Beneficiação dos Tradicionais" e "Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega", direccionando-se para as infraestruturas hidro-agrícolas, têm utilização por parte da Administração Central e Regional, em parceria com Organizações de Agricultores. Trata-se das subacções mais pesadas do AGRIS, em termos financeiros, e a procura está a decorrer conforme o esperado.



Barragem do Carril



### Subacção 5.3, Emparcelamento rural

As operações de emparcelamento são demoradas e complexas, conduzindo não raro a resultados abaixo das expectativas. Existem duas candidaturas aprovadas nesta subacção, ainda sem execução financeira significativa. Dada a adesão pouco significativa, está a ser ponderada a hipótese de outra tipologia de acções.

### Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais

#### Subacção 6.1, Caminhos Agrícolas e Rurais

Relativamente a esta acção, a procura é muito elevada. Assim, houve que redefinir a ponderação dos critérios de prioridade e estão criadas as condições para a efectiva execução a partir de 2003.



Caminhos Agrícolas e Rurais

#### Subacção 6.2, Electrificação

A procura é elevada no caso desta subacção. Admite-se que a recente alteração da portaria que a rege, permitindo o recurso ao mercado (credenciado pela EDP), facilite e agilize os processos e a execução física e financeira.

### Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural

#### Subacção 7.1, Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural

Tem havido grande procura a esta acção, com projectos de apreciável volume financeiro. Tais candidaturas têm sido protagonizadas essencialmente por entidades públicas, em particular por Autarquias Locais.

A prioridade nesta subacção será o reforço da promoção e divulgação desta Medida, com vista a privilegiar o aparecimento de promotores em parcerias público-privadas e a garantir que as candidaturas contemplem acções de dinamização dos espaços a valorizar.

#### Subacção 7.2, Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais

Até ao momento, as candidaturas a esta subacção incidiram no domínio do tratamento ambiental dos efluentes dos lagares de azeite.

Um dos motivos dissuasores de candidaturas nesta subacção parece ser o carácter colectivo dos projectos. Vai apostar-se em novas acções de divulgação, procurando fomentar candidaturas em casos de particular relevo para a região, como são os casos da suinicultura e dos plásticos utilizados na agricultura.



## Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural

Esta acção tem características inovadoras. Destina-se a apoiar a realização de projectos de carácter colectivo, exigindo a necessidade de cooperação e de geração de consensos, e apoia investimentos de cariz imaterial. Corta, de algum modo, com a experiência e as práticas do passado, de cariz marcadamente individual e físico.

Até ao momento existe apenas uma candidatura aprovada, ainda sem execução financeira. O êxito desta acção passará seguramente por um reforço das acções de divulgação e promoção sistemáticas em toda a Região. As situações referidas estão a ser consideradas pela tutela com vista a ultrapassar algumas das dificuldades sentidas.

Estão a decorrer os trabalhos de Avaliação Intercalar do Programa Operacional. Assim sendo, considera-se dever aguardar-se os resultados desse trabalho para, de uma forma mais fundamentada, ponderar as alterações a propor no sentido de ultrapassar as dificuldades detectadas, tanto mais que esta questão foi especificamente colocada à Equipa de Avaliação para ser tida em conta no desenrolar dos trabalhos. Por outro lado considera-se que no âmbito da revisão do Regulamento (CE) n.º 1257/99, no quadro da Reforma da PAC, algumas respostas para as questões identificadas possam surgir.

Em seguida, apresentam-se os indicadores de acompanhamento disponíveis para a Medida. De uma forma geral os indicadores revelam algum atraso na implementação da Medida, decorrente das condicionantes anteriormente indicadas, com particular relevância para os indicadores de "Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta".

Ainda assim, alguns indicadores ultrapassaram já as metas definidas, como são os casos: n.º de "ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais"; n.º de "ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega", ao nível da "Gestão dos Recursos Hídricos e Emparcelamento"; "n.º de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados" e "km de rede viária beneficiada"; e "n.º de projectos de electrificação aprovados", relativos a "Caminhos e Electrificação Agro-Rurais".

Apresentam-se ainda os indicadores de acompanhamento não quantificados, bem como os de avaliação.

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.15.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
<b>MEDIDA 3.15 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (FEOGA)</b>				
<b>Diversificação na Pequena Agricultura</b>				
Nº de projectos aprovados			2.426	422
Ajudas Públicas (1000 Euros)			18.000-22.000	2.507
<b>Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade</b>				
Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas			49	16
Nº de projectos de Incentivos a produtos de qualidade			12	8
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-8.000	1.632
<b>Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta</b>				
Nº de organizações de produtores florestais constituídas			7	2
Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas			20	1
Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados			9	4
Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados			150	0
Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados			800	0
Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos			60.000	0
Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos			40.000	0
Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados			150	0
Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação			1.500	0
Ajudas públicas (1000 Euros)			8.000-12.000	959
<b>Serviços à Agricultura</b>				
Nº de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados			65	0
Nº de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados			160	43
Ajudas públicas (1000 Euros)			12.000-16.000	4.077
<b>Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento</b>				
Nº de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados			60	14
Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais			5.520	5.281
Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais			11.683	17.995
Nº de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados			25	11
Nº de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega			3.562	2.698
Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega			17.138	22.758
Nº de projectos de emparcelamento aprovados			9	2
Nº de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento			4.261	1.958
Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento			11.512	7.365
Ajudas públicas (1000 Euros)			118.000-	54.840
<b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b>				
Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados			20	30
Km de rede viária nova			35	0
Km de rede viária beneficiada			35	42
Nº de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais			1.500	1.381
Nº de projectos de electrificação aprovados			70	81
Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação			350	186
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-6.000	4.219
<b>Valorização do Ambiente e do Património Rural</b>				
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-6.000	2.194
<b>Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural</b>				
Ajudas públicas (1000 Euros)			3.000-5.000	99

Indicadores de acompanhamento não quantificados	INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
<b>Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento</b>	
Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais (Km)	62,6
Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega (Km)	36,2
<b>Caminhos e Electrificação Agro-rurais</b>	
Linhas de média tensão instaladas (Km)	62,150
Linhas de baixa tensão instaladas (Km)	25,966
<b>Valorização do Ambiente e do Património Rural</b>	
N.º de projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	26
Nº de projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	41
<b>Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural</b>	
N.º de projectos aprovados	1

**INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA MEDIDA 3.15.**

Acção/Sub-acção	Indicadores	Valor
1.1 Apoio à pequena agricultura	Varição da margem bruta das unidades apoiadas em euros	553.486
	Varição da margem bruta das unidades apoiadas em %	43,3
	Varição das UTA das unidades apoiadas em %	23,6
	Varição das MB por UTA das unidades apoiadas em %	16,0
1.2 Diversificação de actividades na exploração agrícola + 1.3 Incentivo às actividades turísticas e artesanais	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas - UTA total	0
	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas - UTA jovens	0
	Emprego na agricultura mantido/criado pelas acções apoiadas - UTA mulheres	0
	Valor do Investimento por UTA	0
2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	Varição do VABcf nas unidades apoiadas em euros	1.555.110
	Varição do VABcf nas unidades apoiadas em percentagem	638,0
	Vendas de produtos de qualidade/Vendas nas unidades apoiadas, antes do projecto	98,3
	Vendas de produtos de qualidade/Vendas nas unidades apoiadas, depois do projecto	92,5
2.2 Incentivos a produtos de qualidade	Emprego para os beneficiários não agrícolas mantido/criado pelo apoio relacionado com os produtos locais	9
	Valor do Investimento por posto de trabalho criado	38,8
3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	Área florestal abrangida pelas associações apoiadas em %	12,8
	Nº de produtores florestais abrangidos	69
	Nº de organizações de produtores florestais abrangidos	2
3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	Área florestal abrangida em hectares	985.100
	Área florestal abrangida em percentagem	226,5
3.3 Apoio à prestação de serviços florestais	Área florestal abrangida em hectares	31.725
	Área florestal abrangida em percentagem	7,3
	Explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados em nº	703
	Explorações que recorreram aos serviços florestais apoiados em ha	31.725
3.4 Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	Superfície protegida dos riscos naturais (Incl. Incêndios) em hectares	0
	Superfície protegida dos riscos naturais (Incl. Incêndios) em percentagem	0
3.5 Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	Área florestal de Interesse público coberta por PGI em hectares	0
	Área florestal de Interesse público coberta por PGI em percentagem	0
	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados com o apoio em zonas de rede Natura 2000 ou adjacentes (nº)	0
	Sítios de importância crítica mantidos/melhorados com o apoio em nº de sítios protegidos de riscos naturais ou restabelecidos depois de terem sido danificados por catástrofes naturais	0

Acção/Sub-acção	Indicadores (continuação)	Valor
4.1 Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional em n°	0
	Explorações agrícolas que beneficiaram de uma gestão mais profissional em %	0,0
5.1 - Apenas Novos regadios colectivos	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (n° de explorações beneficiadas)	5.281
	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação em hectares	17.995
	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	11,6
	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% de beneficiários nas explorações com superfície irrigável)	17,2
	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% da área abrangida beneficiada na área irrigável colectiva privada da região)	45,0
	Explorações agrícolas que beneficiaram de aumento de área irrigada graças às acções apoiadas de melhoria da irrigação (% de beneficiários nas explorações com superfície irrigável colectiva privada da região)	159,6
	N° de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (n° de explorações beneficiadas)	2.698
	N° de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (área beneficiada)	22.758
	N° de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% da área abrangida beneficiada na área irrigável da região)	14,73
	N° de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais (% de explorações beneficiadas nas explorações com superfície irrigável)	8,77
5.1 - Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	Construção e reparação de açudes e charcas (mil m3)	0
	Construção e reparação de açudes e charcas em n°	0
5.3.1 Operações de emparcelamento rural	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. N° de explorações beneficiadas / a beneficiar	1.958
	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Área beneficiada / a beneficiar	7.365
	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem da área beneficiada / a beneficiar na área a necessitar emparcelamento	15,2
	Explorações agrícolas que beneficiaram / a beneficiar de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas relacionadas com a estrutura fundiária. Percentagem de explorações beneficiadas / a beneficiar nas explorações a necessitar emparcelamento	70,4
6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Explorações agrícolas que têm acesso a caminhos agrícolas e rurais em %	2,2
6.2 Electrificação	Explorações agrícolas que têm acesso a electrificação em %	0,3
	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas em n°	3.268
7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	População beneficiada com melhoria do ambiente rural graças a acções apoiadas em %	0,4
	Efluentes de lagares de azeite recolhidos/tratados graças a acções apoiadas	0

### Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)

*Objectivo Global: Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização, recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas*

Foram aprovados e homologados 16 projectos de equipamentos desportivos: 5 relativos a grandes campos de jogos; 4 a pistas de atletismo; 1 pavilhão; 4 piscinas; e 2 equipamentos especializados.

No total, o valor atingiu mais de 13,8 milhões de euros de despesa pública, cerca de 39% da dotação para 2000-2006.

A ideia principal que preside à intervenção da Medida Desporto centra-se na criação de condições que permitam aumentar o acesso à prática do desporto no país. Uma ideia que se traduz no objectivo prioritário de comparticipação na construção de infra-estruturas que sejam pertinentes e

capazes de garantir a sustentabilidade da sua eficácia desportiva, permitindo, mormente, a formação e treino desportivos, e a adequabilidade às reais necessidades locais, evitando, assim, desperdícios financeiros e garantindo a continuidade da prática ao longo do percurso de desenvolvimento desportivo dos jovens e dos atletas.

No sentido do cumprimento do quadro definido, estabeleceram-se regras que pretendem promover o exercício de boas práticas, que se traduzam num contributo eficaz na promoção da actividade desportiva no país. Assim:



Pavilhão Gimnodesportivo - Alpiarça

1. Foram introduzidos para cada infra-estrutura desportiva de base, Custos Máximos de Referência, que pretendem balizar os custos efectivos, limitando-os às necessidades reais da prática desportiva e evitando assim desperdícios ou desequilíbrios financeiros, quer nos custos iniciais, quer nos custos de manutenção;
2. Tendo por base o conceito, segundo o qual a qualidade das infra-estruturas se cumpre pela qualidade do suporte ou meio (relvas, pavimentos ou água) de acção dos atletas, e ainda que a flexibilidade e adaptabilidade dos espaços para diversas modalidades é condição essencial da sua sustentabilidade, introduziram-se as seguintes regras, a cumprir sempre que possível:
  - a. Recurso à relva artificial para revestimento de Grandes Campos, permitindo assim menores custos de manutenção, maior durabilidade e uma muito maior capacidade de uso (média de utências por ciclo semanal de 1.245 contra apenas 180 em relvado natural). No sentido de garantir a durabilidade adequada ao investimento, tem-se procurado admitir apenas o sistema de rega periférico, através de canhões, procurando evitar a introdução de linhas de jogo por corte. Dado tratar-se de um novo tipo de equipamento, foram definidas, de acordo com os valores propostos pelas instâncias internacionais que regem as modalidades que utilizam estas infra-estruturas, as características mínimas a que estes equipamentos devem obedecer, nomeadamente na garantia qualitativa da interacção atleta/superfície de jogo;
  - b. Recurso a pistas de atletismo de 4 a 6 corredores, como forma de evitar custos desperdiçáveis e não necessários na grande maioria dos casos;
  - c. Definição da profundidade das piscinas desportivas participáveis pela Medida Desporto em 2,00 metros, permitindo assim a sua utilização pelas três variantes da modalidade — natação pura, pólo aquático e natação sincronizada — com o consequente aumento da sua sustentabilidade desportiva. Foi decidido também recorrer, para o tratamento de águas e por razões de maior segurança sanitária, ao uso do sistema "ultravioletas", prescindindo da forma usual "cloro".



De acordo com a preocupação de melhor utilização dos espaços desportivos, procura-se, nos pavilhões desportivos e para além da exigência de pisos com a capacidade de absorção de impactos, de acordo com as regras desportivas internacionais, estabelecer as dimensões do espaço desportivo útil, em concordância, nas suas dimensões ortogonais, com as necessidades da prática desportiva do andebol e do basquetebol.

Alguns factores condicionaram a implementação normal da Medida, com reflexos nos ritmos de aprovação e execução: os naturais atrasos na tomada de decisões sobre a implementação de novas infra-estruturas no período eleitoral autárquico, em finais de 2001, motivaram um aparecimento tardio de candidaturas, a dificuldade dos promotores cumprirem os prazos inerentes aos procedimentos exigíveis e demonstrarem a pertinência e eficácia dos projectos e a sua adequação às necessidades da Formação e Treino Desportivos, bem como, a razoabilidade dos custos iniciais e de manutenção.

Por outro lado, a partir de Agosto de 2002, o Instituto Nacional do Desporto deixou de ter verbas para o pagamento da componente nacional, verbas essas que só foram repostas em final de Novembro, tendo como consequência, e dados os procedimentos e prazos para a certificação da despesa, uma impossibilidade de criar despesa efectiva até ao final do ano de 2002.



Pista de Atletismo do Jamor

Também os Promotores revelaram algumas dificuldades financeiras para fazerem face às suas responsabilidades na certificação de despesas, com os consequentes atrasos na execução da Medida.

A própria estrutura financeira da Medida na Região em “phasing-out”, estabelecendo mais de 70% do total da verba FEDER disponível para a sua intervenção no período dos três primeiros anos, implica um enorme esforço inicial. Nesta situação, e dada a actual conjuntura, haverá dificuldades em atingir os objectivos do cumprimento da “Regra n+2”, sem que isso venha a comprometer a boa e total utilização do financiamento global disponível.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.16.**

Indicadores	Notas	Quantificação			INDICADORES FISICOS 31/12/2002
		Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.16 - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (FEDER)					
Nº de m <sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	a)	2000	1.88	1.89	
Nº de m <sup>2</sup> de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	a)			30.700	56.592
Nº de intervenções em equipamentos desportivos	a)			11	12

a) Nota explicativa: todos os indicadores são calculados a partir de custos médios de m<sup>2</sup> de área útil de equipamento desportivo e com base no pressuposto que 50% das intervenções serão piscinas cobertas



Os Indicadores Físicos de Acompanhamento definidos no Complemento de Programação encontram-se já cumpridos e ultrapassados em termos de projectos contratualizados. Em termos de área útil desportiva (AuD- terreno de jogo mais as respectivas áreas de segurança), para um objectivo total definido de 30.700 m<sup>2</sup> de construção de novas áreas de prática desportiva, encontra-se contratualizada, já em construção e mesmo com algumas componentes terminadas, 95.724 m<sup>2</sup>.

Esta situação deve-se ao facto de os valores estabelecidos para Indicadores de Acompanhamento, terem sido realizados numa perspectiva das necessidades abstractas que os índices de análise definiam para a Região e de as Candidaturas apresentadas se referirem, em mais de 60%, a Pistas de Atletismo e Grandes Campos de Jogos, situação que determina uma grande área de utilização desportiva a custos globais comparativamente baixos

No que respeita ao indicador de área útil desportiva por habitante, também aqui e pelas mesmas razões, a meta definida em 0,01 m<sup>2</sup>/hab, encontra-se ultrapassada em 0,018m<sup>2</sup>/hab, em termos de aprovações.

### **Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes (FEDER)**

*Objectivo Global: Contribuir para oferecer um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social*

Das 37 candidaturas recepcionadas, foram aprovados e homologados até final de 2002, 25 projectos, num total de quase 101,6 milhões de euros de despesa pública, correspondentes a 38% da dotação global da Medida, repartidos pelas seguintes tipologias:

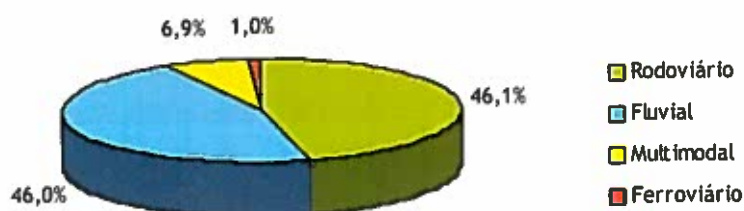
Projectos de Acessibilidades e Transportes

Sector	Aprovados anualmente			Total
	2000	2001	2002	
Rodoviário	5	11	5	21
Fluvial	(1)	2		2
Ferroviário (2)			1	1
Multimodal (2)			1	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>25</b>

(1) Em 2000 foi aprovado o projecto de "Aquisição de seis navios e peças sobressalentes" depois anulado em 2001 por não se terem confirmado os pressupostos de correcta aplicação das regras de contratação pública, o que levou as autoridades portuguesas a optar pela realização de novo concurso.

(2) Estudos

Repartição Modal do Investimento FEDER Aprovado



Desde 2001 que o país está debaixo de um ciclo de menor crescimento económico que não permite mobilizar recursos financeiros na quantidade desejada, admitindo-se que em 2003 e 2004 isso possa constituir um constrangimento com reflexos na execução da Medida de Acessibilidades e Transportes do PORLVT.

A elevada complexidade de alguns dos projectos, nomeadamente do Metro do Sul do Tejo, resultou num atraso significativo na execução da Medida em 2001 e 2002. Entendeu-se, contudo, não proceder a alterações circunstanciais na tipologia dos projectos a financiar, já que se iria provocar o afastamento de importantes objectivos, sem outros benefícios que não fossem aumentar a taxa de execução no curto prazo (1/2 anos), aspecto irrelevante num horizonte mais dilatado (até 2005).

Assim, foi mantida a aposta no grande projecto do Metro do Sul do Tejo e na aquisição de novos barcos de passageiros para a travessia do Tejo em Lisboa, projectos que poderão alterar muito a atractividade do transporte público e tornar efectiva uma transferência modal com significado estatístico ao nível da Área Metropolitana de Lisboa. Estes projectos representam cerca de 75% do FEDER disponível para a Medida.



Aquisição de novos barcos de passageiros

Os indicadores de acompanhamento apresentados em seguida, registam algum atraso que é devido em grande parte aos atrasos registados com os projectos do Metro do Sul do Tejo e de aquisição de navios. Contudo, prevê-se que até em finais de 2003 sejam adquiridos 4 navios, não estando de resto comprometidas as metas fixadas para 2006, com o início ainda em 2003 do projecto do Metro do Sul do Tejo.

**INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.17.**

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
<b>MEDIDA 3.17 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)</b>				
Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	(1)		12,5	
Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	(1)		19	
Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	(1) (2)		55	42,6
Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	(1) (3)		8	
Obras de arte construídas ou a construir*				1
Extensão de estradas beneficiadas ou reparadas*				162,6

Nota: Os valores a 31.12.2002 dizem respeito a projectos fisicamente concluídos, mas ainda sem relatório final

(1) A natureza dos indicadores aconselha a que a medição em 2006 seja feita com base numa quantificação das intervenções efectuadas durante o período

(2) Não se indica a situação de partida por o peso das requalificações/ beneficiações ser demasiado elevado. Por outro lado, a distinção entre requalificação e construção tornaria impraticável o conhecimento exacto dos projectos, classificados de igual modo, para o período perspectivado, situação que não é possível identificar totalmente

(3) A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida

\* Indicadores não incluídos no Complemento de Programação

**Medida 3.18. Ambiente (FEDER)**

*Objectivo Global: Promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais de nível regional*

No decurso de 2002 foram aprovados e homologados 6 projectos, totalizando 17 projectos, no valor de quase 23,2 milhões de euros, sensivelmente 71% da programação global da Medida. Destes, quatro estão já encerrados, um ainda em 2001 e três em 2002.

Pode considerar-se que a Medida tem um grau de implementação satisfatório, quer pelo número de projectos aprovados, quer pelo interesse demonstrado por várias entidades em conhecer o seu conteúdo e disposições no sentido de apresentarem novas propostas de candidatura.



Encerramento de Lixeira

A dificuldade que se evidencia e que, tudo o indica poderá, agravar-se, prende-se com a tipologia de projectos e o seu impacto nos objectivos estabelecidos, quer ao nível dos domínios de intervenção, quer dos indicadores de acompanhamento.

Algumas áreas de intervenção, nomeadamente as previstas na Acção A e na Acção B, têm revelado fraco grau de implementação, o que parece estar relacionado com o facto de serem principalmente da responsabilidade da Administração e por isso exigirem investimento público na realização directa ou no financiamento a entidades terceiras (ex.: ONGA).

O projecto aprovado no âmbito da Acção A - Conservação e valorização do Património Natural consiste na investigação e na produção de material audiovisual de uma gruta de acesso marítimo, que pelas suas características e localização - na Rede Natura 2000 - é uma área relevante para a conservação da natureza. Com este projecto, está-se a promover a valorização e utilização sustentada do património natural, através do desenvolvimento do conhecimento sobre a área em causa e da sua divulgação por diferentes meios, nomeadamente, artigos em edições da especialidade, programas de televisão, exposições em Centros de Interpretação/Educação Ambiental.

Na Acção B - Valorização e Protecção dos Recursos Naturais, estão aprovados dois projectos, um com o objectivo da sensibilização/informação ambiental, relativo a sistemas naturais do litoral; e outro, que compreende a intervenção de uma linha de água, através da recuperação/valorização de um dique que tem um papel fundamental na protecção dos terrenos e populações envolventes.

No âmbito da Acção C - Informação e Gestão Ambientais, os projectos são da responsabilidade dos serviços regionais do ambiente e têm como conteúdo a aquisição de mais e melhores meios, tecnológicos e técnicos, para desempenharem de forma mais eficaz as funções de recolha, sistematização e divulgação de informação sobre diferentes descritores ambientais (ar, água, etc.). Os investimentos realizados nestes projectos são complementares, em várias situações, aos investimentos considerados em projectos de maior dimensão física e financeira, já aprovados ou a apresentar noutros âmbitos, nomeadamente, o Programa Operacional do Ambiente e o Programa da Sociedade de Informação - Medida Regionalmente Desconcentrada.

Os aprovados na Acção D- Melhoria do Ambiente Urbano concorrem todos para a melhoria do ambiente urbano, embora actuando em domínios diferentes, mas complementares, e são factores de melhoria da qualidade de vida das populações.

Relativamente aos indicadores definidos no PO/CP, existem alguns que até 2002 não apresentaram evolução quantitativa, porque a natureza/objecto dos projectos aprovados correspondiam a outros tipos de indicadores.

Assim, apresentam-se os indicadores que correspondem aos projectos aprovados e que registaram alteração quantitativa face à situação de partida:

## INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.18.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002	
	Notas	Situação de partida			
		Ano	Valor		
<b>MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)</b>					
<b>Acção A</b>					
<b>Conservação e valorização do património natural</b>					
% de território abrangido pelo estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs)		2000	5,3	7	0,05
Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza		2000	0	8.000	
<b>Acção B</b>					
<b>Valorização e protecção dos recursos naturais</b>					
Extensão de costa a intervir (nº de km)		2000	-	8	
<b>Acção C</b>					
<b>Informação e gestão ambientais</b>					
Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar		2000	-	6	30
% do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000		2000	0	100	
% do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores		2000	90	100	
<b>Acção D</b>					
<b>Melhoria do ambiente urbano</b>					
Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar		2000	-	2	2
Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana		2000	0	40.000	226.779
Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental		2000		1	1

Nota: As situações de partida não quantificadas referem-se a tipologias de projectos sem correspondência no período de programação precedente

Os projectos aprovados enquadram-se nos objectivos e tipologias definidos para cada uma das Acções que compõem a Medida; assim, é evidente que os mesmos contemplam acções que contribuem para a prossecução dos seus objectivos.

No entanto, alguns desses projectos e respectivos objectivos, pela sua especificidade, não se traduzem nos indicadores constantes do PO/CP, daí que o seu controlo físico se faça através dos indicadores não quantificados, e/ou das respectivas componentes de investimento, como são o "n.º de selagens e regularização de lixeiras" (17 previstas) e a "área de margem da linha de água intervencionada" (5 ha previstos), embora ainda sem realização.

### Medida 3.19. Saúde (FEDER)

*Objectivo Global: Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, com a implementação dos sistemas locais de saúde*

A Medida conta até finais de 2002, com 23 projectos aprovados e homologados, no valor de 36,4 milhões de euros em despesa pública, cerca de 78% da sua dotação global.

Desde o início do QCA III, verificaram-se alterações de política de saúde e estratégias



Extensão de Saúde da Sobreda



definidas para o sector, com impacto na Medida 3.19.

Um dos reflexos destas alterações foi a mudança de Coordenadores, perspectivando cada um diferentes abordagens e orientações relativamente à Coordenação da Medida e à dinâmica imprimida ao desenvolvimento dos projectos a homologar e em curso.

Nos projectos aprovados na Região de Lisboa e Vale do Tejo, há que salientar algum atraso na execução física dos projectos, que se devem em grande parte à alteração de políticas, estratégias e Coordenação da Medida.

Também os procedimentos relacionados com a adjudicação das empreitadas são outra fonte de problemas para o início da execução física e financeira dos projectos, particularmente no que se refere à aplicação do diploma das despesas públicas. Por outro lado, os procedimentos relacionados com o contrato e Visto do Tribunal de Contas têm igualmente implicações no desenvolvimento dos projectos.



Extensão de Saúde do Feijó

De salientar, ainda, que não foi criada a estrutura de Apoio Técnico a nível da Coordenação da Medida, o que certamente daria outra dinâmica ao acompanhamento dos projectos, quer a nível da sua execução física, quer financeira. Não obstante, o Projecto de Assistência Técnica anterior será reformulado para suprir estas deficiências.

#### INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.19.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.19 - SAÚDE (FEDER)					
Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	8
Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões			N.A. b)	15	11
Nº de intervenções de remodelação e adequação de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	10	
Nº de intervenções em equipamento de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	7	
Nº de novas Infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	
Nº de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais	Intervenções selectivas a)		6	18	

a) Intervenções prioritárias, criteriosamente seleccionadas para melhorar o acesso e/ou criar modelos de qualidade assistencial em cuidados de saúde primários ("primary health care") ou novos tipos de resposta em cuidados hospitalares.

b) Não aplicável, dado o carácter selectivo das intervenções previstas.

Se analisarmos os indicadores de acompanhamento da Medida, verificamos que apenas estão disponíveis valores para o n.º de intervenções em centros de saúde e em equipamentos, apresentando estes uma trajectória de cumprimento de acordo com as metas a atingir em 2006.



Globalmente o Eixo 3 - **Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas**, e o seu conjunto diferenciado de Medidas, ao transferir para o Programa Regional um conjunto de investimentos e de acções de desenvolvimento integradas em intervenções sectoriais, visa aumentar a eficácia das políticas públicas e, simultaneamente, modernizar a administração e corresponder aos desafios institucionais decorrentes do desenvolvimento do País.

Pretendeu-se assegurar assim, a concertação estratégica entre finalidades sectoriais e territoriais de forma a potenciar as intervenções a realizar.

A Prioridade Estratégica "Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região, que é operacionalizada por este Eixo Estratégico, integra três campos de actuação:

- **Redes de Infraestruturas e Equipamentos** referente aos domínios: do ambiente; acessibilidades e transportes; saúde; educação e desporto.

Face aos projectos aprovados registou-se um contributo forte na área de informação e gestão ambiental, melhoria do ambiente urbano, implementação dos sistemas de saúde e infraestruturas de educação pré-escolar.

E um contributo menor no que se refere à conservação e valorização do património natural, valorização e protecção dos recursos naturais, melhoria das acessibilidades regionais e estruturação de redes de equipamentos desportivos, face aos valores programados.

- **Qualificação dos Recursos Humanos e Promoção do Emprego**, referente aos domínios: da ciência, tecnologia e inovação; sociedade de informação; ensino profissional; formação, emprego e coesão social.

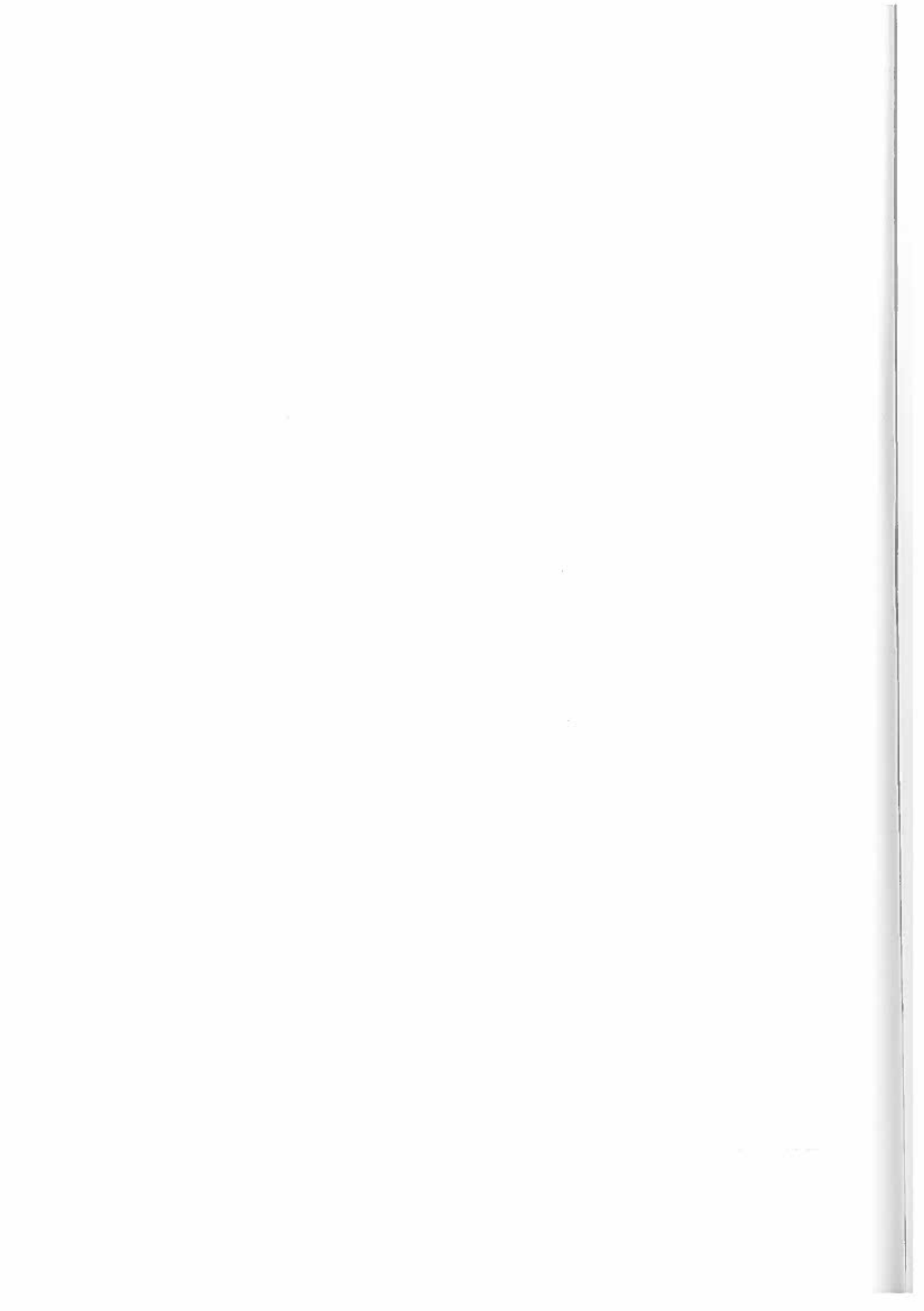
Os projectos aprovados apontam para o desenvolvimento de acções que dão um contributo forte às áreas da consolidação do ensino profissional, da melhoria da qualificação de base da população activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida, da inserção sócio-profissional, do combate ao desemprego de longa duração e à exclusão, da promoção da transição adequada dos jovens para a vida activa e da cultura científica e tecnológica

Contributo menor registou-se na área da modernização da administração pública, tendo a reflexão e definição de estratégias no âmbito da sociedade de informação levado à inexistência de acções relativas ao Portugal Digital.

- **Reforço das Actividades Económicas** respeitante aos domínios: da sustentabilidade económica; pescas e agricultura e desenvolvimento rural.

Neste campo de actuação os projectos relativos à conversão do consumo de energia para o gás natural, bem como, à expansão da sua rede de distribuição e os relativos à melhoria das infraestruturas de portos foram as áreas que concentraram os investimentos aprovados.

Menor contributo para prossecução dos objectivos inerentes a esta Prioridade Estratégica, neste campo de actuação, foi dado pelos projectos da medida agricultura e desenvolvimento rural, que manifestou desarticulação face às necessidades regionais bem como, e pela vertente das áreas de localização empresarial cuja legislação ainda não foi concluída, não se verificando assim qualquer aprovação neste contexto.



## CAPÍTULO III - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO POR LVT

### III.1. PROGRAMAÇÃO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA

No quadro seguinte apresenta-se o peso relativo de cada Medida no total da programação e por ordem decrescente, por forma a poder-se aferir da pertinência da boa implementação de cada Medida na execução financeira do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo.

PESO RELATIVO DAS MEDIDAS NA DOTAÇÃO DO POR LVT

Peso na Prog. PORLVT	Eixos/Medidas do PORLVT	Fundo	Programação Fundo 2000-2006	% Programação do Fundo	% Programação PORLVT
> 6%	Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	177.073.000	19,4%	12,2%
	Medida 3.10. Economia	FEDER	158.370.070	17,4%	10,9%
	Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	132.119.938	14,5%	9,1%
	Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	105.009.000	98,0%	7,2%
	Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	97.539.299	22,6%	6,7%
	Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	90.781.000	10,0%	6,3%
3% - 6%	Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	80.673.647	8,9%	5,6%
	Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	77.452.000	18,0%	5,3%
	Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	74.310.708	8,2%	5,1%
	Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	73.016.000	16,9%	5,0%
	Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	61.668.000	14,3%	4,3%
1% - 3%	Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	42.187.513	4,6%	2,9%
	Medida 3.19. Saúde	FEDER	34.976.000	3,8%	2,4%
	Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	33.001.171	7,7%	2,3%
	Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	29.219.937	6,8%	2,0%
	Medida 3.18. Ambiente	FEDER	24.594.900	2,7%	1,7%
	Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	21.981.054	2,4%	1,5%
	Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	19.835.000	2,2%	1,4%
	Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	19.477.000	4,5%	1,3%
	Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	17.679.000	4,1%	1,2%
< 1%	Medida 3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	12.442.000	1,4%	0,9%
	Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	11.374.667	1,2%	0,8%
	Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	9.780.421	1,1%	0,7%
	Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	7.842.512	1,8%	0,5%
	Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	7.591.235	0,8%	0,5%
	Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	7.510.660	1,7%	0,5%
	Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	6.200.000	0,7%	0,4%
	Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	4.529.421	1,1%	0,3%
	Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	3.493.556	0,4%	0,2%
	Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	2.651.945	0,3%	0,2%
	Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	2.143.000	2,0%	0,1%
	Medida 3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	1.984.000	0,5%	0,1%
	Eixo Prioritário 1			380.236.590	-
Eixo Prioritário 2			135.233.093	-	9,3%
Eixo Prioritário 3			933.037.971	-	64,4%
FEDER			910.436.654	-	62,9%
FSE			430.919.000	-	29,7%
FEOGA			107.152.000	-	7,4%
Total			1.448.507.654	-	100,0%

unid: euros

Da sua análise podemos concluir que 6 Medidas do Programa têm um peso conjunto de 50% na programação, derivado da própria tipologia dos projectos contemplados, como é o caso da

Economia e das Acessibilidades e Transportes, que se caracterizam por investimentos de avultada dimensão financeira (por ex. redes de distribuição de gás e construção de rodovias), mas igualmente por uma aposta estratégica e necessidade de investimentos em outras áreas estruturantes, como sejam: a Agricultura e o Desenvolvimento Rural; o Desenvolvimento Social; e a Valorização do Ambiente e do Património, estes últimos assumem um papel de fulcral importância nas prioridades manifestadas pelas populações.

Também com bastante importância surgem, num segundo patamar, várias Medidas ligadas ao Emprego e Qualificação, bem como a Acções Específicas de Valorização Territorial.

Ao fazermos a análise ao nível de peso no Fundo respectivo, registe-se para além do peso das Acessibilidades e Equipamentos (Medidas 1.1. e 3.17.) no FEDER; o peso da Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural no FEOGA com 98%; e da Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social, com quase um quarto do peso do Fundo FSE (22,6%).

### III.2. APROVAÇÕES

Partindo da análise do quadro na página seguinte, podemos aferir, Medida a Medida, qual a efectiva implementação do Programa Operacional em termos dos valores de candidaturas aprovadas e homologadas até final de 2002, que representam 58,6% da dotação global de fundos.

Assim, com um grau de aprovações/homologações que podemos considerar muito bom (acima de 75%), estão: a Medida 3.9. - Ensino Profissional (FSE), que regista um "overbooking" de 7,4%; e a Medida 1.6. - Bonificação de Juros em linhas de crédito ao Investimento Autárquico (FEDER), com um "overbooking" de 2,9%. Seguem-se, ao nível do FSE, as Medidas 3.2.- Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade; 3.3. - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados; e 3.4 - Criação de Emprego. Ao nível do FEDER, incluem-se as Medida 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial (88,9%); e 3.19. - Saúde (78,1%). Em termos de FEOGA-O, destaca-se a Medida 3.22 - Assistência Técnica, que não obstante estar entre as de maior volume de aprovação relativa, conta, como já vimos, apenas com 2% para o total de dotação do FEOGA-O no POR LVT.

Por outro lado, com fraco desempenho em termos de aprovações (abaixo dos 50%, tendo em conta o "phasing-out" da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a exigência em termos de programação dos primeiros anos), temos a 3.17. - Acessibilidades e Transportes, com um forte peso em termos de dotação FEDER, o que condiciona os valores globais deste fundo, muito por consequência de derrapagens nos prazos de aprovação e execução do Metro do Sul do Tejo, que absorverá mais de 50% da dotação em fundo da Medida. De salientar ainda as Medidas 2.1. e 2.2- Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componentes Territorial e Emprego, respectivamente, que registam um atraso muito significativo relacionado com a complexidade das candidaturas Polis, já referenciadas no capítulo da análise de eficácia das Medidas.



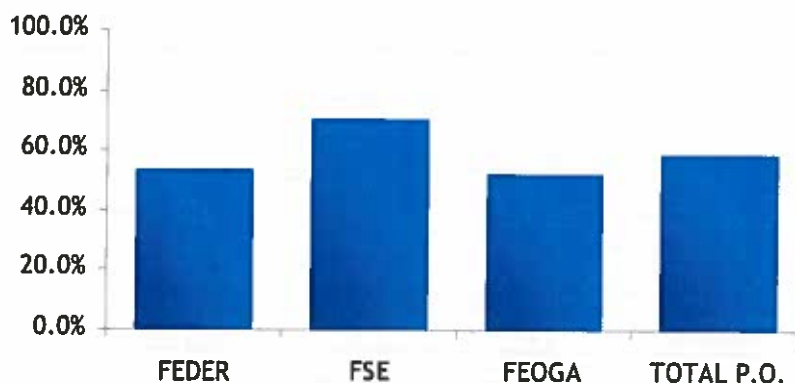
## PESO DAS APROVAÇÕES HOMOLOGADAS NA DOTAÇÃO DO POR LVT

% Prog. Aprovada	Eixos/Medidas do PORLVT	Fundo	Aprovações Fundo 2000-2006	Programação Fundo 2000-2006	% Programação 2000-2006 Aprovada
> 75%	Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	35 446 097	33 001 171	107.4%
	Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	2 728 590	2 651 945	102.9%
	Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	65 433 692	73 016 000	89.6%
	Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	80 709 134	90 781 000	88.9%
	Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	1 840 431	2 143 000	85.9%
	Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	15 619 375	19 477 000	80.2%
	Medida 3.19. Saúde	FEDER	27 324 029	34 976 000	78.1%
50%-75%	Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	47 196 968	61 668 000	76.5%
	Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	2 599 973	3 493 556	74.4%
	Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	4 599 012	6 200 000	74.2%
	Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	71 815 413	97 539 299	73.6%
	Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	56 128 899	77 452 000	72.5%
	Medida 3.18. Ambiente	FEDER	17 385 343	24 594 900	70.7%
	Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	5 346 003	7 591 235	70.4%
	Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	109 280 366	177 073 000	61.7%
	Medida 3.10. Economia	FEDER	95 195 949	158 370 070	60.1%
	Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	25 176 372	42 187 513	59.7%
	Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	10 973 878	19 835 000	55.3%
25%-50%	Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	53 967 104	105 009 000	51.4%
	Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	31 884 716	74 310 708	42.9%
	Medida 3.12. Sociedade da Informação	FEDER	5 044 373	12 442 000	40.5%
	Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	53 259 601	132 119 938	40.3%
	Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	8 274 644	21 981 054	37.6%
	Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	3 491 178	9 780 421	35.7%
	Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	6 058 333	17 679 000	34.3%
<25%	Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	1 138 929	4 529 421	25.1%
	Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	2 829 777	11 374 667	24.9%
	Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	4 613 211	29 219 937	15.8%
	Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	1 090 779	7 510 660	14.5%
	Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	2 283 099	80 673 647	2.8%
	Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0	7 842 512	0.0%
Medida 3.13. Sociedade da Informação		FSE	0	1 984 000	0.0%
Eixo Prioritário 1			233 815 029	380 236 590	61.5%
Eixo Prioritário 2			28 598 400	135 233 093	21.1%
Eixo Prioritário 3			586 321 839	933 037 971	62.8%
		FEDER	488 386 038	910 436 654	53.6%
		FSE	304 541 695	430 919 000	70.7%
		FEOGA	55 807 535	107 152 000	52.1%
Total			848 735 268	1 448 507 654	58.6%

unid: euros

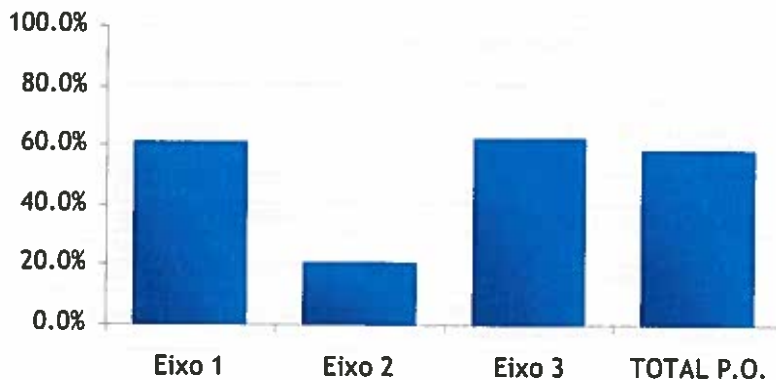
Podemos assim, numa primeira análise e tendo também em conta os resultados do estudo do peso relativo das Medidas na dotação do programa e do respectivo fundo (vide, secção anterior), concluir que o FSE conta com um bom nível de aprovações, cerca de 70,7% do total da sua dotação global, enquanto o FEDER com 53,6% e o FEOGA-O com 52,1% registam valores abaixo do que seria expectável, dadas as exigências de execução do PORLVT, nos primeiros anos de programação.

**Aprovações Homologadas Acumuladas por Fundo em % da Programação Fundo 2000-2006**



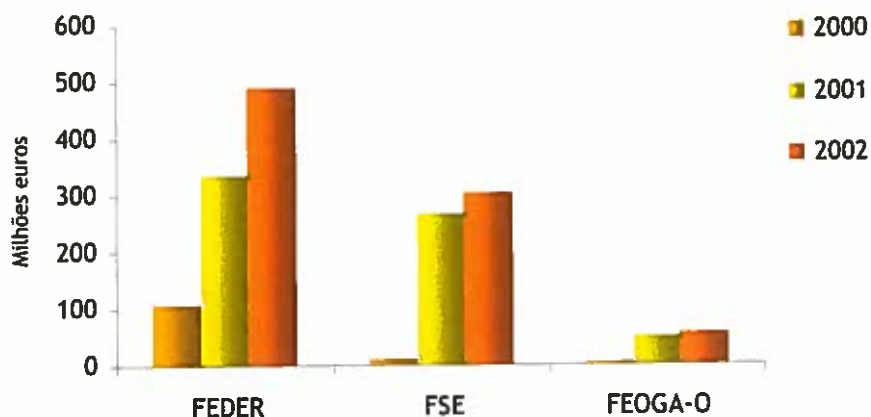
Verificando o nível de aprovações 2000-2006 de cada eixo, constatamos que o maior atraso se verifica no Eixo Prioritário 2, em virtude dos atrasos já mencionados na implementação das Medidas 2.1. e 2.2. Os Eixos 1 e 3 atingem em finais de 2002 pouco mais de 60% da sua dotação global.

**Aprovações Homologadas Acumuladas por Eixo em % da Programação Fundo 2000-2006**



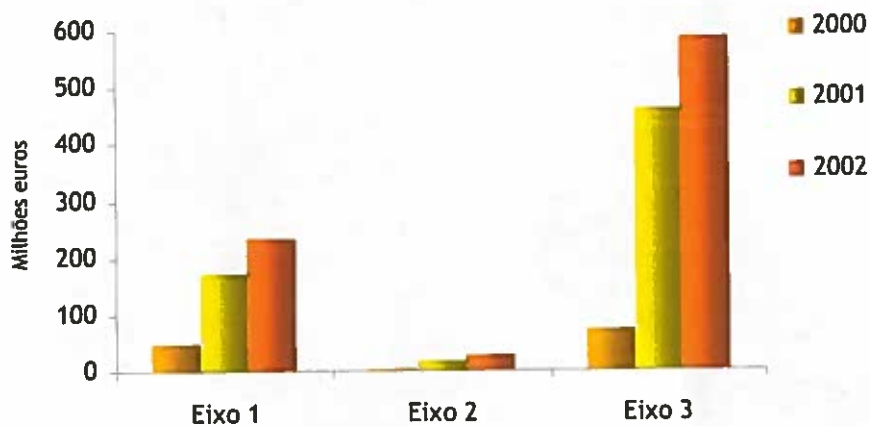
No gráfico seguinte, podemos observar o volume de aprovações acumuladas por ano, verificando-se algum abrandamento no ritmo das aprovações comparativamente a 2001, principalmente ao nível do FSE, o que é explicável pelo facto de este fundo ter absorvido mais de 70% da sua programação global e dos próximos anos serem menos exigentes em termos de programação, devido ao "phasing-out".

**Evolução Aprovações Homologadas Acumuladas por Fundo  
(Fundo)**



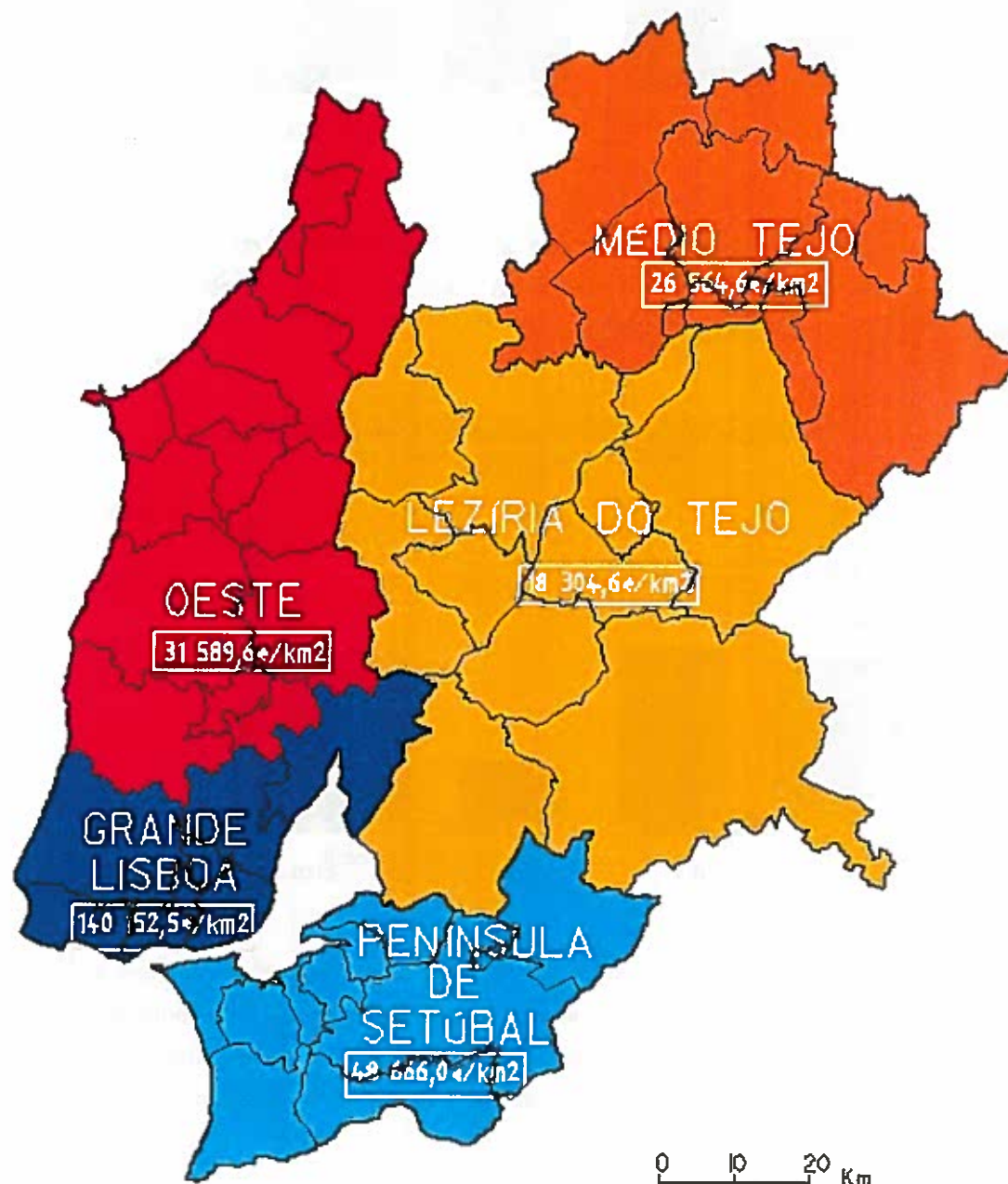
Ao nível de cada Eixo Prioritário, verifica-se algum abrandamento no ritmo de aprovações, principalmente em termos do Eixo 3, reflectindo também o nível decrescente em termos de exigência da programação para os próximos anos.

**Evolução Aprovações Homologadas Acumuladas por Eixo  
(Fundo)**



Considerando a parcela regionalizável dos projectos co-financiados pelo FEDER, o valor aprovado de Fundo por Km<sup>2</sup> para a RLVT ronda os 19 039.0 €, tendo o Oeste aprovados 31 589.6 €/Km<sup>2</sup>; a Grande Lisboa 140 152.5 €/Km<sup>2</sup>; a Península de Setúbal 48 666.0 €/Km<sup>2</sup>; o Médio Tejo 26 564.6 €/Km<sup>2</sup> e a Lezíria do Tejo 18 304.6 €/Km<sup>2</sup>

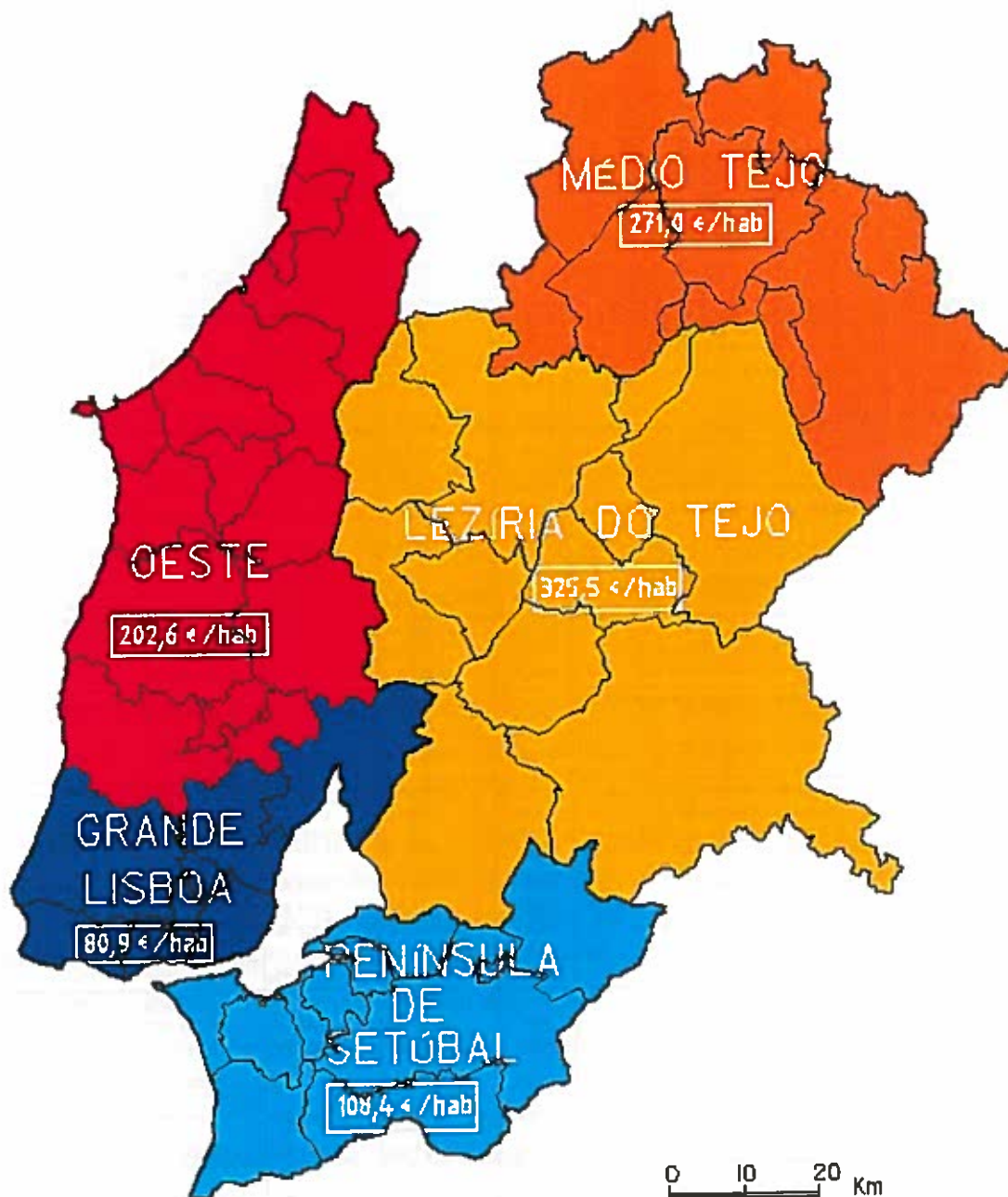
**FEDER aprovado/Km<sup>2</sup>**





Considerando a parcela regionalizável dos projectos co-financiados pelo FEDER, o valor aprovado de Fundo por habitante para a RLVT ronda os 65.0 €, tendo o Oeste aprovados 202.6 €/hab.; a Grande Lisboa 80.9 €/hab.; a Península de Setúbal 108.4 €/hab.; o Médio Tejo 271.0 €/hab. e a Lezíria do Tejo 325.5 €/hab.

**FEDER aprovado/habitante**





### III.3. EXECUÇÃO

O ano de 2002 constituiu o ano em que o Programa Operacional entrou numa fase normalizada de implementação, depois de 2001 ter sido considerado o ano de arranque, com todas as implicações que isso trouxe ao nível da organização dos sistemas de gestão e acompanhamento, de publicação de legislação e regulamentação. No quadro seguinte podemos, verificar os valores de execução para as diferentes Medidas do Programa, hierarquizadas pelo nível de absorção de fundos comunitários programados para o período 2000-2002.

#### EXECUÇÃO DO POR LVT

% Prog. 2000-2002	Eixos/Medidas do PORLVT	Fundo	2000-2002	2000	2000-2002	Execução em % Programação 2000	Execução acumulada em % Prog. 2000-2002
			Execução Fundo Acumulada*	Programação Fundo	Programação Fundo		
> 80%	Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	22 220 590	7 646 000	22 786 130	291%	98%
	Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	60 627 256	22 021 000	65 632 000	275%	92%
	Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	45 307 448	17 486 000	52 115 000	259%	87%
	Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	11 243 525	4 397 000	13 105 000	256%	86%
50%-80%	Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	32 364 623	13 923 000	41 496 000	232%	78%
	Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	48 430 890	21 030 402	62 678 845	230%	77%
	Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	1 088 653	496 451	1 479 618	219%	74%
	Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	32 390 760	16 485 302	49 131 546	196%	66%
	Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	77 398 585	41 020 858	122 258 245	189%	63%
	Medida 3.10. Economia	FEDER	61 434 937	44 323 046	98 583 534	139%	62%
30%-50%	Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	13 968 383	9 773 174	29 127 893	143%	48%
	Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	1 938 976	1 436 297	4 280 728	135%	45%
	Medida 3.19. Saúde	FEDER	10 768 216	8 103 523	24 150 993	133%	45%
	Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	2 071 484	2 265 000	6 755 000	91%	31%
	Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	4 503 622	5 092 150	15 176 601	88%	30%
15%-30%	Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	3 334 433	3 991 000	11 895 000	84%	28%
	Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	1 478 602	1 789 000	5 301 000	83%	28%
	Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	13 540 149	17 214 880	51 307 094	79%	26%
	Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	23 012 085	29 542 018	88 044 726	78%	26%
	Medida 3.18. Ambiente	FEDER	4 447 358	5 775 858	17 114 292	77%	26%
	Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	14 461 327	24 326 567	72 502 710	59%	20%
	Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	1 413 755	2 565 714	7 652 825	55%	18%
	Medida 3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	1 376 214	1 348 000	7 952 000	102%	17%
< 15%	Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	379 119	1 049 296	3 127 314	36%	12%
	Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	2 284 956	6 769 120	20 174 633	34%	11%
	Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	536 565	1 698 903	5 063 399	32%	11%
	Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	185 542	614 352	1 831 010	30%	10%
	Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	85 346	648 000	2 445 998	13%	3%
	Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	1 772 043	18 688 924	55 700 322	9%	3%
	Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0	1 816 803	5 414 785	0%	0%
	Medida 3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	0	349 000	1 546 000	0%	0%
	Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	0	4 595 000	13 696 000	0%	0%
	Eixo Prioritário 1			143 779 100	88 085 909	262 530 555	163%
Eixo Prioritário 2			16 119 545	31 328 197	93 370 314	51%	17%
Eixo Prioritário 3			334 166 797	218 867 532	623 625 372	153%	54%
FEDER			267 826 186	215 826 196	614 057 106	124%	44%
FSE			210 689 277	97 632 424	291 486 807	216%	72%
FEOGA			15 549 979	24 823 018	73 982 328	63%	21%
Total			494 065 442	338 281 638	979 526 241	146%	50%

\* Despesa validada pela Autoridade de Gestão e certificável pela Autoridade de Pagamento

unid: euros

Assim, a execução acumulada do PORLVT representava a 31.12.2002, 75% da programação conjunta de 2000 e 2001, o que assinala algum esforço de recuperação face aos valores verificados nos anos transactos, embora não suficiente para recuperar os atrasos relativamente à programação.

As 4 Medidas com melhor desempenho de execução (acima de 80% da absorção de fundos para o período 2000-2002, são Medidas FSE, o que justifica em muito as diferentes performances ao nível de cada fundo. Registe-se ainda, o facto da Medida 3.9. - Ensino Profissional, seguida pela Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social, registarem uma absorção quase total dos fundos em execução (98% e 92% respectivamente).

Ao nível das Medidas de mais fraca execução (abaixo de 15%), contam-se as Medidas 2.1. e 2.2 muito aquém dos objectivos estabelecidos e condicionadas pelo volume de aprovações; a Medida 3.13. Sociedade da Informação (FSE) ainda sem aprovações, seguidas pela 3.11. - Ciência, Tecnologia e Inovação, condicionada pelo facto dos projectos Centro de Ciência Viva exigirem uma grande concertação de intervenientes e da sua implantação se efectuar em edifícios antigos necessitados de obras, património de autarquias.

A Medida 1.6. - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico, que regista um "overbooking" nas aprovações, apresenta uma execução de apenas 10% da dotação 2000-2002, o que é justificado pelo facto da execução financeira aprovada ter uma maior incidência nos anos de 2004, 2005 e 2006, decorrente das próprias contingências em que se processa a aprovação de candidaturas e as condições de pagamento dos juros às entidades bancárias, que decorre do protocolo celebrado entre as instituições de crédito e a CCRLVT.

A Medida 3.7. conta com um fraco desempenho de execução, uma vez que a análise é efectuada em termos de fundo e os projectos têm uma duração plurianual em que a intensidade da participação privada é maior no início e só com o seu desenvolvimento é que os apoios do fundo compensam parte do investimento. Se o cálculo for efectuada em termos de custo total, então a taxa de execução sobe para quase 30% da programação 2000-2002. Por outro lado, o facto da regulamentação específica da Tipologia de Projecto 3.7.3 ter sido publicada apenas em 2002 e do contrato-programa com o IEFP para a execução da Tipologia de Projecto 3.7.1 ter sido celebrado apenas em Abril de 2002, condicionaram a implementação da Medida. Dado que os pedidos de pagamento só deram entrada no ano 2003, foi considerada com execução nula em 2002, se bem que tenha tido execução.

Da análise da execução, por Medida, na componente FSE, verifica-se que apresentam um nível de execução semelhante, à excepção da Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas, que demonstra um nível de execução ligeiramente mais baixo do que as restantes. Porém, é de referir que esta é uma Medida com acções de carácter transversal onde existem Tipologias de Projecto, que pela sua especificidade só foram abertas a candidaturas mais recentemente, após a publicação dos respectivos Regulamentos Específicos, conforme já se fez referência. É por isso, naturalmente, uma Medida cuja execução será recuperada no decorrer de 2003 e 2004.

A Medida 3.12. - Sociedade da Informação (FEDER), apresenta igualmente um desvio face ao programado, com uma execução de apenas 17% do programado 2000-2002, sobretudo devido a atrasos verificados no arranque dos projectos e o conhecimento da homologação dos projectos apenas no final do ano, o que implicou atrasos nos concursos públicos de aquisição de material e serviços. Tendo sido analisadas todas as situações em particular, ficou o alerta para a necessidade de um controlo mais apertado durante o restante período de execução.

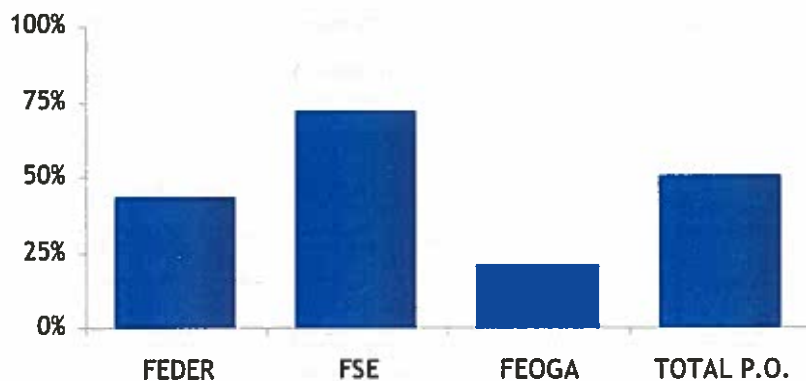
Na Medida 3.14. Pescas - Infra-estruturas de Portos: a evolução é positiva (28% da dotação 2000-2002), comparando com 2001 em que não houve qualquer execução, em grande parte derivado da demora na emissão da Declaração de Incidência Ambiental, necessária à aprovação dos mesmos, que consequentemente dificultou a sua execução financeira.

Ao nível da Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes - os atrasos na aprovação do Metro do Sul do Tejo, condicionaram como já foi referido a implementação plena da Medida e para efeitos desta análise da execução.

No caso da Medida 3.18. - Ambiente, a execução (26% da dotação 2000-2002) está longe de ter um quadro semelhante ao das aprovações (70,7% da programação total), com a maioria dos projectos a registarem acentuados atrasos na realização física e financeira relativamente à programação prevista e aprovada, situação que se prende com o tipo de projectos em causa, especialmente os de maior dimensão física e financeira que são os de encerramento de lixeiras, porque envolvem vários processos de obra que são susceptíveis, pelas suas especificidades técnicas, de frequentes ajustamentos nos trabalhos e no calendário de execução.

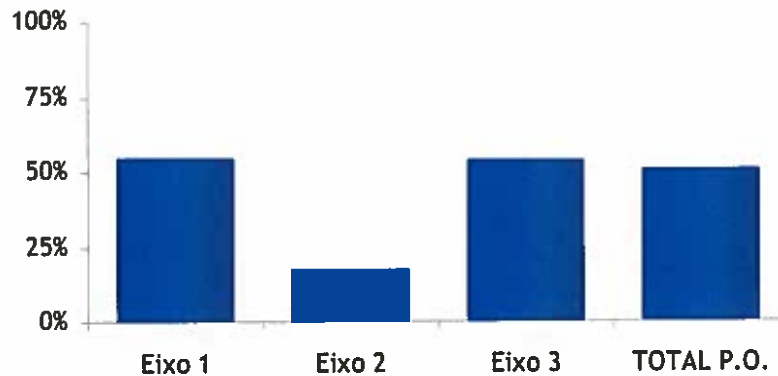
Em termos da execução acumulada por Fundo Estrutural podemos observar no gráfico seguinte que o fundo com melhor ritmo de execução é o FSE, com 72% da dotação 2000-2002, seguido do FEDER com 44% e do FEOGA com 21%.

Execução Acumulada por Fundo em % da Programação  
Fundo 2000-2002



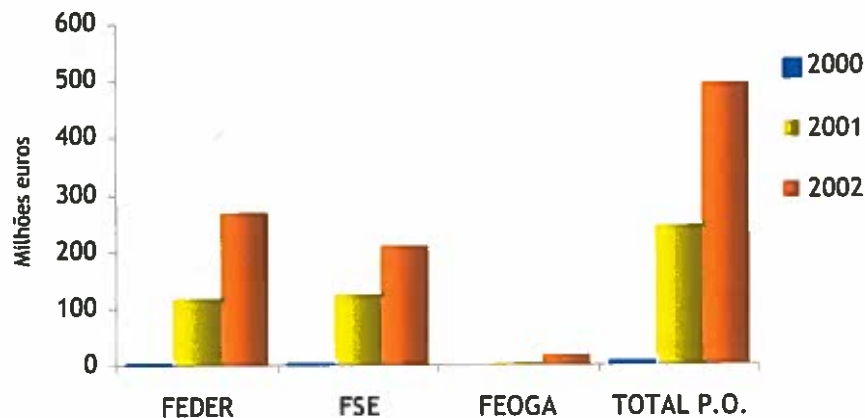
Por Eixo Prioritário, à semelhança da análise realizada para as homologações, o Eixo 2 revela grandes atrasos, com apenas 17% da dotação 2000-2002 executada, enquanto os Eixos 1 e 3, com respectivamente 55% e 54% da dotação para o mesmo período, se encontram num patamar de execução superior, ainda que bastante aquém das previsões iniciais.

Execução Acumulada por Eixo em % da Programação  
Fundo 2000-2002

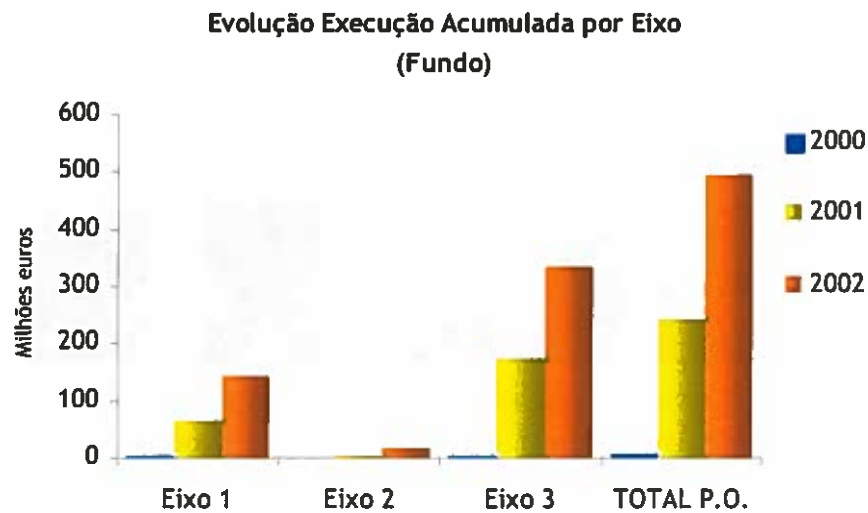


O ritmo de execução ao longo de 2002 caracterizou-se por uma continuidade do esforço de recuperação, verificando-se algumas diferenças por fundo estrutural, tendo o ritmo do FSE abrandado face a 2001 (menos 27% de execução), aumentando o do FEDER (mais 35%) e principalmente o do FEOGA, que passou de 2,5 milhões de euros executados até 2001, para 13 milhões em 2002 (quatro vezes mais). Estas diferenças reflectem também diferentes necessidades de recuperação face ao programado.

Evolução Execução Acumulada por Fundo  
(Fundo)



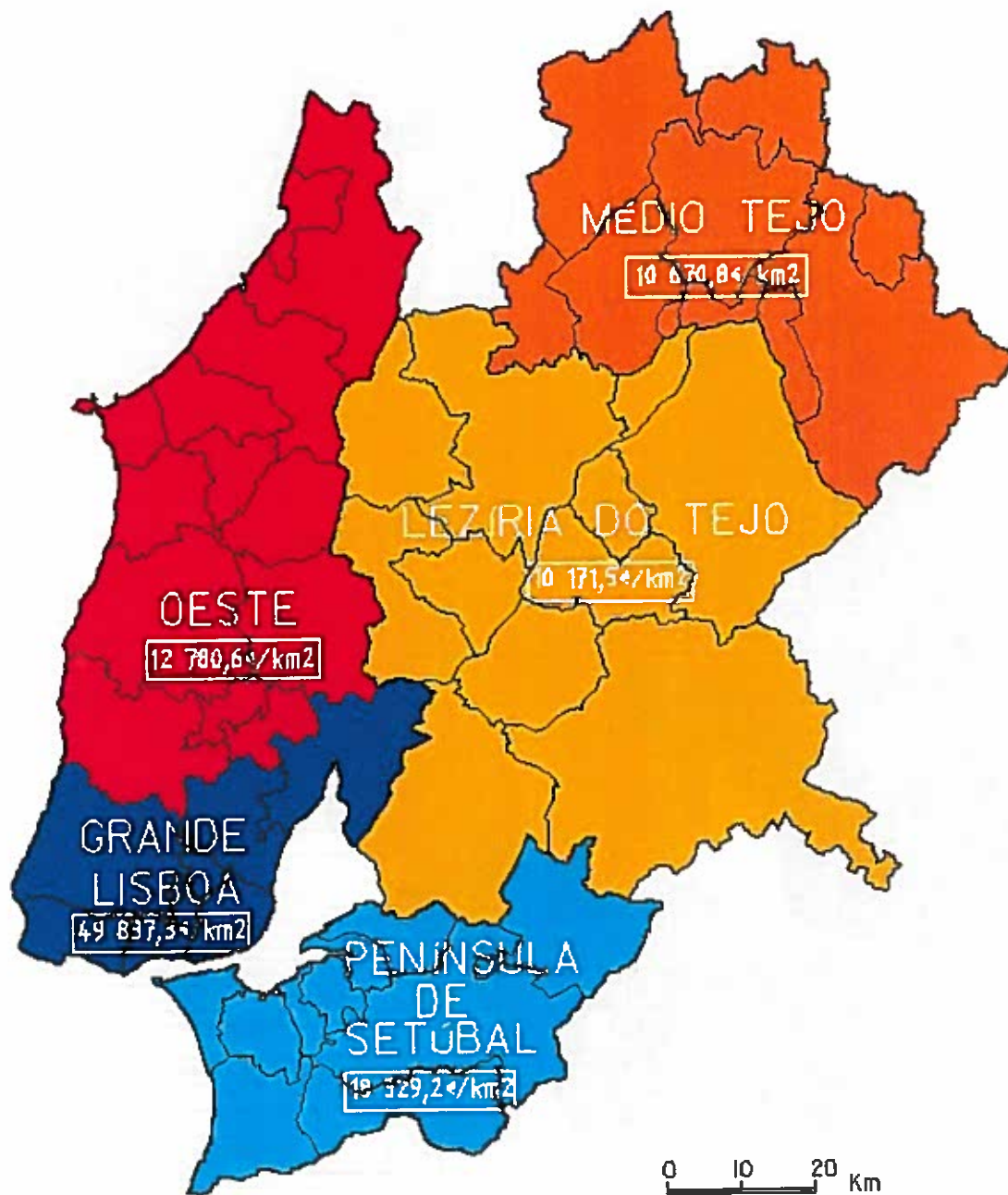
A evolução da execução por Eixos Prioritários reflecte um esforço do Eixo 2 em recuperar o grande atraso face à programação, passando de 4,3 milhões de euros executados no final de 2001, para 11,31 em 2002, um reforço do Eixo 1 que executou em 2002 mais 26% que em 2001 e uma pequena contracção do Eixo 3 de 4% face à execução de 2001.





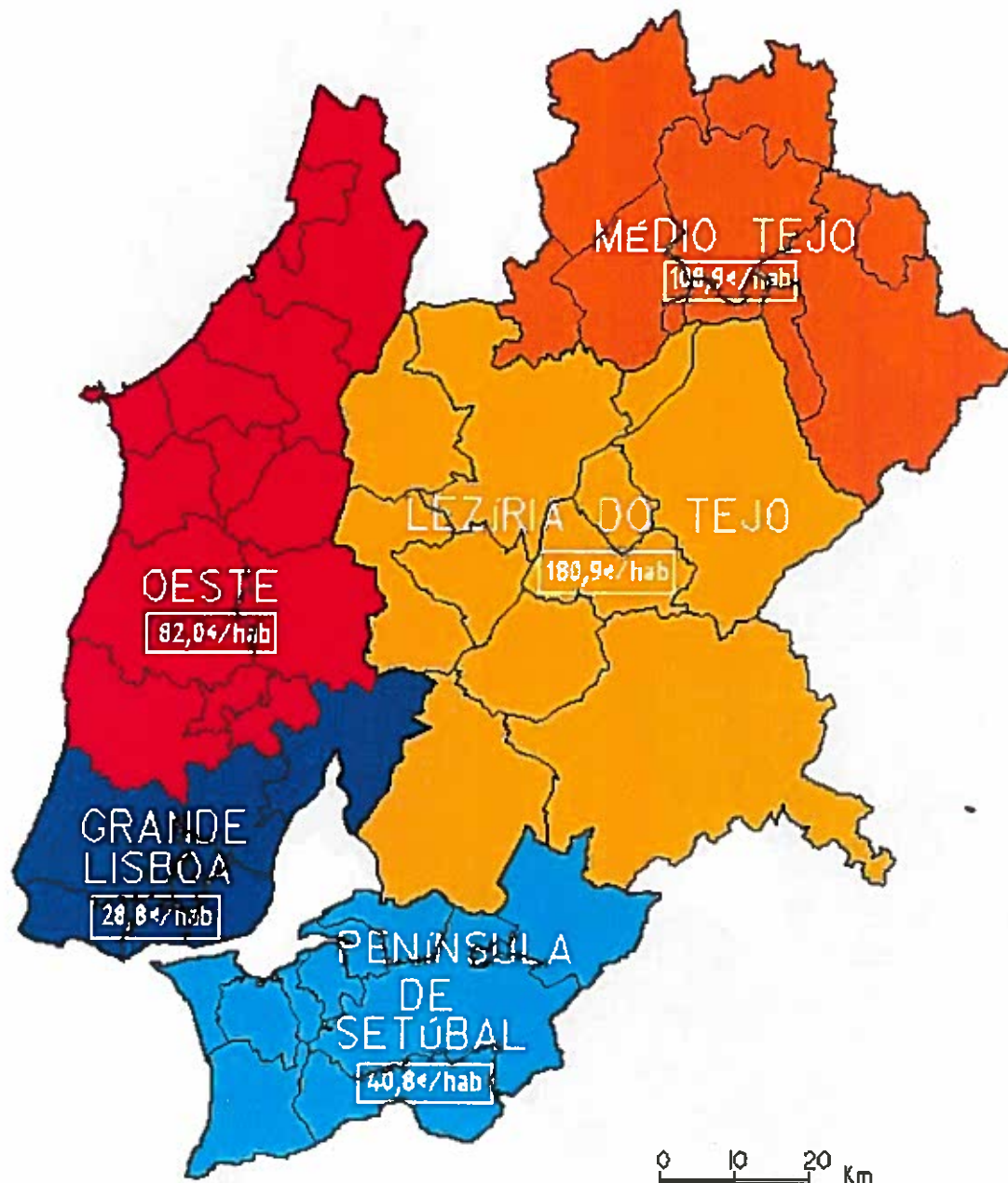
Considerando a parcela regionalizável dos projectos co-financiados pelo FEDER, o valor executado de Fundo por Km<sup>2</sup> para a RLVT ronda os 7 789.9 €/Km<sup>2</sup>, tendo o Oeste aprovados 12 780.6 €/Km<sup>2</sup>; a Grande Lisboa 49 837.3 €/Km<sup>2</sup>; a Península de Setúbal 18329.2 €/Km<sup>2</sup>; o Médio Tejo 10670.8 €/Km<sup>2</sup> e a Lezíria do Tejo 10 171.5 €/Km<sup>2</sup>

**FEDER executado/Km<sup>2</sup>**



Considerando a parcela regionalizável dos projectos co-financiados pelo FEDER, o valor executado de Fundo por habitante para a RLVT ronda os 26.6 €, tendo o Oeste aprovados 82.0 €/hab.; a Grande Lisboa 28.8 €/hab.; a Península de Setúbal 40.8 €/hab.; o Médio Tejo 108.9 €/hab. e a Lezíria do Tejo 180.9 €/hab.

**FEDER executado/habitante**



### III.4. TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO

As taxas de comparticipação das diferentes Medidas, em termos de homologações e execução acumulada, são apresentadas no quadro seguinte.

TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO DO POR LVT

Medida	Fundo	Programação 2000-2006		Aprovações Homologadas 2000-2006		Execução 2000-2002	
		Tx. Compart. Custo Total	Tx. Compart. Despesa Pública	Tx. Compart. Custo Total	Tx. Compart. Despesa Pública	Tx. Compart. Custo Total	Tx. Compart. Despesa Pública
Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	65%	65%	61%	61%	61%	61%
Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	65%	65%	62%	62%	62%	62%
Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	65%	65%	64%	64%	61%	61%
Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	65%	65%	65%	65%	65%	65%
Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	55%	60%	49%	49%	52%	52%
Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	75%	75%	75%	75%	75%	75%
<b>Eixo 1</b>		<b>63%</b>	<b>64%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>
Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	51%	55%	44%	44%	47%	47%
Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	55%	55%	-	-	-	-
Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	35%	60%	53%	53%	54%	54%
Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	60%	60%	60%	60%	60%	60%
<b>Eixo 2</b>		<b>45%</b>	<b>57%</b>	<b>52%</b>	<b>52%</b>	<b>53%</b>	<b>53%</b>
Medida 3.1.Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	63%	63%	62%	63%	62%	62%
Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	52%	63%	52%	63%	50%	63%
Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	63%	63%	62%	63%	52%	52%
Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	63%	63%	63%	63%	62%	62%
Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	63%	63%	63%	62%	61%	62%
Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	52%	62%	62%	62%	62%	62%
Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	51%	60%	60%	60%	24%	60%
Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	75%	87%	73%	76%	75%	75%
Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	54%	58%	58%	58%	54%	58%
Medida 3.10. Economia	FEDER	41%	41%	39%	39%	39%	39%
Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Medida 3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	59%	59%	75%	75%	75%	75%
Medida 3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	53%	53%	-	-	-	-
Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	75%	75%	60%	60%	60%	60%
Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	45%	57%	67%	74%	63%	75%
Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	62%	62%	60%	60%	61%	61%
Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	45%	49%	52%	52%	54%	54%
Medida 3.18. Ambiente	FEDER	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Medida 3.19. Saúde	FEDER	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	65%	65%	65%	65%	64%	64%
Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	63%	63%	63%	63%	63%	63%
Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	75%	75%	75%	75%	75%	75%
<b>Eixo 3</b>		<b>51%</b>	<b>55%</b>	<b>56%</b>	<b>57%</b>	<b>53%</b>	<b>55%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>53%</b>	<b>57%</b>	<b>57%</b>	<b>58%</b>	<b>55%</b>	<b>57%</b>
	FEDER	52%	55%	54%	54%	53%	54%
	FSE	57%	62%	59%	62%	57%	60%
	FEOGA	46%	57%	67%	74%	64%	75%

Algumas Medidas apresentam taxas de comparticipação superiores ao previsto em complemento de programação, em termos de custo total, nomeadamente, as Medidas 2.3. - Valorização do Tejo e



3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social; outras em termos de custo total e despesa pública, como as Medidas 3.12. - Sociedade da Informação (FEDER), 3.15. - Agricultura e Desenvolvimento Rural e 3.17. - Acessibilidades e Transportes.

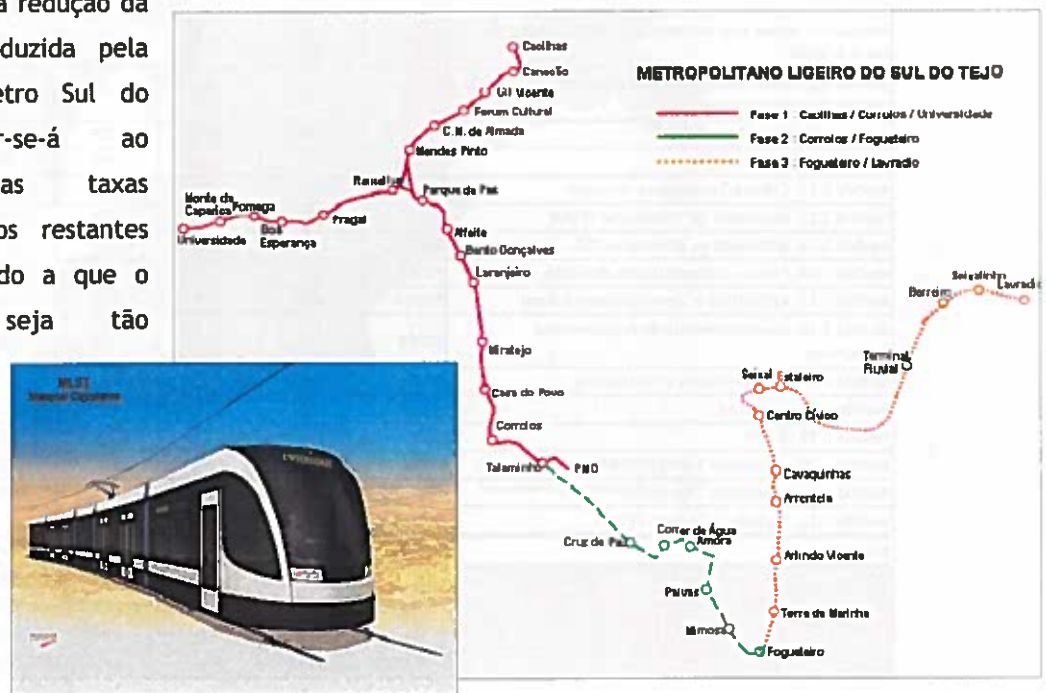
As taxas de comparticipação verificadas para a Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes - são superiores à taxa média prevista para a Medida, uma vez que não está ainda em curso um projecto estruturante e de grande dimensão (Metro do Sul do Tejo), em que a taxa de comparticipação prevista é de apenas 28,22%, do que resultará uma redução substancial da taxa média. A candidatura MST foi apresentada em 30 de Dezembro de 2002. Pode, por esse facto, concluir-se que as taxas de comparticipação médias praticadas terão uma forte alteração com a aprovação deste projecto, passando a situar-se muito abaixo da taxa média de referência da Medida. No quadro seguinte, podemos verificar o impacto do projecto em termos da taxa média da Medida.

TAXA DE COMPARTICIPAÇÃO NA MEDIDA 3.17. - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

	Investimento (Mil Euros)		Taxa de Comparticipação
	Total	FEDER	
Programado 2000/06	292.878	132.120	45,11%
Aprovado até 31/12/02	101.596	53.260	52,42%
MST - Metro Sul do Tejo <sup>(1)</sup>	265.068	74.802	28,22%
Situação após MST	366.664	128.062	34,93%

<sup>(1)</sup> Candidatura apresentada em 30 de Dezembro de 2002

Dada a significativa redução da taxa média introduzida pela aprovação do Metro Sul do Tejo, proceder-se-á ao ajustamento das taxas adoptadas para os restantes projectos, de modo a que o desvio não seja tão significativo.



### III.5. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

A distribuição por domínios de intervenção, de acordo com a classificação atribuída no Regulamento (CE) n.º 348/2001, da Comissão de 2 de Março, para a execução acumulada por Medida é a seguinte:

#### EXECUÇÃO DAS MEDIDAS POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

##### -EIXOS PRIORITÁRIOS 1 E 2-

Medidas do PORLVT	Fundo	Código	Domínios de Intervenção	% Domínio na Programação	% Domínio na Despesa Executada	% Domínio no Fundo Executado	Despesa Pública Executada*	Fundo Executado*
Medida 1.1.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	10%	9.0%	9.5%	11 328 895	7 324 966
		17	Turismo	10%	4.4%	3.9%	5 571 286	3 010 039
		31	Infra-estruturas de transportes	35%	52.2%	52.0%	65 921 483	40 280 735
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	45%	34.5%	34.6%	43 530 764	26 782 847
Medida 1.2.	FEDER	33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	5%	0.0%	0.0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	45%	43.0%	45.6%	33 783 196	22 098 826
		35	Ordenamento e requalificação	50%	57.0%	54.4%	44 742 083	26 332 065
Medida 1.3.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	45%	17.2%	17.7%	527 436	342 834
		17	Turismo	40%	74.2%	73.5%	2 271 350	1 425 590
		32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	15%	8.6%	8.8%	262 389	170 553
Medida 1.4.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	45%	92.2%	92.2%	3 241 193	2 106 775
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	45%	7.8%	7.8%	274 125	178 181
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	10%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 1.5.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	15%	0.0%	0.0%	0	0
		17	Turismo	5%	16.5%	16.0%	4 268 289	2 167 958
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	10%	0.0%	0.0%	0	0
		35	Ordenamento e requalificação	50%	83.5%	84.0%	21 650 626	11 372 191
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	20%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 1.6.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	40%	52.4%	52.4%	129 704	97 278
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	40%	15.3%	15.3%	37 861	28 396
		35	Ordenamento e requalificação	20%	32.3%	32.3%	79 825	59 869
Medida 2.1.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	25%	0.0%	0.0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	10%	0.0%	0.0%	0	0
		35	Ordenamento e requalificação	50%	100.0%	100.0%	3 747 665	1 772 043
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	15%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 2.2.	FSE	17	Turismo	25%	0.0%	0.0%	0	0
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	5%	0.0%	0.0%	0	0
		22	Integração Social	20%	0.0%	0.0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	25%	0.0%	0.0%	0	0
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%	0	0
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	5%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 2.3.	FEDER	13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	10%	13.9%	14.4%	3 611 150	2 010 149
		17	Turismo	25%	16.1%	16.4%	4 184 508	2 284 622
		35	Ordenamento e requalificação	65%	69.9%	69.3%	18 143 106	9 673 612
Medida 2.4.	FSE	16	Ajudas às PME e ao artesanato	20%	0.0%	0.0%	0	0
		17	Turismo	40%	100.0%	100.0%	631 865.71	379 119.43
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	40%	0.0%	0.0%	0	0

\* Despesa validada pela Autoridade de Gestão e certificável pela Autoridade de Pagamento

unidade: euros



## EXECUÇÃO DAS MEDIDAS POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

## -EIXO PRIORITÁRIO 3-

Medidas do PORLVT	Fundo	Código	Domínios de Intervenção (continuação)	% Domínio na Programação	% Domínio na Despesa Executada	% Domínio no Fundo Executado	Despesa Pública Executada*	Fundo Executado*
Medida 3.1.	FSE	17	Turismo	0%	7.7%	7.7%	5 609 563	3 505 977
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	92.3%	92.3%	66 891 276	41 801 471
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.2.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	80%	100.0%	100.0%	51 825 215	32 390 760
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.3.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	30%	55.6%	47.1%	34 439 171	15 241 408
Medida 3.4.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	70%	44.4%	52.9%	27 461 575	17 123 216
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	100%	100.0%	100.0%	17 989 643	11 243 525
Medida 3.5.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	73%	0.0%	0.0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	0%	100.0%	100.0%	5 371 676	3 334 433
		25	Ações positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	27%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.6.	FSE	22	Integração Social	100%	100.0%	100.0%	97 922 505	60 627 256
Medida 3.7.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	100%	0.0%	0.0%	0	0
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.8.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	2 810 370	2 071 484
Medida 3.9.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	100.0%	100.0%	38 644 505	22 220 590
Medida 3.10.	FEDER	15/16	Ajudas às Grandes Empresas, às PME e ao artesanato	45%	0.0%	0.0%	0	0
		17	Turismo	3%	0.5%	1.0%	782 426	586 820
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	3%	0.0%	0.0%	0	0
		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	49%	99.5%	99.0%	156 458 259	60 848 117
Medida 3.11.	FEDER	18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	100%	100.0%	100.0%	170 691	85 346
Medida 3.12.	FEDER	32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	100%	100.0%	100.0%	1 834 952	1 376 214
Medida 3.13.	FSE	24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	100%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.14.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	2 464 336	1 478 602
Medida 3.15.	FEOGA	11	Agricultura	40%	11.5%	11.0%	2 234 805	1 595 603
		12	Silvicultura	30%	0.2%	0.2%	39 198	29 398
		13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	30%	88.3%	88.8%	17 114 461	12 836 325
Medida 3.16.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	7 336 001	4 503 622
Medida 3.17.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	42 335 741	23 012 085
Medida 3.18.	FEDER	35	Ordenamento e requalificação	100%	100.0%	100.0%	5 929 810	4 447 358
Medida 3.19.	FEDER	34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	8%	0.0%	0.0%	0	0
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	92%	100.0%	100.0%	14 357 648	10 768 216
Medida 3.20.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	2 184 575	1 413 755
Medida 3.21.	FSE	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	856 882	536 565
Medida 3.22.	FEOGA	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	1 451 537	1 088 653

\* Despesa validada pela Autoridade de Gestão e certificável pela Autoridade de Pagamento

unid: euros

Se tivermos em conta o peso de cada domínio na execução de despesa pública do PORLVT, verificamos que o domínio com maior relevância é o 33 - Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição), com 17,9% da despesa pública executada, equivalentes a quase 156 milhões de euros, em resultado dos fortes investimentos já realizados na Rede de Distribuição de Gás Natural, no âmbito da Medida 3.10. - Economia.

Seguem-se os domínios de intervenção 23 - Desenvolvimento da Educação e Formação Profissional não ligada a sector específico, com 14,5% da execução total de despesa pública (126,5 milhões de euros), seguido do 21 - Políticas Activas do Mercado de Trabalho, com 13,7% da execução (119,3 milhões de euros).

O quarto domínio com maior relevância a 31.12.2002 é o 31 - Infra-estruturas de Transportes - com 12,7% da execução, correspondentes a 110,85 milhões de euros.

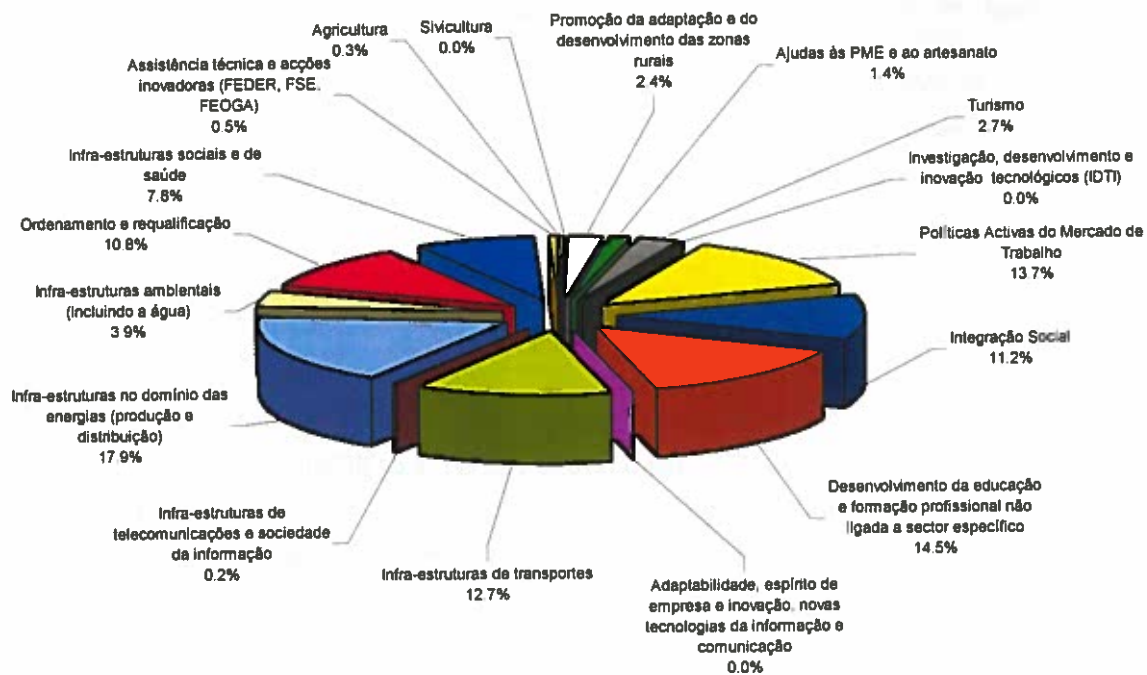
Finalmente, são ainda de destacar os níveis de execução dos domínios 22 - Integração Social; e 35.- Ordenamento e Requalificação. O primeiro com 11,2%, cerca de 98 milhões de euros, o segundo com 10,8%, equivalentes a 94 milhões de euros. No conjunto, estes seis domínios são responsáveis por mais de 81% da execução do Programa, cerca de 705 milhões de euros de despesa pública.

#### PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NA EXECUÇÃO DO PORLVT

Código	Domínio	Despesa Pública Executada*	Fundo Executado*	% Desp. Pública Executada	% Fundo Executado
11	Agricultura	2 234 805	1 595 603	0.3%	0.3%
12	Sílvicultura	39 198	29 398	0.0%	0.0%
13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	20 725 611	14 846 475	2.4%	3.0%
16	Ajudas às PME e ao artesanato	11 856 331	7 667 799	1.4%	1.6%
17	Turismo	23 319 287	13 360 124	2.7%	2.7%
18	Investigação, desenvolvimento e Inovação tecnológicos (IDTI)	170 691	85 346	0.0%	0.0%
21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	119 320 090	68 286 405	13.7%	13.8%
22	Integração Social	97 922 505	60 627 256	11.2%	12.3%
23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	126 544 164	77 175 774	14.5%	15.6%
24	Adaptabilidade, espírito de empresa e Inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	274 125	178 181	0.0%	0.0%
31	Infra-estruturas de transportes	110 851 265	64 868 699	12.7%	13.1%
32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	2 097 340	1 546 766	0.2%	0.3%
33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	156 458 259	60 848 117	17.9%	12.3%
34	Infra-estruturas ambientais (Incluindo a água)	33 821 057	22 127 221	3.9%	4.5%
35	Ordenamento e requalificação	94 293 115	53 657 137	10.8%	10.9%
36	Infra-estruturas sociais e de saúde	68 034 782	44 126 168	7.8%	8.9%
41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA)	4 492 993	3 038 972	0.5%	0.6%
<b>Total</b>		<b>872 455 619</b>	<b>494 065 442</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

\* Despesa validada pela Autoridade de Gestão e certificável pela Autoridade de Pagamento

**Despesa Pública Executada por Domínio de Intervenção em % da Despesa Pública Total Executada**



### III.6. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

As autoridades de pagamento previstas no Regulamento (CE) n.º 1260/99 da Comissão são no caso do FEDER, a Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional; do FSE, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu; e do FEOGA-O, o IFADAP.

Relativamente ao FEDER, foram emitidos pela DGDR durante o ano de 2002, cinco pedidos de pagamento do PORLVT, num total de 189,21 milhões de euros fundo.

Durante o ano de 2002 foram recebidos da União Europeia os reembolsos de regularizações de pedidos de pagamento efectuados em 2000 e 2001, e reembolsos de quatro pedidos de pagamento de 2002. Os reembolsos transferidos totalizaram 129,71 milhões de euros fundo.

Em termos globais, o valor acumulado de pedidos de pagamento intermédios totalizou 254,89 milhões de euros e o reembolso efectuado 193,34 milhões de euros.

Relativamente ao FSE foram emitidos pelo IGFSE, durante o ano de 2002, três pedidos de pagamento do POR LVT, num total de 85,9 milhões de euros fundo.

Em 2002 foram recebidos da União Europeia o reembolso dos 3º e 4º pedidos de pagamento de 2001 e os efectuados em 2002, totalizando 123,25 milhões de euros fundo.

Relativamente ao FEOGA-O foram emitidos pelo IFADAP, durante o ano de 2002, dois pedidos de pagamento do PORLVT, num total de 15,94 milhões de euros fundo.

Em 2002 foi recebido da União Europeia o reembolso do 1º pedido de pagamento de 2002, totalizando 6,3 milhões de euros fundo.

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEDER**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2002 - FEDER

unidades: euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
63 730 590.00	254 888 413.79	318 619 003.79	63 730 590.00	193 384 403.00	257 114 993.00	61 504 010.79

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	29-09-2000	31 865 295.00
2ª parcela(3,5%)	12-12-2000	31 865 295.00
<b>TOTAL</b>		<b>63 730 590.00</b>

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º 2000	30-10-2000	1 873 951.00	1º 2000	06-07-2001	1 873 942.00
2º 2000	12-12-2000	629 802.18	2º 2000	06-07-2001	545 267.00
1º 2001	20-04-2001	11 204 990.46	1º 2001	06-07-2001	10 854 651.00
2º 2001	19-07-2001	21 385 493.57	2º 2001	09-10-2001	20 517 062.00
3º 2001	22-10-2001	30 584 102.26	3º 2001	26-12-2001	29 881 813.00
			Regularizações 2000	02-05-28	84 544.18
			Regularizações 2001	02-05-28	1 921 060.12
1º/2002	02-03-27	51 163 833.70	1º/2002	02-06-07	51 163 833.70
2º/2002	02-05-07	21 613 669.78	2º/2002	02-07-12	20 622 201.00
3º/2002	02-08-23	20 589 347.00	3º/2002	02-10-09	19 723 797.00
4º/2002	02-10-30	36 644 912.43	4º/2002	02-12-30	36 196 232.00
5º/2002	02-12-30	59 198 311.41			
				Reembolsado	191 378 798.70
				Regularizado	2 005 604.30
<b>TOTAL</b>		<b>254 888 413.79</b>	<b>TOTAL</b>		<b>193 384 403.00</b>



**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FSE**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2002 - FSE

unidades: euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
21 545 950.00	147 630 250.18	169 176 200.18	21 545 950.00	127 007 990.80	148 553 940.80	20 622 259.38

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	31-10-2000	10 772 975.00
2ª parcela(3,5%)		10 772 975.00
<b>TOTAL</b>		<b>21 545 950.00</b>

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º 2001	23-05-2001	3 759 086.95	1º 2001		3 759 086.95
2º 2001	08-08-2001	20 622 259.38			
3º 2001	10-09-2001	36 704 657.99			
4º 2001	12-10-2001	625 940.28	3º e 4º 2001	11-01-2002	37 330 598.27
1º 2002	13-03-2003	21 140 359.78	1º 2002	31-05-2002	21 140 359.78
2º 2002	24-06-2002	48 765 109.18	2º 2002	20-08-2002	48 765 109.18
3º 2002	27-09-2002	16 012 836.62	3º 2002	17-10-2002	16 012 836.62
<b>TOTAL</b>		<b>147 630 250.18</b>	<b>TOTAL</b>		<b>127 007 990.80</b>

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO**  
**Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEOGA**

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2002 - FEOGA

unidades: euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
7 500 640.00	16 536 218.51	24 036 858.51	7 500 640.00	6 893 289.00	14 393 929.00	9 642 929.51

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	10-10-2000	3 750 320.00
2ª parcela(3,5%)	05-12-2000	3 750 320.00
TOTAL		7 500 640.00

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º	27-12-2001	596 055.97	1º	17-05-2002	596 056.00
2º	30-10-2002	7 964 147.18	2º	28-11-2002	6 297 233.00
3º	26-12-2002	7 976 015.36	3º		
TOTAL		16 536 218.51	TOTAL		6 893 289.00

### III.7. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E CUMPRIMENTO DA REGRA N+2

Ao analisarmos o ritmo de execução até finais de 2002, temos de ter presente o facto de o Programa Operacional estar sujeito à verificação da "Regra n+2", isto é, terá de se verificar pelo menos a execução integral da programação do ano "n" para cada um dos fundos no final do ano "n+2", sob pena de ser penalizado em termos do diferencial encontrado. Será necessário, portanto, aferir não só o cumprimento já no final de 2002, bem como perspectivar o ritmo de execução para 2003 e 2004 e verificar a satisfação do critério no final de cada ano, por forma a ser possível tomar medidas correctivas em caso de necessidade.

Os pagamentos por conta são considerados neste cálculo como execução realizada, acrescentando ao valor dos pedidos de pagamento intermédios.

A "Regra n+2" obriga assim, em finais de 2002, à verificação da execução da programação de 2000 e em finais de 2003, à verificação da execução da programação de 2000-2001. Importa, por isso, perspectivar os pedidos de pagamento a realizar até final de 2003 e 2004, por forma a antecipar problemas e formular soluções.

Com base na informação disponibilizada pelos Gestores dos Eixos e pelos Coordenadores das Intervenções Desconcentradas obtiveram-se as previsões constantes no quadro seguinte.

#### PREVISÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E CUMPRIMENTO DA REGRA "N+2" EM 2003 E 2004

Fundo	Pagamentos por conta	Pedidos de Pagamento Intermédios realizados até 31.12.2002	Execução a 31.12.2002	Programação Fundo 2000	Execução a 31.12.2002 em % Programação 2000	Pedidos de Pagamento Intermédios a efectuar em 2003	Execução a 31.12.2003	Programação Fundo 2000-2001	Execução a 31.12.2003 em % Programação 2000-2001	Pedidos de Pagamento Intermédios a efectuar em 2004	Execução a 31.12.2004	Programação Fundo 2000-2002	Execução a 31.12.2003 em % Programação 2000-2002
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)/(4)	(6)	(7)=(3)+(6)	(8)	(9)=(7)/(8)	(10)	(11)=(7)+(10)	(12)	(13)=(11)/(12)
FEDER	63 730 590	252 882 809	316 613 399	215 826 196	147%	190 633 512	507 246 912	423 767 219	120%	199 156 700	706 403 612	614 057 106	115%
FSE	21 545 950	147 630 251	169 176 201	97 632 424	173%	93 125 557	262 301 758	196 002 578	134%	77 959 561	340 261 319	291 486 807	117%
FEOGA	7 500 640	16 536 219	24 036 859	24 823 018	97%	27 500 000	51 536 859	49 758 357	104%	28 000 000	79 536 859	73 982 328	108%
FEOGA*	7 500 640	16 536 219	24 036 859	22 368 018	107%	27 500 000	51 536 859	38 944 694	132%	28 000 000	79 536 859	73 982 328	108%

\*Inclui valores derrogados da programação de 2000 (2.455.000 euros) e 2001 (8.358.663 euros) para a programação de 2002

unid: euros

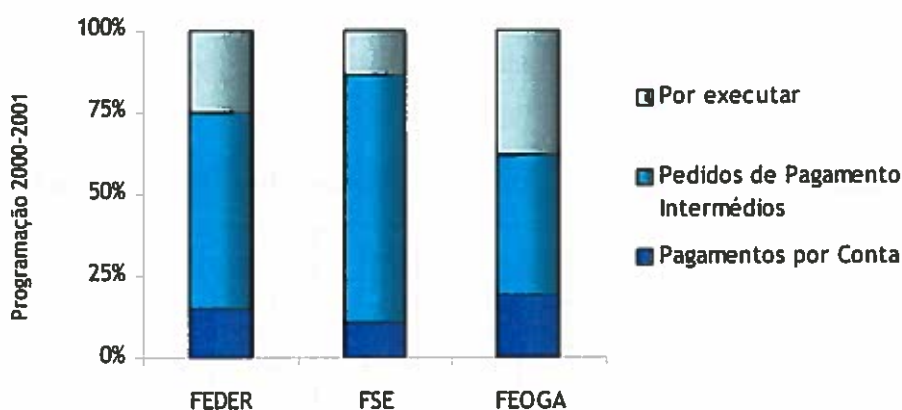
Da análise dos números podemos concluir que o PORLVT cumpriu para o FEDER e o FSE a "Regra n+2" em 2002, sendo expectável o seu cumprimento também em 2003 e 2004.

No fundo FEOGA decorrente do processo negocial relativo à base jurídica da Acção "Diversificação da Pequena Agricultura" e respectiva descrição ao nível dos Complementos de Programação que se encontrava incoerente com o texto correspondente do Programa, houve necessidade de proceder a modificações, tendo sido aprovadas em 12.04.2002 pela Comissão as alterações relativas ao PORLVT. Este processo trouxe evidentes atrasos na implementação da Acção e execução da Medida

3.15. no período 2000-2002. Assim, considerando a derrogação de 2.455 mil euros da programação de 2000 relativa àquela Acção para a programação de 2002, o FEOGA obteve 107% da programação de 2000, sendo igualmente previsível o seu cumprimento com margens mínimas de erro de execução em 2003 e 2004.

Convém, no entanto, referir a existência de alguma diferença no desempenho da execução dos fundos FEDER e FSE, nomeadamente com o FSE a alcançar 173% da programação de 2000 em finais de 2002 e o FEDER 147%. Este factor terá reflexos em termos da exigência de execução de cada um dos fundos nos próximos anos, mesmo numa situação de "phasing-out", como é o caso de Lisboa e Vale do Tejo. O esforço de recuperação do FEOGA terá de ser bastante superior ao daqueles fundos no decorrer de 2002 e 2003. No gráfico seguinte, podemos encontrar reflectido esse esforço de absorção de fundos necessário para cumprir os requisitos da "Regra n+2" em 2003.

Cumprimento da "REGRA N+2" em 2003



Tomando em consideração os pagamentos por conta e os pedidos de pagamento intermédios até finais de 2002, verificamos que o PORLVT tem de efectuar pedidos de pagamentos intermédios em 2003 para fundo FEDER equivalentes a 25% da programação 2000-2001; de FSE a 14% da programação 2000-2001; e para o FEOGA de 38% para o mesmo período de programação. Percentagens que correspondem a 107 milhões de euros de FEDER, 27 milhões de euros de FSE e cerca de 14,9 milhões euros de FEOGA. Há, portanto, que ter algum cuidado com derrapagens de execução, nomeadamente nas Medidas FEOGA no decorrer de 2003.

### III.8. RESERVA DE EFICIÊNCIA

Tendo como objectivo melhorar a eficácia da aplicação dos Fundos Estruturais, o Regulamento (CE) 1260/1999, de 21 de Junho (artigo 44º), do Conselho, prevê a criação de uma Reserva de Eficiência. O articulado prevê que esta reserva seja afectada a meio do período de programação 2000-2006, determinando que o mais tardar até 31 de Março de 2004, seja atribuída a totalidade da reserva aos programas considerados eficientes.

O objectivo da sua criação destina-se a premiar o esforço de implementação das intervenções, tendo em consideração três grupos de critérios - gestão, execução financeira e eficácia - que reflectem as preocupações que devem ser tidas em conta durante a execução do programa operacional.

- **Critérios de Gestão**

A avaliação dos Critérios de Gestão assenta em quatro indicadores:

**1 - Qualidade do Sistema de Acompanhamento**, que consiste em verificar o valor da percentagem das Medidas para as quais se encontram dados completos disponíveis sobre a respectiva execução física e financeira.

*-salienta-se que a informação financeira está disponível desde o início do programa, quanto à informação física a situação está já implementada-*

**2 -Qualidade do Sistema de Controlo**, que define dois aspectos a ter em consideração:

- ✓ - a montagem de um sistema de controlo financeiro, de acordo com as modalidades previstas no QCA e no Programa Operacional;

- ✓ - a percentagem das despesas dos Fundos Estruturais cobertos por auditorias financeiras e de gestão relativamente ao total da correspondente intervenção dos Fundos Estruturais.

- *a montagem do sistema de controlo esteve intimamente ligado à publicação da legislação nacional e fez-se em perfeita articulação com o Sistema Nacional de Controlo. Quanto à segunda componente, o enquadramento é que a despesa controlada em relação ao custo total dos projectos aprovados seja igual ou superior a 5%, o que se verificou em 2002-*

**3 - Qualidade dos Critérios de Selecção**, este indicador assenta na percentagem dos compromissos respeitantes a projectos seleccionados em função de critérios de selecção objectivos e claramente identificados.

- *não obstante os critérios de selecção estarem identificados no Complemento de Programação e em Regulamentos Específicos , o certo é que este assunto tem merecido uma particular atenção da Autoridade de Gestão, de forma a assegurar a existência de grelhas objectivas de selecção, devido*



*em especial, ao facto da Região de Lisboa e Vale do Tejo se encontrar na situação de phasing-out. Foram, igualmente, compilados em documento próprio todos os elementos existentes sobre esta matéria.*

**4 - Qualidade do Sistema de Avaliação**, este indicador relaciona-se com os relatórios de avaliação intercalar de qualidade adequada (aferida pelos critérios MEANS).

*- No processo de concurso lançado para a adjudicação da entidade avaliadora, foi posto todo o cuidado no caderno de encargos para que ficasse muito bem claro qual os objectivos da avaliação intercalar e todos os pontos sobre os quais a mesma deveria incidir. Este trabalho, bem como, o acompanhamento do estudo e a validação dos relatórios cabe ao grupo técnico de avaliação que é composto por representantes da Autoridade de Gestão, da Comissão Europeia e da Comissão de Gestão do QCAIII. Do avaliador independente e da equipa de monitorização a Autoridade de Gestão espera como resultado um bom trabalho. O final do ano de 2002, ficou marcado pelos primeiros passos quanto ao trabalho produzido, com a apresentação de um relatório preliminar, pelo que é um pouco cedo para se aferir da concretização deste indicador.*

- Critério de Execução Financeira, que se relaciona com a absorção dos Fundos Estruturais e que avalia a percentagem das despesas apresentadas e declaradas admissíveis anualmente à Comissão relativamente ao Plano Financeiro do Programa Operacional .

Neste âmbito e decorrente de negociações entre a Comissão e as Autoridades Portuguesas, a situação alterou-se favoravelmente para o Programa face ao que estava estipulado inicialmente, devendo este apresentar o seguinte nível de concretização:

- Attingir até 31/12/2003 um nível de pedidos de pagamento intermédios admissíveis num montante equivalente a 100% do montante inscrito no plano financeiro para as anuidades de 2000 e 2001.

Tendo em consideração as considerações feitas no ponto III.3 EXECUÇÃO, o ritmo de execução do Programa Regional encontra-se em rota de convergência relativamente a este objectivo.

- **Critérios de Eficácia**

Compreendem indicadores de Realização Física e de Resultado, visando os primeiros medir o que foi concretamente realizado com o montante financeiro atribuído ao PORLVT e os segundos os benefícios imediatos, resultantes da concretização do programa, para os públicos-alvo

Estes indicadores, incluídos no Complemento de Programação, foram determinados em estreita colaboração com a Comissão Europeia, e encontram-se quantificados, constituindo objectivos a atingir tanto no final da programação, como a meio do percurso.

Em seguida apresentam-se os indicadores de realização física para efeitos da reserva de eficiência.

### INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Situação de partida		2003	2006	
	Ano	Valor			
<b>MEDIDA 1.1 - ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)</b>					
Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	1994-99	188	175	250	136.0
Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	1994-99	16	14	20	12
Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	1994-99	6	7	10	9
Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	1994-99	48	21	30	20
<b>MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)</b>					
Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	1994-99	17	7	10	3
Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	1994-99	21	20	30	44
<b>MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)</b>					
Nº médio de formandos por ano (1)	1994-99	7 126	7 322	6 437	4 633
<b>MEDIDA 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)</b>					
Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	1994-99	3	4	10	8
Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	1994-99	4	4	10	4
<b>MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)</b>					
Nº médio de formandos em formação em alternância (2)	1994-99	5 139	5 332	3 800	7 083
<b>MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)</b>					
Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes) (3)	1994-99	7 284	6 175	4 400	5 431
<b>MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)</b>					
Nº de formandos (4)	2000	0	9 000	12 990	13 021
<b>MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)</b>					
Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)	1994-99	2 500	570	1 100	1 122.73
<b>MEDIDA 3.17 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)</b>					
Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km) (5)			15	55	42.6
Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade) (6)			2	8	
<b>MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)</b>					
Extensão de costa a intervir (nº de km)	2000	-	4	8	

(1) Para a situação de partida foi considerado o valor médio do PROFAP no QCAII

(2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa.

(3) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa.

(4) Não se indica o valor de situação de partida pelo facto do investimento no Ensino Profissional co-financiado pelo FSE ter sido, no âmbito do QCA II, concretizado no PRODEP (Programa Nacional).

(5) Não se indica a situação de partida por o peso das requalificações/ beneficiações ser demasiado elevado.

(6) A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida

Verificamos assim, que dos 16 indicadores, 8 já cumprem as metas estabelecidas, estando alguns em vias de concretização, como é o caso do "n.º de equipamentos de lazer e desportivos". Também o indicador da Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes - "n.º de barcos de transporte de passageiros a adquirir", será seguramente atingido em 2003, uma vez que está prevista a entrega de 4 barcos no decorrer desse ano: o primeiro previsto para Março, seguindo-se a entrega de mais três até Outubro de 2003.

Dos 12 indicadores de resultado apenas 7 apresentam valores. Destes, o indicador da Medida 3.1. - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a vida, e o da Medida 3.10 - Economia já atingiram a meta estabelecida, como se pode verificar no quadro seguinte.

## INDICADORES DE RESULTADO

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2002
	Situação de partida		2003	2006	
	Ano	Valor			
<b>MEDIDA 1.1 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)</b>					
Densidade da rede rodoviária municipal (nº de km/1000Km <sup>2</sup> )	1999	1 026	1 041	1 047	1 038
% de população servida por biblioteca	1998	54%	70%	80%	
% de população servida por equipamentos desportivos	1998	55%	70%	80%	
<b>MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)</b>					
% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	1998	53%	70%	95%	
% de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	1998	66%	85%	100%	
<b>MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)</b>					
Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local) (1)	1999	25	31%	35%	24%
<b>MEDIDA 2.3 VALTEJO - VALORIZAÇÃO DO TEJO</b>					
% de freguesias com pólos de atracção turística	1998	34.8%	37%	40%	35.2%
<b>MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA (FSE)</b>					
Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III) (2)	1994-99	5 139	5 319	3 800	6 423
<b>MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)</b>					
% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa (3)	1994-99	11%	13%	9%	8.20%
<b>MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)</b>					
Nº de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III	2000	0	1 950	2 800	1 115
<b>MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)</b>					
Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural (4)	1994-99	300 372	454 600	540 000	500 248
<b>MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)</b>					
Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza (5)	2000	0	4 000	8 000	

(1) Situação de partida: nº de participações em acções de formação/nº de efectivos da administração local (Fonte: Balanço Social 1999).

(2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa.

(3) A situação de partida refere-se à medida do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA/nº médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região.

(4) Os indicadores referentes a 2003 e 2006 são acumulados à situação de partida.

(5) A situação de partida apresenta um valor zero pelo facto das intervenções a realizar corresponderem aos sítios da Rede Natura onde nunca se efectuou este tipo de intervenção

## CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO

### IV.1. SISTEMA DE GESTÃO

O Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do QCA III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho.

No caso do PORLVT, a gestão do Programa Operacional cabe ao Presidente da Comissão de Coordenação Regional, apoiado por dois Gestores, para os Eixos Prioritários 1 e 2.

O ano de 2002 constituiu o ano de normalização em termos de implementação da intervenção desconcentrada, uma vez que nos anos precedentes os problemas inerentes à alteração da estrutura do QCA exigiam uma dinâmica acrescida de todos os agentes regionais e uma resposta eficaz por parte dos diversos organismos regionais do Estado Português.

Para além do factor já apontado, a aprovação tardia do Programa, que ocorreu somente em Julho 2000 (PO) e Setembro de 2000 (CP), bem como o facto da Região de Lisboa e Vale do Tejo estar em "phasing-out", exige o cumprimento de elevadas taxas de execução nos primeiros anos de vigência do Programa. Esta exigência é contraditória com a exigência de uma maior selectividade e qualidade nos projectos a implementar, o que requer um esforço acrescido face a quadros comunitários anteriores, visto existir uma menor disponibilidade a nível da dotação do Programa.

O grande volume de regulamentação por preparar e aprovar, por um lado, e a complexidade ao nível do detalhe e exigência de documentação para aprovação de candidaturas, por outro, constituíram numa primeira fase um obstáculo difícil de superar e para o qual foi necessária a mobilização de todos os coordenadores das Medidas, no sentido de sensibilizar os principais beneficiários das Medidas do nível de exigência requerido pela regulamentação comunitária, nomeadamente ao nível dos agentes autárquicos.

Essa complexidade reflectiu-se, também, no número de participantes nas unidades de gestão, o que tem, por outro lado, as suas vantagens, ao estimular a obtenção de consensos dos vários actores regionais nos investimentos e tipologias de projectos a realizar na região e sub-região, potenciando sinergias e reforçando a harmonização de estratégias de abordagem ao desenvolvimento regional.

A Autoridade de Gestão em parceria com a Comissão tem procurado simplificar a execução da Intervenção.

No seguimento desse processo de simplificação, realizou-se, este ano, apenas um Encontro Anual Global com a Comissão Europeia, no âmbito do disposto no Artigo 34º do Reg.º 1260/99 da Comissão

Europeia, onde foram discutidos o Sistema de Informação e sua actualização, ao nível de cada Intervenção Operacional e Global dos Fundos e o Sistema de Controlo, no sentido da simplificação de procedimentos, com vista a aumentar a eficácia das acções a desenvolver.

Outra preocupação abordada correspondeu à implementação dos quadros referência relativos aos transportes e ambiente: saneamento, fecho de redes, etc.; bem como à reflexão sobre os conceitos de Inovação, Produtividade e Competitividade, em articulação com os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sociedade de Informação, que assumem um papel central no nosso tempo.

Ao nível do Eixo Prioritário 1, os contratos-programa estabelecidos com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa, asseguraram um bom nível de aprovações nas Medidas 1.1. Acessibilidades e Transportes; 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial; e 1.3. Capacidade Institucional Regional; com níveis de execução dentro da normalidade, apesar dos constrangimentos decorrentes das exigências crescentes em termos orçamentais.

No decurso de 2002, foram realizadas no âmbito do Eixo Prioritário 1, 9 Unidades de Gestão na Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para aprovação de 72 candidaturas.

Ainda no Eixo 1 promoveram-se as seguintes reuniões:

- 3 reuniões na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para aprovação de 27 candidaturas,
- 7 reuniões na Associação de Municípios do Médio Tejo para aprovação de 26 candidaturas,
- 5 reuniões na Associação de Municípios do Oeste, tendo sido aprovadas 31 candidaturas
- Na Junta Metropolitana de Lisboa promoveram-se 5 reuniões, onde foram aprovadas 31 candidaturas.

A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário 2 reuniu por oito vezes em 2002, tendo aprovado 15 candidaturas de valor superior a 35 milhões de euros de despesa pública. Para o Eixo 3 realizaram-se 11 reuniões da Unidade de Gestão, onde foram aprovados mais de 965 candidaturas de valor superior a 387 milhões de euros de despesa pública.

Um passo importante na harmonização e estabilização dos procedimentos foi a produção dos Critérios de Selecção e do Manual de Gestão.

O documento sobre os Critérios de Selecção tem como propósito sistematizar um conjunto estruturado e coerente de critérios de selecção, permitindo uma maior objectivação e uma análise mais criteriosa dos projectos.



Relativamente ao Manual de Gestão, foi produzida uma nova versão do documento, elaborada em parceria com os diversos intervenientes na gestão do programa e que representa uma melhoria significativa face ao documento preliminar.

Em finais de 2002, foi preparada pela Autoridade de Gestão e aprovada em Comissão de Acompanhamento, uma reprogramação das dotações do Programa, que sendo prévia ao prazo inicialmente definido de 2004, após a avaliação intercalar, reflectiu uma necessidade de ajustamento às dificuldades sentidas na implementação do PORLVT, caracterizado por uma forte dotação inicial que não teve continuidade devido ao "phasing-out".

As principais alterações propostas na reprogramação ao nível do Eixo 1 contaram com o reforço da Medida 1.3. - Capacidade Institucional Regional (FEDER) - em cerca de 1 milhão de euros de Fundo, repartido igualmente em 2003 e 2004, por forma a responder às expectativas das Associações de Municípios.

Na Medida 1.4. - Formação para o Desenvolvimento (FSE) - tendo vindo a verificar-se a sobredotação da Medida, a qual se destina a um público mais restrito do que aquele que inicialmente se previa, foi proposta a diminuição de verbas nesta Medida (cerca de 5 milhões de euros de Fundo) e a criação de uma nova Medida - 1.7. (FSE) - Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Comunitário (FSE).

Esta nova Medida encontra-se circunscrita exclusivamente às acções relacionadas com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pela Medida 1.5.. Trata-se da dimensão social da Medida 1.5. destinando-se a apoiar acções de carácter sócio-comunitário. O custo total proposto foi de 3.077.111 euros e o financiamento FSE de 2 milhões de euros, programados de 2003 a 2006. O fundo a afectar a esta Medida é obtido por contrapartida da redução verificada na Medida 1.4..

Na Medida 1.5. - Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER) - foi proposta uma diminuição de 1 milhão de euros de fundo decorrente do reforço da Medida 1.3., reforçando-se os recursos públicos nacionais em 36 milhões de euros, dos quais 21,6 milhões da componente central e 14,4 milhões de euros da componente local.

No eixo 3 as alterações abrangem a Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social (FSE) - tendo sido alterado o texto no Complemento de Programação, nomeadamente a retirada da tipologia de projectos que vai ser objecto de candidatura à Medida 1.7., por forma a delimitar convenientemente as áreas de intervenção. Para a Medida 3.9. - Ensino Profissional (FSE) - foi proposto um reforço de 3 milhões de euros de FSE, dado que a dotação afecta a esta Medida é deficitária face aos projectos a apoiar. Foi proposta igualmente a alteração do quadro de indicadores no Complemento de Programação.

Na Medida 3.15. - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA) - foi proposta a correcção da taxa média de cofinanciamento FEOGA de 50% para 75% nas subacções 5.1 e 5.2, ligadas aos regadios, permitida regulamentarmente (sendo que a subacção 5.3, já estava considerada com 75%). Esta alteração reflectir-se-á nos quadros financeiros do Complemento de Programação e do

Programa Operacional. Foi também proposta a alteração do texto da Medida, por forma a fazer coincidir os textos que constam no Programa Operacional e no Complemento de Programação e de modo a garantir uma melhor explicitação das acções apoiadas, destinatários e condições de acesso, e consequente enquadramento das intenções de investimento.

Para a Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes (FEDER) - foi proposta a criação da Assistência Técnica à Medida regionalmente desconcentrada, criando-se uma nova acção - acção 8 - na Medida 3.20. - Assistência Técnica (FEDER). Esta terá a dotação de 100.000 euros de Despesa Pública, 75.000 euros de Fundo e 25.000 euros de financiamento da Administração Central. Valor esse, respeitante apenas a despesas IN, sendo que as despesas com remuneração de pessoal absorvem 50% do total. Propõe-se, igualmente, a alteração do texto da Medida no Complemento, por forma a incluir a referência às Associações de Municípios na categoria de beneficiários.

Na Medida 3.20. - Assistência Técnica (FEDER) - foi aumentada a dotação nos valores acima mencionados, decorrentes da criação da assistência técnica à Medida 3.17. - Acessibilidades e Transportes.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, foram definidas as estruturas de gestão do QCA III, indicados os Coordenadores das Intervenções Regionalmente Desconcentradas, bem como definidas as Estruturas de Apoio Técnico (EAT) que as apoiam.

As actividades de gestão e acompanhamento dos coordenadores das Intervenções Regionalmente Desconcentradas e Estruturas de Apoio Técnico (EAT), decorreram com normalidade durante 2002, com a resolução no atraso da publicação da Regulamentação de algumas Medidas, iniciando-se, no caso destas, a apreciação e aprovação de candidaturas por forma a obviar os atrasos decorrentes na sua implementação.

No caso da intervenção sectorial desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a respectiva estrutura de apoio técnico para a realização das atribuições estabelecidas no ponto 9 do n.º 12º do Anexo II da Resolução acima citada, integra um chefe de projecto, um chefe de divisão, onze técnicos superiores e dois técnicos administrativos.

Em Junho de 2002, verificou-se a saída da Estrutura da Chefe de Divisão, tendo a equipa sido reforçada, em Agosto, com a afectação de um técnico que até aí exercia funções no Departamento de Formação Profissional do IEFP.

Durante todo o ano esta estrutura esteve afectada às tarefas decorrentes da prestação de esclarecimentos personalizados a todas as pessoas interessadas em conhecer toda a informação relativa ao QCA III, bem como as formas de se candidatarem aos apoios do FSE, estando, em consequência disso, afectada às tarefas de análise e selecção de candidaturas.

Não obstante a mensagem que foi sendo transmitida sobre o novo enquadramento da região de Lisboa e Vale do Tejo, que deixou de ser região de objectivo 1, encontrando-se numa situação de

"phasing out", tendo visto, por esse facto, diminuir drasticamente o volume dos apoios comunitários, verificou-se um enorme afluxo de candidaturas às Medidas desconcentradas do emprego, formação e desenvolvimento social incluídas na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que se traduziu na necessidade de imprimir um grande rigor na aplicação dos critérios de prioridade e selectividade das candidaturas.

Durante o ano de 2002 procedeu-se também ao acompanhamento dos projectos aprovados, no que se refere à análise dos pedidos de reembolso e de saldo que foram sendo apresentados, bem como de pedidos de alteração e esclarecimentos solicitados pelas entidades titulares de pedidos de financiamento.

O acompanhamento é evidenciado através do preenchimento de checklist's, bem como na elaboração de relatórios de visita constantes dos respectivos processos.

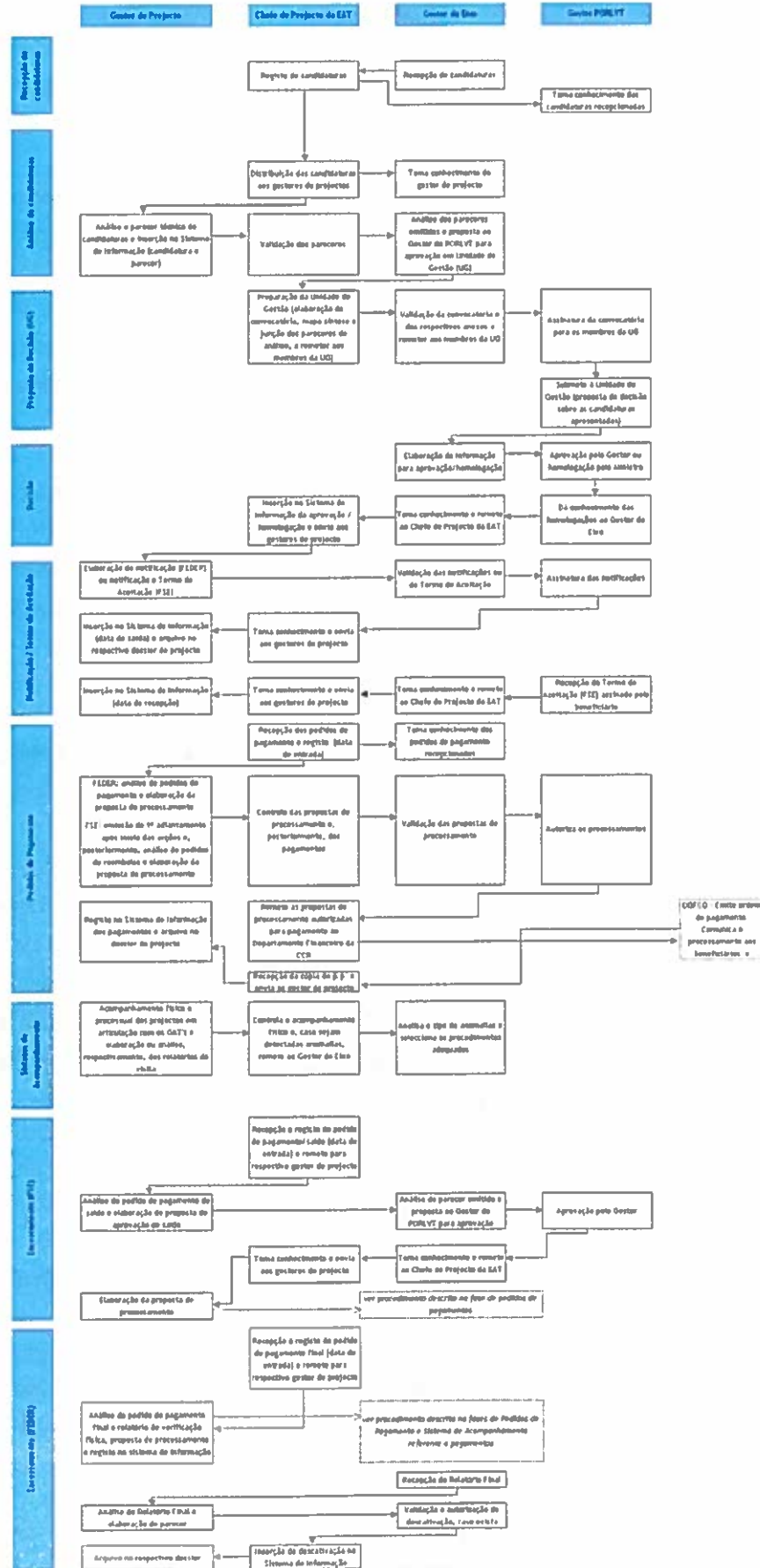
Ao nível da Medida 3.10., como problemas identificados, haverá novamente a reportar os procedimentos necessários à contratação de auditores encarregados da certificação dos pedidos de pagamento nos projectos de infra-estruturas de gás natural. A validação preliminar de cada ordem de pagamento, através da EAT do Coordenador da Medida continuou durante 2002, como forma de obviar eventuais atrasos.

Para melhorar a gestão, e com o objectivo de concretizar o previsto no Despacho Conjunto n.º 647/2001, de 19 de Julho, foi ainda criada no âmbito da Medida 3.14. Pescas, uma pequena Estrutura de Apoio Técnico, constituída por dois elementos (um técnico e um técnico superior) responsáveis pelo apoio à Medida 3.14.

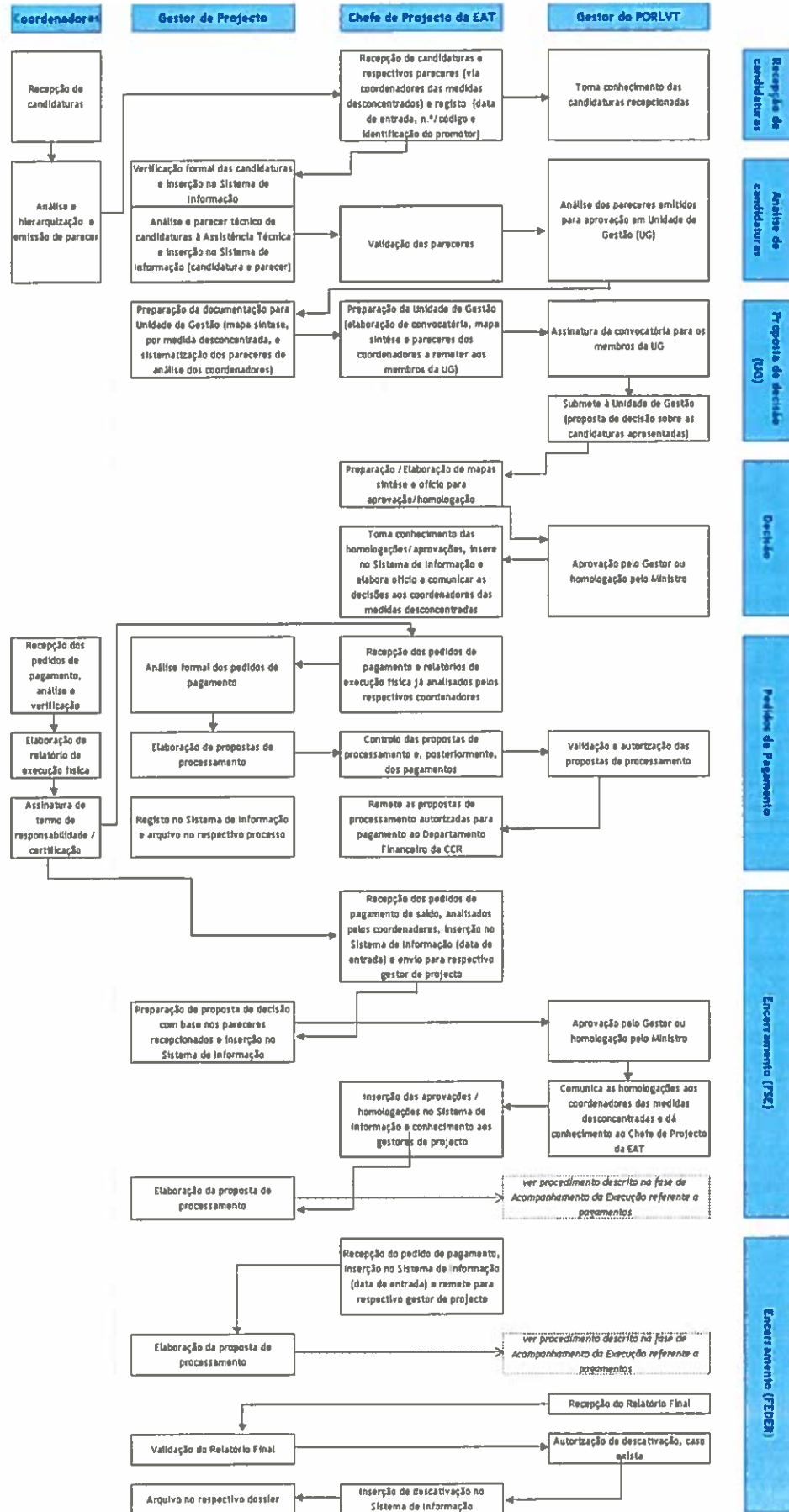
No que respeita a acções de acompanhamento da Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes - tendo em conta o reduzido número de entidades beneficiárias com projectos em curso, foi efectuada uma acção ao maior projecto aprovado, "Fornecimento de sete navios tipo catamaran de 600 passageiros com opção de mais dois". Desta acção foram retiradas algumas conclusões importantes que resultaram numa melhor organização do dossier de projecto e no cumprimento de formalidades administrativas em falta.

As candidaturas apresentadas no âmbito dos diversos Eixos Prioritários são analisadas seguindo os Fluxogramas de procedimentos apresentados nas páginas seguintes.

Fluxograma do processo de decisão, gestão e acompanhamento dos Eixos 1 e 2



### Fluxograma do processo de decisão, gestão e acompanhamento do Eixo 3





## IV.2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da execução de cada intervenção operacional compete a uma Comissão de Acompanhamento, criada nos termos e para os efeitos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1260/99, encontrando-se as suas competências e composição definidas por legislação nacional no Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril.

Realizaram-se duas Comissões de Acompanhamento no decurso de 2002. A primeira a 6 de Junho de 2002, a segunda a 21 de Novembro de 2002.

A 4ª reunião da Comissão de Acompanhamento do PORLVT realizou-se a 6 de Junho de 2002 no Vale do Tejo (com visita a vários projectos co-financiados), tendo sido discutidas várias questões relacionadas com a situação de implementação do PORLVT, e nomeadamente da AIBT - Valtejo, onde foi apresentado e aprovado o Relatório de Execução de 2001 e o Plano de Comunicação 2002.

Foi igualmente dada informação sobre a aprovação pela Comissão Europeia, em 14 de Abril 2002, da alteração ao Programa Operacional no que respeita à Medida da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que havia sido proposta na última reunião da Comissão de Acompanhamento, para a criação de duas sub-acções no âmbito da Acção de Apoio à pequena Agricultura.

Os representantes dos municípios manifestaram que atravessam algumas dificuldades financeiras, revelando acharem imprescindível o reforço dos fundos da Medida 1.6. - Bonificações de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico - estando esgotadas as verbas que lhe foram atribuídas na programação. Este reforço financeiro torna-se ainda mais importante visto que a Medida 1.6 tem constituído um recurso do financiamento de projectos da Administração Local, alternativo às Medidas do Eixo Prioritário 3. Nesta sequência, o Gestor do PORLVT esclareceu que está a ser preparada uma proposta de reforço da dotação da Medida 1.6..

No seguimento das observações formuladas pela Comissão Europeia, nomeadamente sobre a não conformidade total de alguns dos procedimentos de gestão do Programa com as exigências regulamentares, a exemplo do relacionado com a implementação do sistema de controlo e das indicações e sugestões que a Comissão, enquanto parceira, emitiu para uma gestão mais eficaz, a Autoridade de Gestão informou do envio em Abril de esclarecimentos às questões levantadas, bem como das actividades de controlo previstas para 2002. Foi ainda solicitada à Comissão uma maior celeridade na emissão dos resultados das auditorias aos sistemas de gestão, por parte do Presidente da Comissão de Gestão do QCA.

Em termos de situação de implementação do Programa a 31 de Maio, considerando a programação global 2000-2006, a despesa pública total aprovada, representava cerca de 54%, correspondendo a 1.357,1 milhões de euros, dos quais 35% já executados, ou seja, cerca de 469,1 milhões de euros. O número de candidaturas aprovadas ascendia a 2.377, confirmando-se uma aceleração do ritmo da execução do Programa. A evolução do Programa revelava-se positiva e a "regra n+2" para o ano de 2002, estaria assegurada para o FSE e para o FEDER, estando também a ser tomadas medidas para garantir a atribuição da reserva de eficiência.

As questões relacionadas com a baixa execução da Medida 3.15. - Agricultura - foram também objecto de análise, tendo sido considerado pelos representantes nacionais que o processo negocial relativo à base jurídica da Acção "Diversificação da pequena agricultura" e respectiva descrição ao nível dos Complementos de Programação, resultou numa formatação da Acção incoerente com o texto correspondente do Programa e que, conseqüentemente, houve que proceder a modificações, tendo sido aprovadas em 12.04.2002 as referentes ao PORLVT. As autoridades portuguesas consideraram, assim, que, relativamente à Medida Agris dos Programas Operacionais Regionais do Continente, a data limite para efeitos de aplicação da "regra n+2" deveria ser o fim do segundo ano após a data da decisão da Comissão que autoriza efectivamente a Medida Agris, ou seja, 31.12.2004.

No âmbito da Gestão e Acompanhamento foram ainda apresentados pela Autoridade de Gestão, dois importantes instrumentos de trabalho na gestão do Programa: os Critérios de Selecção e o Manual de Gestão, objecto de menção nas observações e recomendações da Comissão. Foi ainda solicitado à Comissão uma maior celeridade na emissão dos resultados das auditorias.

No sector do Ambiente a Comissão fez algumas recomendações, nomeadamente quanto às intervenções no domínio da água e resíduos, sugerindo o estabelecimento de um quadro de referência que permita estabelecer um planeamento coerente a nível nacional e regional, para as situações em rede, por forma a evitar a dispersão das intervenções, assegurando em 2006 a existência de sistemas em rede completos e funcionais.

Tendo em conta o calendário de realização da Directiva n.º 91/271, respeitante às águas residuais, Portugal está em infracção, existindo ainda 22 aglomerados sem tratamento de águas residuais de nível terciário, dos 27 que foram notificados.

Foram ainda prestados esclarecimentos sobre a proposta de alteração ao texto do Complemento de Programação, no que diz respeito a um dos critérios de selecção da Medida 1.4. - Formação para o Desenvolvimento - FSE, do Eixo 1.

Estipulando esse critério um limiar mínimo de investimento de 10.000 euros, como condição de acesso ao financiamento da Medida 1.4., a proposta apresentada teve como objectivo a criação de casos de excepção, por forma a poderem ser enquadradas três tipologias de candidaturas: as complementares de outras já em execução; as promovidas por entidades com competência formativa numa área restrita e específica; e as promovidas por entidades com reduzido pessoal e necessidade de formação própria ou por imposição legal.

A 21 de Novembro de 2002, realizou-se a 5ª reunião da Comissão de Acompanhamento do PORLVT onde foi discutido: a execução do PORLVT, o cumprimento da "Regra n+2", a reprogramação da intervenção e o controlo.

Foram ainda informados os participantes da adjudicação do Estudo da Avaliação Intercalar do PORLVT e do parecer favorável ao Relatório de Execução 2001 por parte da Comissão.

A propósito do processo de Simplificação da Execução do QCA III, encetado entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, os resultados alcançados neste domínio traduziram-se, nomeadamente: na possibilidade de reprogramação do Programa Operacional, inicialmente previsto para 2004; na aplicação da regra n+2; e na possibilidade dos adiantamentos constituírem despesa efectiva; entre outros processos de simplificação.

No ponto de situação do Programa reportado a 31 de Outubro de 2002, procedeu-se à apresentação de vários projectos e acções dos três eixos prioritários e foi prestada informação relativa à execução física, nomeadamente quanto ao número de projectos relativos a infraestruturas, aprovados e concluídos no Eixo 1 e 2 - componente FEDER, encontrando-se àquela data 441 candidaturas aprovadas, das quais 64 já se encontravam concluídas.

No eixo 3 foi dada particular atenção aos atrasos na Medida 3.15., que contava na altura com despesa pública aprovada no valor de 72 milhões de euros, com maior expressão na Subacção 5 - Gestão dos Recursos Hídricos e do Emparcelamento. A taxa de execução financeira, relativamente ao programado para o período 2000-2002, para esta Medida, é de 30%, sendo a situação muito diversa nas várias subacções.

Em termos de acções de controlo, em Novembro de 2002, a evolução mais significativa destas acções verificava-se ao nível do FSE e do FEOGA, com 48 acções de controlo em execução. As acções de controlo respeitantes ao FEDER, estavam concluídas à data, aguardando-se a análise dos respectivos relatórios. Encontrava-se ainda em curso uma auditoria do Tribunal de Contas Português aos sistemas de gestão e controlo do Programa Operacional, apenas no Eixo Prioritário 3, e outra do Tribunal de Contas Europeu, no âmbito do FSE.

Algumas auditorias haviam sido já concluídas: uma pela DG Régio no âmbito do FEDER; e a alto nível, pela Inspeção Geral de Finanças, aos sistemas de gestão e controlo do Programa Operacional.

A Autoridade de Gestão, em Novembro de 2002, não previa dificuldades no cumprimento da "Regra n+2" até 2003. A partir de 2003, seria expectável encontrar dificuldades se a tendência de execução se mantivesse. Já em relação à "Reserva de Eficiência", em 2003, a expectativa era de não atingimento, uma vez que a execução se encontrava 30% abaixo dos valores exigidos.

Em termos de fundos, no FSE não se previam dificuldades no cumprimento de ambos os requisitos, enquanto que o FEOGA apresentava níveis claros de insuficiência: 65% abaixo do desejado para a "Regra n+2" em 2002 e 82,3% abaixo do desejável para a Reserva de Eficiência. No FEDER não se previa dificuldade no cumprimento da "Regra n+2" em 2002, enquanto que em relação à Reserva de Eficiência a performance se encontrava cerca de 40% abaixo do desejado.

A análise detalhada da execução financeira do Programa constituiu um elemento bastante importante para reforçar a necessidade de empenho de todos na aceleração da execução do Programa, tendo sempre presente que a disparidade de execução entre Medidas penaliza a avaliação dos critérios de eficiência.

Na Comissão de Acompanhamento foi ainda apresentada a proposta de reprogramação do PORLVT a enviar à Comissão Europeia, no âmbito do já referido sistema de simplificação e aplicável aos Eixos Prioritários 1 e 3. A proposta de reprogramação apresentada foi aprovada com uma abstenção, tendo-se iniciado o processo de notificação à Comissão Europeia.

A reunião terminou com a caracterização da situação actual das redes de abastecimento de água, e de recolha e tratamento de águas residuais na Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo em vista a implementação dos sistemas plurimunicipais. Foi feita referência ao estudo realizado pela CCR em colaboração com as Câmaras Municipais, a Águas de Portugal, SGPS e empresas multimunicipais, o qual teve por base o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006, que estabelece 2 objectivos concretos a atingir até em 2006: ter 95 % da população servida com abastecimento domiciliário de água; e ter 90% da população servida com sistema de drenagem e tratamento de águas residuais. Dada a pertinência do tema em discussão, ficou prevista a realização de uma reunião de trabalho entre as várias entidades intervenientes na área do Ambiente em finais do primeiro trimestre de 2003.

### IV.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

As actividades de Assistência Técnica são fundamentais para a prossecução dos objectivos pretendidos com a implementação do Programa Operacional, assegurando as condições de arranque e funcionamento dos sistemas de gestão e acompanhamento, controlo, avaliação e divulgação.

No âmbito destas actividades foram aprovadas doze candidaturas no decurso do ano 2002, totalizando quase 5 milhões de euros de despesa pública, correspondendo a uma comparticipação de Fundos Comunitários superior a 3,2 milhões de euros.

Do total das candidaturas aprovadas, nove respeitaram ao FEDER (58%), duas ao FSE (19%) e uma ao FEOGA (23%).

Na Medida 3.20. (FEDER) as candidaturas aprovadas foram da responsabilidade da CCRLVT; das Associações de Municípios do Oeste; Lezíria e Médio Tejo; e Junta Metropolitana de Lisboa; decorrentes do processo de contratualização. Sendo uma da DRAOTLVT, no âmbito da Acção Integrada Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana; e as restantes três, relativas às Intervenções Regionalmente Desconcentradas da Economia, Desporto e Infraestruturas de Portos. Não apresentaram candidaturas as Intervenções Desconcentradas do Emprego e do Ambiente. A Saúde, embora tivesse apresentado uma candidatura, foi proposta a anulação da mesma, por não apresentar a Estrutura de Apoio Técnico.

Do montante total aprovado nesta Medida, quase 2,9 milhões de euros, apenas se executou cerca de 68%, distribuindo-se este valor entre as despesas directamente decorrentes do processo da gestão, implementação, acompanhamento e controlo, sujeitas a "plafond", de acordo com a Regra de Elegibilidade n.º 11 e as despesas não sujeitas a "plafond", de acordo com a mesma regra. As primeiras representaram cerca de 61% das despesas totais afectas à assistência técnica FEDER, montante esse bastante abaixo do limite fixado para as diversas Acções, incluídas nesta Medida, nomeadamente 76% para a Acção 1, 100% para a Acção 3 e 90% para as Acções 4 e 5.

Os maiores desvios de execução recaíram nas candidaturas relativas aos Eixos Prioritários 1 e 2, e questões transversais do Programa Operacional da CCRLVT; à Medida 2.1. da DRAOT; e à candidatura do Instituto do Desporto. As razões apresentadas prendem-se, de uma forma geral, com a contenção nas despesas de PIDDAC, de acordo com as orientações governamentais.

A Associação de Municípios do Médio Tejo, no âmbito da sua candidatura da Assistência Técnica, utilizou as verbas essencialmente na instalação da EAT e no apoio às reuniões da Unidade de Gestão, onde se incluíram artigos de pequena duração correntemente consumidos na produção de trabalho, bem como distribuição de documentação aos municípios no âmbito do Programa Operacional, conforme se demonstra em anexo. Para 2003, a Associação prevê que no âmbito da Assistência Técnica se possam tomar medidas na área de informação e publicidade, nomeadamente informação e divulgação dos projectos objecto de financiamento, elaboração de uma publicação e produção simbólica de brindes e folhetos informativos.



Em 03 de Maio de 2002, o projecto de Assistência Técnica à Medida 3.14. Pescas, foi homologado pelo Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Os montantes executados em 2002, que ascenderam a 34.100 euros de Despesa Pública e 25.575 de FEDER, resultam especificamente das despesas com o pessoal afecto à EAT e da aquisição de equipamento informático (1 computador) necessário à execução das tarefas adstritas.

Apesar da execução efectiva do ano 2002 ter sido de 1970 mil euros, apenas se encontra certificada a 31 de Dezembro de 2002, 1336 mil euros de despesa pública, dado que os relatórios de execução anuais só foram entregues nos primeiros meses de 2003, encontrando-se o diferencial já certificado.

Na Medida 3.21. (FSE) as duas candidaturas aprovadas da CCRLVT e do Instituto de Emprego e Formação Profissional, totalizaram 969 mil euros de despesa pública e 606 mil euros de FSE, embora apenas tenha sido executado cerca de 8,5% do montante aprovado. Esta situação deve-se ao facto de o IEFP não ter apresentado qualquer despesa para pagamento, bem como às razões acima referenciadas na Medida anterior.

Das despesas realizadas, 83% referem-se a despesas sujeitas a plafond. Um montante que está de acordo com o previsto na Acção 1 - da Medida - Assistência Técnica FSE.

Na Medida 3.22. (FEOGA) a candidatura aprovada da responsabilidade da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste previa uma despesa total de 1,1 milhões de euros, tendo sido realizado cerca de 75% desse montante. Os desvios de execução deveram-se fundamentalmente a um encerramento antecipado de contas e aos condicionalismos introduzidos nas despesas relacionadas com pessoal, assim como na locação de viaturas.

O montante das despesas sujeitas a "plafond", soma cerca de 56% das despesas totais, o que se traduz num montante cerca de 61% abaixo do previsto.

#### IV.4. CONTRATOS-PROGRAMA - EIXO PRIORITÁRIO 1

Os projectos concorrentes ao Eixo 1 do PORLVT devem, no seguimento da política de desenvolvimento local já apoiada pelo Quadro Comunitário anterior, constituir uma mais-valia em termos de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das localidades, tendo subjacente o princípio da equidade, no sentido de reforçar a dinamização dos agentes económicos e sociais e melhorar a qualificação das populações.

O esforço exigido por uma comunidade globalizaste é enorme em termos de competitividade, sendo necessária a adopção de medidas estruturantes ao nível das infra-estruturas; dos equipamentos locais; e dos sistemas de gestão e de organização eficazes. Tudo isto, por forma a capacitar os agentes das condições indispensáveis para o desenvolvimento das suas actividades económicas e sociais.

Para a prossecução destes objectivo é fundamental o envolvimento de todos os actores regionais, estando para esse efeito previstas diversas formas de participação, nomeadamente a contratualização, mediante a celebração de contratos-programa homologados pelo membro do governo competente, em que a gestão técnica, administrativa e financeira é associada a entidades públicas ou privadas, por um espaço temporal definido pela Autoridade de Gestão (nos termos do Artigo 36º do D.L. 54/2000, de 2 de Março).

Foram estabelecidos contratos-programa para o triénio 2000-2002 relativamente às Medidas 1.1, 1.2., e parte de 1.3., com as Associações de Municípios do Oeste; Lezíria do Tejo; Médio Tejo; e Junta Metropolitana de Lisboa.

Ao nível do investimento aprovado no âmbito desses contratos-programa evidenciaram-se algumas especificidades territoriais, tais como o protagonismo que os domínios da qualificação urbana, equipamentos culturais e de ensino, possuem na AML; as águas residuais urbanas no Oeste; e as acessibilidades e o desporto na Lezíria e no Médio Tejo.

Quando analisada a capitação dos investimentos, verificamos que na AML a capitação do investimento (40,7 Euros por habitante) é bastante inferior à das restantes sub-regiões, sendo as capitações mais elevadas nas sub-regiões da Lezíria do Tejo (307,7 Euros) e do Médio Tejo (273,6 Euros). Este é um factor importante a ter em conta na análise do investimento aprovado por sub-regiões.

A repartição do investimento elegível aprovado, por concelho, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, permite ainda verificar que em todos os municípios já foram aprovados projectos.

O concelho de Lisboa destaca-se com aproximadamente 30 milhões de euros de despesa pública aprovada, sendo também de realçar outros oito municípios com investimentos entre os 10 e 17 milhões de euros: Tomar, Abrantes, Santarém, Torres Vedras, Alcobaca, Sintra, Oeiras e Caldas da

Rainha. Com algumas excepções, verifica-se que os menores montantes de investimento localizam-se nos municípios com menor expressão demográfica e territorial.

Como reforço financeiro de candidaturas aprovadas no âmbito da Medida 1.5. - Acções Específicas de Valorização Territorial - e na continuidade do que foi feito em 2001, foram celebrados ainda contratos-programa com os municípios, envolvendo até final de 2002, 25 projectos, com um investimento total de 32,4 milhões de euros, sendo a participação financeira da Administração Central (PIDDAC), através do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, de 8,2 milhões de euros (dos quais, cerca de 46,27% no Vale do Tejo; 45,58% no Oeste; e 8,15 % na Área Metropolitana de Lisboa).

#### Junta Metropolitana de Lisboa

A 13 de Dezembro de 2000 foi celebrado o contrato-programa com a Junta Metropolitana de Lisboa (JML), segundo o qual a JML assumiria a responsabilidade técnica, administrativa e financeira das Medidas 1.1. Acessibilidades e Equipamento; 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial; e 1.3. Capacidade institucional. Todas incluídas no Eixo Prioritário 1, no âmbito territorial correspondente à sub-região da Área Metropolitana de Lisboa.

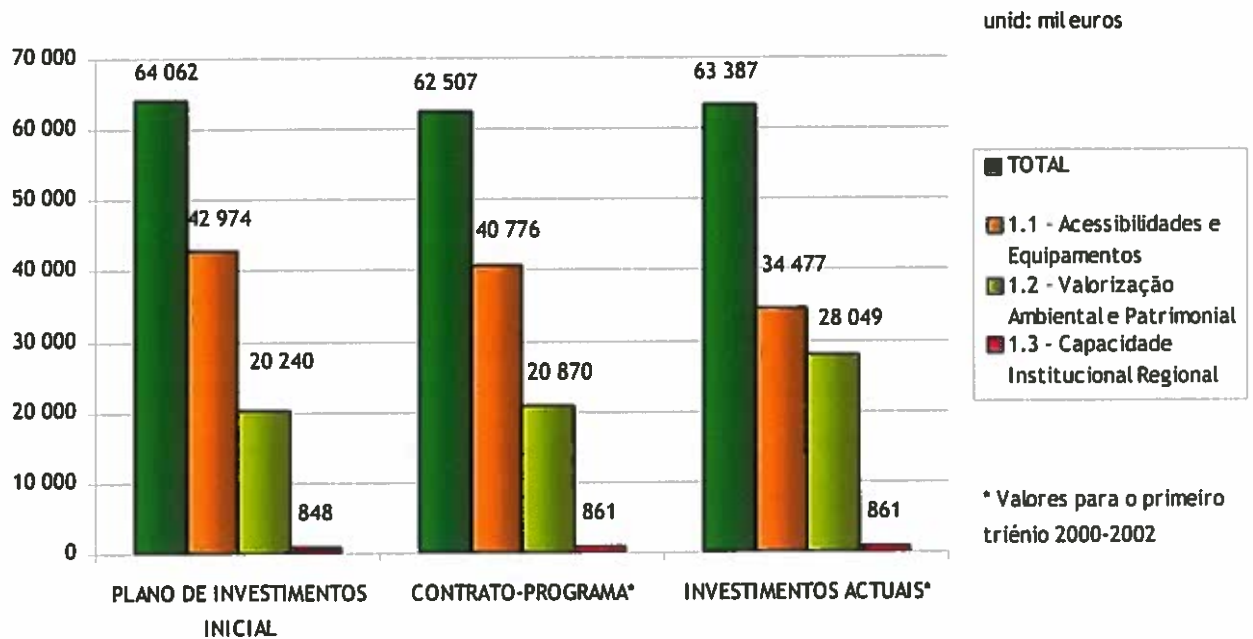
Aquando da contratualização das referidas Medidas a Área Metropolitana de Lisboa apresentou um Plano de Acção/Plano de Investimento, com o objectivo de corporizar, enquadrar e justificar um conjunto de investimentos e acções que os diversos municípios que compõem a AML pretendiam levar a efeito durante o 1º Triénio de 2000/2002, enquadrados no Eixo Prioritário em questão.

O Plano de Investimentos, ao longo dos 3 anos já decorridos, sofreu várias alterações e vicissitudes relativamente ao inicial, em que a maior parte dos projectos e acções se incluíam na Medida 1. - Acessibilidades e Equipamentos - a que correspondia cerca de 69% do investimento estimado necessário, seguindo-se a Medida 2. - Valorização Ambiental e Patrimonial - com 30%.

A importância destacada dos projectos da Rede Viária, Equipamentos Escolares, Espaços Públicos e Saneamento Básico (72% dos projectos e 67% do investimento estimado) mostrava a incidência das preocupações de nível municipal na resposta às necessidades básicas de infra-estruturação urbana e às carências da rede escolar ainda existentes na Área Metropolitana. O volume de projectos para qualificação da vida urbana a nível de equipamentos diferenciados (culturais, desportivos, de recreio e lazer); do espaço urbano (pedonalização, circulação e transportes); e do património (recuperação e valorização de património edificado e natural); era ainda reduzida no conjunto dos investimentos.

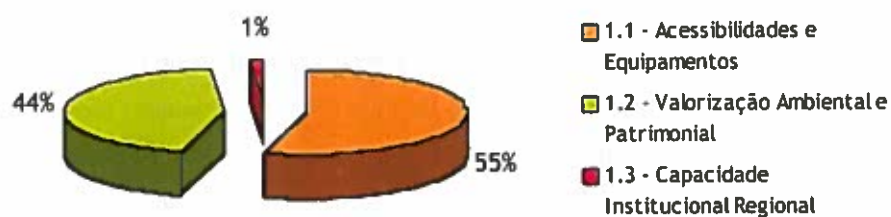
Quando analisado o volume de fundo FEDER homologado, verificamos que relativamente ao contratualizado e contemplado no Plano de investimentos Inicial, o peso dos investimentos em projectos inseridos na tipologia de acções da Medida 1.1. desceu, atingindo os 34,4 milhões de euros, aumentando por sua vez o peso do volume de investimento na Medida 1.2., com 28 milhões de euros, reflexo das preocupações de valorização ambiental e patrimonial, nomeadamente nos grandes agregados urbanos.

**JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA  
FEDER HOMOLOGADO EIXO 1 - MEDIDAS 1.1./1.2./1.3.**



Assim, e em termos relativos, a Medida 1.1. atingiu 55% do FEDER homologado; a Medida 1.2. - 44%; cabendo os remanescentes 1% para a Medida 1.3.

**JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA  
(% DE FEDER HOMOLOGADO POR MEDIDA)**

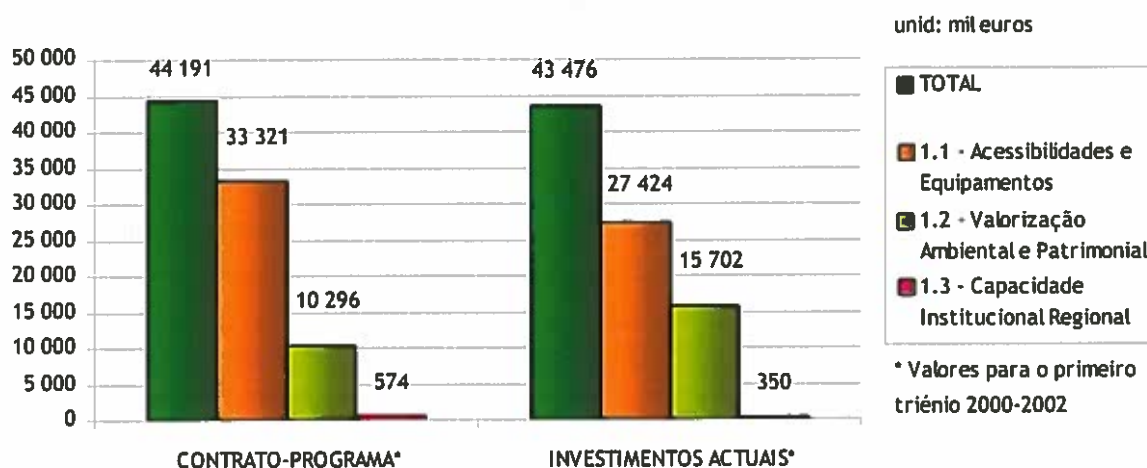


Prevê-se que até ao final do primeiro semestre de 2003, seja celebrado o contrato-programa com a Junta Metropolitana de Lisboa para o próximo triénio 2003/2006.

### Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

Tendo por base um Contrato programa celebrado entre a CCRLVT e a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, é de referir que em termos de execução global financeira do Plano de Acção 2000-2002, a Lezíria do Tejo cumpriu praticamente os objectivos estabelecidos, quer em aprovações, quer em termos de despesa certificada, como se pode observar no gráfico seguinte.

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA LEZÍRIA DO TEJO  
FEDER HOMOLOGADO EIXO 1 - MEDIDAS 1.1./1.2./1.3.**



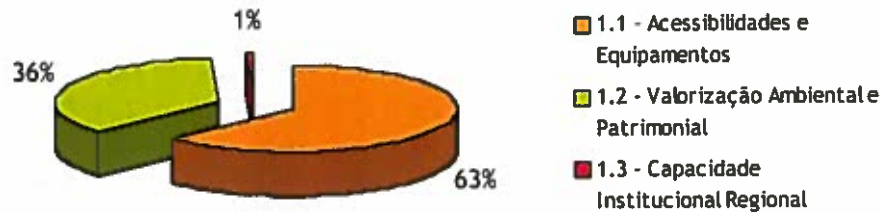
Podemos verificar, comparativamente ao programado, um decréscimo, quer no sector dos Equipamentos, resultante do atraso de alguns projectos (Bibliotecas), quer na aprovação noutras Eixos e Medidas (Equipamentos Desportivos no Eixo 3), quer ainda no sector da Actividade Económica, fundamentalmente em resultado dos elevados valores solicitados para a aquisição de terrenos para loteamentos industriais.

Em contrapartida, o volume de investimento aumentou no sector do Ambiente e da Reabilitação Urbana, o qual resultou fundamentalmente da interpretação que foi dada numa Unidade de Gestão ao enquadramento dos projectos integrados por várias componentes (rede viária, esgotos, águas etc.).

Assim, os valores homologados FEDER na Medida 1.1. - atingiram mais de 27,4 milhões de euros - cerca de 63% do total das três Medidas; a Medida 1.2. - mais de 15 milhões de euros - bastante superior aos 10 milhões inicialmente previstos, equivalendo a 36% do FEDER homologado; e a Medida 1.3. - 350 mil euros - 1% do FEDER homologado no âmbito do contrato-programa.



**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA LEZÍRIA DO TEJO  
(% DE FEDER HOMOLOGADO POR MEDIDA)**



Relativamente à gestão e acompanhamento dos projectos financiados, a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo contratou, em Agosto de 2002, um Engenheiro Técnico para a verificação física e processual das candidaturas, tendo realizado, no decurso de 2002, visitas a todos os municípios, num total de 55 obras, tendo sido posteriormente elaborados os respectivos pareceres de acompanhamento/verificação de empreitada ou administração directa.

Em 17 de Dezembro de 2002, foi celebrado entre a CCRLVT e a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, um novo contrato-programa agora para o período 2003-2006, igualmente para a gestão das Medidas 1.1. - Acessibilidades e Equipamentos; 1.2. - Valorização Ambiental e Patrimonial; e 1.3. - Capacidade Institucional Regional do Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal; correspondente à zona de intervenção sub-regional da Lezíria do Tejo.

O contrato-programa estabelece as competências e obrigações das entidades, definindo as diversas tarefas de gestão, os mecanismos de transferência das verbas comunitárias e os procedimentos que visam o rigor e a boa execução do objecto do contrato, à semelhança do anteriormente celebrado.

A implementação do referido contrato-programa tem por base uma comparticipação comunitária global de 18,56 milhões de euros para os anos de 2003 a 2006.

A celebração do contrato-programa teve por base a apresentação por parte da Associação de Municípios de um Programa Estratégico e Operacional da Lezíria do Tejo. Este documento compreende 45 projectos, dos quais 16 em Equipamentos; 10 em Ambiente; 6 em intervenções em Reabilitação Urbana; 5 em Infra-estruturas Económicas; 4 em Acessibilidades; e 4 em Promoção/Divulgação; na continuidade da estratégia de intervenção para o primeiro triénio.

### Associação de Municípios do Oeste

A Associação de Municípios do Oeste (AMO) elaborou um Plano de Acção do Oeste para o triénio 2000-2002, tendo como suporte o Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Oeste (PEDRO).

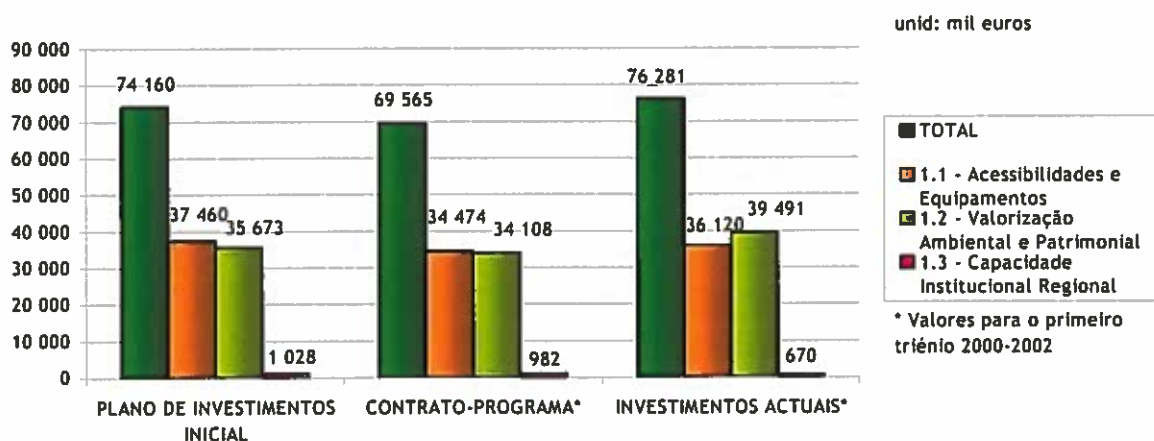
Com este Plano de Acção pretendeu dar-se uma maior coerência e integração ao território do Oeste, colmatando as carências patenteadas pelos municípios em domínios básicos da infra-estruturação e dos equipamentos colectivos e, simultaneamente, criar condições para a afirmação e reforço da competitividade dos municípios, da sub-região, da base económica e dos tecidos social e cultural.



Os grandes objectivos estratégicos deste Plano de Acção centraram-se nas redes de saneamento; de transportes e de equipamentos; e na qualificação do território; favorecendo um desenvolvimento sustentado; a promoção da equidade territorial e a solidariedade intra-regional; concentrando o investimento num número reduzido de sectores e aprofundando a cooperação intermunicipal.

Por forma a consubstanciar estes objectivos, a Associação de Municípios do Oeste propôs 71 projectos para o período 2000-2002, correspondentes a um Investimento Elegível de 74,2 milhões de euros.

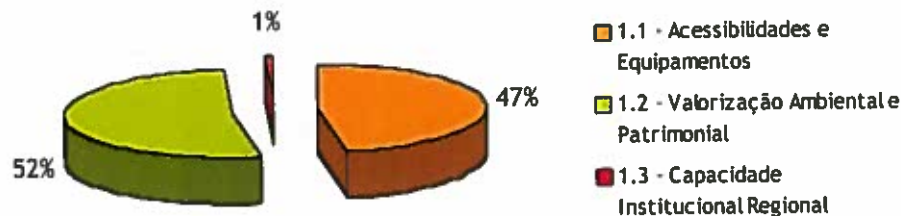
#### ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO OESTE INVESTIMENTO ELEGÍVEL HOMOLOGADO EIXO 1 - MEDIDAS 1.1./1.2./1.3.



Dois sectores concentraram aproximadamente 62% do investimento previsto: o Saneamento Básico, que contemplou cerca de 38,6% do investimento; e as Acessibilidades 23,6%. Tratando-se de intervenções em muitos casos complementares de outras iniciadas no QCA II, importa sublinhar,

que, a este esforço de investimento por parte dos municípios, não foram alheios o relevo acentuado e a dispersão do povoamento que se verifica na Região.

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO OESTE  
(% DE INVESTIMENTO HOMOLOGADO POR MEDIDA)**



A análise comparativa da aprovação com a programação, revela que na Medida 1.1., foram aprovados 34 projectos, correspondendo a 47% do investimento aprovado para as três Medidas contratualizadas, valor ligeiramente inferior relativamente ao montante contratualizado (50%). Na Medida 1.2., foram aprovados 47 projectos, o que representa 52% do investimento total aprovado, superando o montante contratualizado. Na Medida 1.3., foram aprovados 4 projectos, cerca de 1% do total aprovado nas três Medidas, percentagem inferior relativamente ao contratualizado.

Em conclusão, os desvios verificados em relação ao Plano de Acção 2000-2002 não assumem significado particular, salvo as naturais preocupações ambientais numa região onde, face à sua diversidade paisagística e extensão da orla costeira, este é um factor fundamental para o seu desenvolvimento enquanto Região de Qualidade Ambiental, pelo que, pode dizer-se, que o Oeste cumpriu o referencial da contratualização celebrado com a Gestão do QCA III.

Prevê-se que seja celebrado o contrato-programa com a Associação de Municípios do Oeste para o próximo triénio 2003/2006, até ao final do primeiro semestre de 2003.

**Associação de Municípios do Médio Tejo**

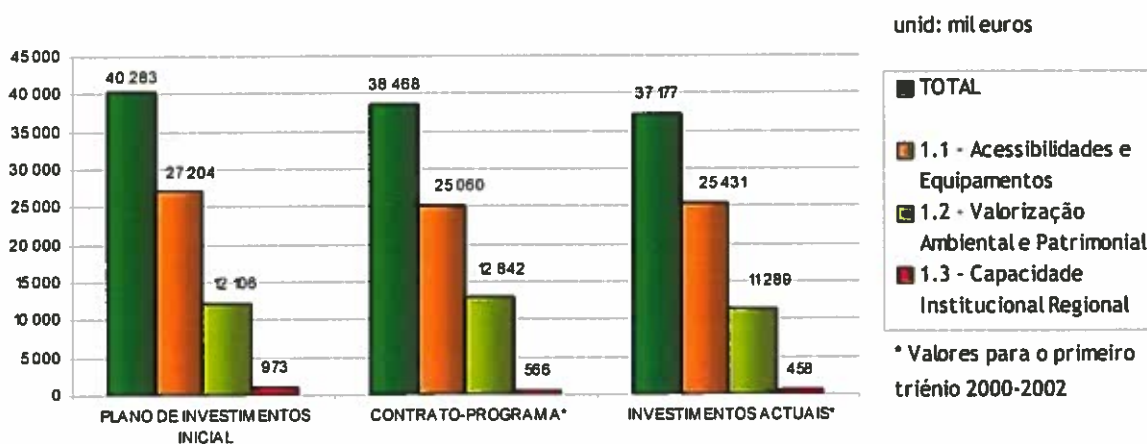
A Associação de Municípios do Médio Tejo elaborou um Plano Estratégico e Operacional para o triénio 2000-2002, tendo como suporte o Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo (PDIMT), que engloba 3 eixos e 7 sub-programas de intervenção.

Com tal plano, pretendeu dar-se uma maior coerência e integração ao território do Médio Tejo. As apostas estratégicas do Médio Tejo procuraram, então, iniciar o caminho da criação de condições propiciadoras de uma futura articulação intermunicipal, num quadro de sustentabilidade e inovação, promovendo a cidadania e o bem-estar, o robustecimento da base económica, a

valorização e coesão territoriais, a atracção de investimento e uma governação do território moderna e participada.

Por forma a consubstanciar as apostas estratégicas, eixos e sub-programas de intervenção, a Associação de Municípios do Médio Tejo, propôs 65 projectos para o triénio 2000-2002, correspondentes a 40,3 milhões de euros de FEDER, constantes do Plano de Acção aprovado pelas autoridades do QCA III.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MÉDIO TEJO  
FEDER HOMOLOGADO EIXO 1 - MEDIDAS 1.1./1.2./1.3.

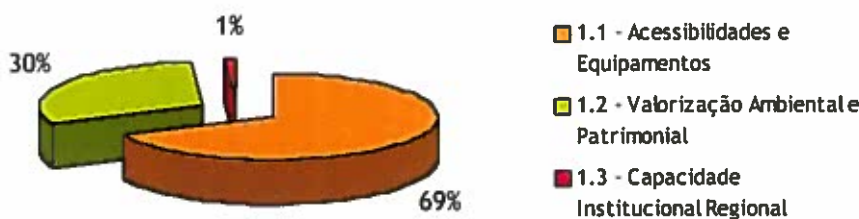


Os projectos propostos pelos municípios do Médio Tejo contemplaram diversos domínios, apresentando-se as Acessibilidades com uma importância relativa bastante superior aos restantes (aproximadamente 34,5% do total). A este facto não é alheia a dimensão territorial de alguns municípios, assim como a dispersão do povoamento que leva a um maior esforço de investimento nas acessibilidades intra-concelhias dada a sua importância no contexto sub-regional. Dos restantes domínios, importa ainda mencionar os investimentos propostos para os Equipamentos Desportivos (20,2%), Saneamento Básico (15%) e Requalificação Urbana (8,6%).

A análise comparativa das homologações com o programado, revela que as acções aprovadas pelas Unidades de Gestão do Médio Tejo se traduziram nos montantes apresentados em seguida.

Na Medida 1.1. foram aprovados 34 projectos, dos quais 32 homologados, perfazendo os últimos 69% do FEDER aprovado para as três Medidas contratualizadas, com um valor ligeiramente superior ao montante contratualizado. Na Medida 1.2. foram aprovados 26 projectos, dos quais 25 homologados, representando estes últimos, 30% do total aprovado para as três Medidas, registando assim um valor inferior relativamente ao montante contratualizado. Para a Medida 1.3., foram aprovados 4 projectos, constituindo 1% do total, percentagem inferior ao proposto no plano de acção, mas aproximando-se mais do montante contratualizado.

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO MÉDIO TEJO  
(% DE FEDER HOMOLOGADO POR MEDIDA)**



De salientar que os 3 projectos por homologar no final de 2002, ascendem a cerca de 2,1 milhões de euros de FEDER, dos quais 1,2 milhões de euros relativos a duas acções da Medida 1.1. e 900 mil euros à acção da Medida 1.2., fechando assim a dotação programada para o triénio. Em termos percentuais, se incluirmos estes valores, o peso da Medida 1.1. no total de fundo aprovado, reduz-se para 68%, aumentando o da Medida 1.2. para 31%.

Em síntese, dir-se-á que desde o início da entrada em vigor do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e até ao final de Agosto de 2002, aprovaram-se 64 projectos para o Médio Tejo, correspondentes a 39.230 mil euros de FEDER. Por conseguinte, o número de projectos e o montante de investimento aprovados encontram-se dentro do objectivo que o Médio Tejo se tinha proposto com a contratualização 2000/2002 (65 projectos e 38,5 milhões de euros FEDER).

A análise da estrutura de FEDER aprovado no Médio Tejo permite inferir que os desvios verificados em relação ao Plano de Acção 2000/2002 não assumem significado particular, pelo que pode dizer-se que o Médio Tejo cumpriu o referencial da contratualização celebrada com a Gestão do QCA III.

Em qualquer caso, os desvios verificados no decurso do primeiro triénio serão objecto de consideração na elaboração do Plano de Acção para 2003-2006, no sentido de uma tendencial compensação. Prevê-se que até ao final do primeiro semestre de 2003 seja celebrado o contrato-programa com a Associação de Municípios do Médio Tejo para o próximo triénio 2003/2006.

Cumpra ainda salientar no âmbito das actividades de gestão e acompanhamento, a realização de 29 visitas, a produção de 161 relatórios, que reflectem o acompanhamento da execução por componente de cada projecto.



#### IV.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No âmbito do FEDER a aplicação informática (SIFEC) encontra-se em funcionamento, estando actualizadas em termos de candidaturas e execução as Medidas não contratualizadas do Eixo Prioritário 1, do Eixo Prioritário 2 e do Eixo Prioritário 3.

As Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa fazem o carregamento de dados das Medidas contratualizadas, Medida 1.1., 1.2. e parte da 1.3. do Eixo Prioritário 1, no SIDREG versão QCA III, tendo sido adjudicada em 22 de Novembro 2002, uma aplicação, denominada "SIGNO", que permite a migração dos dados deste sistema para o SIFEC. Decorreram já no ano de 2003, acções de formação na CCRLVT e nas Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa, sobre a utilização da aplicação, prevendo-se que a mesma se encontre em pleno funcionamento no final de Maio de 2003.

Foi disponibilizado aos Coordenadores o acesso à utilização do módulo FEDER, por forma a que as candidaturas sejam carregadas pelas respectivas estruturas de apoio, bem como os pedidos de pagamento dos executores, estando já a seguir estes procedimentos as Medidas 3.10. - Economia, 3.12. - Sociedade de Informação e 3.17. - Acessibilidades e Transportes. Nas restantes Medidas, por razões de ordem técnica ou falta de meios humanos, a EAT do Gestor assegura ainda esta tarefa.

No âmbito do FSE, o sistema de informação a cargo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), prevê que a integração a nível de "módulo de gestor" seja feita gradualmente, a nível de Medida, tendo sido feita a integração da Medida 3.9. - Ensino Profissional, durante o ano de 2002. As candidaturas desta Medida do ano lectivo 2002/2003, já foram introduzidas pelos promotores directamente no sistema e são tratadas e analisadas via sistema de Informação pelo Coordenador da Medida 3.9 (EAT de Apoio) e Gestão do Programa Operacional (EAT de Gestor). Também a recolha e gestão dos Modelos 2/IGFSE - Idoneidades de Entidades, é feita pela EAT do Gestor directamente no SII/FSE.

Prevê-se que durante o ano 2003 seja feita a integração das restantes Medidas FSE.

A estrutura de apoio técnico ao Coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tem colaborado activamente no processo de concepção do Sistema de Informação do FSE, levado a cabo pelo IGFSE, tendo participado em várias reuniões de trabalho com os gestores, na elaboração de pareceres e contributos para a construção do referido Sistema de Informação e ainda na participação em exercícios de teste à aplicação informática.

Porém, é de referir que a utilização do Sistema de Informação do IGFSE tem-se limitado apenas à recolha e gestão dos Modelos 2/IGFSE - Idoneidades de Entidades.

Isto, porque, para que se possa utilizar o Sistema de Informação em apreço como um instrumento de gestão, torna-se necessário, como já foi referido, aderir ao módulo gestor, com a consequente

contratualização com o consórcio que concebeu o Sistema, tendo em vista a definição das especificações próprias da Intervenção e do PORLVT. Assim, ainda se mantém em utilização a adaptação da aplicação informática utilizada pelo Programa Pessoa no âmbito do QCA II, à semelhança do procedimento utilizado pelo POEFDS.

Quanto ao FEOGA-O, o sistema de informação da Intervenção Regionalmente Desconcentrada da Agricultura e Desenvolvimento Rural será assegurado pelo Sistema de Informação da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU).

O organismo responsável por este sistema é o IFADAP, que previa a disponibilização da aplicação no final de Junho de 2002, o que não aconteceu.

A gestão e acompanhamento dos programas Operacionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural do QCA III está apoiada num sistema corporizado por uma Base de Gestão Simplificada existente no IFADAP e em Modelos de Análise parcelares que não estão automaticamente integrados no sistema.

A informação sobre gestão das diversas intervenções FEOGA-O do QCA é carregada sob responsabilidade dos gestores/coordenadores permitindo a produção de toda a informação necessária à gestão e assegurando o cumprimento dos requisitos regulamentares nesta matéria (relatórios, selecção de amostras de controlo, indicadores de execução e de gestão, elaboração dos pedidos de pagamento).

Para todos os Programas Operacionais são registadas as diferentes fases dos projectos no sistema: Entrada, Análise, Decisão, Contratação, Acompanhamento, Controlo e Conclusão, sendo validados e efectuados por via electrónica todos os pagamentos das ajudas concedidas.

Embora o actual sistema permita a resposta às principais questões, garantindo a segurança e o rigor da informação existente, revela-se pouco eficiente em matéria de utilização operacional dada a sua elevada complexidade (n.º de Medidas, n.º de beneficiários, n.º de projectos e de informação associada). Tendo em conta que também se pretende introduzir um novo conceito de gestão, onde a eficiência e a transparência da informação seja assegurada numa óptica de abertura aos utilizadores externos, houve necessidade de criar um novo sistema - o SIADRU - que se encontra em fase de implementação.

Enquanto os módulos SII/FSE e SIADRU não estão disponibilizados, existe assim, em paralelo, uma aplicação informática em Access, desenvolvida internamente para a gestão destes fundos, a qual reveste carácter provisório.

O acesso ao SII/FSE, será disponibilizado aos Coordenadores logo que se acerte o protocolo de acesso e respectivos perfis de utilizador, que se encontram pendentes das decisões das entidades gestoras nacionais destes fundos.

Durante o ano de 2002 decorreu ainda o concurso de adjudicação da implementação de um sistema integrado de informação, próprio da CCRLVT, no âmbito do PORLVT, que reuna toda a informação

relevante e necessária ao nível de gestão e acompanhamento dos projectos e que dialogue com os sistemas existentes. O contrato com a firma adjudicatária celebrar-se-á em Maio de 2003 e o prazo de execução é de seis meses.

Este sistema de informação tem como base um repositório global da informação que é carregada nos quatro sistemas referidos, o que permitirá o conhecimento global e integrado do Programa. Prevê-se que este sistema esteja em pleno funcionamento até ao final de 2003.

#### IV.6. AVALIAÇÃO INTERCALAR

A avaliação intercalar, conforme prevista no Regulamento (CE) n.º 1260/1999, art.º 42º, constitui uma medida destinada a melhorar a qualidade e a pertinência da programação, traduzindo uma oportunidade de identificação de possíveis reorientações consideradas pertinentes de modo a garantir a concretização dos objectivos definidos.

Nesse sentido, a avaliação intercalar tem como objectivo primordial examinar os primeiros resultados do Programa Operacional, a sua pertinência e a realização dos objectivos, a utilização dos recursos e o desenvolvimento do acompanhamento e da execução e, especificamente, examinar os resultados obtidos em função dos indicadores estabelecidos para a Reserva de Eficiência.

Compete ao gestor de cada intervenção operacional a responsabilidade do processo da respectiva avaliação intercalar, organizada com a colaboração da Comissão Europeia (CE) e em articulação com a Comissão de Gestão do QCA III (CG-QCA). Esta colaboração concretiza-se em Grupos Técnicos que envolvem a representação da autoridade de gestão de cada Programa Operacional, da CE e da CG QCA.

Das competências do Grupo Técnico de Avaliação destaca-se, a proposta de metodologia do estudo de avaliação a realizar, o acompanhamento técnico no âmbito do lançamento do respectivo concurso, o acompanhamento da realização do estudo, a validação dos relatórios apresentados pelos avaliadores conforme contrato de adjudicação do estudo, a validação do relatório final do estudo de avaliação e o pronunciamento sobre os resultados do estudo.

Inserindo-se no processo de gestão, os estudos de avaliação intercalar têm como referência temporal os três primeiros anos de vigência dos instrumentos de programação (Janeiro de 2000 a Dezembro de 2002), devendo actualizar-se em 2005 com incidência sobre o período de tempo entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2004.

A avaliação intercalar é realizada por avaliadores independentes, apresentada à Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional e formalmente transmitida à Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2003.

Para o ano de 2002, data do início do Estudo da Avaliação Intercalar do PORLVT, a calendarização prevista contemplava a produção de um 1º Relatório até 13 de Dezembro de 2002.

## Resumo dos trabalhos realizados em 2002

### Janeiro a Fevereiro

Finalização do caderno de encargos relativos ao concurso para o Estudo da Avaliação Intercalar do PORLVT 2000-06.

Durante este período de tempo procedeu-se à confirmação do conteúdo técnico e jurídico do caderno de encargos, tendo este trabalho sido realizado no âmbito particular da Autoridade de Gestão do PORLVT e do Grupo Técnico para a Avaliação Intercalar do PORLVT

Congregando assim o resultado da coordenação das recomendações e preocupações sobre o Estudo relativamente aos âmbitos de participação implicados (Comissão Europeia, Comissão de Gestão do QCA III e Autoridade de Gestão do Programa Operacional).

As principais preocupações e recomendações sobre o Estudo centraram-se em aspectos como: a correcta definição da finalidade do Estudo e da sua trajectória central de modo a garantir o cumprimento dos seus principais objectivos; a identificação das questões a que o Estudo deve responder; as principais componentes a apresentar em termos de conteúdo; os aspectos específicos da metodologia global traduzidos na definição de determinados critérios de avaliação a considerar pelo estudo e aos quais este deveria responder; metodologias específicas a ter em conta na aplicação de alguns critérios de avaliação; e a forma como se deveria desenvolver e garantir o bom acompanhamento do estudo e a coordenação dos vários exercícios de avaliação face ao processo global de avaliação do QCA.

### Março a Novembro

Lançamento do concurso internacional, respectivo processo de adjudicação e contratação da Equipa para a realização do Estudo da Avaliação Intercalar do PORLVT, que se realizou sob a forma de concurso limitado por prévia qualificação (internacional).

A opção por esta forma de procedimento teve o seu fundamento na possibilidade de garantir uma melhor qualificação do processo de concurso e, dessa forma, do Estudo pretendido.

De facto, o principal significado deste tipo de concurso reside na observação de duas fases distintas mas interdependentes - Candidaturas e Propostas - só podendo apresentar propostas os concorrentes que tenham sido seleccionados na fase de candidaturas.

### Dezembro

Apresentação do 1º Relatório do Estudo da Avaliação Intercalar do PORLVT. Estando prevista a apresentação de um primeiro relatório durante este mês, foi acordado entre a Equipa e a entidade adjudicante - a CCRLVT- por razões de atraso na assinatura do contrato respectivo, a entrega de um relatório preliminar ao qual se seguiria, em Janeiro, a respectiva versão definitiva.



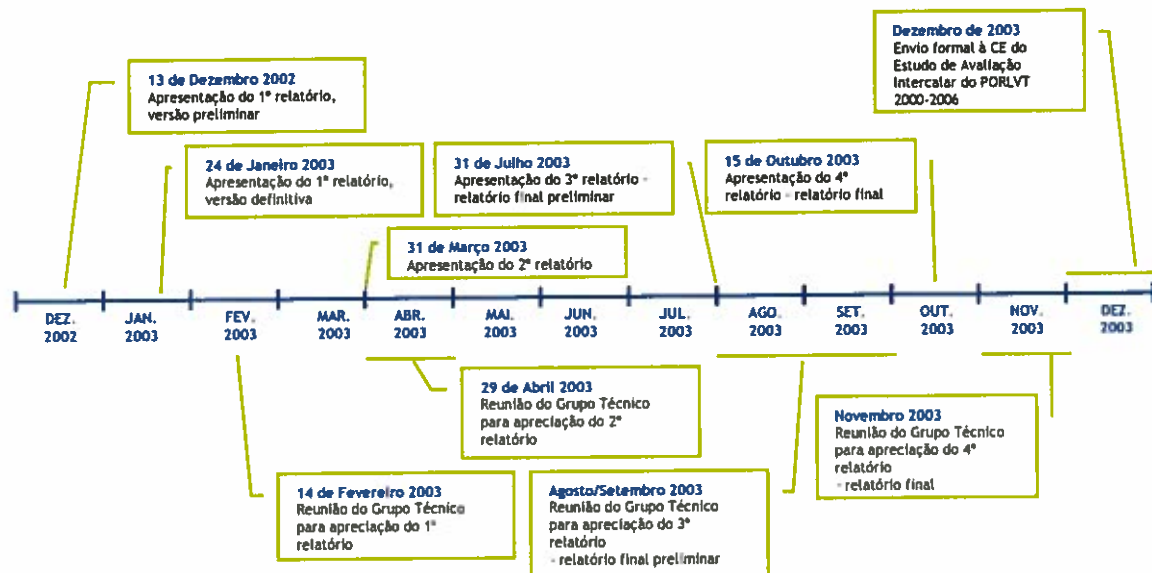
Relativamente ao 1º Relatório do Estudo, o conteúdo previsto referia-se:

- à componente de Identificação do Programa Operacional, que compreende a situação de contexto a partir da qual surge o Programa, integrando, portanto, todos os aspectos implicados na proposta de Programa e o conteúdo da intervenção;
- às questões e critérios específicos de avaliação relativos à relevância ou pertinência da estratégia definida para o Programa e à sua coerência externa e interna.

O relatório apresentado, de carácter preliminar, versou essencialmente o programa detalhado dos trabalhos a desenvolver e o ponto da situação destes, tendo em conta os respectivos aspectos contratuais, pelo que não foi conclusivo face à primeira fase do exercício de avaliação intercalar.

Apresenta-se, em seguida, o calendário previsto para o desenvolvimento do estudo da avaliação intercalar do PORLVT, ajustado às situações entretanto ocorridas.

### CALENDÁRIO 2003 - AVALIAÇÃO INTERCALAR -



#### IV.7. CONTROLO

##### Condicionantes à implementação do controlo de primeiro nível no PORLVT

Constituem objectivos do controlo verificar se os projectos ou acções financiados foram empreendidos de forma correcta, prevenir e combater as irregularidades e recuperar os fundos perdidos na sequência de abuso ou negligência, por forma a assegurar a realidade, a regularidade e a legalidade das operações subjacentes.

Ao Gestor da respectiva Intervenção Operacional cabe, nos termos do estabelecido no D.L. n.º 169/2001, a responsabilidade do controlo de primeiro nível, assegurando o respeito pela separação de funções relativamente à gestão e aos pagamentos processados no seu âmbito.

O controlo de primeiro nível abrange as acções de natureza concomitante e/ou *à posteriori* das candidaturas, projectos ou acções co-financiados, nas suas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, ou seja, a verificação física e financeira, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa.

Inclui ainda os procedimentos relativos à verificação da forma como os órgãos de gestão ou as suas estruturas garantem a fiabilidade dos documentos constantes das candidaturas e asseguram a recolha da informação necessária à caracterização das componentes dos projectos ou acções, bem como a eficácia do acompanhamento da execução dos projectos ou acções.

A criação de uma estrutura de apoio técnico ao controlo de primeiro nível, à qual competirá desenvolver as tarefas estabelecidas no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, de acordo com a programação estabelecida no Artigo 4º da Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, apenas ocorreu em 26 de Dezembro de 2001 com a publicação da RCM n.º 172/01.

Por outro lado, as acções de controlo no âmbito do FEDER e FSE podem ser executadas por entidades externas pré-qualificadas, segundo a legislação em vigor. Acontece, que pelo facto dessas *bolsas* de entidades auditoras externas pré-qualificadas, a que as intervenções operacionais poderiam recorrer no âmbito das competências conferidas, conforme determina o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001, não estarem ainda consolidadas, quer pela DGDR, quer pelo IGFSE, condicionou fortemente a sua execução rápida dos planos anuais de controlo entretanto definidos.

No caso do FEOGA-O a realização do controlo de primeiro nível compete ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), nos termos do Protocolo celebrado entre o Gestor do PORLVT e o Presidente do IFADAP em 3 de Agosto de 2001.

Os factores apontados anteriormente condicionaram fortemente a execução do controlo de primeiro nível.

No âmbito das actividades de controlo previstas no Artigo 10º, do Reg. (CE) n.º 438/2001, da Comissão, o PORLVT promoveu, no último trimestre de 2001 e 2º trimestre de 2002, algumas aquisições de serviço de auditoria externa, por forma a seleccionar as empresas que melhores condições apresentassem para a realização destas tarefas, possibilitando assim o arranque das actividades de controlo de primeiro nível ainda em 2001. Esta actividade intensificou-se no último trimestre de 2002, porquanto a publicação da lista de entidades auditoras externas pré-qualificadas ocorreu em Agosto daquele ano.

### Plano Anual de Controlo 2002

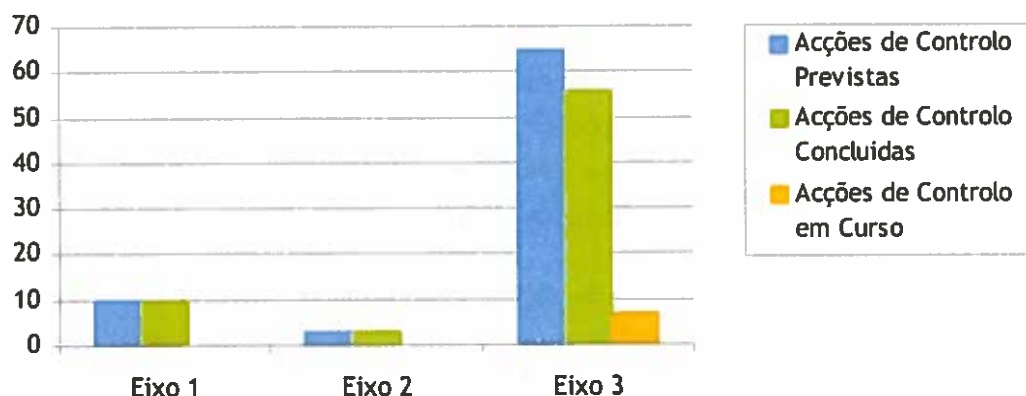
O ponto de situação do Plano Anual de Controlo 2002, que inclui ainda algumas acções de controlo iniciadas em 2001 e apenas concluídas em 2002, é o seguinte:

Fundo	N.º de Acções de Controlo		
	Previstas	Concluídas	Em curso
FEDER	25	25	0
FSE <sup>1</sup>	39	37	0
FEOGA-O	14	7	7
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>69</b>	<b>7</b>

<sup>1</sup> No caso dos contratos-programa com o IEFP, um no âmbito da Medida 3.4 e outro da Medida 3.6, que foram desdobrados em várias acções de controlo, considera-se aqui o número total de auditorias efectuadas no terreno

Das 78 acções de controlo previstas (5 relativas a 2001 e 73 a 2002) já foram executadas 69 e encontram-se em curso 7, no âmbito do FEOGA. Em relação ao FSE, não foi possível executar 2 acções de controlo.

### Plano Anual de Controlo 2001/2002



Das 69 acções de controlo executadas e com projecto de relatório entregue, 22 já têm relatório na sua versão final. As restantes 47 estão em fase de análise e/ou pedido de esclarecimentos relativos

ao projecto de relatório ou em fase de contraditório. De salientar que cerca de 77% dos projectos de relatório foram recepcionados no último trimestre de 2002 e primeiro de 2003, conforme se pode observar no quadro seguinte:

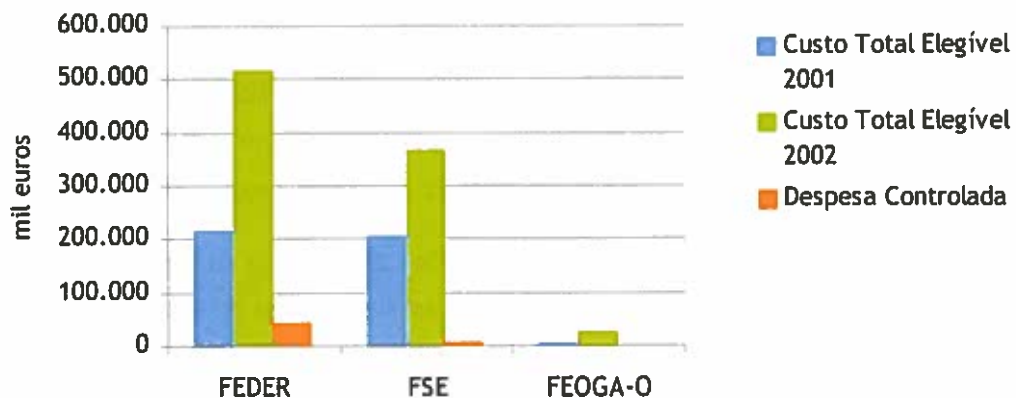
Relatórios de Auditoria			
Período	N.º de relatórios recepcionados	%	N.º de relatórios finais
1º Trimestre 2002	5	7%	4
2º Trimestre 2002	10	14%	9
3º Trimestre 2002	1	1%	1
4º Trimestre 2002	34	49%	8
1º Trimestre 2003	19	28%	0
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>

Quanto ao esforço de controlo, que deve garantir uma cobertura mínima de 5% da despesa total elegível, os valores para o total do PORLVT e por Fundo são os seguintes:

PO / Fundo	Custo Total Elegível		Despesa controlada	% Despesa controlada	
	a 31/12/2001	a 31/12/2002		2001	2002
<b>PO TOTAL</b>	426.335	891.878	52.827	12,4%	5,9%
<b>FEDER</b>	215.207	500.456	44.240	20,6%	8,8%
<b>FSE</b>	206.386	366.957	8.514	4,1%	2,3%
<b>FEOGA-O</b>	4.742	24.465	73	1,5%	0,3%

unid: mil euros

Esforço de Controlo 2001/2002



Se ao esforço de controlo do 1º nível acrescentarmos os valores da despesa controlada pelo 2º nível e alto nível, o esforço de controlo para PORLVT atinge as seguintes percentagens:

PO / Fundo	Custo Total Elegível a 31/12/2002	Despesa Controlada		% Despesa controlada
		1º Nível	Outros Níveis	
FEDER	500 456	44 240	11 149	11.1%
FSE	366 957	8 514	8 593	4.7%
FEOGA-O	24 465	73	753	3.4%
<b>PO TOTAL</b>	<b>891 878</b>	<b>52 827</b>	<b>20 494</b>	<b>8.2%</b>

unid: mil euros

Para o ano 2003 estão programadas 94 acções de controlo de primeiro nível, com a seguinte distribuição por Fundo Estrutural:

N.º de acções de controlo	
FEDER	34
FEOGA-O	19
FSE	41
<b>Total</b>	<b>94</b>

Foram desenvolvidas diversas acções de acompanhamento ao nível da verificação da execução física dos projectos co-financiados e da veracidade das declarações de despesas, no âmbito dos procedimentos definidos no artigo 4º do Reg. (CE) n.º 438/2001, da Comissão.

No âmbito do FEDER foram efectuadas 34 visitas de acompanhamento, abrangendo 17 beneficiários de 4 Medidas (Medidas 1.5., 2.1., 2.3. e 3.18.), com o objectivo de validar a organização do dossier de projecto; o respeito pelas regras nacionais e comunitárias; e verificar se o progresso da execução da obra corresponde à programação da candidatura, bem como aos pedidos de pagamento apresentados.

No âmbito do FSE foram efectuadas, durante 2002, 19 visitas de acompanhamento a projectos em fase de saldo (Medida 1.4.) para verificação dos processos técnico-pedagógico e contabilístico junto dos respectivos beneficiários finais.

Com o objectivo de validar a conformidade das acções de formação no próprio local de realização, quer em termos de número de formandos em sala, quer em termos de instalações e equipamentos, foram ainda efectuadas visitas de acompanhamento a 9 beneficiários, com projectos no âmbito das Medidas 1.4. e 2.4., num total de 14 visitas.

Ainda durante o ano de 2002 foram efectuadas 8 acções de controlo a pedidos de reembolso FSE, as quais estão incluídas no Plano Anual de Controlo desse ano.



No início de 2003, de uma forma mais concertada, foram definidos os seguintes procedimentos de validação de despesa apresentada pelas Entidades Titulares de Pedidos de Financiamento FSE:

- A EAT Gestão PORLVT (Medidas FSE do Eixo 1) e os Coordenadores do Eixo 2 e Eixo 3 (Medidas FSE), com base nos pedidos de reembolso (em fase de execução ou saldo final) entrados até ao último dia de cada mês, seleccionarão uma amostra de acordo com critérios de amostragem previamente definidos, amostra essa que deverá ser repartida entre a EAT Gestão PORLVT ou a EAT dos Coordenadores e a EAT Controlo;
- A EAT Gestão PORLVT ou a EAT dos Coordenadores validarão então a despesa com base nos documentos de despesa solicitados aos beneficiários (art. 4º), procedendo a EAT Controlo à validação por recurso a auditores externos (art. 10º).

#### **Auditorias ao POR LVT**

O SNC - Sistema Nacional de Controlo do QCA III é constituído por órgãos que exercem de forma articulada os controlos a três níveis, correspondendo o primeiro nível a uma forma de controlo interno, o segundo nível a uma forma de controlo externo e o alto nível à coordenação global do sistema de controlo.

Assim, apresentam-se em seguida as diversas auditorias ao PORLVT efectuadas pelas várias entidades do SNC:

#### **Certificação de despesa pela Autoridade de Pagamento**

As autoridades de pagamento poderão promover verificações, no âmbito da certificação de despesas, no sentido de garantir que o disposto no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, foi cumprido.

IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu:

- Verificação da despesa declarada objecto do 1º pedido de reembolso (com relatório final);
- Verificação da despesa declarada objecto do 2º pedido de reembolso (com projecto de relatório);
- Verificação da despesa declarada objecto do 3º pedido de reembolso (sem projecto de relatório);
- Verificação da despesa declarada objecto do 4º pedido de reembolso (sem projecto de relatório);

#### **Controlo de Alto Nível**

Compreende, designadamente, a avaliação dos sistemas de gestão e de controlo existentes aos diferentes níveis das intervenções operacionais, da gestão, acompanhamento e avaliação global e da estrutura orgânica das intervenções operacionais, bem como a promoção de acções de

articulação entre as diferentes entidades com responsabilidades no sistema de controlo, como estabelecido no Artigo 42º, n.º 2, do D.L.º 54-A/2000, de 7 de Abril.

**IGF - Inspeção Geral de Finanças:**

- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do PORLVT - 2001 (com projecto de relatório);
- Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas financiados pelo FEOGA-O e pelo IFOP - 2002 (com projecto de relatório);

#### Controlo Nacional

**Tribunal de Contas Português:**

- Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do PORLVT - Eixo Prioritário 3 (sem projecto de relatório);

#### Controlo Comunitário

**DG Regio:**

- Auditoria de sistemas ao abrigo do art. 38º (2) do Reg. 1260/99 - Missão de Controlo relativa aos Programas Operacionais Regionais LVT e Centro - FEDER (com projecto de relatório).

**Tribunal de Contas Europeu:**

- Auditoria à declaração de fiabilidade das contas (DAS) de 2002, relativa aos pagamentos (intermédios) do QCA III do FSE (sem projecto de relatório).

#### **Questões objecto de recomendação**

No âmbito das auditorias ao PORLVT mencionadas no ponto anterior e no que concerne aquelas onde existe relatório final ou apenas projecto de relatório, apresenta-se seguidamente um resumo das principais recomendações constantes nos respectivos relatórios:

#### IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

Principais recomendações apontadas no relatório final relativo à verificação da despesa declarada objecto de 1º pedido de reembolso (reportado ao período de Dezembro 2000 a Abril 2001):

- Desenvolver um sistema de controlo de primeiro nível;
- Implementar o acompanhamento físico junto das entidades;
- Sensibilizar as entidades para o cumprimento de prazos na apresentação dos pedidos de reembolso;
- Alertar as entidades no sentido de apresentarem, no pedido de reembolso, as despesas já pagas, instruírem os Dossiers Financeiros conforme determina a legislação, utilizarem

apenas uma conta bancária específica para a formação e carimbarem correctamente os documentos de despesa.

Principais recomendações apontadas no projecto de relatório relativo à verificação da despesa declarada objecto de 2º pedido de reembolso (reportado ao período de Maio a Julho de 2001):

- Não existe formalização dos circuitos e procedimentos em manual próprio;
- Deficiente circuito de comunicação entre a EAT do Gestor e as EAT dos Coordenadores;
- Não existiu qualquer tipo de acompanhamento, nem controlo de primeiro nível, aos pedidos de financiamento efectuados pelas estruturas de Gestão;
- Os procedimentos de análise e validação dos pedidos de pagamento terão que ser melhorados;
- Alertar as entidades no sentido de apresentarem no pedido de reembolso as despesas já pagas, utilizarem apenas uma conta bancária específica para a formação e carimbarem correctamente os documentos de despesa.

#### IGF - Inspeção Geral de Finanças

Principais recomendações apontadas no projecto de relatório da Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do PORLVT - 2001:

- Desenvolver os procedimentos necessários de forma a dotar as EAT dos meios humanos necessários;
- As insuficiências constatadas ao nível da recepção e análise das candidaturas, determinam a necessidade de implementar importantes melhorias nos procedimentos;
- Melhorar os procedimentos relativos à análise dos pedidos de pagamento, designadamente no que respeita à evidência da verificação das regras para a sua instrução e respectiva análise, assim como, das correcções aos valores apresentados pelos beneficiários;
- Deverão ser dadas orientações aos diferentes intervenientes no sistema de gestão de modo a que o acompanhamento dos projectos passe a ser efectuado;
- Revisão dos circuitos e/ou prazos de análise e pagamento dos respectivos pedidos que, de uma forma geral, não são cumpridos;
- Garantir que os Termos de Validação que acompanham os pedidos de pagamento se reportem apenas a despesas efectivamente realizadas e pagas;
- Garantir que os documentos de despesa inerentes aos projectos financiados sejam carimbados com a menção do Fundo e do Programa;
- Incorrecto pagamento de IVA que "seja recuperável por qualquer meio";
- Completar o Manual de Gestão e melhorar as pistas de controlo.

Principais recomendações apontadas no projecto de relatório da Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas financiados pelo FEOGA-O e pelo IFOP - 2002:

- Implementar procedimentos e/ou reforçar os meios humanos, por forma a garantir uma adequada segregação de funções;
- Proceder à introdução de melhorias nas pistas de controlo;
- Garantir a aplicação de todos os procedimentos previstos, assegurando a evidência dos mesmos;
- Garantir que são organizados e completados os dossiers respeitantes aos processos.

#### DG Regio

Principais recomendações apontadas no projecto de relatório da Auditoria de Sistemas ao abrigo do art. 38º (2) do Reg. 1260/99 - Missão de Controlo relativa aos PO Regionais LVT e Centro - FEDER - 2001:

- Ausência de coordenação entre a autoridade de gestão e os organismos intermédios;
- Constatação de que em alguns organismos intermédios a separação de funções de gestão, pagamento e controlo, nem sempre se encontra assegurada;
- Ausência de procedimentos de verificação dos serviços prestados e comprovativos da realização dos mesmos;
- Indicação na comunicação de aceitação dos projectos das respectivas datas de elegibilidade dos projectos, bem como em eventuais prorrogações do período de elegibilidade;
- Inclusão na carta de concessão da totalidade das condições estabelecidas para a concessão de auxílios e confirmação por parte do beneficiário de que aceita as mesmas;
- Iniciação urgente dos controlos por amostragem previstos no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001.

Na sequência das recomendações efectuadas pelas diversas entidades que auditaram o Programa foram tomadas as seguintes medidas, entre outras:

- Implementação da estrutura de controlo de 1º nível;
- Implementação de um sistema de acompanhamento físico junto das entidades beneficiárias (Eixos 1 e 2);
- Os resultados apurados nas acções de controlo efectuadas e já comunicados às entidades, permitem alertar estas para questões como: a necessidade de nos pedidos de reembolso apenas constar a despesa paga; possuírem uma conta bancária específica; cumprirem as regras de divulgação e publicidade, entre outras;
- Elaboração do Manual de Gestão do PORLVT;
- Melhoramento contínuo das Pistas de Controlo.

A Autoridade de Gestão confirma que os fundos estruturais estão a ser utilizados em conformidade com os princípios da boa gestão financeira, tal como é apontado nas conclusões apresentadas pelas auditorias realizadas, cujas recomendações efectuadas estão a ser implementadas.

Relativamente ao impacto financeiro das irregularidades constatadas, este incidiu sobre o incorrecto pagamento de IVA que "seja recuperável por qualquer meio", sendo esta uma questão ainda em análise por parte dos serviços em articulação com a Comissão de Gestão do QCA III.

Não foram, ainda assim, feitas quaisquer recomendações correctivas pela Comissão decorrentes do n.º 4, Artigo 38º do Reg. (CE) nº 1260/1999.



**IV.8. ACÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE**

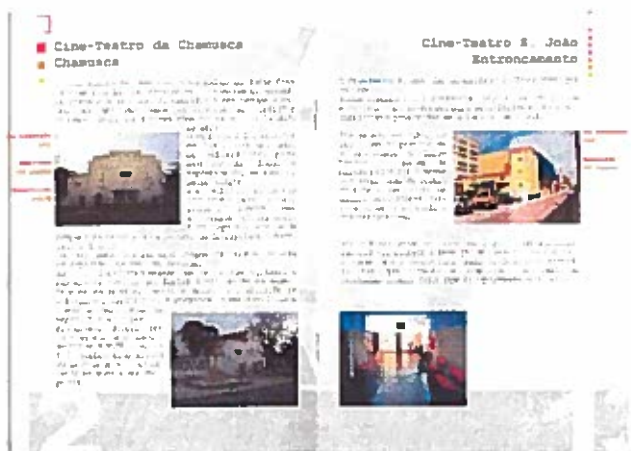
As acções de divulgação constituem um instrumento fundamental para o conhecimento e transparência da implementação dos Programas Operacionais e do apoio concedido pela União Europeia em termos de política de Fundos Estruturais.

No decurso de 2002 foram tomadas diversas iniciativas no sentido de dar corpo ao previsto no Plano de Comunicação, assumindo particular relevância as acções concretizadas junto de potenciais beneficiários finais, mas igualmente da opinião pública em geral.

Destinadas aos beneficiários finais e potenciais

**Produção de folhetos e material informativo**

Procedeu-se à edição e mailing das Brochuras "PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa" e "Lisboa e Vale do Tejo - Valorização Cultural, Reabilitação do Património", esta última dedicada à Rede de Cine-Teatros Reabilitados na RLVT.



Brochura "Lisboa e Vale do Tejo - Valorização Cultural, Reabilitação do Património"



"Normas de Publicitação para Placas de Obra e Placas Permanentes"

Foi ainda objecto de edição e mailing o documento relativo aos "Critérios de Avaliação e Selecção de Projectos apresentados a co-financiamento no âmbito do PORLVT".

Foram igualmente produzidas pastas para os documentos do PORLVT e enviado um mailing com as "Normas de Publicitação para Placas de Obra e Placas Permanentes".

### Site do Programa

Foram disponibilizadas no site do PORLVT as Regras de Publicitação e Logotipos e foi enviado por mailing um postal de divulgação do site do PORLVT.

### Destinadas à Opinião Pública

#### Inserção de anúncios

A colocação de anúncios nos órgãos de comunicação regionais, nacionais, generalistas ou especializados, foi uma das preocupações relativas às acções de divulgação, tendo sido publicados anúncios referentes ao PROQUAL, Programa VALTEJO, Promoção da Rede de Cine-Teatros Reabilitados na RLVT e Região OESTE.



Anúncio ao Programa VALTEJO

### Participação/organização de acontecimentos que se enquadrem nos objectivos do Programa Operacional

No Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo 2002 e na 1ª Conferência sobre Gestão e Economia do Desporto de Rio Maior, foram produzidos cartazes, painéis e faixas publicitárias, procedeu-se à inserção do logotipo do PORLVT e da insígnia da União Europeia (com indicação do Fundo em causa) em material promocional.

A organização do Programa Cultural de promoção da Rede de Cine-Teatros reabilitados na RLVT, com produção de espectáculos em Abrantes, Sintra, Tomar e Torres Vedras constituiu outra das acções, tendo sido divulgada a brochura "Lisboa e Vale do Tejo - Valorização Cultural, Reabilitação do Património".



Livro "Campinos - A Alma do

A publicação do Livro "Campinos - A Alma do Ribatejo", edição bilingue constituiu outro dos acontecimentos promovidos neste âmbito de acções.

Foi ainda apoiado o Programa Cultural de promoção dos projectos co-financiados ao abrigo do Programa VALTEJO, organizado pelos grupos teatrais "Falias de Cá" e "La Voile" (de Marrocos) e apresentado ao público em Tancos e no Arripiado, simultaneamente.

### Informação à imprensa/relações públicas

A publicação de entrevistas com Gestores e textos informativos sobre o PORLVT: Revista Oficial do Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo 2002; suplemento do Jornal "Público" dedicado às 250 Maiores Empresas da Região Centro e Lisboa e Vale do Tejo; e brochura da 1ª Conferência sobre Gestão e Economia do Desporto de Rio Maior; deram forma a algumas das iniciativas de informação à imprensa.

Acções de divulgação na Revista Infoleziária (elaborada pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo), jornais regionais e entrevistas com órgãos de comunicação social daquela sub-região.

A participação no Programa "Terra a Terra" da Rádio TSF, dedicado aos projectos VALTEJO e o envio de "Press Releases" para os órgãos de comunicação social sobre eventos organizados no âmbito do PORLVT, visitas a projectos, aprovação ou inauguração de projectos, ponto de situação do PORLVT, reuniões das Comissões de Acompanhamento, etc., promoveram o conhecimento junto do grande público das diversas iniciativas decorrentes da implementação do PORLVT.

#### Exposição

Produção e Montagem de Stand de Exposição na "SportShow" - I Feira do Desporto e I Salão Internacional de Futebol; na XII Mostra de Actividades Económicas do Concelho de Constância; "Festa do Vinho" do Cartaxo; na FERSANT - Feira Empresarial da Região de Santarém (PORLVT, Eixos, Medidas e Projectos) e Euroformação/ Eurotraining 2002 (Programa Foral).



Stand de Exposição do PORLVT



#### Organização de visitas a projectos em obra na Região

Organização de visitas a projectos co-financiados pelo PORLVT na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Oeste destinadas a órgãos de comunicação social.

#### Sessões de esclarecimento

Foram realizadas sessões de esclarecimento junto dos municípios da Lezíria do Tejo. A apresentação Pública do PROQUAL decorreu no município da Amadora.

#### Site do Programa



Disponibilização (para consulta e download) de informação, relatórios, formulários, publicações e documentação diversa no site do PORLVT.

#### Outro Material

Produção de pastas para documentos PORLVT destinadas à Gestão e Estrutura de Apoio Técnico do PORLVT

#### Site do Programa

Elaboração, apresentação e distribuição do Manual de Normas Internas de Circulação de Informação para o site do PORLVT.

#### Seminários

Apresentação do Estudo "Critérios de Avaliação e Selecção de Projectos de Espaço Público".

Ao nível das intervenções desconcentradas as acções de divulgação, informação e publicidade das Medidas do emprego, formação e desenvolvimento social, incluídas na Intervenção Operacional

Regional de Lisboa e Vale do Tejo consistiram em várias iniciativas como: distribuir uma brochura de identificação de todas as intervenções do Ministério do Trabalho e da Solidariedade no âmbito do QCA III, dando especial ênfase ao POEFDS e às Intervenções Desconcentradas e a todas as pessoas interessadas que contactam os serviços da Estrutura de Apoio Técnico ao Coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A manutenção da página na Internet [www.poefds.pt](http://www.poefds.pt) onde podem ser obtidas mais informações sobre as intervenções da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde se inclui a Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi outra iniciativa preconizada.

Foi ainda produzida e distribuída a todas as pessoas que contactam a Estrutura de Apoio Técnico ao Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, uma brochura contendo o Regulamento Específico das Medidas.

Já na Medida 3.10. - Economia - durante 2002 não se registou actividade promocional específica, para além da divulgação da Medida no âmbito da Internet (site próprio da DRE-LVT) e no site do Programa Operacional de Economia. A resposta a solicitações de informação e esclarecimento técnico constituiu a actividade normal neste domínio.

Na Medida 3.15. - Agricultura e Desenvolvimento Rural - a publicitação só se aplica para alguns projectos da acção 5, tendo as regras definidas sido cumpridas no decorrer do ano de 2002.

Também ao nível das diversas Medidas desconcentradas, além da colocação de placas publicitárias na totalidade das obras, houve a participação em vários Colóquios e Seminários, como no caso da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - e a promoção de visitas a obras e contactos directos com potenciais promotores, caso das Medidas 3.16. e 3.14. - Pescas - Infraestruturas de Portos.



#### IV.9. GRANDES PROJECTOS

No final de 2002 foi apresentada a candidatura à Medida de Acessibilidades e Transportes, do projecto do MST - METROPOLITANO LIGEIRO DO SUL DO TEJO (1ª FASE).

Trata-se de um "grande projecto", conforme o previsto no artigo 25º do Regulamento (CE) 1260, pelo que deverá ter a sua taxa de comparticipação confirmada pela CE, de acordo com o n.º 3 do artigo 26º do mesmo Regulamento, o que deverá ocorrer até Julho de 2003.

Com este projecto pretende-se instalar nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro uma rede de metropolitano ligeiro, moderna e atractiva. Inclui a construção das infra-estruturas de longa duração, o fornecimento de material circulante, equipamentos de comando e controle de tráfego e ainda, a realização de testes e ensaios.

A rede base prevista é constituída por 4 linhas, com uma extensão total de 27,65 km (a construir por fases). Terá 37 paragens que distarão em média entre si 768 m. A candidatura apresentada respeita à 1ª fase. A extensão de via a construir nesta fase é de 13,5 km.

O custo elegível considerado é de 265.068.235 Euros. Regista-se a existência de investimento complementar, exclusivamente privado, no valor de 55.269.153 Euros e não considerado para efeitos de comparticipação



## CAPÍTULO V- ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

### ESTRATÉGIA EUROPEIA DE EMPREGO

As Medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do PORLVT foram desenhadas, de forma explícita, para responder ao Plano Nacional de Emprego (PNE), designadamente aos objectivos ligados à transição de jovens para a vida activa, ao combate à exclusão sócio profissional e à promoção da empregabilidade e da adaptabilidade da população activa empregada.

Assim, a formação associada às Medidas 3.1. - Promoção da Formação Qualificante e de Transição para a Vida Activa - integrou a formação associada ao Sistema de Aprendizagem (formação em alternância) e formação certificada das Escolas de Hotelaria e Turismo da Região, contribuindo para a transição e inserção mais rápida de um número significativo de jovens na vida activa, enquanto via de alternativa. De referir que o número de jovens que obtiveram qualificação nesta Medida ultrapassou significativamente os jovens apoiados pela Medida, tendo os apoios concedidos sido financiados pelo orçamento nacional.

A formação da Medida 3.2. - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade - integrou um conjunto alargado de acções de formação contínua, dirigida a activos empregados de diversos sectores, incluindo os sectores do Turismo, da Administração Pública e da Saúde.

As acções de formação dirigidas para este público incluem-se na actuação preventiva dos fenómenos do desemprego, contribuindo para a promoção da empregabilidade desses grupos, na óptica da aprendizagem ao longo da vida, integrada na estratégia europeia para o emprego.

A Medida 3.3. - Qualificação e Inserção Profissional de Desempregados - enquanto elemento central de resposta a desempregados, quer na componente de estágios profissionais, quer na formação profissional para desempregados. A resposta no domínio dos estágios profissionais possibilitou o reforço da actuação precoce face aos problemas do desemprego, ao permitir a inserção profissional de um conjunto alargado de jovens no mercado de trabalho.

Paralelamente, a formação profissional para desempregados, enquanto potenciadora do reforço das qualificações dos desempregados, favoreceu a sua reinserção no mercado de trabalho, minimizando os riscos de entrada no desemprego de longa duração.

A Medida 3.4. - Criação de Emprego - possibilitou a criação de postos de trabalho, associados aos diferentes instrumentos legais existentes de criação de emprego, designadamente das Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), Apoios à Criação do Próprio Emprego (ACPE) e Criação do Próprio Emprego (CPE). Assim, os apoios concedidos integraram-se na estratégia precoce de combate ao desemprego promovendo o emprego de trabalhadores desempregados.

A Medida 3.5. - Eficácia e Equidade das Políticas - permitiu o apoio a Unidades de Inserção Profissional, enquanto instrumentos complementares dos Serviços Públicos de Emprego (SPE),



reforçando o atendimento de empregados e desempregados, encaminhando-os para respostas no âmbito das políticas activas de emprego.

A Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social - integradora de respostas a públicos desfavorecidos, através de acções para apoios a públicos com deficiência e para públicos com diferentes graus de desfavorecimento, designadamente Desempregados de Longa Duração, Toxicodependentes, Ex-toxicodependentes, Minorias Étnicas, etc., quer pela via da formação profissional, quer pela inclusão nos diferentes instrumentos do Mercado Social de Emprego. A estratégia subjacente nesta Medida, enquanto resposta a estes grupos alvo, visa uma actuação facilitadora da sua inserção social, enquanto sectores expostos ao desemprego de longa duração ou a outros graus de desfavorecimento, indo ao encontro da actuação preconizada no Plano Nacional para a Inclusão.

Em resumo, as Medidas 3.1. e 3.2., enquadram-se na actuação preventiva do desemprego, pretendendo através do reforço das qualificações profissionais uma inserção rápida na vida activa para os jovens, melhorando a situação dos activos, quer ao nível do desempenho profissional, quer contribuindo para uma maior adaptabilidade face às mutações técnicas, tecnológicas e organizacionais da generalidade das organizações. A sua execução contribui para o reforço da aprendizagem ao longo da vida, nos termos definidos pela Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida, designadamente no desenvolvimento de competências na utilização das tecnologias de informação e comunicação e na realização de acções integradas nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA).

De forma diversa, embora igualmente integrados na estratégia europeia para o emprego, encontram-se as Medidas 3.3. e 3.4., enquanto instrumentos de actuação precoce do combate ao desemprego e de criação do emprego. A minimização do tempo de desemprego é o seu principal objectivo, procurando activar os desempregados no âmbito dos instrumentos INSERJOVEM e REAGE.

Diferente na estratégia de emprego, se situa a Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social - cabendo-lhe em primeiro lugar contribuir para a inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos enquanto elemento estruturante do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), contribuindo dessa forma para o reforço da coesão social.

No quadro seguinte, apresenta-se o contributo do Programa para o PNE, relativo ao ano de 2002:

Objectivos PNE	Medidas do PORLVT que contribuem directamente para o PNE	Execução 2002	
		Financeira (M€)	Física
Melhorar a Qualificação de Base da População Activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida	3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (a)	46.857	113.694
	3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas (Formação dos Agentes da Política de Emprego e Formação) (a)	1.678	2.742
Promover a Inserção Sócio-Profissional e Combater o Desemprego de Longa Duração e a Exclusão	3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (b)	37.332	10.437
	3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (Formação Profissional) (a)	17.060	4.978
	3.4 - Criação de Emprego (c)	5.067	676
Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa	3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (a)	19.035	6.314
	3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (Estágios Profissionais) (b)	7.997	3.294

(a) N.º de formandos

(b) N.º de Pessoas Apoiadas

(c) N.º de postos de trabalho criados

Quando em Dezembro de 2000 - a Cimeira de Nice - aprovou a Agenda Social e os quatro objectivos do método de coordenação aberta de luta contra a pobreza e a exclusão e pela inclusão social, já o PORLVT estava aprovado. Porém, grande número das medidas previstas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) é operacionalizada pelo PORLVT, com especial realce para as intervenções abrangidas pela Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social.

Tendo presente os 4 Objectivos do PNAI:

Objectivo 1 - Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços;

Objectivo 2 - Prevenir os riscos de exclusão;

Objectivo 3 - Actuar em favor dos mais vulneráveis;

Objectivo 4 - Mobilizar o conjunto dos intervenientes,

Pode concluir-se pela sinergia entre estes objectivos e diversas medidas do PORLVT, de forma mais ou menos intensa. Assim, podem identificar-se para os objectivos do PNAI acima referenciados, as medidas cujo contributo é mais relevante:

Objectivo 1: Medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa; e Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas. A transição de jovens devidamente qualificados e a igualdade de acesso ao emprego e à formação por ambos os géneros, é um meio de prevenção da pobreza e da exclusão social.

Objectivo 2: Medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade; Medida 3.3- Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados; 3.4 - Criação de Emprego; e Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas; enquanto instrumentos de prevenção e combate ao desemprego, factor de maior risco de exclusão.

Objectivo 3: Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social; enquanto medida reparadora destinada aos públicos mais vulneráveis.

Objectivo 4 - Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas; e Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social; ao incluírem a formação de recursos humanos que operam nas acções destinadas a grupos desfavorecidos, constituindo assim um instrumento decisivo do objectivo de mobilização do conjunto dos intervenientes na luta contra a pobreza e a exclusão.

De referir que as medidas mencionadas representam também contributos importantes para o PNE e, enquanto tal, foram já acima quantificadas em termos de execução de 2002.

#### **AUXÍLIOS DE ESTADO, REGRAS DE CONCORRÊNCIA E MERCADOS PÚBLICOS**

No âmbito das Medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, não se verifica a aplicação dos Auxílios de Estado no âmbito das Medidas 3.1., 3.3. e 3.6., porquanto as acções a desenvolver no âmbito destas Medidas se destinam a promover a qualificação profissional de pessoas desempregadas, à procura do 1.º emprego, desempregados de longa duração e desempregados há menos de um ano, ou de pessoas socialmente desfavorecidas. Ou seja, os apoios concedidos não são a empresas mas a pessoas.

No âmbito da Medida 3.4. e 3.7. os apoios à criação de Iniciativas Locais de Emprego verificam a regra "de minimis".

Para as Medidas 3.2. e 3.5., uma vez que poderão ser concedidos apoios a empresas para a realização de acções de formação profissional a favor dos seus trabalhadores, são verificadas as regras de concorrência no que se refere aos auxílios à formação, nos termos legalmente estabelecidos pela legislação comunitária nomeadamente pelo Regulamento CE n.º 68/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro.

Neste contexto, todos os titulares de pedidos de financiamento que se enquadrem na definição de Entidade Beneficiária, e ainda as Entidades Formadoras e Outros Operadores quando promovam formação dirigida exclusivamente a determinada empresa, deverão explicitar qual a natureza da formação que pretendem levar a efeito, de forma a serem observadas as taxas de financiamento público determinadas por lei.

Na Medida 3.10. - Economia - decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias e cumprimento das regras de concorrência e dos mercados públicos, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.

No sector da Agricultura e Pescas (Medidas 3.14. e 3.15.) é assegurada a Compatibilidade com as Políticas Comunitárias, fazendo aplicar as regras da concorrência conforme previsto no D.L. n.º 197/99 de 8 de Julho.

Ao nível da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - as regras de concorrência e mercados públicos têm sido defendidas através da exigência de concursos públicos de acordo com o Dec-Lei nº59/99 de 2 de Março.

Também no sector das Acessibilidades e Transportes existe a garantia de um elevado cumprimento das regras que respeitam às principais políticas comunitárias por parte de todas as entidades executoras, sendo dada particular atenção às questões de contratos públicos e sendo ainda observadas todas as outras políticas transversais comunitárias.

#### **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES**

A questão da eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres é implementada no âmbito da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, quer através das Tipologias de Projecto específicas desta temática incluídas na Medida 3.5., quer através da valoração das candidaturas para a realização de acções de formação que incluam módulos que abordem esta temática.

De facto, a Matriz Referencial de Análise constante do Regulamento Específico das Medidas prevê no seu ponto 3 da Parte B, a atribuição de 5 valores nas candidaturas que incluam nas acções de formação módulos específicos que abordem a temática da igualdade de oportunidades, nomeadamente visando a mudança de mentalidades e a partilha no processo de decisão, bem como a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Considerando que a selecção de candidaturas para financiamento é efectuada pela sua hierarquização, em termos de pontuação final atribuída pela aplicação desta Matriz multicritérios, tem-se verificado a generalização da inclusão destes módulos nas diferentes acções de formação profissional levadas a cabo pelas entidades candidatas aos apoios do FSE na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Na Medida 3.10. - Economia - decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias de eliminação das desigualdades e da promoção de igualdade entre homens e mulheres, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.

Ao nível da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - sendo as infra-estruturas desportivas utilizáveis quer por homens quer por mulheres, em simultâneo ou em alternativa, e proporcionando a sua utilização, o acesso a formas de participação em igualdade de processos e permitindo a expressão da auto-afirmação sócio-desportiva, considera-se que o incentivo à sua construção proporcionado pelos Fundos Comunitários constitui, por si só, um importante elemento de eliminação das desigualdades e de demonstração da promoção da igualdade entre homens e mulheres.

## AMBIENTE

Ao nível de adequação à política comunitária de ambiente todas as intervenções operacionais com incidência directa em matéria de ambiente ou ordenamento do território contam com representantes do Ministério do Ambiente nas Unidades de Gestão, sendo necessário o seu parecer favorável como condição indispensável à aprovação da candidatura.

A rede ecológica europeia "Natura 2000" compreende uma lista nacional de 61 sítios com uma área de 1.572.899 ha. que corresponde a 17.7% do território.

Refira-se ainda que a Rede Natura em Portugal inclui também as Zonas de Protecção Especial (ZPEs), classificadas ao abrigo da directiva das aves e que envolve 822.011 ha. correspondentes a 8.4% do território nacional.

Assim, a área classificada em Portugal Continental totaliza 1.904.113 ha. que corresponde a 21.47% do território.

A importância colocada na conservação da natureza é aliás um domínio prioritário no Quadro Comunitário de Apoio. A este propósito convém referir que no âmbito da Rede Natura, a Medida 3.18. conta com um projecto aprovado de investigação e produção de material audiovisual de uma gruta de acesso marítimo incluída na Rede Natura 2000, que tem como objectivo a investigação, preservação e divulgação dos valores espeleológicos ali presentes, bem como outros projectos de protecção e valorização dos recursos naturais.

Os investimentos aprovados em infraestruturas ambientais (domínio 34) elevam-se a mais de 61 milhões de euros em despesa pública, dos quais 35 milhões se encontram já executados. No âmbito do Gás Natural (domínio 33), os investimentos aprovados atingem quase 242 milhões de euros de despesa pública com 154 milhões executados. No âmbito do ordenamento e requalificação (domínio 35), que inclui a protecção ambiental, atingem quase 188 milhões de euros aprovados, dos quais 97 já executados.

Na Medida 3.10. - Economia - decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias e protecção do ambiente, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.

Ainda no que se refere a política ambiental, todos os projectos apresentados ao abrigo da Medida 3.14. - Pescas e Infraestruturas de Portos - tiveram de apresentar uma declaração de incidência ambiental, tendo apenas sido aprovados após a emissão do parecer favorável por parte das Entidades Competentes (DRAOT-LVT). Foi este inclusivamente o principal motivo para o atraso da execução da Medida, devido à demora na emissão do mencionado parecer.

No sector da Agricultura, a compatibilização com as regras de protecção do ambiente e do bem-estar animal é considerada na análise e acompanhamento das candidaturas, não sendo aprovados os projectos que não se enquadrem nestas regras e tendo os projectos de incidência ambiental de ser sujeitos a aprovação prévia das entidades competentes.

Ao nível da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - na área do ambiente é exigida, quando necessário, a demonstração das devidas adequações através das autorizações exigíveis por lei.

Também no sector das Acessibilidades e Transportes existe garantia de um elevado cumprimento das regras que respeitam às principais políticas comunitárias por parte de todas as entidades executoras, sendo dada particular atenção às questões ambientais, mas sendo observadas todas as outras políticas transversais comunitárias.

## SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

A Sociedade da Informação foi definida como prioridade nacional, apostando-se decisivamente na generalização do acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento.

Esta estratégia de intervenção é partilhada com a União Europeia, consagrada através do Plano de Acção eEurope 2005, o qual estabelece metas e objectivos quantificados para a sua concretização, encontrando tradução em Portugal na Iniciativa Internet, um programa de acção abrangente, que visa massificar o acesso e a utilização das novas tecnologias na escola, nas famílias, nas empresas e na Administração Pública.

À prioridade atribuída à Sociedade da Informação tem correspondido a adesão da Administração às novas tecnologias da informação e da comunicação, constituindo estas um poderoso instrumento para a desburocratização das organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, com impacto significativo na redução dos custos, justificando a introdução de medidas específicas destinadas à modernização dos organismos da Administração Pública no âmbito das intervenções apoiadas pelo QCA 2000-2006.

Assim, é sobretudo ao nível da redefinição da relação entre as administrações e os cidadãos, bem como entre as empresas e os demais agentes sociais, que a Internet pode jogar um papel crucial, desde o rápido e universal acesso à informação, até à submissão electrónica de formulários e declarações on-line, passando por um conjunto de formas de atendimento não-presencial (marcação de consultas, apresentação de reclamações, etc.), resultando num universo de oportunidades importantes para a vida dos cidadãos e das organizações.



Neste sentido, o eEurope 2005, no seu capítulo dedicado à Administração Pública, define como indicador central no exercício de “benchmarking” europeu a “percentagem de serviços básicos disponíveis on-line”, definindo para esse efeito um conjunto de 20 serviços considerados fundamentais e prioritários na oferta de serviços da Administração junto dos cidadãos e das empresas, constituindo o contexto enquadrador da actividade desenvolvida no âmbito do Estado Aberto.

## ANEXOS

### Publicação de Legislação

#### Medida 2.1. - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial (FEDER)

Despacho n.º 4286/2003 (2.ª série) do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente) que estabelece por tipologia de projecto e de acção, os limites máximos de custos para efeitos de financiamento do FEDER.

#### Medida 3.7. - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)

Despacho n.º 6379/2002 (2.ª série), de 7 de Março, publicado no Diário da República - II Série, N.º 69, de 22 de Março de 2002, aprovação do Regulamento Específico da Tipologia de Projecto 3.7.3 - Rede de Equipamentos e Serviços de Promoção do Desenvolvimento Social.

#### Medida 3.5. - Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)

Foram aprovados e publicados, durante o ano de 2002, dois Regulamentos Específicos relativos às Tipologias de Projecto relacionadas com a Igualdade de Oportunidades - Regulamento aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 833/2002, de 24 de Outubro, publicado no D.R. - II Série, n.º 265, de 16 de Novembro de 2002, e à Tipologia de Projecto 3.5.4 - Centro de Recursos em Conhecimento - Regulamento aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 835/2002, de 24 de Outubro, publicado no D.R. - II Série, n.º 266, de 18 de Novembro de 2002.

#### Medidas 3.1.a 3.7. - Emprego

Publicação do Despacho n.º 18 004/2002 (2.ª série), de 22 de Julho, no D.R. - II Série, n.º 185, de 12 de Agosto de 2002, de delegação de competências para aprovar as candidaturas ao financiamento pelas intervenções desconcentradas do emprego, formação e desenvolvimento social, de Sua Excelência o Ministro da Segurança Social e do Trabalho no Secretário de Estado do Trabalho, e por sua vez, deste, no Gestor do PORLVT através do Despacho n.º 20 324/2002 (2.ª série), de 2 de Setembro, publicado no D.R. - II Série, n.º 215, de 17 de Setembro de 2002.

Foi ainda publicado o despacho de delegação de competências de Sua Excelência o Secretário de Estado do Trabalho no Coordenador da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do PORLVT - Despacho n.º 18 860/2002 (2.ª série), de 31 de Julho, publicado no D.R. - II Série, n.º 195, de 24 de Agosto de 2002, alterado pela Rectificação n.º 1847/2002, publicada no D.R. - II Série, n.º 209, de 10 de Setembro de 2002.

#### Medidas 3.12. e 3.13. Sociedade da Informação

Foi publicado a 27 de Abril de 2002 em Diário da República (II série), o Despacho Conjunto n.º 463/2002, que vem introduzir alterações ao Regulamento Específico da Acção "Estado Aberto -

Modernizar a Administração Pública” da Medida n.º 3.12., com o objectivo de flexibilizar os procedimentos da componente FEDER da acção 3.12.2, articulando os mecanismos comunitários e o normativo orçamental nacional.

As orientações consideradas ao nível das condições de acesso e dos critérios de selecção são as que se encontram no Regulamento Específico da Acção “Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública” da Medida 3.12. - “Sociedade da Informação” - do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente a aplicação da Grelha de Avaliação das candidaturas apresentadas.

Por outro lado, existe um conjunto de orientações técnicas relativas às prioridades de intervenção, que visam especificar a aplicação do disposto no referido Regulamento Específico.

Foram publicados, no ano em análise, os Regulamentos Específicos das Medidas 3.12. (vertente FEDER/acção Portugal Digital) e 3.13. - Sociedade da Informação (vertente FSE) - através do Despacho n.º 16269/2002 e Despacho Conjunto n.º 25/2002.

#### Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos (FEDER)

No decurso de 2002 foram propostas algumas alterações aos diplomas existentes para a Intervenção Desconcentrada das Pescas, com particular incidência nas Medidas co-financiadas pelo IFOP, (não aplicável ao PORLVT) como forma de adaptar os referidos diplomas à realidade vivida desde a publicação dos mesmos, uma vez que essa vivência evidenciou a necessidade de dar respostas às pretensões e interesses do sector, no sentido de promover o alargamento dos domínios passíveis de serem apoiados através da aplicação MARIS Pesca: Decreto-Lei n.º 224/2000 de 9 de Setembro. Alterou-se o artigo 2º de forma a possibilitar o alargamento dos domínios do MARIS, vertente IFOP, anteriormente apenas previstos no MARE - Programa Operacional PESCA; Portaria n.º 1271/2001 de 8 de Novembro. Necessidade de adequar a Portaria mencionada à nova redacção dada ao D.L. n.º 224/2000 de 9 de Setembro.

Note-se que embora a alteração incida sobre as Medidas IFOP, como a legislação é conjunta, registar-se-á alteração dos diplomas aplicáveis também às Medidas co-financiadas pelo FEDER.

#### Medida 3.15. - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)

Durante o ano de 2002 procedeu-se à alteração de algumas Portarias e Circulares de aplicação de algumas subacções no sentido da simplificação do sistema e de colmatar algumas das dificuldades sentidas na sua aplicação.

Tais alterações de legislação relacionaram-se com as seguintes acções e subacções:

Subacção 6.2 - Portaria n.º 1215/2002, DR 204, I-B Série - 04-09-2002 - Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 6.2 - Electrificação da Acção n.º 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais.

Acção 1 e Acção 2 - Portaria n.º 387/2002, DR 85, Série-B -11-04-2002 - Altera os Regulamentos de Aplicação das Acções n.º 1 e 2 aprovados pelas Portarias n.ºs 1109-E/2000 e 1109-D/2000, de 27 de Novembro.

Subacção 3.4 - Portaria n.º 204/2002, DR 56, Série I-B, - 07-03-2002 - Altera o Regulamento de Aplicação da Subacção 3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos - aprovado pela Portaria 52/2001 de 29 de Janeiro.

Subacção 3.3 - Aviso- DR 39, III Série, 15-02-2002 - Prorrogação do Prazo de Entrega das candidaturas para 28 de Fevereiro de 2002 .

Subacção 4.2 - Despacho n.º 665/2002, DR 9, Série II - 11-01-2002 - Altera o artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 1109-B/2000, de 27 de Novembro.

Subacção 4.2 - Portaria n.º 45/2002, Dr n.º 9, Série I-B - 11-01-2002 - Altera as Portarias n.ºs 1109 - A/2000, de 27 de Novembro, que aprova o Regulamento do Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das Raças Auctótones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia.

## APROVAÇÕES E EXECUÇÃO A 31.12.2002

Medida	Fundo	Aprovações 2000-2006			Execução 2000-2002		
		Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo	Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo
Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	178 113 128.59	178 113 128.59	109 280 365.69	126 352 427.70	126 352 427.70	77 398 585.40
Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	130 366 382.45	130 366 382.45	80 709 134.35	78 525 278.87	78 525 278.87	48 430 890.41
Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	7 192 605.27	7 192 605.27	4 599 012.39	3 061 175.04	3 061 175.04	1 938 976.24
Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	7 097 247.61	7 097 247.61	4 613 210.93	3 529 568.32	3 515 317.50	2 284 956.37
Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	64 480 748.17	64 480 748.17	31 884 715.98	25 918 914.92	25 918 914.92	13 540 149.26
Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	3 638 119.42	3 638 119.42	2 728 589.63	247 389.46	247 389.46	185 542.13
<b>Elxo 1</b>		<b>390 888 231.51</b>	<b>390 888 231.51</b>	<b>233 815 028.97</b>	<b>237 634 754.31</b>	<b>237 620 503.49</b>	<b>143 779 099.81</b>
Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	5 149 663.99	5 149 663.99	2 283 098.92	3 747 665.42	3 747 665.42	1 772 042.62
Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	47 742 562.13	47 742 562.13	25 176 372.30	25 938 763.51	25 938 763.51	13 968 383.20
Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	1 898 215.06	1 898 215.06	1 138 929.04	631 865.71	631 865.71	379 119.43
<b>Elxo 2</b>		<b>54 790 441.18</b>	<b>54 790 441.18</b>	<b>28 598 400.26</b>	<b>30 318 294.64</b>	<b>30 318 294.64</b>	<b>16 119 545.25</b>
Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	89 847 297.61	89 806 237.72	56 128 898.58	72 575 300.03	72 500 838.64	45 307 448.02
Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	125 048 657.43	104 693 906.68	65 433 691.69	64 881 588.89	51 825 215.42	32 390 759.64
Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	75 515 259.09	75 515 148.86	47 196 968.06	62 081 707.83	61 900 746.05	32 364 623.42
Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	24 991 000.00	24 991 000.00	15 619 375.00	17 989 642.96	17 989 642.96	11 243 525.33
Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	9 693 332.46	9 693 332.46	6 058 332.79	5 470 074.82	5 371 675.82	3 334 432.87
Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	114 906 597.66	114 904 661.18	71 815 413.23	97 962 037.25	97 922 504.79	60 627 256.23
Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	18 219 797.00	18 219 797.00	10 973 878.00	0.00	0.00	0.00
Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	4 786 875.72	4 590 514.45	3 491 177.60	2 810 370.01	2 810 370.01	2 071 484.01
Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	61 645 385.88	61 645 385.88	35 446 096.88	40 978 648.04	38 644 504.95	22 220 590.35
Medida 3.10. Economia	FEDER	243 190 392.59	243 190 392.59	95 195 949.24	157 240 685.54	157 240 685.54	61 434 936.55
Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	5 199 945.68	5 199 945.68	2 599 972.84	170 691.21	170 691.21	85 345.61
Medida 3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	6 725 828.81	6 725 828.81	5 044 373.36	1 834 951.59	1 834 951.59	1 376 213.70
Medida 3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	8 910 004.96	8 910 004.96	5 346 002.97	2 464 336.34	2 464 336.34	1 478 601.80
Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	80 586 914.14	73 096 292.26	53 967 103.84	23 013 077.30	19 388 464.17	14 461 326.57
Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	13 857 586.20	13 857 586.20	8 274 644.02	7 336 000.60	7 336 000.60	4 503 621.81
Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	101 595 578.60	101 595 578.60	53 259 601.20	42 335 741.46	42 335 741.46	23 012 085.16
Medida 3.18. Ambiente	FEDER	23 180 457.90	23 180 457.57	17 385 342.83	5 929 810.24	5 929 810.24	4 447 357.70
Medida 3.19. Saúde	FEDER	36 432 033.80	36 432 033.80	27 324 029.08	14 357 647.95	14 357 647.95	10 768 215.73
Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	4 371 014.53	4 371 014.53	2 829 777.43	2 184 574.55	2 184 574.55	1 413 754.88
Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	1 743 624.02	1 743 624.02	1 090 778.62	856 882.02	856 882.02	536 564.87
Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	2 453 908.63	2 453 908.63	1 840 431.48	1 451 536.79	1 451 536.79	1 088 652.60
<b>Elxo 3</b>		<b>1 052 901 492.70</b>	<b>1 024 816 651.88</b>	<b>586 321 838.74</b>	<b>623 925 305.42</b>	<b>604 516 821.10</b>	<b>334 166 796.84</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1 498 580 165.39</b>	<b>1 470 495 324.57</b>	<b>848 735 267.97</b>	<b>891 878 354.36</b>	<b>872 455 619.23</b>	<b>494 065 441.90</b>
	FEDER	903 152 725.81	902 956 364.22	488 386 037.83	500 456 424.41	500 456 424.41	267 826 186.21
	FSE	512 386 616.81	491 988 759.47	304 541 694.82	366 957 315.87	351 159 193.86	210 689 276.52
	FEOGA	83 040 822.77	75 550 200.89	55 807 535.32	24 464 614.09	20 840 000.96	15 549 979.17

unid: euros

## EXECUÇÃO ANO 2002

Medida	Fundo	Execução 2002		
		Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo
Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	66 806 760.98	66 806 760.98	41 064 342.52
Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	43 817 703.40	43 817 703.40	26 974 614.86
Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	2 491 383.59	2 491 383.59	1 568 609.66
Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	2 504 333.05	2 501 938.66	1 626 260.14
Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	14 504 217.42	14 504 217.42	7 417 152.78
Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	247 389.46	247 389.46	185 542.13
<b>Eixo 1</b>		<b>130 371 787.90</b>	<b>130 369 393.51</b>	<b>78 836 522.09</b>
Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	3 747 665.42	3 747 665.42	1 772 042.62
Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0.00	0.00	0.00
Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	17 461 981.34	17 461 981.34	9 156 365.20
Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	631 865.71	631 865.71	379 119.43
<b>Eixo 2</b>		<b>21 841 512.47</b>	<b>21 841 512.47</b>	<b>11 307 527.25</b>
Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	19 035 059.64	18 951 676.43	11 844 797.80
Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	46 856 494.53	35 837 145.26	22 398 215.94
Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	25 057 287.65	24 876 325.87	15 547 701.53
Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	5 066 843.17	5 066 843.17	3 166 775.46
Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	2 673 136.99	2 574 737.91	1 609 211.26
Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	37 332 395.39	37 292 862.93	22 818 043.33
Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	0.00	0.00	0.00
Medida 3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	1 835 261.94	1 835 261.94	1 355 688.40
Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	15 706 001.16	15 002 162.94	8 626 243.68
Medida 3.10. Economia	FEDER	93 136 389.84	93 136 389.84	35 793 218.27
Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	170 691.21	170 691.21	85 345.61
Medida 3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	1 654 616.06	1 654 616.06	1 240 962.06
Medida 3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	0.00	0.00	0.00
Medida 3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	2 464 336.34	2 464 336.34	1 478 601.80
Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	21 232 171.45	18 329 464.54	13 662 698.10
Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	5 350 249.42	5 350 249.42	3 284 008.36
Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	18 803 645.62	18 803 645.62	10 155 470.29
Medida 3.18. Ambiente	FEDER	5 496 312.56	5 496 312.56	4 122 234.44
Medida 3.19. Saúde	FEDER	5 957 035.45	5 957 035.45	4 467 756.38
Medida 3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	1 335 809.59	1 335 809.59	862 057.66
Medida 3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	82 395.49	82 395.49	51 497.18
Medida 3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	606 146.73	606 146.73	454 610.05
<b>Eixo 3</b>		<b>309 852 280.23</b>	<b>294 824 109.30</b>	<b>163 025 137.60</b>
<b>TOTAL</b>		<b>462 065 580.60</b>	<b>447 035 015.28</b>	<b>253 169 186.94</b>
	FEDER	285 281 449.64	285 281 449.64	150 984 013.04
	FSE	154 945 812.78	142 817 954.37	88 067 865.75
	FEOGA	21 838 318.18	18 935 611.27	14 117 308.15



**PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NAS HOMOLOGAÇÕES DO PORLVT**
**- EIXOS PRIORITÁRIOS 1 E 2-**

Medidas do PORLVT	Fundo	Código	Domínios de Intervenção	% Domínio na Programação	% Domínio na Despesa Homologada	% Domínio no Fundo Homologado	Despesa Pública Homologada	Fundo Homologado
Medida 1.1.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	10%	11.0%	11.4%	19 612 247	12 503 351
		17	Turismo	10%	3.4%	3.0%	6 072 249	3 288 326
		31	Infra-estruturas de transportes	35%	50.1%	49.7%	89 229 569	54 337 447
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	45%	35.5%	35.8%	63 199 064	39 151 242
Medida 1.2.		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	5%	0.7%	0.8%	943 112	613 023
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	45%	46.5%	49.0%	60 671 332	39 520 102
		35	Ordenamento e requalificação	50%	52.7%	50.3%	68 751 938	40 576 010
Medida 1.3.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	45%	15.5%	15.7%	1 112 125	722 884
		17	Turismo	40%	77.0%	76.6%	5 538 300	3 523 715
		32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	15%	7.5%	7.7%	542 181	352 414
Medida 1.4.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	45%	89.5%	89.5%	6 349 084	4 126 905
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	45%	10.5%	10.5%	748 164	486 306
		25	Ações positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	10%	0.0%	0.0%		
Medida 1.5.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	15%	0.0%	0.0%		
		17	Turismo	5%	7.6%	7.9%	4 908 640	2 508 604
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	10%	2.7%	2.7%	1 738 530	869 265
		35	Ordenamento e requalificação	50%	85.6%	86.1%	55 179 582	27 445 248
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	20%	4.1%	3.3%	2 653 996	1 061 598
Medida 1.6.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	40%	39.5%	39.5%	1 438 345	1 078 759
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	40%	19.7%	19.7%	717 985	538 489
		35	Ordenamento e requalificação	20%	40.7%	40.7%	1 481 789	1 111 342
Medida 2.1.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	25%	0.0%	0.0%		
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	10%	0.0%	0.0%		
		35	Ordenamento e requalificação	50%	100.0%	100.0%	5 149 664	2 283 099
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	15%	0.0%	0.0%		
Medida 2.2.	FSE	17	Turismo	25%	0.0%	0.0%		
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	5%	0.0%	0.0%		
		22	Integração Social	20%	0.0%	0.0%		
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	25%	0.0%	0.0%		
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%		
		25	Ações positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	5%	0.0%	0.0%		
Medida 2.3.	FEDER	13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	10%	15.1%	15.3%	7 218 327	3 859 592
		17	Turismo	25%	13.3%	13.4%	6 332 078	3 361 361
		35	Ordenamento e requalificação	65%	71.6%	71.3%	34 192 157	17 955 419
Medida 2.4	FSE	16	Ajudas às PME e ao artesanato	20%	0.0%	0.0%		
		17	Turismo	40%	100.0%	100.0%	1 898 215.06	1 138 929.04
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	40%	0.0%	0.0%		

unid: euros

**PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NAS HOMOLOGAÇÕES DO PORLVT**
**- EIXO PRIORITÁRIO 3-**

Medidas do PORLVT	Fundo	Código	Domínios de Intervenção (continuação)	% Domínio na Programação	% Domínio na Despesa Homologada	% Domínio no Fundo Homologado	Despesa Pública Homologada	Fundo Homologado
Medida 3.1.	FSE	17	Turismo	0%	15.1%	15.1%	13 587 684	8 492 302
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	84.9%	84.9%	76 218 554	47 636 596
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	0.0%	0.0%		
Medida 3.2.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	80%	100.0%	100.0%	104 693 907	65 433 692
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%		
Medida 3.3.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	30%	32.2%	32.2%	24 278 120	15 173 825
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	70%	67.9%	67.9%	51 237 029	32 023 143
Medida 3.4.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	100%	100.0%	100.0%	24 991 000	15 619 375
Medida 3.5.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	73%	0.0%	0.0%		
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	0%	100.0%	100.0%	9 693 332	6 058 333
		25	Ações positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	27%	0.0%	0.0%		
Medida 3.6.	FSE	22	Integração Social	100%	100.0%	100.0%	114 904 661	71 815 413
Medida 3.7.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	100%	0.0%	0.0%		
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	100.0%	100.0%	18 219 797	10 973 878
Medida 3.8.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	4 590 514	3 491 178
Medida 3.9.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	100.0%	100.0%	61 645 386	35 446 097
Medida 3.10.	FEDER	15/16	Ajudas às Grandes Empresas, às PME e ao artesanato	45%	0.0%	0.0%		
		17	Turismo	3%	1.0%	1.9%	2 411 697	1 808 770
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	3%	0.0%	0.0%		
		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	49%	99.0%	98.1%	240 778 696	93 387 179
Medida 3.11.	FEDER	18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	100%	100.0%	100.0%	5 199 946	2 599 973
Medida 3.12.	FEDER	32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	100%	100.0%	100.0%	6 725 829	5 044 373
Medida 3.13.	FSE	24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	100%	0.0%	0.0%		
Medida 3.14.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	8 910 005	5 346 003
Medida 3.15.	FEOGA	11	Agricultura	40%	5.3%	5.1%	3 881 000	2 767 921
		12	Sílvicultura	30%	0.8%	0.8%	578 346	433 759
		13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	30%	93.9%	94.1%	68 636 947	50 765 423
Medida 3.16.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	13 857 586	8 274 644
Medida 3.17.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	101 595 579	53 259 601
Medida 3.18.	FEDER	35	Ordenamento e requalificação	100%	100.0%	100.0%	23 180 458	17 385 343
Medida 3.19.	FEDER	34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	8%	0.0%	0.0%		
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	92%	100.0%	100.0%	36 432 034	27 324 029
Medida 3.20.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	4 371 015	2 829 777
Medida 3.21.	FSE	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	1 743 624	1 090 779
Medida 3.22.	FEOGA	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	2 453 909	1 840 431

unid: euros

QUADRO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)

Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural"  
PO REGIONAL L.V.T.

Ações / Subacções	Código Domínio de Intervenção (3/4 dígitos)	Aprovações (homologações)			Execução			
		Projectos N°	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
<b>TOTAL</b>		<b>702</b>	<b>80.586.914</b>	<b>73.096.292</b>	<b>53.967.104</b>	<b>23.013.877</b>	<b>19.388.464</b>	<b>14.461.327</b>
Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura		422	5.535.730	2.512.934	1.810.275	3.476.204	1.578.490	1.136.182
1.1 - Apoio à pequena agricultura	111	422	5.535.730	2.512.934	1.810.275	3.476.204	1.578.490	1.136.182
1.2 - Diversificação de Actividades nas explorações agrícolas	1307	0	0	0	0	0	0	0
1.3 - Incentivo às actividades turísticas e artesanais	1310-1311	0	0	0	0	0	0	0
Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de qualidade		24	3.096.541	1.632.135	1.155.698	1.312.631	656.316	459.421
2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	114	16	2.736.133	1.368.066	957.647	1.312.631	656.316	459.421
2.2 Incentivos a produtos de qualidade	1304	8	360.408	264.068	198.051	0	0	0
Acção 3 - Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas		7	1.302.581	958.642	717.107	42.124	39.198	29.398
3.1 - Instalação de organizações de produtores florestais	124	2	717.759	578.346	433.759	42.124	39.198	29.398
3.2 - Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	1305	1	75.000	37.500	26.250	0	0	0
3.3 - Apoio à prestação de serviços florestais	1305	4	509.821	342.797	257.098	0	0	0
3.4 - Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	125	0	0	0	0	0	0	0
3.5 - Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	127	0	0	0	0	0	0	0
Acção 4 - Serviços à agricultura		43	5.781.999	4.076.823	3.057.617	2.741.864	2.028.862	1.521.646
4.1 - Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	1303	0	0	0	0	0	0	0
4.2 - Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	1305	43	5.781.999	4.076.823	3.057.617	2.741.864	2.028.862	1.521.646
Acção 5 - Gestão de recursos hídricos e emparcelamento		27	54.857.245	54.857.245	41.081.500	13.799.004	13.799.004	10.349.253
5.1 - Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	1308	14	44.743.233	44.743.233	33.495.991	11.569.520	11.569.520	8.677.140
5.2 - Reabilitação e beneficiação de perímetros de rega	1308	11	8.646.621	8.646.621	6.484.966	2.214.379	2.214.379	1.660.784
5.3 - Emparcelamento rural	1302	2	1.467.391	1.467.391	1.100.543	15.104	15.104	11.328
Acção 6 - Caminhos e electrificação agro-rurais		111	5.579.386	5.579.386	3.531.697	558.506	558.506	418.879
6.1 - Caminhos agrícolas e rurais	1309	30	2.968.017	2.968.017	2.226.012	558.506	558.506	418.879
6.2 - Electrificação	1309	81	2.611.369	2.611.369	1.305.685	0	0	0
Acção 7 - Valorização do ambiente e do património rural		67	4.334.172	3.379.866	2.538.763	1.082.745	728.090	546.547
7.1 - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	1306	26	2.816.044	2.241.270	1.680.953	189.120	155.178	116.384
7.2 - Conservação do ambiente e dos recursos naturais	1312	41	1.518.128	1.138.596	857.811	893.625	572.912	430.163
Acção 8 - Dinamização e Desenvolvimento Agrícola e Rural	1305	1	99.262	99.262	74.446	0	0	0

FONTE: IFADAP

Unid: Euros

QUADRO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)

Medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural"  
PO REGIONAL L. V. T.

Códigos por Domínio de Intervenção (3/4 dígitos)	Acções / Subacções	Aprovações (homologações)				Execução		
		Projectos N°	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
<b>TOTAL</b>		<b>702</b>	<b>80.586.914</b>	<b>73.096.292</b>	<b>53.967.104</b>	<b>23.013.077</b>	<b>19.388.464</b>	<b>14.461.327</b>
11 Agricultura		438	8.271.862	3.881.000	2.767.921	4.788.835	2.234.805	1.595.603
111 Investimentos nas Explorações Agrícolas	Acção 1.1	422	5.535.730	2.512.934	1.810.275	3.476.204	1.578.490	1.136.182
114 Melhoramento da Transformação e da Comercialização dos Produtos Agrícolas	Acção 2.1	16	2.736.133	1.368.066	957.647	1.312.631	656.316	459.421
12 Silvicultura		2	717.759	578.346	433.759	42.124	39.198	29.398
124 Criação de Associações de proprietários florestais	Acção 3.1	2	717.759	578.346	433.759	42.124	39.198	29.398
125 Reconstituição do potencial de produção silvícola afectado por catástrofes naturais e introdução de instrumentos de prevenção adequados	Acção 3.4	0	0	0	0	0	0	0
127 Melhoramento e preservação da estabilidade ecológica das florestas protegidas	Acção 3.5	0	0	0	0	0	0	0
13 Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais		262	71.597.292	68.636.947	50.765.423	18.182.119	17.114.461	12.836.325
1302 Emparcelamento	Acção 5.3	2	1.467.391	1.467.391	1.100.543	15.104	15.104	11.328
1303 Serviços de substituição nas explorações e serviços de apoio à gestão	Acções 3.2, 4.1	1	75.000	37.500	26.250	0	0	0
1304 Comercialização de produtos agrícolas de qualidade	Acção 2.2	8	360.408	264.068	198.051	0	0	0
1305 Serviços de base para a economia rural e população	Acções 3.3, 4.2, 8	48	6.391.082	4.518.882	3.389.161	2.741.864	2.028.862	1.521.646
1306 Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património rural	Acção 7.1	26	2.816.044	2.241.270	1.680.953	189.120	155.178	116.384
1307 Diversificação das actividades agrícolas e conexas para criar actividades múltiplas ou rendimentos complementares	Acção 1.2	0	0	0	0	0	0	0
1308 Gestão de recursos hídricos na agricultura	Acções 5.1, 5.2	25	53.389.854	53.389.854	39.980.957	13.783.900	13.783.900	10.337.925
1309 Desenvolvimento e melhoramento das infraestruturas ligadas ao desenvolvimento da agricultura	Acções 6.1, 6.2	111	5.579.386	5.579.386	3.531.697	558.506	558.506	418.879
1310 Fomento das actividades de turismo	Acção 1.3	0	0	0	0	0	0	0
1311 Fomento do artesanato nas explorações	Acção 1.3	0	0	0	0	0	0	0
1312 Preservação do ambiente em ligação com a conservação das terras, das florestas e da paisagem e com o melhoramento do bem estar dos animais	Acção 7.2	41	1.518.128	1.138.596	857.811	893.625	572.912	430.163

FONTE: IFADAP

Unid: euros



QUADRO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)  
ANO 2002

Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural"  
PO REGIONAL L.V.T.

Acções / Subacções	Código Domínio de intervenção (3/4 dígitos)	Aprovações (homologações)				Execução			
		Projectos Nº	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	FEOGA
<b>Total</b>		<b>459</b>	<b>27 849 456,32</b>	<b>22 891 619,28</b>	<b>16 557 055,64</b>	<b>21 232 171,45</b>	<b>18 329 464,64</b>	<b>13 682 698,10</b>	
<b>Ação 1 - Diversificação na Pequena Agricultura</b>									
1.1 - Apoio à pequena agricultura	111	312	3 997 170,71	1 836 414,26	1 318 295,40	2 914 724,22	1 330 673,52	951 820,92	
1.2 - Diversificação de actividades nas explorações agrícolas	1307	0	3 997 170,71	1 836 414,26	1 318 295,40	2 914 724,22	1 330 673,52	951 820,92	
1.3 - Incentivo às actividades lúricas e artesanais	1310+1311	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Ação 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade</b>									
2.1 - Criação e modernização de unidades produtivas	114	11	2 199 534,31	1 183 631,56	841 745,52	1 312 631,02	656 315,53	459 420,87	
2.2 - Incentivos a produtos de qualidade	1304	8	360 407,78	264 068,31	198 051,24	1 312 631,02	656 315,53	459 420,87	
<b>Ação 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas</b>									
3.1 - Instalação de organizações de produtores florestais	124	2	7 175,93	578 345,65	433 759,23	42 124,10	39 197,60	23 518,56	
3.2 - Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	1305	1	75 000,00	37 500,00	26 250,00	0,00	0,00	0,00	
3.3 - Apoio à prestação de serviços florestais	1305	4	509 821,48	342 787,73	257 090,79	0,00	0,00	0,00	
3.4 - Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	125	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.5 - Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	127	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Ação 4 - Serviços à Agricultura</b>									
4.1 - Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	1303	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.2 - Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	1305	27	3 409 567,93	2 311 890,67	1 733 918,00	1 652 445,00	1 217 943,32	913 457,49	
<b>Ação 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparelhamento</b>									
5.1 - Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	1308	6	7 105 970,81	7 105 970,81	5 329 478,10	11 569 520,48	11 569 520,48	8 677 140,45	
5.2 - Reabilitação e beneficiação de perímetros de rega	1308	3	1 752 325,69	1 752 325,69	1 314 244,27	2 214 114,45	2 214 114,45	1 660 585,84	
5.3 - Emparelhamento rural	1302	2	1 467 390,98	1 467 390,98	1 100 543,24	15 103,79	15 103,79	11 327,84	
<b>Ação 6 - Caminhos e Electrificação Agro - Rurais</b>									
6.1 - Caminhos agrícolas e rurais	1309	22	3 321 329,25	2 321 329,25	1 740 996,95	558 505,59	558 505,59	418 879,20	
6.2 - Electrificação	1309	28	1 119 161,85	1 119 161,85	559 580,98	0,00	0,00	0,00	
<b>Ação 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural</b>									
7.1 - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	1305	26	2 816 044,08	2 241 270,44	1 680 952,87	189 120,28	155 178,36	116 383,78	
7.2 - Conservação do ambiente e dos recursos naturais	1312	6	259 118,12	194 338,59	145 753,94	763 862,52	572 811,90	430 163,15	
<b>Ação 8 - Dinamização e Desenvolvimento Agrícola e Rural</b>									
	1305	1	99 261,80	99 261,80	74 446,35	0,00	0,00	0,00	

QUADRO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)  
ANO 2002

Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural"  
PO REGIONAL L.V.T.

Códigos do Domínio de Intervenção (3/4 dígitos)	Acções/ Subacções	Aprovações (homologações)		Execução			Euros		
		Projectos Nº	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível		Despesa Pública	FEOGA
<b>Total</b>		<b>459</b>	<b>27 849 456.32</b>	<b>22 591 619.28</b>	<b>16 557 055.64</b>	<b>21 232 171.45</b>	<b>18 329 464.54</b>	<b>13 662 698.10</b>	
11 Agricultura									
111 Investimentos nas explorações agrícolas	Acção 1.1	312	3 997 170.71	1 836 414.26	1 318 295.40	2 914 724.22	1 330 673.52	951 820.92	
114 Melhoramento da transformação e da comercialização dos produtos agrícolas	Acção 2.1	11	1 839 126.53	919 563.25	643 694.28	1 312 631.02	656 315.53	459 420.87	
12 Silvicultura									
124 Criação de associações de proprietários florestais	Acção 3.1	2	717 759.31	578 345.65	433 759.23	42 124.10	39 197.60	23 518.56	
125 Reconstituição do potencial silvícola afectado por catástrofes naturais e introdução de prevenção adequadas	Acção 3.4	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
127 Melhoramento e preservação da estabilidade ecológica das florestas protegidas	Acção 3.5	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
13 Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais									
1302 Emparelamento	Acção 3.5	2	1 467 390.98	1 467 390.98	1 100 543.24	15 103.79	15 103.79	11 327.84	
1303 Serviços de substituição nas explorações e serviços de apoio	Acções 3.2, 4.1	1	75 000.00	37 500.00	26 250.00	0.00	0.00	0.00	
1304 Comercialização de produtos agrícolas de qualidade	Acção 2.2	8	360 407.78	264 068.31	198 051.24	0.00	0.00	0.00	
1305 Serviços de base para a economia rural e população	Acções 3.3, 4.2, 8	32	4 018 651.21	2 753 940.20	2 065 455.14	1 652 445.00	1 217 943.32	913 457.49	
1306 Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património rural	Acção 7.1	26	2 816 044.08	2 241 270.44	1 680 952.87	189 120.28	155 178.36	116 383.78	
1307 Diversificação das actividades agrícolas e conexas para criar actividades múltiplas ou rendimentos complementares	Acção 1.2	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
1308 Gestão de recursos hídricos na agricultura	Acções 5.1, 5.2	9	8 858 297.00	8 858 297.00	6 643 722.00	13 783 635.00	13 783 635.00	10 337 726.00	
1309 Desenvolvimento e melhoramento das infraestruturas ligadas ao desenvolvimento da agricultura	Acções 6.1, 6.2	50	3 440 491.00	3 440 491.00	2 300 578.00	558 506.00	558 506.00	418 879.00	
1310 Fomento das actividades de turismo	Acção 1.3	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
1311 Fomento do artesanato nas explorações	Acção 1.3	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
1312 Preservação do ambiente em ligação com a conservação das terras, das florestas e da paisagem e com o melhoramento do bem estar dos animais	Acção 7.2	6	259 118.12	194 338.59	145 753.94	763 882.52	572 911.90	430 163.15	



Aprovações por Projecto a 31.12.2002 (FEDER)

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
1.1	1.1/001	EM da Panasqueira e Variante de Alverca - 2ª fase - estrada do Brejo	CM V.F.Xira	27/01/2001	404 959.05 €	404 959.05 €	263 223.38 €
1.1	1.1/003	Recuperação do Palácio Ribamar	CM Oeiras	26/09/2000	997 595.80 €	997 595.80 €	648 437.27 €
1.1	1.1/004	Remodelação da Escola Régia de Azambuja - Biblioteca Municipal	CM Azambuja	29/12/2000	662 677.95 €	662 677.95 €	430 740.67 €
1.1	1.1/005	Parque Desportivo Concelho	CM Constância	26/09/2000	592 926.05 €	592 926.05 €	415 049.73 €
1.1	1.1/006	Radial de Benfca, Ligação do Nó da Buraca ao Eixo Norte/Sul em Campolide. Prolong. IC 19	CM Lisboa	29/12/2000	9 397 352.38 €	9 397 352.38 €	4 698 676.19 €
1.1	1.1/007	Construção da Escola da Bela Vista (1ª Ciclo)	CM Setúbal	19/02/2001	1 454 330.06 €	1 454 330.06 €	945 314.54 €
1.1	1.1/008	Ligação do nó de Sintra (IC 16) ao Alqueirão	CM Sintra	26/09/2000	1 312 042.97 €	1 312 042.97 €	656 021.49 €
1.1	1.1/009	Tanque de Aprendizagem	CM Alenquer	29/01/2001	648 437.27 €	648 437.27 €	421 484.23 €
1.1	1.1/010	Rede Viária Urbana Fundamental de Abrantes - Avenida D. João I	CM Abrantes	18/06/2001	1 773 406.09 €	1 773 406.09 €	1 241 384.27 €
1.1	1.1/011	Construção da Biblioteca municipal de S.M.Agraco	CM S.M.Agraco	26/09/2000	748 196.84 €	748 196.84 €	448 918.11 €
1.1	1.1/012	Escola Básica 1/ Jardim de Infância de Belas	CM Sintra	08/03/2001	1 657 974.28 €	1 657 974.28 €	828 987.14 €
1.1	1.1/013	Nova Rotunda no Largo dos Bombeiros Voluntários no Forte da Casa	CM V.F.Xira	29/12/2000	280 743.41 €	280 743.41 €	182 483.21 €
1.1	1.1/017	Pavimentação de Estradas e Arruamentos no Concelho	CM Sesimbra	28/08/2001	862 920.36 €	862 920.36 €	647 190.27 €
1.1	1.1/018	Variante do Bombarral, na Zona Desportiva	CM Bombarral	28/08/2001	498 797.90 €	498 797.90 €	324 218.63 €
1.1	1.1/019	Construção da Av. Variante Poente-1ª fase	CM T.Vedras	29/12/2000	2 609 610.84 €	2 609 610.84 €	1 304 805.43 €
1.1	1.1/020	Valorização e Consolidação das Estruturas Viárias Urbanas - 1ª Fase	CM Sardoal	29/12/2000	1 129 827.12 €	1 129 827.12 €	734 387.63 €
1.1	1.1/021	Reabilitação e Beneficiação da Rede Viária Municipal - 4ª Fase	CM Sardoal	29/12/2000	899 716.68 €	899 716.68 €	584 815.85 €
1.1	1.1/022	Pavilhão Polidesportivo - 2ª Fase (Cobertura)	CM Entroncamento	29/12/2000	392 254.67 €	392 254.67 €	254 965.54 €
1.1	1.1/024	Creche, Jardim de Infância e ATL do Concelho de Óbidos e Recuperação Urbanística Envolvente	CM Óbidos	02/05/2001	419 613.73 €	419 613.73 €	272 748.92 €
1.1	1.1/025	Museu da Cidade	CM Almada	01/04/2002	4 390 907.91 €	4 390 907.91 €	2 195 453.96 €
1.1	1.1/026	Piscina Coberta	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caldas da Rainha	12/03/2002	1 176 425.32 €	1 176 425.32 €	764 676.46 €
1.1	1.1/027	Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico	CM Chamusca	18/07/2002	1 216 537.00 €	1 216 537.00 €	790 749.05 €
1.1	1.1/028	Parque de Negócios da Quinta da Maifarra	CM Santarém	29/12/2000	2 043 879.25 €	2 043 879.25 €	1 328 521.51 €
1.1	1.1/030	Recuperação do Sistema Viário Municipal	CM Santarém	29/12/2000	406 998.00 €	406 998.00 €	264 548.70 €
1.1	1.1/031	Complexo Desportivo dos Patudos (1ª Fase)	CM Alpiarça	29/12/2000	976 117.56 €	976 117.56 €	634 476.05 €
1.1	1.1/032	Campos de Treinos - Conclusão	CM Rio Maior	29/12/2000	577 164.04 €	577 164.04 €	375 156.63 €
1.1	1.1/033	Pavilhão Multusos	CM Rio Maior	29/12/2000	3 208 861.65 €	3 208 861.65 €	2 021 582.84 €
1.1	1.1/034	Complexo Desportivo e de Lazer dos Camarnhais, Instalações do P. Campismo e C. de Estádio 2ª Fase	CM Benavente	23/01/2002	276 428.80 €	276 428.80 €	179 678.72 €
1.1	1.1/035	Reconstrução da Rede de Acessibilidades Concelhia	CM Almeirim	29/12/2000	418 725.87 €	418 725.87 €	272 171.82 €
1.1	1.1/036	Infraestruturas do Loteamento Industrial	CM Almeirim	29/12/2000	1 825 874.64 €	1 825 874.64 €	1 186 818.51 €
1.1	1.1/037	Circular Urbana do Cartaxo - 2ª Fase - Sector C	CM Cartaxo	29/12/2000	889 885.38 €	889 885.38 €	578 425.50 €
1.1	1.1/038	Rede Viária Municipal	CM Azambuja	29/12/2000	522 101.73 €	522 101.73 €	339 366.12 €
1.1	1.1/040	Complexo de Piscinas de Corroios - 2ª Fase	CM Setúbal	30/04/2001	2 533 214.95 €	2 533 214.95 €	1 519 928.97 €
1.1	1.1/042	Montalvo - Zona Industrial - Expansão	CM Constância	29/12/2000	399 038.32 €	399 038.32 €	279 326.82 €
1.1	1.1/043	Beneficiação de acessibilidade internas e inter-concelhias - CM 1020	CM Moita	02/05/2001	355 548.13 €	355 548.13 €	231 106.28 €
1.1	1.1/044	C.E.C. Chamusca - E.M. 1375 Troço Semideiro/Relvão e Aterro/Galega	CM Chamusca	29/12/2000	1 310 372.00 €	1 310 372.00 €	851 741.80 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.1	1.1/045	Recuperação da E.M. 586 (Estrada do Meio) e E.M. 1380 (Estrada das Galás) e Circular Norte	CM Chamusca	29/12/2000	1 175 362,38 €	1 175 362,38 €	763 985,55 €
1.1	1.1/046	Rede Viária Urbana Fundamental de Abrantes - Avenida do Paol	CM Abrantes	21/08/2001	461 183,55 €	461 183,55 €	299 769,31 €
1.1	1.1/047	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Glória do Ribatejo	CM Salvaterra de Magos	02/05/2001	648 437,27 €	648 437,27 €	421 484,23 €
1.1	1.1/048	Rede Viária Interna nas Freguesias	CM Alcanena	19/02/2001	708 293,01 €	708 293,01 €	460 390,46 €
1.1	1.1/050	Rede Viária de Ligação às Freguesias	CM Alcanena	18/06/2001	786 020,69 €	786 020,69 €	510 913,45 €
1.1	1.1/051	Beneficiária das Acessibilidades Municipais - 1ª Fase	CM Torres Novas	21/08/2001	987 774,47 €	987 774,47 €	642 053,40 €
1.1	1.1/052	Transformação em Arruamento da EM 540	CM Vila Nova da Barquinha	26/12/2001	853 752,46 €	853 752,46 €	554 939,10 €
1.1	1.1/053	Rede Viária	CM Ferreira do Zezere	14/08/2001	863 808,22 €	863 808,22 €	561 475,34 €
1.1	1.1/054	Acessibilidades e Equipamentos - 1ª Fase	CM Tomar	27/08/2001	2 620 739,01 €	2 620 739,01 €	1 703 480,35 €
1.1	1.1/056	Polidesportivos Descobertos nas Freguesias	CM Ferreira do Zezere	14/08/2001	514 130,94 €	514 130,94 €	334 185,11 €
1.1	1.1/057	Valorização e Consolidação das Estruturas Viárias Urbanas - 2ª Fase	CM Sardoal	14/08/2001	508 534,43 €	508 534,43 €	330 547,37 €
1.1	1.1/058	Acessibilidades e Equipamentos - 2ª Fase	CM Tomar	27/08/2001	499 725,66 €	499 725,66 €	249 862,83 €
1.1	1.1/059	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase (Edifício Principal e Arranjos Exteriores)	CM Abrantes	27/08/2001	2 228 938,25 €	2 228 938,25 €	1 448 809,87 €
1.1	1.1/063	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase - Execução de Piscinas Municipais	CM Abrantes	16/06/2002	3 456 819,07 €	3 456 819,07 €	2 246 932,39 €
1.1	1.1/064	Via das Cotoas	CM Torres Novas	28/12/2001	976 785,95 €	976 785,95 €	634 910,87 €
1.1	AML/1.1/001	Rede Municipal de Equipamentos do Pré-Escolar	CM Sintra	15/03/2001	670 100,06 €	670 100,06 €	335 050,04 €
1.1	AML/1.1/002	Construção de Instalações para o Ensino Básico - 1º Ciclo - Mafra	CM Mafra	18/05/2001	3 563 287,18 €	3 563 287,18 €	2 316 136,66 €
1.1	AML/1.1/003	Construção da Escola Primária de Cascais 5 Bairro S. José	CM Cascais	16/04/2001	567 936,27 €	567 936,27 €	369 158,58 €
1.1	AML/1.1/004	Reabilitação da Estrada dos Foros do Carrapat (Caminho Municipal 1127)	CM Montijo	14/08/2001	297 200,75 €	297 200,75 €	193 180,49 €
1.1	AML/1.1/005	Construção da Variante Urbana do Sâmourco - 1ª Fase	CM Alcochete	03/12/2001	431 843,80 €	431 843,80 €	323 882,85 €
1.1	AML/1.1/006	Reabilitação de Equipamentos Desportivos	CM Lisboa	11/01/2002	3 386 987,36 €	3 386 987,36 €	1 693 493,69 €
1.1	AML/1.1/007	Requalificação e Modernização do Parque Escolar no Concelho de Odivelas	CM Odivelas	30/08/2001	792 866,42 €	792 866,42 €	515 363,18 €
1.1	AML/1.1/008	Escola Básica 1 / Jardim de Infância de Aqualva 6	CM Sintra	28/12/2001	1 543 402,58 €	1 543 402,58 €	771 701,29 €
1.1	AML/1.1/010	Remodelação e Ampliação da EB1 nº 1 de Odivelas	CM Odivelas	28/12/2001	932 726,71 €	932 726,71 €	606 272,36 €
1.1	AML/1.1/011	Pavilhão / Sala de Espectáculos e Congressos - Parque dos Casquilhos	CM Barreiro	22/03/2002	4 072 192,60 €	4 072 192,60 €	2 443 315,56 €
1.1	AML/1.1/012	Remodelação e Ampliação do Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela - Pólo de Pinhal Novo	CM Palmela	25/06/2002	517 657,69 €	517 657,69 €	388 243,27 €
1.1	AML/1.1/013	Concepção/Construção da EB 1 do Casal da Boba	CM Amadora	05/06/2002	1 467 912,33 €	1 467 912,33 €	954 143,01 €
1.1	AML/1.1/014	Complexo Social e Cultural da Lage	CM Oeiras	28/12/2001	893 242,29 €	893 242,29 €	580 607,49 €
1.1	AML/1.1/015	Biblioteca Municipal BMT na Quinta do Mirante - Queluz	CM Sintra	26/06/2002	1 080 765,36 €	1 080 765,36 €	540 382,68 €
1.1	AML/1.1/016	Ampliação, Requalificação e Apetrechamento do JI nº 2 de Santa Iria de Azóia	CM Loures	05/06/2002	621 167,99 €	621 167,99 €	403 759,19 €
1.1	AML/1.1/017	EB 1 / JI de Loures	CM Loures	05/06/2002	2 391 701,00 €	2 391 701,00 €	1 554 605,65 €
1.1	AML/1.1/018	Execução, Remodelação e Arranjos Exteriores da EB 1 nº 5 da Rinchoa	CM Sintra	05/06/2002	1 002 284,49 €	1 002 284,49 €	501 142,25 €
1.1	AML/1.1/019	Remodelação e Ampliação da EB 1 / JI nº 4 da Ramada	CM Odivelas	05/06/2002	704 673,65 €	704 673,65 €	458 037,87 €
1.1	AML/1.1/020	Remodelação / Ampliação do JI de Canecas	CM Odivelas	05/06/2002	681 550,25 €	681 550,25 €	443 007,66 €
1.1	AML/1.1/021	Remodelação e Ampliação da EB 1 / JI nº 3 de Canecas / Casal Novo	CM Odivelas	05/06/2002	486 157,68 €	486 157,68 €	316 002,49 €
1.1	AML/1.1/022	Construção da Rua do Pinhal e Rua do Golfe	CM Cascais	20/06/2002	726 247,57 €	726 247,57 €	472 060,93 €
1.1	AML/1.1/023	Construção da Escola do 1º Ciclo do EB Pal-do-Vento - Cascais	CM Cascais	05/06/2002	949 108,51 €	949 108,51 €	616 920,53 €
1.1	AML/1.1/024	Remodelação do Palácio Sanches Baena - E.B. Jardim de Infância de S. Pedro de Sintra	CM Sintra	05/06/2002	660 707,69 €	660 707,69 €	330 353,85 €
1.1	AML/1.1/025	Ampliação e Apetrechamento do JI nº 2 de Sacavem	CM Loures	05/06/2002	521 263,75 €	521 263,75 €	338 821,44 €
1.1	AML/1.1/027	Qualificação Urbana do Bairro Carlos Galvão nas Arrozeiras	CM Moita	16/06/2002	384 048,45 €	384 048,45 €	249 631,50 €
1.1	AML/1.1/028	Tanque de Aprendizagem e Recreio na Quinta das Drogas - Alverca	CM V.Feira	16/06/2002	586 702,49 €	586 702,49 €	293 351,25 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
1.1	AML/1.1/029	Construção Equipamento de Pré-Escolar do Samouco	CM Alcochete	09/07/2002	803 079.61 €	803 079.61 €	602 309.71 €
1.1	AML/1.1/030	Av. Adelino Amaro da Costa - Troço entre o Hotel Cidadela e a A5	CM Cascais	09/07/2002	2 934 653.43 €	2 934 653.43 €	1 907 524.73 €
1.1	AML/1.1/031	Pavimentação de Estradas e Caminhos Municipais	CM Montijo	18/11/2002	571 960.85 €	571 960.85 €	371 774.55 €
1.1	LT/1.1/001	E.M. 594 - Correção do Traçado e Beneficiação entre Santos e a E.N. 3 em Póvoa de Santarém	CM Santarém	07/03/2001	701 718.86 €	701 718.86 €	456 117.26 €
1.1	LT/1.1/002	Biblioteca Municipal de Alpiarça	CM Alpiarça	07/03/2001	1 144 267.32 €	1 144 267.32 €	743 773.76 €
1.1	LT/1.1/003	Rede Viária Concelhia Secundária	CM Coruche	07/03/2001	1 237 126.00 €	1 237 126.00 €	804 131.90 €
1.1	LT/1.1/004	Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante - 1ª Fase	CM Cartaxo	07/03/2001	942 059.64 €	942 059.64 €	612 338.77 €
1.1	LT/1.1/005	C.E.C. Chamusca - Parreira / Pego da Curva e Pego da Curva / Gorjão	CM Chamusca	07/03/2001	1 063 167.77 €	1 063 167.77 €	691 059.05 €
1.1	LT/1.1/006	Rede Viária Concelhia - 1ª Fase	CM Rio Maior	19/07/2001	919 977.85 €	919 977.85 €	597 985.60 €
1.1	LT/1.1/007	Piscinas Municipais de Azinhaga	CM Golegã	19/07/2001	420 172.38 €	420 172.38 €	273 112.05 €
1.1	LT/1.1/008	Parque Desportivo Concelhio	CM Chamusca	19/07/2001	567 788.89 €	567 788.89 €	369 062.77 €
1.1	LT/1.1/009	Estradas de Ligação Granho a Foros de Benfica e Granho Novo a Marinhais	CM Salvaterra de Magos	19/07/2001	417 943.00 €	417 943.00 €	271 662.95 €
1.1	LT/1.1/010	E.N. 365 Beneficiação da Estrada de S. Domingos	CM Santarém	19/07/2001	1 058 448.00 €	1 058 448.00 €	687 991.20 €
1.1	LT/1.1/011	Construção Integrada da Rede de Escolas Pré-Primárias e Primárias do Concelho - 1ª Fase Benavente	CM Benavente	19/07/2001	914 043.00 €	914 043.00 €	594 127.95 €
1.1	LT/1.1/012	Recuperação do Sistema Viário das Freguesias Rurais - 1ª Fase	CM Santarém	11/09/2001	1 162 770.00 €	1 162 770.00 €	755 800.50 €
1.1	LT/1.1/013	Rede Viária Concelhia Principal	CM Conche	19/07/2001	750 587.00 €	750 587.00 €	487 881.55 €
1.1	LT/1.1/015	Rede Viária Municipal - 1ª Fase	CM Salvaterra de Magos	10/09/2001	940 334.51 €	940 334.51 €	611 217.43 €
1.1	LT/1.1/016	Centro de Dia - 40 Idosos - Chouto	Centro de Acolhimento Social do Chouto	10/09/2001	433 360.60 €	433 360.60 €	281 684.39 €
1.1	LT/1.1/017	Beneficiação e Requalificação do Cine-Teatro de Benavente	CM Benavente	04/10/2001	1 041 859.12 €	1 041 859.12 €	677 208.43 €
1.1	LT/1.1/018	Infraestruturas de Suporte à Actividade Económica	CM Cartaxo	04/10/2001	679 642.06 €	679 642.06 €	441 767.34 €
1.1	LT/1.1/019	Beneficiação e Reabilitação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	CM Benavente	04/10/2001	1 003 197.29 €	1 003 197.29 €	652 078.23 €
1.1	LT/1.1/020	C.M. 1314 - Beneficiação do Caminho Municipal entre E.N. 362 e E.N. 361 (Alcanede)	CM Santarém	05/08/2002	667 638.49 €	667 638.49 €	433 965.01 €
1.1	LT/1.1/021	Ligação do Nó da Senhora da Guia à Zona Industrial	CM Santarém	18/02/2002	1 177 387.50 €	1 177 387.50 €	624 015.37 €
1.1	LT/1.1/022	Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico - 2ª Fase	CM Chamusca	09/07/2002	426 146.66 €	426 146.66 €	276 995.33 €
1.1	LT/1.1/023	Rede Viária Concelhia Secundária - 2ª Fase	CM Coruche	18/02/2002	430 951.40 €	430 951.40 €	280 118.41 €
1.1	LT/1.1/024	Centro Cultural de Samora Correia	CM Benavente	18/09/2002	1 620 494.61 €	1 620 494.61 €	1 053 321.50 €
1.1	LT/1.1/026	Arrumamento de Acesso à Zona Desportiva com Cicleovia	CM Alpiarça	18/02/2002	398 958.51 €	398 958.51 €	199 479.26 €
1.1	LT/1.1/029	Rede Viária Concelhia - 2ª Fase	CM Rio Maior	09/07/2002	769 684.59 €	769 684.59 €	500 294.98 €
1.1	LT/1.1/039	Rede Viária Municipal - 2ª Fase	CM Salvaterra de Magos	09/07/2002	796 448.00 €	796 448.00 €	517 691.20 €
1.1	LT/1.1/040	C.E.C. Chamusca - Troço Pego da Curva / Rosmaninhal	CM Chamusca	09/07/2002	686 475.21 €	686 475.21 €	446 208.89 €
1.1	LT/1.1/041	Auditorio Municipal e Posto de Turismo	CM Almeirim	09/07/2002	433 314.09 €	433 314.09 €	281 654.16 €
1.1	LT/1.1/042	Reconstrução da Rede Viária Concelhia - 3ª fase	CM Almeirim	09/07/2002	1 153 939.00 €	1 153 939.00 €	750 060.35 €
1.1	LT/1.1/043	Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante - 2ª Fase	CM Cartaxo	07/10/2002	542 826.80 €	542 826.80 €	352 837.42 €
1.1	LT/1.1/046	Rede Viária Concelhia Principal - 2ª Fase	CM Coruche	07/10/2002	2 402 832.00 €	2 402 832.00 €	1 561 840.80 €
1.1	LT/1.1/050	Parque de Negócios da Quinta da Mafarra - 2ª Fase	CM Santarém	07/10/2002	718 114.90 €	718 114.90 €	466 774.68 €
1.1	MT/1.1/001	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 2ª Fase	CM Torres Novas	28/12/2001	1 190 426.08 €	1 190 426.08 €	773 776.95 €
1.1	MT/1.1/002	Qualificação das Vias - Parque Industrial de Abrantes - Zona Sul	CM Abrantes	28/12/2001	1 895 591.62 €	1 895 591.62 €	1 232 134.55 €
1.1	MT/1.1/003	Acessibilidades e Equipamentos - 3ª Fase	CM Tomar	28/12/2001	4 757 913.43 €	4 757 913.43 €	2 378 956.72 €
1.1	MT/1.1/004	Qualificação dos Recursos Humanos	CM Abrantes	22/02/2002	829 301.39 €	829 301.39 €	539 045.90 €
1.1	MT/1.1/005	Equipamentos do Ensino Básico	CM Abrantes	22/02/2002	2 246 366.26 €	2 246 366.26 €	1 460 138.06 €
1.1	MT/1.1/006	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 3ª Fase	CM Torres Novas	12/03/2002	978 646.46 €	978 646.46 €	636 120.20 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.1	MT/1.1/008	Acessibilidades e Equipamentos - 4ª Fase	CM Tomar	20/06/2002	1 909 556,22 €	1 909 556,22 €	1 241 211,54 €
1.1	MT/1.1/009	Projecto / Construção do Pavilhão Multútilos de Alcanena	CM Alcanena	17/05/2002	978 537,71 €	978 537,71 €	636 049,51 €
1.1	MT/1.1/010	Biblioteca Municipal - BM 1	CM Alcanena	17/05/2002	841 797,69 €	841 797,69 €	420 898,85 €
1.1	MT/1.1/011	Acessibilidades e Equipamentos - 5ª Fase	CM Tomar		603 821,31 €	603 821,31 €	392 483,85 €
1.1	MT/1.1/012	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 4ª Fase	CM Torres Novas	20/06/2002	739 400,00 €	739 400,00 €	480 610,00 €
1.1	MT/1.1/013	Acessibilidades e Equipamentos - 6ª Fase	CM Tomar	05/06/2002	1 723 036,13 €	1 723 036,13 €	1 119 973,48 €
1.1	MT/1.1/014	Campos de Ténis e Polidesportivo na Estrada do Barreiro	CM Tomar	25/09/2002	971 248,29 €	971 248,29 €	631 311,39 €
1.1	O-1.1/001	Novo Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré	CM Nazaré	07/02/2001	1 275 431,21 €	1 275 431,21 €	829 030,28 €
1.1	O-1.1/002	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	CM Alcobaca	07/02/2001	991 929,50 €	991 929,50 €	644 754,18 €
1.1	O-1.1/003	Expansão da Rede Pré-Escolar Concelhia - 1ª Fase	CM Alcobaca	07/02/2001	432 791,97 €	432 791,97 €	281 314,78 €
1.1	O-1.1/004	Construção e Beneficiação da Rede Viária do Concelho	CM S.M.Agrato	23/05/2001	775 131,93 €	775 131,93 €	503 835,76 €
1.1	O-1.1/005	Renovação da Rede Viária - 3ª Fase	CM Cadaval	28/06/2001	489 325,73 €	489 325,73 €	318 061,72 €
1.1	O-1.1/006	Reabilitação da Rede Viária Municipal de Ligação das Freguesias	CM Lourinhã	23/04/2001	1 714 138,93 €	1 714 138,93 €	1 114 190,31 €
1.1	O-1.1/007	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 2ª Fase	CM Alcobaca	26/11/2001	1 586 790,83 €	1 586 790,83 €	1 031 414,04 €
1.1	O-1.1/008	Reabilitação do Parque Escolar do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Concelho - 1ª Fase	CM Lourinhã	13/08/2001	344 629,44 €	344 629,44 €	224 009,13 €
1.1	O-1.1/010	Fecho da Rede de Infraestrut. e Equipament. Bástios dos Aglomerados de Valado de Frades, Famalkão	CM Nazaré	13/08/2001	520 595,37 €	520 595,37 €	338 386,99 €
1.1	O-1.1/011	Parque de Feiras e Exposições - 2ª Fase	CM T.Vedras	12/03/2002	794 744,67 €	794 744,67 €	516 584,03 €
1.1	O-1.1/012	Grandes Beneficiações e Correções de Vias Municipais	CM Óbidos	26/11/2001	1 132 351,03 €	1 132 351,03 €	736 028,17 €
1.1	O-1.1/013	Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho / Centro de Apoio às Artes	CM T.Vedras	28/12/2001	1 041 235,62 €	1 041 235,62 €	520 617,81 €
1.1	O-1.1/015	Construção de Áreas de Actividades Económicas	CM Bombarral	28/12/2001	1 097 355,37 €	1 097 355,37 €	713 280,99 €
1.1	O-1.1/016	Construção da Rede Viária Estruturante do Sul do Concelho	CM Bombarral	28/12/2001	708 293,01 €	708 293,01 €	460 390,46 €
1.1	O-1.1/017	Recuperação de Escolas Primárias e Construção de Jardim de Infância	CM Óbidos	28/12/2001	449 406,93 €	449 406,93 €	292 114,51 €
1.1	O-1.1/018	Construção do Pavilhão Multútilos	CM Arruda dos Vinhos	26/11/2002	1 131 478,14 €	1 131 478,14 €	735 460,79 €
1.1	O-1.1/019	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 3ª Fase	CM Alcobaca	28/12/2001	426 671,72 €	426 671,72 €	272 336,62 €
1.1	O-1.1/020	Renovação da Rede Viária - 4ª Fase	CM Cadaval	28/12/2001	544 447,88 €	544 447,88 €	353 891,12 €
1.1	O-1.1/023	Parque de Estacionamento no Largo Cândido dos Reis (380 Lugares)	CM Nazaré	05/04/2002	2 545 838,74 €	2 545 838,74 €	1 272 919,37 €
1.1	O-1.1/024	Beneficiação da E.M. 528	CM Arruda dos Vinhos	05/04/2002	458 270,00 €	458 270,00 €	252 048,50 €
1.1	O-1.1/025	Rede Viária Municipal - 1ª Fase	CM Arruda dos Vinhos	05/04/2002	740 380,00 €	740 380,00 €	481 247,00 €
1.1	O-1.1/026	Reabilitação da Malha Escolar do Concelho - 1ª Fase	CM Peniche	10/08/2002	453 600,00 €	453 600,00 €	294 840,00 €
1.1	O-1.1/029	Infraestruturas Desportivas, Culturais e de Lazer	CM S.M.Agrato	19/06/2002	410 000,00 €	410 000,00 €	225 500,00 €
1.1	O-1.1/030	Infraestruturas Escolares	CM Caldas da Rainha	10/08/2002	2 252 462,00 €	2 252 462,00 €	1 464 100,30 €
1.1	O-1.1/031	Acessibilidades do Concelho	CM Caldas da Rainha	10/08/2002	3 169 137,00 €	3 169 137,00 €	1 584 568,50 €
1.1	O-1.1/032	Beneficiação do Eixo Norte / Sul e Radial a Alcobaca	CM Alcobaca	02/11/2002	858 302,00 €	858 302,00 €	557 896,30 €
1.2	1.2/001	Qualificação Urbana de Diversas Freguesias	CM V.F.Xira	29/01/2001	676 579,44 €	676 579,44 €	439 776,64 €
1.2	1.2/002	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho	CM Sesimbra	29/12/2000	1 112 319,31 €	1 112 319,31 €	834 239,49 €
1.2	1.2/003	Rede de Saneamento do Concelho	CM Sesimbra	29/12/2000	728 244,93 €	728 244,93 €	546 183,70 €
1.2	1.2/004	Condução e Estação Elevatória de Espotos	CM Alcochete	19/07/2001	695 703,35 €	695 703,35 €	452 207,18 €
1.2	1.2/005	Duplicação da Ribeira da Junça-3ª Fase	CM Oeiras	26/09/2000	356 665,44 €	356 665,44 €	231 831,29 €
1.2	1.2/006	Despoluição da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alenquer/Rio da Ota	CM Alenquer	26/09/2000	2 699 963,09 €	2 699 963,09 €	1 754 975,51 €
1.2	1.2/008	Despoluição da Bacia do Rio Alcabrichel - 2ª Fase	CM T.Vedras	29/10/2001	1 047 469,00 €	1 047 469,00 €	680 854,85 €
1.2	1.2/009	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio de Alcabrichel	CM Alenquer	29/12/2000	425 384,82 €	425 384,82 €	276 500,13 €

Medida	Código	Designação do Projeto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
1.2	1.2/010	Despoluição da Bacia do Rio Sizandro-2ª Fase	SM T.-Vedras	26/09/2000	1 120 975.00 €	1 120 975.00 €	728 633.75 €
1.2	1.2/011	Reforço do Abastecimento de Água à Zona do Carragado	CM Alenquer	02/05/2001	399 038.32 €	399 038.32 €	259 374.91 €
1.2	1.2/013	Reabilitação Urbana do Jardim Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F.Xira	29/01/2001	343 701.68 €	343 701.68 €	223 406.09 €
1.2	1.2/014	Renov. da rede viária e articulação de rede reg/nac-freguesia Sta M' da Coutada	CM Constância	29/12/2000	1 323 076.39 €	1 323 076.39 €	926 153.47 €
1.2	1.2/015	Beneficência da Rua Faria da Costa	CM Sintra	26/09/2000	576 725.10 €	576 725.10 €	288 362.55 €
1.2	1.2/016	Saneamento Básico, Valorização e Defesa Ambiental	CM Sardoal	29/12/2000	538 986.05 €	538 986.05 €	350 340.93 €
1.2	1.2/017	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Real / Lagos de Óbidos - 2ª Fase	CM Caudaval	29/12/2000	517 173.61 €	517 173.61 €	336 162.85 €
1.2	1.2/018	Reforço do Abastecimento de Água e Saneamento em Localidades do Concelho - 1ª Fase	CM Torres Novas	18/06/2001	838 294.71 €	838 294.71 €	544 891.56 €
1.2	1.2/019	Reforço do Abastecimento de Água ao Conc: Óbidos (Furos JIK7 e JIK8)	CM Óbidos	19/07/2001	417 773.17 €	417 773.17 €	271 552.56 €
1.2	1.2/020	Tubagens e Reservatórios	CM Loures	19/12/2000	435 480.49 €	435 480.49 €	283 062.32 €
1.2	1.2/021	Remodelação do Jardim de Vale de Figueira, S. João da Talha	CM Loures	29/12/2000	473 858.00 €	473 858.00 €	308 007.70 €
1.2	1.2/022	Modernização Sistema de Abastecimento de Água das Freguesias de Carqueixa, Pinheiro Grande	CM Chamusca	29/12/2000	716 323.66 €	716 323.66 €	465 610.37 €
1.2	1.2/023	Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Santarém	CM Santarém	18/06/2001	597 255.62 €	597 255.62 €	388 216.15 €
1.2	1.2/024	Reconstrução da Rede Viária Concelhia	CM Almeirim	29/12/2000	1 101 176.17 €	1 101 176.17 €	715 764.51 €
1.2	1.2/025	Centro Cultural da Região de Turismo da Costa Azul / Convento dos Capuchos	CM Almada	11/09/2001	2 740 126.30 €	2 740 126.30 €	1 370 063.15 €
1.2	1.2/027	Construção de Redes de Esgotos, em Várias Freguesias	CM Bombarral	29/12/2000	698 317.06 €	698 317.06 €	453 906.09 €
1.2	1.2/028	Arranjos Exteriores na Quinta de Santo António	CM Setúbal	29/12/2000	317 385.10 €	317 385.10 €	206 300.32 €
1.2	1.2/029	Arranjos Exteriores da Piscina Municipal das Palmeiras	CM Setúbal	29/12/2000	559 401.84 €	559 401.84 €	363 611.19 €
1.2	1.2/030	Parque Verde da Algodela - Arranjos Exteriores - 1ª Fase	CM Setúbal	29/12/2000	672 713.76 €	672 713.76 €	437 263.94 €
1.2	1.2/031	Ampliação e Beneficência da Rede de Abastecimento de Água a Foros de Salvaterra e Granho Novo	CM Salvaterra de Magos	29/12/2000	420 572.00 €	420 572.00 €	273 371.80 €
1.2	1.2/032	Ampliação, Beneficência da Rede de Abastecimento de Água a Glória, Marinhais, Muge e Sav. Matos	CM Salvaterra de Magos	29/12/2000	690 835.09 €	690 835.09 €	449 042.81 €
1.2	1.2/033	Reforço do Sistema de Saneamento Básico do Concelho	CM Constância	29/12/2000	428 761.69 €	428 761.69 €	300 133.18 €
1.2	1.2/034	Parque Desportivo de Vila Rara - 2ª Fase	CM Loures	19/02/2001	654 412.86 €	654 412.86 €	425 368.36 €
1.2	1.2/035	CDA de Santa Maria de Corroios - Construção Civil e Equipamentos - 2ª Fase	CM Seixal	26/03/2001	2 435 171.24 €	2 435 171.24 €	1 461 102.74 €
1.2	1.2/036	Reforço e Melhoria da Qualidade do Abastecimento de Água às Freguesias e Cidade do Cartaxo	CM Cartaxo	19/02/2001	594 597.02 €	594 597.02 €	386 488.06 €
1.2	1.2/037	Memória Viva 2000	CM Cartaxo	19/02/2001	809 050.19 €	809 050.19 €	525 882.62 €
1.2	1.2/038	Valorização Urbana de Alpiarça (1ª Fase)	CM Alpiarça	19/02/2001	632 206.39 €	632 206.39 €	410 934.15 €
1.2	1.2/039	Valorização Ambiental e Patrimonial - 1ª Fase	CM Tomar	27/08/2001	1 786 674.12 €	1 786 674.12 €	893 337.07 €
1.2	1.2/041	Sistema de Saneamento de Castanheira	CM Ferreira do Zezere	07/10/2002	449 500.00 €	449 500.00 €	292 175.00 €
1.2	1.2/042	Requalificação do Largo dos Combatentes, no Tramagal	CM Abrantes	14/08/2001	542 367.89 €	542 367.89 €	352 539.13 €
1.2	1.2/043	Conceção / Construção do Sistema de Águas Residuais das Localidades Martimichel, Carvalhal e Bempost	CM Abrantes	17/05/2002	1 097 785.73 €	1 097 785.73 €	713 560.72 €
1.2	1.2/044	Reabilitação e Beneficência da Rede Viária da Cidade - 1ª Fase	CM Torres Novas	14/08/2001	437 400.87 €	437 400.87 €	284 310.57 €
1.2	1.2/045	Reforço do Abastecimento de Água e Saneam. de Águas Residuais Domést. em Localidades do Conc. 2ª Fas	CM Torres Novas	04/10/2001	508 270.07 €	508 270.07 €	330 375.54 €
1.2	ANL/1.2/001	Rede de Esgotos Domésticos de Vila Nova de S. Pedro e Outeiro - Azambuja	CM Azambuja	16/04/2001	361 428.96 €	361 428.96 €	234 928.82 €
1.2	ANL/1.2/002	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho de Moita - 1ª Fase	CM Moita	16/04/2001	648 137.83 €	648 137.83 €	421 289.59 €
1.2	ANL/1.2/003	Construção do Reservatório Elevado no Corte das Chelias	CM Montijo	16/04/2001	722 815.96 €	722 815.96 €	469 830.37 €
1.2	ANL/1.2/004	Condutas Adutoras do Farol da Azeda - Brancanes e Farol da Azeda - Monte Belo	CM Setúbal	14/08/2001	1 377 480.27 €	1 377 480.27 €	895 362.18 €
1.2	ANL/1.2/005	Construção do Parque Urbano do Alto do Forte / Serra das Minas	CM Sintra	19/07/2001	1 513 322.89 €	1 513 322.89 €	756 661.45 €
1.2	ANL/1.2/006	Obras de Reabilitação e Conservação do Teatro S. Luiz - Fase II	CM Lisboa	19/07/2001	4 040 262.97 €	4 040 262.97 €	2 020 131.49 €
1.2	ANL/1.2/007	Reforço do Abastecimento de Água à Zona Industrial de Azambuja	CM Azambuja	19/07/2001	824 857.09 €	824 857.09 €	536 157.11 €
1.2	ANL/1.2/008	Rede de Esgotos Domésticos de Casais das Canelas	CM Azambuja	19/07/2001	330 982.33 €	330 982.33 €	215 138.52 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.2	AML/1.2/009	Jardim Central de São Brás	CM Amadora	04/04/2002	772 478,33 €	772 478,33 €	502 110,91 €
1.2	AML/1.2/010	Casa Roque Gamero - Arranjo Urbanístico (2ª Fase)	CM Amadora	28/12/2001	365 544,04 €	365 544,04 €	237 603,63 €
1.2	AML/1.2/012	Qualificação do Espaço Público	CM Amadora	04/04/2002	746 026,29 €	746 026,29 €	484 917,09 €
1.2	AML/1.2/013	Qualificação da Imagem Urbana	CM Moita	15/10/2001	598 038,73 €	598 038,73 €	388 725,18 €
1.2	AML/1.2/014	Execução da Conduta Elevatória CE 1 - ETAR do Seixalinho	CM Montijo	14/08/2001	444 543,46 €	444 543,46 €	288 953,25 €
1.2	AML/1.2/016	Obras de Reabilitação do Teatro Mário Viegas	CM Lisboa	03/10/2001	4 071 767,04 €	4 071 767,04 €	2 035 883,52 €
1.2	AML/1.2/017	Reabilitação do Parque Florestal de Monsanto - 1ª Fase	CM Lisboa	30/08/2001	1 945 311,80 €	1 945 311,80 €	972 655,91 €
1.2	AML/1.2/018	Reabilitação do Espaço Público dos Lóios - 1ª Fase	CM Lisboa	30/08/2001	3 591 344,86 €	3 591 344,86 €	1 795 672,44 €
1.2	AML/1.2/019	Praça da Independência	CM Palmela	25/06/2002	1 252 780,77 €	1 252 780,77 €	939 585,58 €
1.2	AML/1.2/020	Reforço da Capacidade de Reserva de Água dos Sistemas de Abastecimento do Concelho	CM Montijo	05/06/2002	726 366,47 €	726 366,47 €	472 138,21 €
1.2	AML/1.2/021	Construção do Parque Central da Póvoa de Santo Adrião	CM Odivelas	05/06/2002	509 381,10 €	509 381,10 €	331 097,72 €
1.2	AML/1.2/022	Reforço do Abastecimento de Água ao Sistema Carriche / Loures / Zambujal	CM Loures	09/07/2002	814 287,57 €	814 287,57 €	529 286,92 €
1.2	AML/1.2/023	Parque dos Poetas - 1ª Fase	CM Oeiras	05/06/2002	6 636 695,57 €	6 636 695,57 €	3 318 347,79 €
1.2	AML/1.2/024	Requalificação Urbana do Bairro Almeida Araújo - Queluz	CM Sintra	02/11/2002	819 490,03 €	819 490,03 €	409 745,02 €
1.2	AML/1.2/025	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho da Moita - 2ª Fase	CM Moita	05/06/2002	973 465,28 €	973 465,28 €	632 752,43 €
1.2	AML/1.2/026	Parque Público da Póvoa de Sta. Iria	CM V.F.Xira	09/07/2002	418 989,00 €	418 989,00 €	272 342,85 €
1.2	AML/1.2/027	Estabilização do Talude de Monte Gordo	CM V.F.Xira	09/07/2002	1 089 612,73 €	1 089 612,73 €	708 248,27 €
1.2	AML/1.2/028	Qualificação urbana da freg. Forte da Casa	CM V.F.Xira	02/11/2002	423 014,56 €	423 014,56 €	308 800,63 €
1.2	LT/1.2/001	Requalificação Urbana da Vila de Ulme	CM Chamusca	07/03/2001	801 772,73 €	801 772,73 €	521 152,28 €
1.2	LT/1.2/002	Vias Estruturantes dos Aglomerados Urbanos - 1ª Fase	CM Cartaxo	07/03/2001	622 898,82 €	622 898,82 €	404 884,23 €
1.2	LT/1.2/003	Despoluição da Bacia de Rio Maior - 3ª Fase	CM Rio Maior	07/03/2001	1 051 904,91 €	1 051 904,91 €	683 738,19 €
1.2	LT/1.2/005	Aplicação da Rede de Águas Residuais de Glória do Ribatejo	CM Salvaterra de Magos	31/07/2001	718 268,97 €	718 268,97 €	466 874,83 €
1.2	LT/1.2/006	Valorização de Espaços Públicos Verdes de S. Domingos	CM Santarém	31/07/2001	633 677,84 €	633 677,84 €	411 890,60 €
1.2	LT/1.2/007	Construção de ETAR em Benavente (Cerrado das Águas)	CM Benavente	31/07/2001	835 162,25 €	835 162,25 €	542 855,46 €
1.2	LT/1.2/008	Ampliação e Beneficência da Rede de Águas Residuais de Salvaterra de Magos	CM Salvaterra de Magos	31/07/2001	598 557,48 €	598 557,48 €	389 062,36 €
1.2	LT/1.2/009	Reabilitação Urbana da Freguesia de Azinhaga	CM Golegã	31/07/2001	785 811,19 €	785 811,19 €	510 777,27 €
1.2	LT/1.2/010	Reabilitação Urbana da Freguesia de Golegã	CM Golegã	31/07/2001	1 544 388,02 €	1 544 388,02 €	1 003 852,21 €
1.2	LT/1.2/011	Reconstrução da Rede Viária Concelhia	CM Almeirim	10/09/2001	1 012 285,39 €	1 012 285,39 €	657 985,50 €
1.2	LT/1.2/012	Rede Colectora de Águas Residuais do Concelho	CM Cartaxo	10/09/2001	607 336,32 €	607 336,32 €	394 768,61 €
1.2	LT/1.2/013	Valorização Urbana de Alpiarça - 2ª Fase	CM Alpiarça	10/09/2001	1 041 280,51 €	1 041 280,51 €	676 832,33 €
1.2	LT/1.2/015	Beneficência e Reabilitação da Rede Urbana Concelhia - 1ª Fase	CM Benavente	04/10/2001	821 325,60 €	821 325,60 €	533 861,64 €
1.2	LT/1.2/016	Reabilitação Urbana em Aniais de Baixo	CM Santarém	05/08/2002	554 922,64 €	554 922,64 €	360 699,71 €
1.2	LT/1.2/017	Remodelação, Ampliação e Construção da Rede Pública de Águas Residuais - 1ª Fase	CM Benavente	18/02/2002	337 855,77 €	337 855,77 €	219 606,25 €
1.2	LT/1.2/018	Intervenção Urbanística em Santana do Mato e Fajarda	CM Coruche	05/08/2002	793 348,03 €	793 348,03 €	515 676,22 €
1.2	LT/1.2/019	Execução da Rede de Esgotos da Varzea Fresca, Foros e Marinhais	CM Salvaterra de Magos	09/07/2002	1 156 340,17 €	1 156 340,17 €	751 621,11 €
1.2	LT/1.2/020	Saneamento e Tratamento nas Freguesias Rurais do Concelho de Santarém - 1ª Fase	CM Santarém	09/07/2002	673 000,00 €	673 000,00 €	437 450,00 €
1.2	LT/1.2/025	Reforço de Abastecimento de Água ao Concelho	CM Alpiarça	09/07/2002	422 160,00 €	422 160,00 €	211 080,00 €
1.2	LT/1.2/026	Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água ao Concelho de Santarém - 2ª Fase	CM Santarém	07/10/2002	409 827,36 €	409 827,36 €	266 387,78 €
1.2	LT/1.2/027	Saneamento da Ribeira de Santarém	CM Santarém	07/10/2002	1 259 915,42 €	1 259 915,42 €	818 945,02 €
1.2	LT/1.2/029	Reforço do Saneamento Básico do Concelho	CM Coruche	07/10/2002	444 624,00 €	444 624,00 €	289 005,60 €
1.2	LT/1.2/033	Complexo Aquático Municipal - Arranjos Exteriores	CM Santarém	02/11/2002	398 284,48 €	398 284,48 €	258 884,91 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Eligível	Despesa Pública	
1.2	LT/1.2/034	Reforço do Saneamento Básico do Concelho - 2ª Fase	CM Conduche	07/10/2002	1 167 557,00 €	1 167 557,00 €	758 912,05 €
1.2	MT/1.2/001	Reabilitação de Arruamentos e Beneficiação da Zona Antiga de Moita do Norte - 1ª Fase	CM Vila Nova da Barquinha	25/03/2002	879 141,27 €	879 141,27 €	571 441,83 €
1.2	MT/1.2/002	Valorização Patrimonial e Ambiental - 2ª Fase	CM Tomar	25/06/2002	776 397,20 €	776 397,20 €	388 198,61 €
1.2	MT/1.2/003	Rede de Saneamento Básico em Mínde - Recuperação	CM Alcanena	26/03/2002	334 369,00 €	334 369,00 €	217 339,85 €
1.2	MT/1.2/004	Saneamento de Carvalhal de Arceira, Rodrigo e Nicho do Rodrigo	CM Torres Novas	12/03/2002	1 074 251,05 €	1 074 251,05 €	698 263,18 €
1.2	MT/1.2/005	Execução do Sistema de Saneamento - Abrantes Cidade - Sub-sistema Centro, Sul e Barreiras do Tejo	CM Abrantes	17/05/2002	434 604,35 €	434 604,35 €	282 492,83 €
1.2	MT/1.2/006	Prolongamento da Rede de Esgotos em Vários Pontos do Concelho - Filhós e Casais Romeiros	CM Alcanena	17/05/2002	610 119,17 €	610 119,17 €	396 577,46 €
1.2	MT/1.2/007	Avenida 25 de Abril e Área Envolvente / Arranjos Urbanísticos	CM Torres Novas	05/06/2002	737 000,00 €	737 000,00 €	479 050,00 €
1.2	MT/1.2/009	Requalificação de Espaços Urbanos do Concelho	CM Constância	19/06/2002	1 115 283,69 €	1 115 283,69 €	724 934,40 €
1.2	MT/1.2/011	Saneamento Básico do Concelho - 1ª Fase	CM Entoncamento	25/09/2002	469 244,79 €	469 244,79 €	305 009,11 €
1.2	MT/1.2/012	Projecto de Qualificação da Zona Urbana	C.M. Entoncam.	05/08/2002	696 992,67 €	696 992,67 €	453 045,24 €
1.2	MT/1.2/013	Reabilitação Ambiental em Praia do Ribatejo e Zona Antiga de Moita do Norte 2ª Fase	C.M. Entoncam.	05/08/2002	445 587,67 €	445 587,67 €	289 631,99 €
1.2	MT/1.2/014	Reparação e Estabilização de Taludes e Drenagem de Águas Pluviais - Zona S. Lourenço	CM Vila Nova da Barquinha	02/11/2002	738 855,00 €	738 855,00 €	480 255,75 €
1.2	MT/1.2/015	Requalificação dos Espaços Urbanos do Concelho - 1ª Fase	CM Abrantes	25/09/2002	500 401,65 €	500 401,65 €	325 261,07 €
1.2	MT/1.2/016	Sistema de Saneamento de Pombeira	CM Ferreira do Zezere	25/09/2002	421 980,00 €	421 980,00 €	274 287,00 €
1.2	MT/1.2/017	Saneamento Básico e Abastecimento de Água às Freguesias de S. Quintinho e Sapataria	CM Ferreira do Zezere	07/10/2002	638 412,00 €	638 412,00 €	414 967,80 €
1.2	O-1.2/001	Infraestruturas e Reabilitação Urbana e Funcional dos Lugares do Sítio e Pederneira	CM S.M.Agraço	07/02/2001	517 477,88 €	517 477,88 €	336 360,62 €
1.2	O-1.2/002	Rede de Esgotos de Alcabaca 4ª Fase - Interceptores 1,2,3,5 e 6	CM Nazaré	08/07/2002	589 898,34 €	589 898,34 €	383 433,92 €
1.2	O-1.2/003	Rede de Saneamento de Cela, Bário e Casais da Vestilaria - 2ª Fase	CM Alcabaca	23/05/2001	478 526,75 €	478 526,75 €	311 042,39 €
1.2	O-1.2/004	Remodelação e Ampliação das Redes de Saneamento Básico no Concelho de Peniche Fase 1	CM Alcabaca	23/05/2001	984 113,29 €	984 113,29 €	639 673,64 €
1.2	O-1.2/005	Sistema de Drenagem de Bombardreira, Póvoa de Além, Valongo e Outros Aglomerados	CM Peniche	23/05/2001	1 066 030,87 €	1 066 030,87 €	692 920,07 €
1.2	O-1.2/006	Sistema de Drenagem de Aldeia Grande e Outros Aglomerados	SA T. Vedras	13/08/2001	539 987,00 €	539 987,00 €	350 991,55 €
1.2	O-1.2/007	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho	SA T. Vedras	13/08/2001	386 373,00 €	386 373,00 €	251 142,45 €
1.2	O-1.2/008	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sisandro - 3ª Fase	CM Lourinhã	13/08/2001	1 507 541,82 €	1 507 541,82 €	979 902,19 €
1.2	O-1.2/009	Rede de Esgotos de Moita, Martinçanga e Burriñosa - 1ª Fase	CM T. Vedras	13/08/2001	375 969,00 €	375 969,00 €	244 379,85 €
1.2	O-1.2/010	Rede de Esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	CM Alcabaca	30/10/2001	1 436 223,70 €	1 436 223,70 €	933 545,41 €
1.2	O-1.2/011	Infraestruturas do Bom Sucesso - 2ª Fase	CM Alcabaca	04/10/2001	757 294,92 €	757 294,92 €	492 241,70 €
1.2	O-1.2/012	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Grande da Pipa - 1ª Fase	CM Obidos	13/08/2001	1 369 803,77 €	1 369 803,77 €	890 372,45 €
1.2	O-1.2/013	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Real/Lagoa de Óbidos - 3ª Fase	CM Alenquer	13/08/2001	755 728,69 €	755 728,69 €	491 723,64 €
1.2	O-1.2/014	Requalificação Urbana das Freguesias - 1ª Fase	CM Cadaval	26/11/2001	399 626,90 €	399 626,90 €	259 757,49 €
1.2	O-1.2/015	Arranjos de Espaços Públicos de Arruda dos Vinhos - 1ª Fase	CM Cadaval	18/02/2002	595 933,80 €	595 933,80 €	387 356,97 €
1.2	O-1.2/016	Requalificação dos Principais Centros Urbanos do Concelho de Peniche - Fase 1	CM Arruda dos Vinhos	18/02/2002	472 710,77 €	472 710,77 €	307 262,00 €
1.2	O-1.2/017	Abastecimento de Água à Vila do Bombarral	CM Peniche	26/11/2001	466 146,59 €	466 146,59 €	302 995,28 €
1.2	O-1.2/018	Abastecimento de Água a Partilha do Pereiro e Casal Vale Ventos	CM Bombarral	10/08/2002	1 017 547,71 €	1 017 547,71 €	661 406,01 €
1.2	O-1.2/019	Rede de Esgotos de Freires, Chiqueda e Chiãos	CM Alcabaca	18/02/2002	621 901,22 €	621 901,22 €	404 235,79 €
1.2	O-1.2/020	Remodelação e Ampliação das Redes de Saneamento Básico do Concelho de Peniche - Fase II	CM Alcabaca	28/11/2001	1 864 195,29 €	1 864 195,29 €	1 211 716,94 €
1.2	O-1.2/021	Requalificação e Valorização do Vilar - 1ª Fase	CM Peniche	05/04/2002	1 182 505,16 €	1 182 505,16 €	768 628,35 €
1.2	O-1.2/023	Recuperação Urbana e Paisagística da Freguesia da Lourinhã	CM Cadaval	25/09/2002	470 585,89 €	470 585,89 €	305 880,82 €
1.2	O-1.2/024	Abastecimento de Água às Zonas Periféricas da Cidade de Torres Vedras - Eixo Sul / Norte	CM Lourinhã	05/04/2002	904 370,47 €	904 370,47 €	587 840,80 €
1.2	O-1.2/025	Abastecimento de Água às Zonas Periféricas da Cidade de Torres Vedras - Eixo Sul / Norte	CM Arruda dos Vinhos	05/04/2002	607 635,00 €	607 635,00 €	394 962,75 €
1.2	O-1.2/026	Abastecimento de Água às Zonas Periféricas da Cidade de Torres Vedras - Eixo Sul / Norte	SA T. Vedras	05/04/2002	1 864 304,00 €	1 864 304,00 €	1 211 797,60 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.2	O-1.2/027	Saneamento nas Várias Freguesias do Concelho	CA Lourinhã	05/04/2002	543 273.00 €	543 273.00 €	353 127.45 €
1.2	O-1.2/028	Requalificação dos Principais Centros Urbanos do Concelho de Peniche - Fase 2	CA Peniche	05/04/2002	461 799.00 €	461 799.00 €	300 169.35 €
1.2	O-1.2/029	Infraestruturas do Bom Sucesso - 1ª Fase	CA Óbidos	05/04/2002	943 112.00 €	943 112.00 €	613 022.80 €
1.2	O-1.2/030	Abastecimento de Água à Zona Alta de Alenquer	CA Alenquer	10/08/2002	883 500.00 €	883 500.00 €	574 275.00 €
1.2	O-1.2/033	Remodelação e Ampliação das Redes de Saneamento Básico no Concelho de Peniche - Fase III	CA Peniche	10/08/2002	628 940.00 €	628 940.00 €	408 811.00 €
1.2	O-1.2/035	Requalificação e Valorização do Vilar - 2ª Fase	CA Cadaval	25/09/2002	737 304.00 €	737 304.00 €	479 247.60 €
1.2	O-1.2/036	Reforço e Ampliação das Redes de Água e Saneamento	CA Lourinhã	10/08/2002	1 036 562.00 €	1 036 562.00 €	673 765.30 €
1.2	O-1.2/037	Valorização dos Espaços Públicos do Concelho de Lourinhã	CA Lourinhã	10/08/2002	606 138.00 €	606 138.00 €	393 989.70 €
1.2	O-1.2/040	Arranjos dos Espaços Exteriores Envolventes às Piscinas Municipais e ao Bairro Fundação Salazar	CA Peniche	02/11/2002	576 272.00 €	576 272.00 €	374 576.80 €
1.2	O-1.2/041	Prolongamento da Despoluição da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alenquer	CA Alenquer	25/09/2002	861 505.00 €	861 505.00 €	559 978.25 €
1.2	O-1.2-072	Rede de Esgotos do Vimeiro e Zona Alta de Alfeizerão, Madros e Alva de Paataias	C.M. Alcobaça	22/02/2002	1 628 335.71 €	1 628 335.71 €	1 058 418.21 €
1.3	1.3/002	Divulgação da História de Alpiarça	CA Alpiarça	29/12/2000	66 724.19 €	66 724.19 €	43 370.72 €
1.3	1.3/015	Fomento da Actividade Empresarial na Região de Setúbal	AERSSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal	18/06/2001	139 598.57 €	139 598.57 €	90 741.31 €
1.3	1.3/016	Cooperação 2001	CCRLVT	02/05/2001	170 474.16 €	170 474.16 €	110 807.95 €
1.3	1.3/017	Marketing e Promoção da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2001	CCRLVT	02/05/2001	284 728.80 €	284 728.80 €	185 073.97 €
1.3	1.3/019	Plano Regional de Ordenamento do Território	CCRLVT	02/05/2001	149 639.37 €	149 639.37 €	97 265.59 €
1.3	1.3/020	Observatório do Ordenamento do Território das Zonas Influenciadas pela Nova Travessia do Tejo	CCRLVT	02/05/2001	74 819.68 €	74 819.68 €	48 632.79 €
1.3	1.3/023	Dinamização e Apoio ao Desenvolvimento Económico	Nersant	12/03/2002	119 816.00 €	119 816.00 €	77 880.40 €
1.3	1.3/024	Promoção de Exposições, Encontros e Serviços de Apoio ao Tecido Empresarial	Associação Empresarial da Região de Lisboa	21/08/2001	116 728.68 €	116 728.68 €	75 873.64 €
1.3	1.3/025	Caracterização e Dinamização do Tecido Empresarial da Região	NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria	09/01/2002	108 408.73 €	108 408.73 €	70 465.67 €
1.3	1.3/026	Apoio ao Desenvolvimento Económico	Nersant	13/03/2002	135 373.75 €	135 373.75 €	87 992.94 €
1.3	1.3/027	Capacidade Institucional Regional - Estudos	CA Tomar	19/07/2001	138 022.37 €	138 022.37 €	89 713.79 €
1.3	1.3/028	II Grande Prémio Internacional de Ciclismo da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Lisboa - Secção Autónoma Regional de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo	14/08/2001	260 949.48 €	260 949.48 €	169 617.16 €
1.3	1.3/029	Programa de Valorização Urbana da Cidade de Tomar	CA Tomar	04/10/2001	17 507.81 €	17 507.81 €	11 381.83 €
1.3	1.3/031	Projecto Integrado de Promoção para reforço da Imagem Oeste	Região Turismo do Oeste	05/04/2002	253 788.37 €	253 788.37 €	152 273.02 €
1.3	1.3/035	Projecto Integrado de Promoção para Reforço da Imagem do Ribatejo	Região de Turismo do Ribatejo	19/06/2002	200 500.00 €	200 500.00 €	120 300.00 €
1.3	1.3/036	Cooperação 2002-2003	CCRLVT	05/06/2002	274 967.00 €	274 967.00 €	178 728.55 €
1.3	1.3/037	Marketing e Promoção da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002-2003	CCRLVT	19/06/2002	481 345.00 €	481 345.00 €	312 874.25 €
1.3	1.3/038	XIII Congresso Mundial de Economia 2002	Ordem dos Economistas	19/06/2002	135 000.00 €	135 000.00 €	87 750.00 €
1.3	1.3/039	Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto Nacional de Estatística	19/06/2002	120 500.00 €	120 500.00 €	78 325.00 €
1.3	1.3/041	Projecto Integrado de promoção para reforço da imagem da RITemplários-FCA	Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras)	26/11/2002	252 846.00 €	252 846.00 €	151 707.60 €
1.3	1.3/042	Promoção de Produtos Turísticos de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Lisboa - Secção Autónoma Regional de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo	26/11/2002	733 011.00 €	733 011.00 €	476 457.15 €
1.3	AML/1.3/001	Festejo 2001	Junta Metropolitana de Lisboa	04/10/2001	146 147.78 €	146 147.78 €	94 996.06 €
1.3	AML/1.3/003	Eventos de Promoção do Desporto, Saúde e Lazer na Área Metropolitana de Lisboa	Junta Metropolitana de Lisboa	05/06/2002	581 274.13 €	581 274.13 €	377 828.19 €
1.3	AML/1.3/004	Supportes de Divulgação e Promoção Social e Económica da AML	Junta Metropolitana de Lisboa	16/06/2002	272 175.97 €	272 175.97 €	136 088.00 €
1.3	AML/1.3/005	Rede Esturiales - Um Projecto de Cooperação Internacional para as Zonas Ribeirinhas	Junta Metropolitana de Lisboa	05/06/2002	387 067.17 €	387 067.17 €	251 593.66 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.3	LT/1.3/001	As Finanças Locais no Distrito de Santarém - Estrutura e Evolução entre 1995 e 1998	Gabinete de Estudos - Governo Civil do Distrito de Santarém	07/03/2001	5 237.38 €	5 237.38 €	3 406.92 €
1.3	LT/1.3/002	Sistema de Informação Geográfica da Lezíria do Tejo	Assoc. Munic. Lezíria do Tejo	07/03/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	64 843.72 €
1.3	LT/1.3/003	Promoção e Divulgação da Lezíria do Tejo - 1ª Fase	Assoc. Munic. Lezíria do Tejo	04/10/2001	49 146.56 €	49 146.56 €	31 945.27 €
1.3	LT/1.3/004	Promoção e Divulgação dos Vinhos do Ribatejo	Comissão Vitivinícola Regional do Ribatejo	12/03/2002	37 773.97 €	37 773.97 €	24 549.30 €
1.3	MT/1.3/001	Cartografia Digital à Escala 1/10 000 da ANMAT	Associação de Municípios do Médio Tejo	09/07/2002	383 907.00 €	383 907.00 €	249 539.55 €
1.3	MT/1.3/002	Fersant - XI Feira Empresarial da Região de Santarém	Nersant	09/07/2002	165 102.10 €	165 102.10 €	107 316.37 €
1.3	O-1.3/001	SIG - Oeste (Assessoria)	Associação de Municípios do Oeste	16/08/2002	395 676.42 €	395 676.42 €	257 189.67 €
1.3	O-1.3/003	Observatório do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	28/12/2001	109 735.54 €	109 735.54 €	71 328.10 €
1.3	O-1.3/004	Projecto Integrado de Inovação e Modernização	Associação de Municípios do Oeste	28/12/2001	49 879.79 €	49 879.79 €	32 421.86 €
1.3	O-1.3/005	Cooperação, Promoção e Marketing na Região Oeste	Associação de Municípios do Oeste	15/03/2002	114 972.92 €	114 972.92 €	74 732.39 €
1.5	1.5/001	Recuperação e Requalificação do Palácio do Morgado - Biblioteca Municipal de Arruda dos Vinhos	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	12/03/2002	882 493.00 €	882 493.00 €	441 246.00 €
1.5	1.5/002	Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém	CM Santarém	31/08/2001	4 148 003.31 €	4 148 003.31 €	2 074 001.66 €
1.5	1.5/008	Remodelação do Teatro-Cine Feneira da Silva	CM T. Vedras	19/07/2001	2 666 473.80 €	2 666 473.80 €	1 599 884.28 €
1.5	1.5/009	Construção da unidade aquática coberta (Piscina Municipal)	Câmara Municipal de Tomar	28/08/2001	3 880 059.05 €	3 880 059.05 €	1 940 029.53 €
1.5	1.5/010	Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar	Câmara Municipal de Tomar	19/07/2001	2 255 539.15 €	2 255 539.15 €	1 127 772.07 €
1.5	1.5/011	Avenida Andrade Curvo - Torres Novas	CM Torres Novas	19/04/2001	1 589 619.02 €	1 589 619.02 €	953 771.41 €
1.5	1.5/012	Recuperação da Casa do Pelourinho - Obidos	CM de Obidos	02/05/2001	542 831.78 €	542 831.78 €	325 700.06 €
1.5	1.5/013	Avenida 8 de Julho - Torres Novas	CM Torres Novas	02/05/2001	1 409 702.62 €	1 409 702.62 €	845 821.57 €
1.5	1.5/014	Revitalização do Centro Histórico de Torres Novas	CM Torres Novas	02/05/2001	875 889.11 €	875 889.11 €	525 533.47 €
1.5	1.5/015	Mercado Municipal de Torres Novas	CM Torres Novas	02/05/2001	1 496 393.69 €	1 496 393.69 €	897 836.21 €
1.5	1.5/016	Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos	CM da Moita	14/08/2001	733 856.40 €	733 856.40 €	440 313.85 €
1.5	1.5/017	Deste Digital - 1ª Fase	Associação de Municípios do Oeste	26/11/2002	1 036 088.00 €	1 036 088.00 €	518 044.00 €
1.5	1.5/018	Casa Museu Mário Botas	Fundação Casa Museu Mário Botas	28/12/2001	1 318 587.20 €	1 318 587.20 €	659 293.60 €
1.5	1.5/022	Revitalização Urbana do Bairro das Descobertas e do Br. do CDH do Vale da Amoreira - Moita	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado	04/10/2001	359 483.64 €	359 483.64 €	233 666.86 €
1.5	1.5/024	Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior	CM Rio Maior	14/03/2002	202 749.18 €	202 749.18 €	101 374.59 €
1.5	1.5/025	Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior	CM Rio Maior	28/12/2001	2 614 025.20 €	2 614 025.20 €	1 307 015.09 €
1.5	1.5/028	Recuperação e Abetrechamento do Cine-Teatro da Nazaré	CM da Nazaré	04/10/2001	840 803.66 €	840 803.66 €	420 401.83 €
1.5	1.5/029	Requalificação das Gares e do Elevador da Nazaré	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré	28/12/2001	485 749.34 €	485 749.34 €	242 874.67 €
1.5	1.5/030	Requalif. Espaço Público/Espaços Verdes-Cruz.R. Liberdade c/ R. Vit. Nemésio; Lg. Patrifeirinha; R. Tim	Camara Municipal da Amadora	28/12/2001	406 749.73 €	406 749.73 €	203 374.87 €
1.5	1.5/031	Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais	Camara Municipal da Amadora	28/12/2001	52 523.42 €	52 523.42 €	26 261.71 €
1.5	1.5/033	Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase	CM da Moita	18/02/2002	731 676.66 €	731 676.66 €	365 636.33 €
1.5	1.5/034	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita	CM da Moita	28/12/2001	639 424.00 €	639 424.00 €	319 712.00 €
1.5	1.5/035	Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores	CM V.F. Xíra	18/02/2002	687 044.22 €	687 044.22 €	343 522.11 €
1.5	1.5/036	Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal	Câmara Municipal de Alcanena	12/03/2002	747 197.00 €	747 197.00 €	373 598.00 €
1.5	1.5/037	Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho	Camara Municipal de Alcobaca	12/03/2002	519 079.02 €	519 079.02 €	259 539.51 €
1.5	1.5/038	Rota de Museus do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	05/04/2002	702 442.13 €	702 442.13 €	351 221.07 €
1.5	1.5/039	Reabilitação das Ruas Cândido dos Reis, Arralal e Várzea	CM Torres Novas	10/08/2002	452 528.00 €	452 528.00 €	226 264.00 €
1.5	1.5/040	Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)	Camara Municipal de Setúbal	12/03/2002	1 514 777.00 €	1 514 777.00 €	757 388.50 €
1.5	1.5/041	Recuperação do Real Ceteiro Público de Alenquer	CM Alenquer	18/02/2002	912 341.26 €	912 341.26 €	456 170.63 €
1.5	1.5/042	Incubadora de Microempresas do alto dos Barronhos	CM Oeiras	16/07/2002	2 863 100.00 €	2 863 100.00 €	1 445 240.00 €
1.5	1.5/043	Creche e Jardim de Infância de S. Marçal	CM Oeiras	12/03/2002	470 786.00 €	470 786.00 €	235 393.00 €
1.5	1.5/044	Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior - Zona Envolvente ao Pavilhão Multútilos - 1ª Fase	CM Rio Maior	12/03/2002	141 598.75 €	141 598.75 €	70 799.38 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
1.5	1.5/046	Via Circular Interior (troço entre o largo General Humbertobeldgado e a Av. Dr. João M. de Azevedo)	CM Torres Novas	05/04/2002	2 530 215.00 €	2 530 215.00 €	1 265 107.50 €
1.5	1.5/050	Recuperação do Teatro Eduardo Brazão	CM Bombarral	05/04/2002	947 716.00 €	947 716.00 €	473 858.00 €
1.5	1.5/051	Valorização da Cerca do Castelo - 2ª fase	CM de Obidos	05/06/2002	1 618 868.97 €	1 618 868.97 €	809 434.49 €
1.5	1.5/055	Elaboração do Plano Estratégico de Intervenção - PROQUAL	Camara Municipal de Setúbal	19/06/2002	34 914.00 €	34 914.00 €	17 457.00 €
1.5	1.5/056	Concepção e execução da recup. e remodel. do cine-Teatro de Alcobaça	Camara Municipal de Alcobaça	19/06/2002	4 461 384.55 €	4 461 384.55 €	2 230 692.28 €
1.5	1.5/057	Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento	Câmara Municipal de Alcanena	19/06/2002	822 342.00 €	822 342.00 €	349 495.35 €
1.5	1.5/058	Núcleo de Apoio ao Emprego da Quinta do Sales	CM Oeiras	26/11/2002	1 082 382.00 €	1 082 382.00 €	432 952.80 €
1.5	1.5/059	Requalificação Urbanística II	CM Oeiras	16/07/2002	590 767.00 €	590 767.00 €	295 383.50 €
1.5	1.5/061	Via de Cintura Interna de Alcobaça	Camara Municipal de Alcobaça	16/07/2002	4 944 000.00 €	4 944 000.00 €	2 472 000.00 €
1.5	1.5/062	Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arceha/Bom Sucesso	CM V.F. Xira	26/11/2002	86 068.00 €	86 068.00 €	55 944.20 €
1.5	1.5/063	Esquema Director de Estruturação Urbanística	Camara Municipal da Amadora	16/12/2002	56 033.00 €	56 033.00 €	33 619.80 €
1.5	1.5/066	Programa Estratégico de Intervenção Urbana	Camara Municipal da Lourinhã	16/12/2002	46 449.36 €	46 449.36 €	27 869.62 €
1.5	1.5/069	Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimarães	Camara Municipal de Alcobaça	16/12/2002	235 060.00 €	235 060.00 €	94 024.00 €
1.5	1.5/070	Reconversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ª fase	CM da Moita	16/12/2002	548 831.00 €	548 831.00 €	219 532.40 €
1.5	1.5/071	Valorização Urbana da Cidade do Cartaxo	Câmara Municipal do Cartaxo	16/12/2002	508 890.95 €	508 890.95 €	203 556.38 €
1.5	1.5/072	Construção da Alameda Norte da Cidade do Cartaxo	Câmara Municipal do Cartaxo	16/12/2002	1 286 314.00 €	1 286 314.00 €	514 525.60 €
1.5	1.5/073	Reabilitação do Cine-Teatro Municipal	Câmara Municipal do Cartaxo	16/12/2002	2 653 996.00 €	2 653 996.00 €	1 061 598.40 €
1.5	1.5/074	Arranjo Urbanístico da margem Sul do Rio Almonda/Jardim das Rosas	CM Torres Novas	16/12/2002	1 162 000.00 €	1 162 000.00 €	464 800.00 €
1.5	1.5/075	Centro Cultural do Sardoal	Câmara Municipal de Sardoal	07/12/2002	2 684 902.00 €	2 684 902.00 €	1 073 960.80 €
1.6	1.6/001	Renovação da Rede Viária e Articulação da Rede Regional/Nacional	CM Constância	01/06/2001	56 230.11 €	56 230.11 €	42 172.58 €
1.6	1.6/002	Parque Desportivo Concelhio	CM Constância	01/06/2001	25 199.17 €	25 199.17 €	18 899.38 €
1.6	1.6/003	Novo Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré	CM da Nazaré	01/06/2001	67 757.02 €	67 757.02 €	50 817.76 €
1.6	1.6/004	Ampliação e Beneficiação da Rede de Abast. Água a Foros de Salvaterra e Granho Novo	CM Salvaterra de Magos	10/07/2001	35 250.04 €	35 250.04 €	26 437.54 €
1.6	1.6/005	Ampliação e Beneficiação do Abastecimento de Água a Glória, Marinhais, Muge e S. Magos	CM Salvaterra de Magos	10/07/2001	34 875.94 €	34 875.94 €	26 156.96 €
1.6	1.6/006	Radial de Benfca - Ligação No da Buraca ao Eixo N/S - Prolongamento natural do IC 19	CM Salvaterra de Magos	10/07/2001	32 736.10 €	32 736.10 €	24 552.07 €
1.6	1.6/007	Complexo de Piscinas de Corroios - 2ª fase	Câmara Municipal de Lisboa	10/07/2001	798 774.75 €	798 774.75 €	599 081.06 €
1.6	1.6/008	Valorização Urbana de Alpiarça - 1ª fase	CM Alpiarça	10/07/2001	33 587.06 €	33 587.06 €	25 190.29 €
1.6	1.6/009	Complexo de Piscinas de Corroios - 2ª fase	Câmara Municipal do Seikal	12/07/2001	151 042.75 €	151 042.75 €	113 282.06 €
1.6	1.6/010	CDA de Santa Marta de Corroios - Construção Civil e Equipamento - 2ª fase	Câmara Municipal do Seikal	12/07/2001	145 196.69 €	145 196.69 €	108 897.52 €
1.6	1.6/011	Construção da Piscina Municipal e Tanque de Aprendizagem	Camara Municipal de Peniche	05/09/2001	74 811.76 €	74 811.76 €	56 108.82 €
1.6	1.6/012	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 1ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	24/08/2001	49 768.41 €	49 768.41 €	37 326.31 €
1.6	1.6/013	Expansão da Rede Pré-Escolar Concelhio - 1ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	05/09/2001	21 192.20 €	21 192.20 €	15 894.15 €
1.6	1.6/014	Rede de Esportes de Alcobaça - 4ª fase - Interceptores 1, 2, 3, 5 e 6	Camara Municipal de Alcobaça	05/09/2001	23 970.55 €	23 970.55 €	17 977.91 €
1.6	1.6/015	Redes de Saneamento de Celb, Bãrrio, Casais da Vestibaria - 2ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	05/09/2001	48 491.29 €	48 491.29 €	36 368.47 €
1.6	1.6/016	Resbilitação Urbana do Jardim Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F. Xira	05/09/2001	18 258.62 €	18 258.62 €	13 693.97 €
1.6	1.6/017	Nova Rotunda no Largo dos Bombeiros Voluntários do Forte da Casa	CM V.F. Xira	05/09/2001	14 914.50 €	14 914.50 €	11 485.87 €
1.6	1.6/018	Qualificação Urbana de Diversas Freguesias	CM V.F. Xira	05/09/2001	35 942.75 €	35 942.75 €	26 957.06 €
1.6	1.6/019	E.M. da Panasqueira e Variante de Alverca - Estrada do Brejo	CM V.F. Xira	05/09/2001	21 512.65 €	21 512.65 €	16 134.49 €
1.6	1.6/020	Museu Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F. Xira	05/09/2001	62 775.28 €	62 775.28 €	47 081.46 €
1.6	1.6/021	Construção da Escola da Bela Vista	Camara Municipal de Setúbal	05/09/2001	70 779.71 €	70 779.71 €	53 084.79 €
1.6	1.6/022	Arranjos Exteriores da Piscina Municipal das Palmeiras	Camara Municipal de Setúbal	05/09/2001	27 224.93 €	27 224.93 €	20 418.70 €
1.6	1.6/023	Parque Verde de Algodela - Arranjos Exteriores - 1ª fase	Camara Municipal de Setúbal	05/09/2001	32 739.42 €	32 739.42 €	24 554.57 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.6	1.6/024	Renovação e Requalificação do Centro Histórico e Comercial de Setúbal	Camara Municipal de Setúbal	05/11/2001	91 746.33 €	91 746.33 €	68 809.75 €
1.6	1.6/025	Construção e Beneficiação da Rede Viária do Concelho	CM S.M.Agraço	05/11/2001	40 556.95 €	40 556.95 €	30 417.72 €
1.6	1.6/026	Saneamento Básico e Abastecimento de Água às Freguesias de S. Quintino e Sapataria	CM S.M.Agraço	05/11/2001	27 069.29 €	27 069.29 €	20 301.97 €
1.6	1.6/027	Reforço do Sistema de Saneamento Básico do Concelho	CM Constância	05/11/2001	18 222.38 €	18 222.38 €	13 666.79 €
1.6	1.6/028	Aventivo - Zona Industrial - Expansão	CM Constância	05/11/2001	16 959.13 €	16 959.13 €	12 719.35 €
1.6	1.6/029	Revitalização da Zona Comercial da Nazaré	CM da Nazaré	05/11/2001	14 347.74 €	14 347.74 €	10 760.81 €
1.6	1.6/030	Recuperação da E.M. 586 e E.M. 1380 e Circular Norte - Vila da Chamusca	CM Chamusca	05/11/2001	52 340.36 €	52 340.36 €	39 255.27 €
1.6	1.6/031	C.E.C. Chamusca - Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorção	CM Chamusca	05/11/2001	47 344.40 €	47 344.40 €	35 508.30 €
1.6	1.6/032	C.E.C. Chamusca - E.M. 1375 - Troço Semideiro/Relvão e Aterro/Galega	CM Chamusca	05/11/2001	58 352.86 €	58 352.86 €	43 764.65 €
1.6	1.6/033	Revitalização Urbana de Ulme	CM Chamusca	05/11/2001	35 703.95 €	35 703.95 €	26 777.96 €
1.6	1.6/034	Requalificação do Parque Escolar Municipal	CM Chamusca	05/11/2001	50 141.66 €	50 141.66 €	37 606.25 €
1.6	1.6/035	Parque Desportivo Concelho	CM Chamusca	05/11/2001	25 284.56 €	25 284.56 €	18 963.42 €
1.6	1.6/036	Modern. Sist. Abast. Água a Carregueira, Pinheiro Grande, Cham., Ulme e Parreira - 1ª fase	CM Chamusca	05/11/2001	31 898.13 €	31 898.13 €	23 923.60 €
1.6	1.6/037	Duplicação da Ribeira de Junça - 3ª fase	CM Oelras	05/11/2001	18 947.59 €	18 947.59 €	14 210.69 €
1.6	1.6/038	Recuperação do Palácio de Ribamar	CM Oelras	05/11/2001	52 997.28 €	52 997.28 €	39 747.96 €
1.6	1.6/039	Condições Adutoras do Fanol da Azeda - Brancanes e Farol da Azeda - Montebelo	Camara Municipal de Setúbal	07/11/2001	67 040.27 €	67 040.27 €	50 280.20 €
1.6	1.6/040	Centro Cultural da Região de Turismo da Costa Azul / Convento dos Capuchos	Câmara Municipal de Almada	07/11/2001	232 910.74 €	232 910.74 €	174 683.05 €
1.6	1.6/041	Piscinas Municipais de Azinhaga	CM Golegã	10/12/2001	22 258.85 €	22 258.85 €	16 694.14 €
1.6	1.6/042	Rede de Esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	Camara Municipal de Alcobaca	08/11/2001	38 936.09 €	38 936.09 €	29 202.07 €
1.6	1.6/043	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Alcabridel - 2ª fase	CM T.Vedras	14/02/2002	54 322.21 €	54 322.21 €	40 741.66 €
1.6	1.6/044	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro - 2ª fase	CM T.Vedras	14/02/2002	63 861.72 €	63 861.72 €	47 896.29 €
1.6	1.6/045	Reabilitação Urbana da Freguesia de Azinhaga	CM Golegã	14/02/2002	14 839.24 €	11 729.43 €	11 729.43 €
1.6	1.6/046	Reabilitação Urbana da Freguesia da Golegã	CM Golegã	14/02/2002	63 596.73 €	63 596.73 €	47 697.55 €
1.6	1.6/047	Escola Básica 1 / Jardim de Infância de Belas	CM Sintra	15/03/2002	209 774.25 €	209 774.25 €	157 330.69 €
1.6	1.6/048	Ligação do Nó de Sintra (IC 16) ao Alqueirão	CM Sintra	15/03/2002	166 005.48 €	166 005.48 €	124 504.11 €
1.6	1.6/050	Rede Viária Concelhia - 1ª fase	CM Rio Maior	15/03/2002	46 299.04 €	46 299.04 €	34 724.28 €
1.6	1.6/051	Despoluição da Bacia de Rio Maior - 3ª fase	CM Rio Maior	15/03/2002	26 469.65 €	26 469.65 €	19 852.24 €
1.6	1.6/052	Rede Viária Municipal - 1ª fase	CM Salvaterra de Magos	15/03/2002	47 468.77 €	47 468.77 €	35 601.58 €
1.6	1.6/053	Estrada de Ligação a Foros de Benfica e Granho Novo a Marinhais	CM Salvaterra de Magos	15/03/2002	38 776.74 €	38 776.74 €	29 082.56 €
1.6	1.6/054	Valorização Ambiental e Paisagística no Ambiente do Valtelo	CM Salvaterra de Magos	15/03/2002	14 140.92 €	14 140.92 €	10 605.69 €
1.6	1.6/055	Ampliação e Beneficiação da Rede de Águas Residuais de Salvaterra de Magos	CM Salvaterra de Magos	15/03/2002	30 215.64 €	30 215.64 €	22 661.73 €
1.6	1.6/056	Ampliação e Beneficiação da Rede de Águas Residuais de Glória do Ribatejo	CM Salvaterra de Magos	15/03/2002	36 258.77 €	36 258.77 €	27 194.08 €
2.1	2.1/002	Avenida Cidade de Luanda, 137 Fogos: Infraestruturação	INH - Instituto Nacional de Habitação	14/01/2002	538 916.21 €	538 916.21 €	204 232.80 €
2.1	2.1/005	Bairro Marquês de Abrantes, 350 fogos:Infraestr. e beneficiação paisagística na zona PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	14/01/2002	1 036 212.71 €	1 036 212.71 €	375 096.02 €
2.1	2.1/006	Rua Nascimento Costa, 136 fogos: Infraestr. do Empreendimento PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	14/01/2002	564 240.18 €	564 240.18 €	183 323.19 €
2.1	2.1/007	Travessa Sargento Abílio, 91 fogos: Infraestr. do Empreendimento PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	14/01/2002	580 220.25 €	580 220.25 €	227 272.27 €
2.1	2.1/008	Infraestruturação e arranjos paisagísticos de empreend. PER:175 fogos no Bairro Chinês e 212 B.Alfin	INH - Instituto Nacional de Habitação	14/01/2002	627 589.19 €	627 589.19 €	301 807.64 €
2.1	2.1/009	Parque Urbano de Albandra	CM V.F.Xira	05/08/2002	1 802 485.45 €	1 802 485.45 €	991 367.00 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
2.3	2.3/001	Valor Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-Integração Paisagística do Açude	CM Constância	15/11/2000	465 138.66 €	465 138.66 €	279 083.20 €
2.3	2.3/002	Parque do Almoural-Regulificação do Arrilado-1ª fase	CM Charnusca	17/11/2000	678 584.61 €	678 584.61 €	407 150.77 €
2.3	2.3/003	Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE II-1ª fase)	CM Constância	29/12/2000	328 054.39 €	328 054.39 €	196 837.63 €
2.3	2.3/004	Valorização Turística da Vial de Alpiarça-1ª fase	CM Alpiarça	17/11/2000	1 765 914.15 €	1 765 914.15 €	882 957.07 €
2.3	2.3/005	Estudos Pré-vios e Proj. Exec. de infraestr. e Equipamentos a implantar no Parque Almoural	Nersant	20/04/2001	326 582.86 €	326 582.86 €	195 949.72 €
2.3	2.3/006	Estudo Base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a Instalar no Parque Almoural	Nersant	19/02/2001	54 743.06 €	54 743.06 €	32 845.84 €
2.3	2.3/007	Recuperação do Pátio do valverde-2ª fase	CM Azambuja	20/04/2001	2 205 958.64 €	2 205 958.64 €	1 102 979.32 €
2.3	2.3/008	Valorização Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-2ª fase: Parque Ambiental	CM Constância	29/12/2000	1 733 242.88 €	1 733 242.88 €	1 039 945.73 €
2.3	2.3/009	AQUAPOLIS - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	Camara Municipal de Abrantes	12/10/2001	1 082 251.06 €	1 082 251.06 €	541 125.53 €
2.3	2.3/010	Reconversão Urbanística do Centro Cívico de Alpiarça	CM Alpiarça	10/05/2001	1 815 938.59 €	1 815 938.59 €	1 089 563.15 €
2.3	2.3/012	Parque Urbano da Zona Norte de Almelirim	CM Almelirim	10/05/2001	2 318 846.58 €	2 318 846.58 €	1 391 307.94 €
2.3	2.3/014	Proj. Téc., Defn. de conteúdos, Estudo de logotipo e Normas Gráf., para IO no Proj. P. Almoural	Nersant	18/05/2001	387 471.19 €	387 471.19 €	232 482.72 €
2.3	2.3/015	Valorização Urbana da Tapada-Ribeirinha	CM Alpiarça	10/05/2001	695 069.88 €	695 069.88 €	417 041.93 €
2.3	2.3/016	Arranjo Urbanístico de Zonas Ribeirinhas de Benavente e Samora Correia	CM Alpiarça	10/05/2001	186 430.70 €	186 430.70 €	111 858.42 €
2.3	2.3/017	Muralhas de Santarém	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	28/08/2001	363 578.67 €	363 578.67 €	272 684.00 €
2.3	2.3/018	Rota dos Cântaros e Cantos	Camara Municipal de Abrantes	12/03/2002	71 827.00 €	71 827.00 €	43 096.20 €
2.3	2.3/019	Estudo de Viabilidade da Universidade do Vinho - Alpiarça	InovarTejo - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	11/09/2001	120 659.21 €	120 659.21 €	72 395.53 €
2.3	2.3/021	Parque do Almoural - Miradouro do Almoural	CM Charnusca	20/07/2001	940 653.03 €	940 653.03 €	564 389.82 €
2.3	2.3/022	Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro "O Rio da minha Terra" e Reedição do Livro dos Avieiros	Associação Projecto Palhoa Viva	08/11/2001	24 441.10 €	24 441.10 €	14 664.66 €
2.3	2.3/023	Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO I Projecto de Execução	CM Salvaterra de Magos	20/07/2001	233 437.42 €	233 437.42 €	140 062.45 €
2.3	2.3/024	Projecto de Arquitectura do Museu do Almoural	Nersant	20/07/2001	71 826.90 €	71 826.90 €	43 096.14 €
2.3	2.3/025	AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acessos no Rossio ao Sul do Tejo	Camara Municipal de Abrantes	20/07/2001	942 872.68 €	942 872.68 €	565 723.60 €
2.3	2.3/026	Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	08/11/2001	1 264 497.56 €	1 264 497.56 €	632 248.78 €
2.3	2.3/028	Aquisição de Equipamentos p/ Recreio e Desportos Náuticos, Equip. Informático, Equip. Transmissões	Sociedade Parque Almoural-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	03/12/2001	113 676.04 €	113 676.04 €	56 838.02 €
2.3	2.3/029	Proj. Exec. do Ancoradouro de Tancos; Est. Geotéc.; Lev. Topográf., Proj. Espec. do Museu Almoural	Nersant	28/08/2001	132 181.44 €	132 181.44 €	79 308.87 €
2.3	2.3/031	Aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, vest., de insulávets, BTT, Montanhismo, Tiro	Sociedade Parque Almoural-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	08/02/2002	304 607.08 €	304 607.08 €	152 303.54 €
2.3	2.3/032	Parque Almoural-Proj. Aquisição de Equipamentos p/ Desportos Náuticos, Turismo Activo e Aventura	Sociedade Parque Almoural-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	12/10/2001	234 369.17 €	234 369.17 €	117 184.59 €
2.3	2.3/033	Parque Almoural - Aquis. de Materiais e Equipam. p/ apoio às Actividades Turismo Activo e Aventura	Sociedade Parque Almoural-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	03/12/2001	214 787.36 €	214 787.36 €	107 391.19 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
2.3	2.3/034	Museu Ferroviário - Edifício 24	Camara Municipal do Entrocamento	12/10/2001	447 581.33 €	447 581.33 €	269 548.80 €
2.3	2.3/035	Requalificação do Centro Cívico de Almeirim	CM Almeirim	18/02/2002	1 492 368.38 €	1 492 368.38 €	746 181.70 €
2.3	2.3/036	Parque Ribeirinho de Samora Correia- Arranjo Urbanístico	CM Benavente	08/11/2001	892 514.04 €	892 514.04 €	446 257.02 €
2.3	2.3/037	Primeira fase de requalificação da margem do rio Tejo em Santarém - Projecto Al-marém	CM Santarém	04/07/2002	1 999 182.64 €	1 999 182.64 €	999 591.32 €
2.3	2.3/038	Complexo EQUUSPOLIS	CM Golegã	08/11/2001	1 745 014.52 €	1 745 014.52 €	872 507.25 €
2.3	2.3/039	Parque Almourol-Mapas, Percursos TT/MTT/pedestres, Provas Combinadas/Provas Tipo Challenger Trophy	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	09/01/2002	110 982.53 €	110 982.53 €	55 491.27 €
2.3	2.3/040	Acessos ao Castelo do Almourol	Camara Municipal de Vila Nova da Barrquinha	22/02/2002	583 591.89 €	583 591.89 €	291 795.95 €
2.3	2.3/041	Parque do Almourol - Requalificação do Arranjado - 2ª fase	CM Chamusca	09/01/2002	976 272.18 €	976 272.18 €	488 136.09 €
2.3	2.3/044	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira de Castelo de Bode	Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras)	25/06/2002	52 373.78 €	52 373.78 €	31 424.27 €
2.3	2.3/045	Aquópolis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Concepção/ Construção de Infraestruturas	Camara Municipal de Abrantes	18/11/2002	5 149 457.08 €	5 149 457.08 €	2 574 728.54 €
2.3	2.3/046	Valorização Ambiental da Albufeira dos Patudos - 2ª Fase	CM Alpiarça	05/06/2002	1 883 543.17 €	1 883 543.17 €	941 771.59 €
2.3	2.3/047	Requalificação Amb. e Infraestr. da Zona de Localização das Activ. Económicas de Almeirim-1ª fase	CM Almeirim	12/03/2002	1 140 053.00 €	1 140 053.00 €	570 026.50 €
2.3	2.3/048	Parque Ribeirinho de Benavente - Arranjo Urbanístico	CM Benavente	08/02/2002	1 774 786.46 €	1 774 786.46 €	887 393.23 €
2.3	2.3/050	Valorização Ambiental e Paisagística	CM Salvaterra de Magos	12/03/2002	2 295 183.53 €	2 295 183.53 €	1 147 591.77 €
2.3	2.3/051	Requalificação Urbana e Ambiental de Constância	CM Constância	23/06/2002	2 316 424.76 €	2 316 424.76 €	1 158 212.38 €
2.3	2.3/052	Projecto de Concepção do Parque Aventura Integrado no Parque Almourol	Nersant	18/11/2002	18 300.00 €	18 300.00 €	10 980.00 €
2.3	2.3/053	Centro Regional de Artesanato - Remodelação das Instalações Existentes - 1ª Fase	Associação de Artesanato da Região de Santarém	25/06/2002	95 777.94 €	95 777.94 €	57 466.76 €
2.3	2.3/054	Muralhas de Santarém - 2ª Fase	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	05/08/2002	2 171 120.79 €	2 171 120.79 €	1 085 560.40 €
2.3	2.3/055	Projecto de Concepção e Construção do Centro de Formação Out-Door do Parque Almourol	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	05/08/2002	1 182 552.64 €	1 182 552.64 €	591 276.32 €
2.3	2.3/065	Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Santarém	CM Santarém	16/12/2002	2 337 839.56 €	2 337 839.56 €	1 168 919.78 €
3.7	3.7/001	Contrato-programa	IEFP	18/219 797.00 €	18 219 797.00 €	10 973 878.00 €	66 345.11 €
3.8	3.8/001	Construção da Escola Pré-Primária de Pereira de Palhazana	CM Alenquer	09/05/2001	88 461.81 €	88 461.81 €	66 345.11 €
3.8	3.8/002	Construção da Escola Pré-Primária de Santana da Carnota	CM Alenquer	09/05/2001	88 461.81 €	88 461.81 €	66 345.11 €
3.8	3.8/003	Pré - Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 3 da Damaia	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	126 749.53 €	126 749.53 €	95 060.90 €
3.8	3.8/004	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 1 da Buraca	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	170 015.26 €	170 015.26 €	127 512.69 €
3.8	3.8/005	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 3 da Reboleira	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	170 015.27 €	170 015.27 €	127 512.69 €
3.8	3.8/006	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica 1.º Ciclo n.º 9 da Mina	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	170 015.25 €	170 015.25 €	127 512.69 €
3.8	3.8/007	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica n.º 1 da Mina (Cerrada da Bica)	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	170 015.26 €	170 015.26 €	127 512.69 €
3.8	3.8/008	Jardim de Infância da Boba	Camara Municipal da Amadora	09/05/2001	274 413.66 €	274 413.66 €	205 809.00 €
3.8	3.8/009	Jardim de Infância de Golegã	CM Golegã	09/05/2001	126 744.54 €	126 744.54 €	95 058.41 €
3.8	3.8/010	Construção do Jardim de Infância do Milharado	Camara Municipal de Mafra	09/05/2001	126 744.55 €	126 744.55 €	95 060.90 €
3.8	3.8/011	Ampliação do Jardim de Infância do Barril / Encarnação	Camara Municipal de Mafra	09/05/2001	126 744.54 €	126 744.54 €	95 058.41 €
3.8	3.8/012	Jardim de Infância da Quinta da Piedade - Povoia de Stª Iria	CM V.F. Xira	09/05/2001	217 101.78 €	217 101.78 €	162 827.59 €
3.8	3.8/015	Jardim de Infância do Castelo de Sesimbra	Centro Paroquial do Bem Estar Social do Castelo	09/05/2001	41 337.37 €	19 665.11 €	19 665.11 €
3.8	3.8/016	"Roda Viva" - Centro Educacional e Comunitário - Associação de Solidariedade SUBUD - Pré-Escolar	Associação de Solidariedade Sbud	20/06/2001	68 634.59 €	34 317.29 €	34 317.29 €
3.8	3.8/021	Jardim de Infância de Malhou	Camara Municipal de Alcanena	20/06/2001	88 461.81 €	88 461.81 €	66 346.36 €
3.8	3.8/027	Ampliação, remodelação e apetrechamento de estab. de Educação Pré-Escolar de Sarilhos Pequenos	CM da Moita	20/06/2001	44 298.24 €	44 298.24 €	33 224.93 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.8	3.8/0028	Jardim de Infância Norte do Entroncamento	Camara Municipal do Entroncamento	02/07/2001	35 185.20 €	35 185.20 €	76 388.90 €
3.8	3.8/0029	Jardim de Infância do Casal das Chocas	CM Oeiras	02/07/2001	166 274.28 €	166 274.28 €	124 705.71 €
3.8	3.8/0030	Jardim de Infância da Outeira / Portela	CM Oeiras	02/07/2001	123 003.56 €	123 003.56 €	92 252.67 €
3.8	3.8/0031	Jardim de Infância de Camaxide	CM Oeiras	02/07/2001	219 620.71 €	219 620.71 €	164 718.03 €
3.8	3.8/0032	Jardim de Infância da Desêja (Vale do Calvo)	Câmara Municipal de Tomar	02/07/2001	82 890.23 €	82 890.23 €	62 165.18 €
3.8	3.8/0033	Jardim de Infância da Serra	Câmara Municipal de Tomar	02/07/2001	126 744.54 €	126 744.54 €	95 060.90 €
3.8	3.8/0034	Jardim de Infância de Valdonas	Câmara Municipal de Tomar	02/07/2001	88 461.81 €	88 461.81 €	66 345.11 €
3.8	3.8/0035	Jardim de Infância dos Cotovios - São João dos Montes	CM V.F.Xira	02/07/2001	123 602.12 €	123 602.12 €	92 701.59 €
3.8	3.8/0036	Jardim Infantil - Fundação Cardenal Cerejeira	Fundação Cardenal Cerejeira	24/09/2001	54 074.80 €	26 406.36 €	26 406.36 €
3.8	3.8/0037	Jardim de Infância da Aliana	Camara Municipal de Sesimbra	31/07/2002	88 461.81 €	88 461.81 €	66 346.36 €
3.8	3.8/0038	Jardim de Infância n.º3 da Quinta do Conde	Camara Municipal de Sesimbra	31/07/2002	225 506.53 €	225 506.53 €	169 129.90 €
3.8	3.8/0039	Jardim de Infância do Bairro Padre Cruz (n.º 2 de Carmide)	Camara Municipal de Lisboa	20/08/2002	325 615.27 €	325 615.27 €	244 211.45 €
3.8	3.8/0040	Jardim de Infância n.º2 de Santa Maria dos Olivais	Camara Municipal de Lisboa	20/08/2002	225 506.53 €	225 506.53 €	169 129.90 €
3.8	3.8/0041	Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Maifra	Santa Casa da Misericórdia de Maifra	31/07/2002	112 753.26 €	112 753.26 €	81 753.26 €
3.8	3.8/0042	Jardim de Infância da Zona Norte de Almeirim	CM Almeirim	31/07/2002	216 528.17 €	216 528.17 €	162 396.13 €
3.8	3.8/0043	Jardim de Infância n.º3 Sta. Iria de Azóia	CM Loures	31/07/2002	88 461.81 €	88 461.81 €	66 346.36 €
3.8	3.8/0044	Jardim de Infância de Fanhões	CM Loures	31/07/2002	126 744.55 €	126 744.55 €	95 058.41 €
3.8	3.8/0045	Jardim de Infância de Burinhosa-Pataias	Camara Municipal de Alcobaça	31/07/2002	88 462.00 €	88 462.00 €	66 346.50 €
3.8	3.8/0046	Jardim de Infância de Casal dos Ramos-Cela	Camara Municipal de Alcobaça	31/07/2002	58 060.00 €	58 060.00 €	43 545.00 €
3.10	3.10/0001	Projecto de Distribuição de Gás Natural	LusitaniGás, SA	19/02/2001	7 699 983.04 €	7 699 983.04 €	3 079 992.22 €
3.10	3.10/0002	Rede de Distribuição Primária 8.ª fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	08/03/2001	2 141 214.67 €	2 141 214.67 €	856 485.87 €
3.10	3.10/0003	Rede de Distribuição Primária 7.ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	08/03/2001	870 901.13 €	870 901.13 €	348 360.45 €
3.10	3.10/0004	Rede de Distribuição Secundária - 7.ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	08/05/2001	4 851 048.97 €	4 851 048.97 €	1 940 418.59 €
3.10	3.10/0005	Expansão de Redes da Unidade Comercial de Loures, Torres Vedras, Sobral M. Agraco, Odiveiras e Cadaval	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	15/05/2001	7 962 156.22 €	7 962 156.22 €	3 184 859.49 €
3.10	3.10/0006	Rede de Distribuição Secundária - 8.ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	15/05/2001	4 969 653.14 €	4 969 653.14 €	1 987 861.26 €
3.10	3.10/0007	Urbanizações 5.ª Fase	Distribuição de Gás, S.A.	15/05/2001	1 518 719.89 €	1 518 719.89 €	607 485.96 €
3.10	3.10/0008	Expansão das Redes da Unidade Comercial de Sintra - Maifra - 1.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	28/06/2001	9 453 422.25 €	9 453 422.25 €	3 781 366.90 €
3.10	3.10/0009	Rede de Distribuição Secundária 9.ª Fase /01	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	28/06/2001	4 413 073.00 €	4 413 073.00 €	1 765 229.20 €
3.10	3.10/0010	Mudança de Gás de Cidade para Gás Natural na Rede de Lisboa	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	15/11/2002	10 867 571.91 €	10 867 571.91 €	4 347 028.76 €
3.10	3.10/0011	Rede de Distribuição - 9.ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	27/07/2001	1 072 418.00 €	1 072 418.00 €	428 967.20 €
3.10	3.10/0012	Expansão das Redes da Unidade Comercial de V. Franca de Xira - Alenquer - Arruda - Azambuja - 1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	22/08/2001	6 775 131.93 €	6 775 131.93 €	2 710 052.77 €
3.10	3.10/0013	Renovação e Expansão da Rede de Lisboa - 17ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	06/08/2001	23 413 727.91 €	23 413 727.91 €	9 365 491.16 €
3.10	3.10/0014	Expansão de Redes da Unidade Comercial Oeiras - Cascais - 1.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	06/08/2001	11 373 483.00 €	11 373 483.00 €	4 549 393.20 €
3.10	3.10/0015	Pausada da Juventude Catalazete - Remodelação	Moviforem, CIPRL	22/08/2001	108 688.06 €	108 688.06 €	81 513.55 €
3.10	3.10/0016	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural de Lisboa - 9.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	19/09/2001	4 242 481.00 €	4 242 481.00 €	1 696 992.40 €
3.10	3.10/0017	Pousada da Juventude da Areia Branca	Moviforem, CIPRL	19/09/2001	1 271 934.64 €	1 271 934.64 €	953 950.98 €
3.10	3.10/0019	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - ADP - Adubos de Portugal	Transgás, SA	21/12/2001	74 820.00 €	74 820.00 €	28 057.50 €
3.10	3.10/0020	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - CENTRALCER - Cem. Cerv., S.a	Transgás, SA	21/12/2001	573 618.00 €	573 618.00 €	215 106.75 €
3.10	3.10/0021	Rede de Distribuição de Gás Natural de Lisboa - 10ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	5 489 299.00 €	5 489 299.00 €	2 195 719.60 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.10	3.10/022	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Martelha - Cerâmica.	Transgás, SA	21/12/2001	124 699.00 €	124 699.00 €	46 762.13 €
3.10	3.10/023	Conversão Área Almada I - Núcleo 2	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	21/12/2001	88 904.00 €	88 904.00 €	33 339.00 €
3.10	3.10/024	Conversão área Setúbal I - Núcleo 2	Distribuição de Gás, S.A.	21/12/2001	91 825.00 €	91 825.00 €	34 434.38 €
3.10	3.10/025	Conversão Área Barreiro I - Núcleo 2	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	21/12/2001	29 167.00 €	29 167.00 €	10 937.63 €
3.10	3.10/026	Conversão Área Setúbal I - Núcleo 2	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	21/12/2001	226 119.00 €	226 119.00 €	84 794.63 €
3.10	3.10/027	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas de Gás do Hospital Distrital de Torres Vedras	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	104 324.00 €	104 324.00 €	39 121.50 €
3.10	3.10/028	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Cerâmica Torrensense - Fábrica 4	Transgás, SA	21/12/2001	59 856.00 €	59 856.00 €	22 446.00 €
3.10	3.10/029	Sistemas de Gestão e Informação das Infra-Estruturas de Gás	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	2 098 153.00 €	2 098 153.00 €	839 261.00 €
3.10	3.10/030	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural na Empresa Abrigada-C.N.Refractários, S.A.	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	66 001.00 €	66 001.00 €	24 750.38 €
3.10	3.10/031	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa Proxim	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	44 767.00 €	44 767.00 €	16 787.63 €
3.10	3.10/032	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - COPAM - C' Port. Amidos	Transgás, SA	21/12/2001	142 157.00 €	142 157.00 €	53 308.88 €
3.10	3.10/033	Recuperação de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa Fábrica Raccões Acril	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	21/12/2001	27 783.00 €	27 783.00 €	10 418.63 €
3.10	3.10/034	Rede de Distribuição Secundária - 10ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	21/12/2001	4 934 523.00 €	4 934 523.00 €	1 973 809.00 €
3.10	3.10/035	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Sotancro - Emb. Vidro 2ª Fase	Transgás, SA	08/01/2002	49 880.00 €	49 880.00 €	18 705.00 €
3.10	3.10/036	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - FAPAJAL - Fábrica de Papel	Transgás, SA	08/01/2002	65 229.40 €	65 229.40 €	24 461.03 €
3.10	3.10/037	Rec conversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - RENOVA	Transgás, SA	08/01/2002	367 115.00 €	367 115.00 €	137 668.13 €
3.10	3.10/038	Conversão da Área Barreiro II - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/03/2002	1 284 429.00 €	1 284 429.00 €	481 660.88 €
3.10	3.10/039	Conversão Área Mota I - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	25/02/2002	2 451 994.00 €	2 451 994.00 €	919 497.75 €
3.10	3.10/040	Conversão Industrial 2000	Distribuição de Gás, S.A.	25/02/2002	659 627.93 €	659 627.93 €	247 360.47 €
3.10	3.10/041	Conversão Área Montijo I - Núcleo 1	Distribuição de Gás, S.A.	25/02/2002	3 128 400.00 €	3 128 400.00 €	1 173 150.00 €
3.10	3.10/042	Conversão Área de Setúbal I - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	25/02/2002	4 100 523.00 €	4 100 523.00 €	1 537 696.13 €
3.10	3.10/043	Conversão da Área Setúbal II B - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	25/02/2002	3 900 600.00 €	3 900 600.00 €	1 462 725.00 €
3.10	3.10/044	Conversão do Gasodoméstico - 4ª Fase	Distribuição de Gás, S.A.	20/03/2002	94 793.30 €	94 793.30 €	35 547.49 €
3.10	3.10/045	Conversão Terciários III - Núcleo 2	Distribuição de Gás, S.A.	20/03/2002	328 735.54 €	328 735.54 €	123 275.83 €
3.10	3.10/046	Conversão Terciários IV - Núcleo 2	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	34 950.00 €	34 950.00 €	13 106.25 €
3.10	3.10/047	Conversão Industrial 2001	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	1 169 236.54 €	1 169 236.54 €	438 463.70 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Invest. Elegível		Aprovações		Fundo
							Despesa Pública		
3.10	3.10/048	Conversão Área Malta III - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	1 575 000.00 €	1 575 000.00 €	1 575 000.00 €	590 625.00 €	
3.10	3.10/049	Conversão Área Almada I - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	2 792 112.00 €	2 792 112.00 €	2 792 112.00 €	1 047 042.00 €	
3.10	3.10/050	Conversão Área Seixal II A - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	3 590 100.00 €	3 590 100.00 €	3 590 100.00 €	1 346 287.50 €	
3.10	3.10/051	Conversão Área Seixal II C - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	3 622 500.00 €	3 622 500.00 €	3 622 500.00 €	1 358 437.50 €	
3.10	3.10/052	Conversão da Área Barreiro I - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	3 922 062.00 €	3 922 062.00 €	3 922 062.00 €	1 470 773.25 €	
3.10	3.10/053	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa Lavandaria - Belas	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	20/06/2002	46 790.00 €	46 790.00 €	46 790.00 €	17 546.25 €	
3.10	3.10/054	Conversão do Consumo de Energia para Gás Natural no Sector Doméstico	LusitaniaGás, SA	20/06/2002	1 995 191.59 €	1 995 191.59 €	1 995 191.59 €	748 196.85 €	
3.10	3.10/055	Projecto Integrado de Valorização da RNPJ	Movijovem, CIPRL	27/06/2002	820 197.00 €	820 197.00 €	820 197.00 €	615 148.00 €	
3.10	3.10/056	Urbanizações - 6ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	2 118 133.20 €	2 118 133.20 €	2 118 133.20 €	847 253.20 €	
3.10	3.10/057	Conversão Terciários V - Núcleo 2	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	20/06/2002	170 366.02 €	170 366.02 €	170 366.02 €	63 887.26 €	
3.10	3.10/058	Conversão de Consumos para Gás Natural no Edifício de Serviços e Instalações Industriais	LusitaniaGás, SA	20/06/2002	202 500.00 €	202 500.00 €	202 500.00 €	75 937.50 €	
3.10	3.10/059	Conversão de Consumos para Gás Natural no Sector Terciário	LusitaniaGás, SA	20/06/2002	159 615.33 €	159 615.33 €	159 615.33 €	59 855.75 €	
3.10	3.10/060	Operação Mudança de Gás - 2ª Fase - Reconversão	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	20/06/2002	47 501 302.00 €	47 501 302.00 €	47 501 302.00 €	17 812 988.25 €	
3.10	3.10/061	Operação Mudança de Gás - 3ª Fase - Reconversão	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	06/06/2002	27 215 944.00 €	27 215 944.00 €	27 215 944.00 €	10 205 979.00 €	
3.10	3.10/062	Projecto Lisboa Natural - Ramais	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	06/06/2002	1 496 393.69 €	1 496 393.69 €	1 496 393.69 €	598 557.48 €	
3.10	3.10/063	Conversão de Consumo de Energia Gás Natural no Sector Doméstico	LusitaniaGás, SA	08/07/2002	1 918 800.00 €	1 918 800.00 €	1 918 800.00 €	719 550.00 €	
3.10	3.10/064	Conversão Terciários I - Núcleo 2 (Molka ;Montijo I)	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	08/07/2002	39 052.86 €	39 052.86 €	39 052.86 €	14 644.82 €	
3.10	3.10/065	Conversão Área Palmela I - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	08/07/2002	960 300.00 €	960 300.00 €	960 300.00 €	360 112.50 €	
3.10	3.10/066	Pousada da Juventude de Sintra	Distribuição de Gás, S.A.	07/08/2002	43 186.00 €	43 186.00 €	43 186.00 €	32 389.50 €	
3.10	3.10/067	Pousada da Juventude de Lisboa	Movijovem, CIPRL	07/08/2002	84 621.00 €	84 621.00 €	84 621.00 €	63 465.75 €	
3.10	3.10/068	Pousadas da Juventude de S. Martinho do Porto - Projecto	Movijovem, CIPRL	14/08/2002	83 070.00 €	83 070.00 €	83 070.00 €	62 302.50 €	
3.10	3.10/069	Conversão Gasodoméstico - III Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	23/08/2002	33 609.90 €	33 609.90 €	33 609.90 €	12 603.71 €	
3.10	3.10/070	Conversão Área Setúbal III - Núcleo 1	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	09/10/2002	1 423 800.00 €	1 423 800.00 €	1 423 800.00 €	533 925.00 €	
3.10	3.10/071	Rede de Distribuição Secundária - 1ª Fase	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	09/10/2002	4 965 608.53 €	4 965 608.53 €	4 965 608.53 €	1 986 243.41 €	
3.10	3.10/072	Reconversão do Segmento Doméstico - Unidade Comercial da Amadora - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	09/10/2002	1 080 000.00 €	1 080 000.00 €	1 080 000.00 €	432 000.00 €	
3.10	3.10/073	Reconversão do Segmento Doméstico - Unidade Comercial de Sintra-Mafra - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	15/11/2002	450 000.00 €	450 000.00 €	450 000.00 €	168 750.00 €	
3.10	3.10/074	Conversão Terciários VII - Núcleo 2	Natural de Lisboa, S. A.	15/11/2002	63 000.00 €	63 000.00 €	63 000.00 €	23 625.00 €	
3.11	3.11/001	Centro Ciência Viva da Amadora	SETGAS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	04/01/2002	644 945.68 €	644 945.68 €	644 945.68 €	322 472.84 €	
			Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica						

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Eléctric.	Despesa Pública	
						Fundo	
3.11	3.11/002	Planeário Caluuste Gulbenkian - Ciência Viva de Lisboa	Estado Maior da Armada	25/03/2002	3 475 000.00 €	3 475 000.00 €	1 737 500.00 €
3.11	3.11/003	Centro Ciência Viva do Alviela	Câmara Municipal de Alcanena	31/12/2002	1 080 000.00 €	1 080 000.00 €	540 000.00 €
3.12	3.12/001	Programa de Informatização dos Tribunais/Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça	21/01/2001	1 387 810.38 €	1 387 810.38 €	1 040 857.78 €
3.12	3.12/002	Programa de Informação dos Registos e do Notariado / Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça	14/08/2001	3 910 081.70 €	3 910 081.70 €	2 932 562.53 €
3.12	3.12/003	Expansão da Instalação de Lojas de Cidadão pelas Capitais de Distrito Portuguesas	IGL.C. - Inst. p/ Gestão Lojas C	20/12/2001	930 258.00 €	930 258.00 €	697 694.00 €
3.12	3.12/004	Modernizar a CCRLVT	CCRILT	20/12/2001	198 400.00 €	198 400.00 €	148 800.00 €
3.12	3.12/005	Rede Estruturada da DRAOT-LVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	11/03/2002	299 278.73 €	299 278.73 €	224 459.05 €
3.14	3.14/001	Ampliação da Doca de Pesca do Porto de Setúbal	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	14/09/2001	7 357 268.98 €	7 357 268.98 €	4 414 361.39 €
3.14	3.14/002	Novas Instalações de Pesca na Baía de Cascais - Infraestruturas Marítimas	Câmara Municipal de Cascais	15/12/2001	1 552 735.98 €	1 552 735.98 €	931 641.58 €
3.16	3.16/001	Construção da Piscina Municipal e Tanque de Aprendizagem	Câmara Municipal de Peniche	30/03/2001	1 707 180.69 €	1 707 180.69 €	975 773.39 €
3.16	3.16/002	Complexo das Piscinas Municipais	CM S.M. Arraço	30/03/2001	1 296 874.53 €	1 296 874.53 €	757 549.31 €
3.16	3.16/003	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DE ABRANTES	Câmara Municipal de Abrantes	22/08/2001	1 058 299.50 €	1 058 299.50 €	661 437.19 €
3.16	3.16/004	CONSTRUÇÃO DE NAVE DESPORTIVA-AMPLIARÇA	CM Alpiarça	22/08/2001	620 454.70 €	620 454.70 €	387 784.19 €
3.16	3.16/005	ARRANJOS DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE ALCANENA	Câmara Municipal de Alcanena	22/08/2001	304 516.12 €	304 516.12 €	190 322.57 €
3.16	3.16/006	CONCEÇÃO, PROJECTO E CONSTRUÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS, NA BENEITA	Câmara Municipal de Alcobaca	22/08/2001	1 306 715.97 €	1 306 715.97 €	816 697.48 €
3.16	3.16/007	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO Nº2 DO COMPLEXO DESPORTIVO DO JAMOR	COMPLEXO DE APOIO AS ACTIVIDADES DESPORTIVAS	22/08/2001	435 605.19 €	435 605.19 €	326 703.89 €
3.16	3.16/008	Construção da Pista de Atletismo de Setúbal	Câmara Municipal de Setúbal	22/08/2001	1 332 608.41 €	1 332 608.41 €	748 259.62 €
3.16	3.16/009	ARRELVAMENTO SINTÉCTICO DO CAMPO DE FUTEBOL E DE JOGOS DA JUVENTUDE DE CASTANHEIRA	Juventude da Castanheira	22/08/2001	495 854.99 €	495 854.99 €	291 810.66 €
3.16	3.16/010	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase - Campo Nº2-Balneário do Campo Nº2-Illuminação do Campo Nº2	Câmara Municipal do Cartaxo	18/09/2001	380 667.59 €	380 667.59 €	237 917.24 €
3.16	3.16/011	Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol Nº2	Câmara Municipal de Abrantes	19/09/2001	674 791.78 €	674 791.78 €	421 744.86 €
3.16	3.16/012	Construção da Pista de Atletismo do Estádio Municipal da Nazaré	Real Sport Club	27/11/2001	368 432.08 €	368 432.08 €	230 270.05 €
3.16	3.16/013	Arrelvamento Sintético. Construção de 2 Balneários e Reforço da Illuminação do Campo do Clube Desport	CM da Nazaré	15/03/2002	451 322.31 €	451 322.31 €	282 076.44 €
3.16	3.16/014	Piscinas Municipais Desportivas de Conche	Clube Desportivo Amiensense	30/10/2002	469 883.07 €	469 883.07 €	293 676.92 €
3.16	3.16/015	Requalificação do Complexo Desportivo do União Mucifalense	Câmara Municipal de Conche	17/10/2002	2 460 239.00 €	2 460 239.00 €	1 343 782.54 €
3.17	3.17/001	EN243 - Beneficiação entre Chamusca (Aprox.) - Foros de Arrão	União Mucifalense	17/10/2002	494 140.27 €	494 140.27 €	308 837.67 €
3.17	3.17/002	EN361 BENEFICIAÇÃO ENTRE RIO MAIOR-FRAGUAS (PROX.)	Inst. das Estradas de Portugal	22/11/2000	2 011 237.91 €	2 011 237.91 €	1 106 179.11 €
3.17	3.17/004	EN 9: Beneficiação Mercens-Alequer	Inst. das Estradas de Portugal	22/11/2000	976 212.33 €	976 212.33 €	536 916.03 €
3.17	3.17/005	EN 10: BENEFICIAÇÃO ENTRE VILA FRANCA DE XIRA-SACAVÉM	Inst. das Estradas de Portugal	16/01/2001	1 562 534.29 €	1 562 534.29 €	859 393.86 €
3.17	3.17/006	Nó da Ramada-Ligação à Rotunda do Casal do Monte-Nó de ligação da EN 250-2 com a EN	Inst. das Estradas de Portugal	16/01/2001	2 770 064.14 €	2 770 064.14 €	1 523 533.28 €
3.17	3.17/007	EN 361-1.VIA DE LIGAÇÃO ENTRE A EN 115 (VILAR) E O IC 1	Inst. das Estradas de Portugal	16/01/2001	2 204 821.38 €	2 204 821.38 €	1 212 652.51 €
3.17	3.17/008	TERMINAL FLUVIAL DO MONTIJO-CAIS DO SEIXALINHO	Inst. das Estradas de Portugal	14/05/2001	2 321 535.10 €	2 321 535.10 €	1 276 842.81 €
3.17	3.17/009	IC19: Nós da Amadora e Damala e Alargamento entre nós de Alfragide e do hospital	Inst. das Estradas de Portugal	07/08/2001	3 316 716.71 €	3 316 716.71 €	1 824 193.69 €
3.17	3.17/010	Adaptação ao trânsito rodoviário da Ponte D. Amélia	TRANSTEJO-TRANSPORTES TEJO, SA	07/08/2001	5 985 574.76 €	5 985 574.76 €	3 591 344.86 €
3.17	3.17/011	EN 247 - Nova Ponte sobre o Rio Lizandro	Inst. das Estradas de Portugal	06/08/2001	8 902 175.76 €	8 902 175.76 €	4 896 195.17 €
3.17	3.17/012	IC19 - Alargamento entre os Nós de Queluz e do Hospital	Inst. das Estradas de Portugal	06/08/2001	3 470 341.48 €	3 470 341.48 €	1 908 690.06 €
3.17	3.17/013	Fornecimento de sete Navios Catamaran, com opção de mais dois	Inst. das Estradas de Portugal	03/10/2001	703 748.96 €	703 748.96 €	387 062.18 €
3.17	3.17/014		SOFLUSA-SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, S.A.	22/11/2001	2 245 598.11 €	2 245 598.11 €	1 235 078.46 €
					48 980 000.00 €	48 980 000.00 €	24 490 000.00 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.17	3.17/015	Reparação da EN 361 (Alcanede/Alcanema) e EN 362 (L. Distrito de Leiria/Alcanede)	Inst. das Estradas de Portugal	03/01/2002	606 853.00 €	606 853.00 €	333 789.00 €
3.17	3.17/016	Reparação do pavimento de diversos troços das EENN149 e 349-3	Inst. das Estradas de Portugal	03/01/2002	645 441.38 €	645 441.38 €	354 992.76 €
3.17	3.17/017	Reparação do Pavimento em diversos troços nas EENN3 e 351	Inst. das Estradas de Portugal	03/01/2002	402 353.00 €	402 353.00 €	221 294.00 €
3.17	3.17/018	Reparação do Pavimento de Diversos Troços das EENN110 e 358-1	Inst. das Estradas de Portugal	03/01/2002	614 522.31 €	614 522.31 €	337 987.27 €
3.17	3.17/019	Reparação do pavimento de diversos troços das EENN2, 118 e 244-3	Inst. das Estradas de Portugal	03/01/2002	758 619.08 €	758 619.08 €	417 240.49 €
3.17	3.17/020	Beneficiação e Requalificação da EN 358-1 "Praia do Ribatejo"	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	18/02/2002	872 896.00 €	872 896.00 €	174 579.20 €
3.17	3.17/021	EN3: Ponte de Pernes sobre o Rio Alviela	Inst. das Estradas de Portugal	15/03/2002	1 105 820.00 €	1 105 820.00 €	608 200.00 €
3.17	3.17/022	EN1: Variante em Alenquer	Inst. das Estradas de Portugal	12/04/2002	6 524 726.00 €	6 524 726.00 €	3 588 599.00 €
3.17	3.17/023	EN366: Beneficiação entre Aveiras de Cima (Km72-000) e o Entroncamento com a EN (Km79-500)	Inst. das Estradas de Portugal	12/04/2002	1 359 282.00 €	1 359 282.00 €	747 605.00 €
3.17	3.17/024	Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos Concelhos da Associação do Médio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	23/07/2002	127 290.15 €	127 290.15 €	63 645.08 €
3.17	3.17/025	Estudos do Metro Ligeiro de Superfície - Alcões / Louras	Metropolitano de Lisboa, EP	11/10/2002	1 056 314.75 €	1 056 314.75 €	528 157.38 €
3.17	3.17/026	EN 114 - Beneficiação entre Peniche (Km 5-600)/Serra de El Rei (Km 14-000) e entre Amoreira...	Inst. das Estradas de Portugal	11/10/2002	2 070 900.00 €	2 070 900.00 €	1 035 450.00 €
3.18	3.18/001	ACTUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DAS ACTUAIS REDES DE MEDIDA DA QUALIDADE DO AR DA REGIÃO DE LVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	74 819.68 €
3.18	3.18/002	Aquisição de Sondas para efectuar medições de níveis e de qualidade em águas subterrâneas	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	74 819.68 €
3.18	3.18/003	Implementação do SIG da DRAOT/LVT p/informação, sensibilização e apoio a decisão	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	74 819.68 €
3.18	3.18/004	Centro de Sensibilização e Educação Ambiental para o Litoral	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	249 398.97 €	249 398.97 €	187 049.21 €
3.18	3.18/005	Aquisição de quatro unidades laboratoriais móveis	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	74 819.68 €
3.18	3.18/006	AQUISIÇÃO DE AUTOANALISADOR MULTIPARAMETRICO	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	29/01/2001	99 759.58 €	99 759.58 €	74 819.68 €
3.18	3.18/007	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO LABORATORIAL PARA AUMENTO DOS PARAMETROS DE ANÁLISE	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	22/12/2000	99 759.57 €	99 759.57 €	74 819.68 €
3.18	3.18/008	INTERVENÇÃO POLIS NO CACÉM-SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL-1ªFASE	Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S.A.	29/08/2001	1 404 230.00 €	1 404 230.00 €	1 053 172.00 €
3.18	3.18/009	Recuperação Ambiental e Encerramento de Lixeiras - Margem Esquerda do Tejo	RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	30/07/2001	2 819 067.23 €	2 819 067.23 €	2 114 300.42 €
3.18	3.18/010	Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Encerramento das Lixeiras da Boba, Careque, Montemor	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa	30/07/2001	9 477 160.04 €	9 477 160.04 €	7 107 870.03 €
3.18	3.18/011	Projecto de Investigação do Sistema de Fraude	MECA - Núcleo de Espeleologia da Costa Azul	16/11/2001	278 329.22 €	278 329.22 €	208 746.92 €
3.18	3.18/012	Caracterização de Resíduos Sólidos Urbanos	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	07/03/2002	39 903.83 €	39 903.83 €	29 927.87 €
3.18	3.18/013	Intervenção Polis na Costa de Caparica - Sensibilização e Comunicação Ambiental - 1ª Fase	CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S.A.	21/05/2002	3 372 848.75 €	3 372 848.75 €	2 529 636.75 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.18	3.18/014	Encerramento e Recuperação de Lixeiros do Distrito de Santarém	RESITEJO-Associação de Gestão e Tratamento dos Lixeiros do Médio Tejo	25/09/2002	1 805 056.00 €	1 805 056.00 €	1 353 792.00 €
3.18	3.18/015	Saíagem das Lixeiros de Vila Fria, Vale Mourão e Abrunheira	AMITRES (Assoc. de Munic. de Cascais, Maíra, Oeiras, e Sintra para o Tratamen. de Resíduos Sólidos)	25/09/2002	1 701 337.33 €	1 701 337.00 €	1 276 002.75 €
3.18	3.18/016	Reabilitação do Dique da Juncelra	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	25/09/2002	879 082.25 €	879 082.25 €	659 311.69 €
3.18	3.18/017	Estudo de Inventariação da Produção dos Resíduos Industriais em Portugal			555 486.81 €	555 486.81 €	416 615.11 €
3.19	3.19/001	Construção do Centro de Saúde de Ferreira do Zezere	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	2 203 574.38 €	2 203 574.38 €	1 652 677.05 €
3.19	3.19/003	Construção do Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	1 443 511.14 €	1 443 511.14 €	1 082 630.86 €
3.19	3.19/004	Centro de Saúde de S. Sebastião - Setúbal	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	2 519 692.54 €	2 519 692.54 €	1 889 770.65 €
3.19	3.19/005	Extensão de Saúde do Feijó (CS Almada)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	1 603 964.44 €	1 603 964.44 €	1 202 973.33 €
3.19	3.19/006	Extensão de Saúde da Sobreda (CS Almada)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	1 793 727.12 €	1 793 727.12 €	1 345 297.83 €
3.19	3.19/007	Centro de Saúde de Vila Franca de Xira-Ext. Castanheira do Ribatejo (Construção de Raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	1 808 730.97 €	1 808 730.97 €	1 356 550.71 €
3.19	3.19/008	Centro de Saúde de Sintra-Ext. São João das Lampas (construção de raiz).	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	816 462.33 €	816 462.33 €	612 349.24 €
3.19	3.19/009	Centro de Saúde de Alenquer-Ext.Carragado (construção de raiz).	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	923 658.98 €	923 658.98 €	692 745.48 €
3.19	3.19/010	Centro de Saúde de Sintra-U.S.F. da Várzea (construção de raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	893 072.69 €	893 072.69 €	669 805.77 €
3.19	3.19/011	Centro de Saúde de Cascais-Ext. Estoril (Construção de raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	3 314 970.92 €	3 314 970.92 €	2 486 233.18 €
3.19	3.19/012	Centro de Saúde da Expo 98 (construção de raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	3 772 448.40 €	3 772 448.40 €	2 879 336.30 €
3.19	3.19/013	CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS	ARS Lisboa e Vale do Tejo	31/08/2000	3 275 156.87 €	3 275 156.87 €	2 456 365.16 €
3.19	3.19/015	Instalações Degradadas	ARS Lisboa e Vale do Tejo	25/01/2001	731 038.20 €	731 038.20 €	548 278.65 €
3.19	3.19/018	Centro de Saúde de Palmela	ARS Lisboa e Vale do Tejo	25/01/2001	1 874 741.87 €	1 874 741.87 €	1 406 056.41 €
3.19	3.19/019	Modernização dos Centros de Saúde	ARS Lisboa e Vale do Tejo	25/01/2001	694 925.23 €	694 925.23 €	521 193.97 €
3.19	3.19/020	Extensão de Saúde de Ericeira	Câmara Municipal de Maíra	25/01/2001	1 525 623.25 €	1 525 623.25 €	1 144 217.44 €
3.19	3.19/021	Centro de Saúde de Sacavém - Ext. S. João da Talha (Construção de Raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	05/01/2001	2 368 501.91 €	2 368 501.91 €	1 776 376.43 €
3.19	3.19/027	Construção da Extensão de Saúde de Alfarede (C.S. Abrantes)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	27/08/2001	961 856.92 €	961 856.92 €	721 396.43 €
3.19	3.19/028	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE ALVIÓBEIRA (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17/08/2001	525 119.47 €	525 119.47 €	393 835.86 €
3.19	3.19/029	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE OLALHAS (C.S.TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17/08/2001	519 498.01 €	519 498.01 €	389 621.01 €
3.19	3.19/030	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DO TRAMAGAL (C.S. ABRANTES)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17/08/2001	936 338.43 €	936 338.43 €	702 253.82 €
3.19	3.19/031	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA SABACHIDRA (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17/08/2001	402 285.49 €	402 285.49 €	301 712.87 €
3.19	3.19/032	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	17/08/2001	1 523 134.24 €	1 523 134.24 €	1 142 350.68 €
3.20	3.20/003	Assistência Técnica - 2000-2001 - Eixos prioritários 1 e 2 FEDER	CCRLVT	07/03/2001	720 205.64 €	720 205.64 €	468 133.67 €
3.20	3.20/001	Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Economia	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	02/07/2001	71 768.00 €	71 768.00 €	53 826.00 €
3.20	3.20/004	Assistência Técnica 2000/2001 - Lezíria do Tejo	Assoc.Munic.Leziría do Tejo	10/04/2001	128 560.17 €	128 560.17 €	83 564.11 €
3.20	3.20/005	Assistência Técnica 2000/2001 - Oeste	Associação de Municípios do Oeste	19/07/2001	98 264.00 €	98 264.00 €	63 871.60 €
3.20	3.20/002	Assist-encia Técnica 2000/2001 - Medida 2.1 do Eixo 2 do PORLVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	10/12/2001	7 877.87 €	7 877.87 €	5 120.61 €
3.20	3.20/008	Assistência Técnica a Medida 3.16 - Desporto - 2000/2001	Instituto Nacional do Desporto	06/02/2002	209 375.41 €	209 375.41 €	157 031.55 €
3.20	3.20/006	ASSISTENCIA TÉCNICA 2000/2001 MÉDIO TEJO	Associação de Municípios do Médio Tejo	08/11/2001	59 958.72 €	59 958.72 €	38 973.17 €
3.20	3.20/007	Assistência Técnica 2000/2001 - Área Metropolitana de Lisboa	Junta Metropolitana de Lisboa	30/11/2001	181 613.48 €	181 613.48 €	118 048.76 €
3.20	3.20/010	Assistencia Técnica 2002 - Lezíria do Tejo	Assoc.Munic.Leziría do Tejo	12/03/2002	142 280.00 €	142 280.00 €	88 925.00 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
					Invest. Eléctric	Despesa Pública	
3.20	3.20/009	Assistência Técnica a Medida Economia	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	22/02/2002	92 550.00 €	92 550.00 €	69 413.00 €
3.20	3.20/011	Assistência Técnica aos eixos 1 e 2 e questões transversais do PO - FEDER	CCRLVT	12/03/2002	1 964 163.20 €	1 964 163.20 €	1 227 602.00 €
3.20	3.20/013	Assistência Técnica a Medida 3.14 - (Pescas) Infraestruturas de Portos	Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	03/05/2002	68 200.00 €	68 200.00 €	51 150.00 €
3.20	3.20/014	Assistência Técnica 2002 - Associação de Municípios do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	25/06/2002	195 500.00 €	195 500.00 €	122 188.00 €
3.20	3.20/015	Assistência Técnica 2002 - Médio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	25/06/2002	115 300.97 €	115 300.97 €	72 063.11 €
3.20	3.20/016	Área Metropolitana de Lisboa - Assistência Técnica 2002	Junta Metropolitana de Lisboa	04/07/2002	139 371.25 €	139 371.25 €	87 107.03 €
3.20	3.20/017	Assistência Técnica a Medida 3.16-Desporto-Ano 2002	Instituto Nacional do Desporto	21/11/2002	101 949.42 €	101 949.42 €	76 462.07 €
3.20	3.20/018	Assistência Técnica 2002 - Medida 2.1 do Eixo 2 do PORLVT	Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	26/12/2002	74 076.40 €	74 076.40 €	46 297.75 €



Aprovações por Projecto a 31.12.2002 (FSE)

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
					Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
1.4	1.4/001	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2000	C.M. Sintra	08/05/2001	103 117,40 €	103 117,40 €	67 026,31 €
1.4	1.4/002	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2000	CEFA	08/05/2001	183 077,20 €	183 077,20 €	119 000,18 €
1.4	1.4/004	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2001	C.M. Sintra	08/05/2001	179 041,79 €	179 041,79 €	116 377,17 €
1.4	1.4/005	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios do Médio Tejo	30/05/2001	97 833,05 €	97 833,05 €	63 591,48 €
1.4	1.4/006	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Sindicato N. Trab. Adm. Local	22/03/2001	202 077,41 €	202 077,41 €	131 350,32 €
1.4	1.4/007	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2001	C.M. Oeiras	29/06/2001	118 199,01 €	118 199,01 €	76 829,36 €
1.4	1.4/008	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2002	C.M. Oeiras	24/08/2001	141 467,32 €	141 467,32 €	91 953,76 €
1.4	1.4/009	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C.M. Amadora	08/05/2001	92 657,03 €	92 657,03 €	60 227,07 €
1.4	1.4/010	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CCRLVT	22/03/2001	39 638,66 €	39 638,66 €	25 765,13 €
1.4	1.4/011	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C.M. Loures	08/05/2001	126 449,15 €	126 449,15 €	82 191,95 €
1.4	1.4/012	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C.M. Vila Franca de Xira	30/05/2001	98 446,59 €	98 446,59 €	63 990,28 €
1.4	1.4/013	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	26/11/2002	299 178,00 €	299 178,00 €	194 465,70 €
1.4	1.4/017	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Formação P. Montijo	27/11/2001	90 906,44 €	90 906,44 €	59 089,19 €
1.4	1.4/022	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Altius-Centro Formação Profissional	08/05/2001	47 304,00 €	47 304,00 €	30 747,60 €
1.4	1.4/023	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C. M. Almada	30/05/2001	215 674,93 €	215 674,93 €	140 184,71 €
1.4	1.4/026	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios da Lezíria do Tejo	08/05/2001	220 907,23 €	220 907,23 €	143 589,70 €
1.4	1.4/033	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C. M. Setúbal	29/06/2001	228 098,04 €	228 098,04 €	148 263,73 €
1.4	1.4/037	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C.M. Lourinhã	30/05/2001	34 443,85 €	34 443,85 €	22 386,50 €
1.4	1.4/040	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios do Oeste	08/05/2001	260 790,22 €	260 790,22 €	169 513,64 €
1.4	1.4/041	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de Póvoas de St'Iria	30/05/2001	17 299,23 €	17 299,23 €	11 244,50 €
1.4	1.4/044	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de Manique do Intendente - Funcionários	29/11/2001	7 709,47 €	7 709,47 €	5 011,16 €
1.4	1.4/045	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	C. M. Cascais	30/05/2001	70 176,72 €	70 176,72 €	45 614,87 €
1.4	1.4/049	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia da Louriceira - Funcionários	29/06/2001	8 180,25 €	8 180,25 €	5 317,16 €
1.4	1.4/047	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho	29/06/2001	17 657,22 €	17 657,22 €	11 477,19 €
1.4	1.4/048	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	28/09/2001	53 525,30 €	53 525,30 €	34 791,45 €
1.4	1.4/049	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	SMAS de Almada	23/07/2001	137 658,80 €	137 658,80 €	89 478,22 €
1.4	1.4/050	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Águas de Cascais, S.A	29/11/2001	23 881,84 €	23 881,84 €	15 523,20 €
1.4	1.4/051	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento - 2001(2)	CEFA	29/11/2001	159 231,67 €	159 231,67 €	103 500,58 €
1.4	1.4/055	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Sintra	24/08/2001	38 313,15 €	38 313,15 €	24 903,54 €
1.4	1.4/056	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Lisboa	28/12/2001	229 941,61 €	229 941,61 €	149 462,04 €
1.4	1.4/057	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Setúbal	29/11/2001	67 739,88 €	67 739,88 €	44 030,92 €
1.4	1.4/060	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de St. Maria dos Olivais - Tomar	28/09/2001	8 689,37 €	8 689,37 €	5 648,09 €
1.4	1.4/062	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Almada	29/11/2001	6 616,32 €	6 616,32 €	4 300,61 €
1.4	1.4/063	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Cascais	29/11/2001	52 793,09 €	52 793,09 €	34 315,51 €
1.4	1.4/064	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Sindicato N. Trab. Adm. Local	28/01/2002	252 251,91 €	252 251,91 €	163 963,74 €
1.4	1.4/065	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios do Oeste	28/12/2001	864 004,98 €	864 004,98 €	561 603,24 €
1.4	1.4/066	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios do Oeste - Junta de Freguesia-Funcionários	28/12/2001	77 481,51 €	77 481,51 €	50 362,98 €
1.4	1.4/067	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de São Contestável	28/01/2002	24 296,80 €	24 296,80 €	15 793,92 €
1.4	1.4/068	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Ass. Municípios da Lezíria do Tejo	28/12/2001	245 782,55 €	245 782,55 €	159 758,66 €
1.4	1.4/069	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios de Médio Tejo	28/12/2001	323 166,77 €	323 166,77 €	210 058,40 €
1.4	1.4/071	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Almada	28/12/2001	163 062,88 €	163 062,88 €	105 990,87 €
1.4	1.4/072	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios de Médio Tejo	28/01/2002	145 333,88 €	145 333,88 €	94 467,02 €
1.4	1.4/073	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	NIERSANT - Associação Empresarial	16/07/2002	36 608,85 €	36 608,85 €	23 795,75 €
1.4	1.4/075	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de Alcântaras	16/07/2002	46 770,55 €	46 770,55 €	30 400,86 €
1.4	1.4/076	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA-Centro de Estudos e Formação Autárquica	19/06/2002	66 736,67 €	66 736,67 €	43 378,84 €
1.4	1.4/078	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	ISSSCOP	05/06/2002	43 073,76 €	43 073,76 €	27 997,94 €
1.4	1.4/079	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal do Setúbal	05/06/2002	8 386,62 €	8 386,62 €	5 451,30 €
1.4	1.4/082	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia de Montijo	19/06/2002	31 230,08 €	31 230,08 €	20 299,55 €
1.4	1.4/084	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA-Centro de Estudos e Formação Autárquica	16/07/2002	53 484,30 €	53 484,30 €	34 764,80 €
1.4	1.4/086	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	AdC - Águas de Cascais, AS	26/11/2002	14 499,48 €	14 499,48 €	9 424,66 €
1.4	1.4/087	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	SMAS de Almada	26/11/2002	70 732,48 €	70 732,48 €	45 976,11 €
1.4	1.4/088	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	16/12/2002	144 858,28 €	144 858,28 €	94 157,88 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
1.4/089	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Almada	26/11/2002	2 419,72 €	2 419,72 €	1 572,82 €
1.4/090	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Cascais	10/08/2002	69 917,40 €	69 917,40 €	45 446,31 €
1.4/091	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CCRLVT	16/07/2002	37 420,74 €	37 420,74 €	24 323,48 €
1.4/092	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Oeiras	26/11/2002	52 038,58 €	52 038,58 €	33 825,08 €
1.4/094	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Loures	26/11/2002	51 591,42 €	51 591,42 €	33 554,42 €
1.4/096	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Almada	26/11/2002	3 395,64 €	3 395,64 €	2 207,17 €
1.4/098	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Sintra	25/09/2002	65 168,71 €	65 168,71 €	42 359,66 €
1.4/099	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Palmela	26/11/2002	16 156,73 €	16 156,73 €	10 501,87 €
1.4/101	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CEFOFAP	16/12/2002	5 636,80 €	5 636,80 €	3 663,92 €
1.4/102	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	A.P.D.A.R	26/11/2002	170 240,66 €	170 240,66 €	110 656,43 €
1.4/103	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Palmela	26/11/2002	5 553,53 €	5 553,53 €	3 609,79 €
1.4/104	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA	26/11/2002	68 738,97 €	68 738,97 €	44 680,33 €
1.4/106	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Município da Amadora	16/12/2002	117 999,14 €	117 999,14 €	76 699,44 €
1.4/107	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Cascais	16/12/2002	128 130,08 €	128 130,08 €	83 284,55 €
1.4/110	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Palmela	16/12/2002	1 690,47 €	1 690,47 €	1 098,81 €
1.4/111	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Almada	16/12/2002	10 665,41 €	10 665,41 €	6 932,52 €
2.4/001	Formação e Empregabilidade	Centro de Estudos de Turismo e Cultura	04/07/2002	815 024,13 €	815 024,13 €	489 014,48 €
2.4/002	Formação e Empregabilidade	ADIRN	28/12/2001	322 712,91 €	322 712,91 €	193 627,75 €
2.4/006.1	Formação e Empregabilidade	NIERSANT	30/11/2001	760 478,02 €	760 478,02 €	456 286,81 €
3.1/1/001	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Tomar	01/04/2001	1 409 802,38 €	1 409 802,38 €	881 126,49 €
3.1/1/002	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Setúbal	01/04/2001	1 424 974,61 €	1 424 974,61 €	890 609,13 €
3.1/1/003	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	01/04/2001	1 264 494,80 €	1 264 494,80 €	790 309,25 €
3.1/1/004	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Santarém	01/04/2001	2 055 832,26 €	2 055 832,26 €	1 284 898,29 €
3.1/1/005	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Seibal	01/04/2001	1 743 045,61 €	1 743 045,61 €	1 089 403,51 €
3.1/1/006	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	01/04/2001	474 545,54 €	474 545,54 €	296 590,96 €
3.1/1/007	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Alverca	01/04/2001	1 071 872,13 €	1 071 872,13 €	669 820,08 €
3.1/1/008	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Instituto de Emprego e Formação Profissional	01/04/2001	19 111 729,31 €	19 111 729,31 €	11 944 830,82 €
3.1/1/009	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	01/04/2001	480 305,94 €	480 305,94 €	300 191,21 €
3.1/1/010	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOA	01/04/2001	461 841,69 €	461 841,69 €	288 651,06 €
3.1/1/011	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CIVEC	01/04/2001	83 060,88 €	83 060,88 €	51 913,05 €
3.1/1/012	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	01/04/2001	132 358,99 €	132 358,99 €	82 724,37 €
3.1/1/013	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	01/04/2001	259 798,94 €	259 798,94 €	162 374,34 €
3.1/1/014	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	01/04/2001	740 684,14 €	740 684,14 €	462 927,59 €
3.1/1/015	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar - CFPASA	01/04/2001	454 647,38 €	454 647,38 €	284 154,61 €
3.1/1/016	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INFT - INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	30/04/2001	3 334 433,10 €	3 334 433,10 €	2 084 020,69 €
3.1/1/017	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Tomar	27/06/2001	2 571 502,67 €	2 571 502,67 €	1 607 189,17 €
3.1/1/018	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Setúbal	27/06/2001	1 700 141,62 €	1 700 141,62 €	1 062 588,51 €
3.1/1/019	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	27/06/2001	1 390 665,42 €	1 390 665,42 €	869 165,89 €
3.1/1/020	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Santarém	27/06/2001	2 224 867,93 €	2 224 867,93 €	1 390 542,46 €
3.1/1/021	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Seibal	27/06/2001	1 944 904,49 €	1 944 904,49 €	1 215 564,68 €
3.1/1/022	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	27/06/2001	588 334,38 €	588 334,38 €	367 708,99 €
3.1/1/023	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	27/06/2001	465 575,11 €	465 575,11 €	290 983,82 €
3.1/1/024	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Alverca	27/06/2001	1 476 246,18 €	1 476 246,18 €	922 653,86 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.1.11/025	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP	27/06/2001	10 544 943,52 €	10 544 943,52 €	6 590 589,70 €
3.1.11/026	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/06/2001	711 151,63 €	711 151,63 €	444 469,77 €
3.1.11/027	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECSA	27/06/2001	747 333,31 €	747 333,31 €	467 083,32 €
3.1.11/028	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CIVEC	27/06/2001	84 938,78 €	84 938,78 €	53 086,74 €
3.1.11/029	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/06/2001	161 589,90 €	161 589,90 €	100 993,69 €
3.1.11/030	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/06/2001	114 685,18 €	114 685,18 €	71 678,24 €
3.1.11/031	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	27/06/2001	283 929,63 €	283 929,63 €	177 456,02 €
3.1.11/032	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/06/2001	897 596,79 €	897 596,79 €	560 997,99 €
3.1.11/033	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/06/2001	4 695 649,48 €	4 695 649,48 €	2 934 780,30 €
3.1.11/034	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/06/2001	519 619,94 €	519 619,94 €	324 762,46 €
3.1.11/035	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INFT - INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	27/12/2001	3 753 377,06 €	3 753 377,06 €	2 345 860,66 €
3.1.11/036	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP	27/12/2001	309 304,48 €	309 304,48 €	193 315,30 €
3.1.11/037	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP	27/12/2001	10 692 337,36 €	10 692 337,36 €	6 682 710,85 €
3.1.11/038	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/12/2001	869 479,01 €	869 479,01 €	543 424,38 €
3.1.11/039	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/12/2001	850 000,00 €	850 000,00 €	531 250,00 €
3.1.11/040	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CIVEC	27/12/2001	167 288,90 €	167 288,90 €	104 555,56 €
3.1.11/041	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/12/2001	720 738,99 €	720 738,99 €	450 461,87 €
3.1.11/042	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/12/2001	3 472 534,00 €	3 472 534,00 €	2 170 333,75 €
3.1.11/043	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM	27/12/2001	1 398 579,39 €	1 398 579,39 €	874 112,12 €
3.1.11/044	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/12/2001	782 806,00 €	782 806,00 €	489 253,75 €
3.1.11/045	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	27/12/2001	281 515,28 €	281 515,28 €	175 947,05 €
3.1.11/046	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECSA	27/12/2001	764 338,14 €	764 338,14 €	477 711,34 €
3.1.12/002	Formação Inicial para a Qualificação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS	11/09/2001	116 833,43 €	116 833,43 €	73 020,89 €
3.2/	Formação Profissional	OS FRANCISQUINHOS-ASS. PAIS AMIGOS DAS CR. HOSP. S. F. XAVIER	25/09/2002	365 092,58 €	365 092,58 €	228 182,86 €
3.2.1/001	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Tomar	01/04/2001	52 822,70 €	52 822,70 €	33 014,19 €
3.2.1/002	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	01/04/2001	15 095,13 €	15 095,13 €	9 434,45 €
3.2.1/003	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	01/04/2001	5 630,43 €	5 630,43 €	3 519,07 €
3.2.1/004	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Santarém	01/04/2001	13 352,03 €	13 352,03 €	8 345,07 €
3.2.1/005	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	01/04/2001	29 255,55 €	29 255,55 €	18 284,72 €
3.2.1/006	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	01/04/2001	10 186,66 €	10 186,66 €	6 366,66 €
3.2.1/007	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	01/04/2001	41 101,90 €	41 101,90 €	25 688,69 €
3.2.1/008	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	01/04/2001	1 077,64 €	1 077,64 €	673,53 €
3.2.1/009	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Alverca	01/04/2001	37 878,69 €	37 878,69 €	23 674,18 €
3.2.1/010	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	01/04/2001	6 669,56 €	6 669,56 €	4 168,47 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/011	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	01/04/2001	180 344,07 €	180 344,07 €	112 715,04 €
3.2/1/012	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	01/04/2001	142 138,89 €	142 138,89 €	88 836,80 €
3.2/1/013	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins - CECSA	01/04/2001	10 096,71 €	10 096,71 €	6 310,44 €
3.2/1/014	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins - CECSA	01/04/2001	222 460,80 €	222 460,80 €	139 038,00 €
3.2/1/015	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeccção - CIVEC	01/04/2001	55 814,04 €	55 814,04 €	34 883,78 €
3.2/1/016	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	01/04/2001	220 005,79 €	220 005,79 €	137 503,62 €
3.2/1/017	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	01/04/2001	536 734,68 €	536 734,68 €	335 459,17 €
3.2/1/018	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	01/04/2001	1 211,38 €	1 211,38 €	757,11 €
3.2/1/019	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	01/04/2001	787 966,53 €	787 966,53 €	492 479,08 €
3.2/1/020	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPR	01/04/2001	87 876,50 €	87 876,50 €	54 922,81 €
3.2/1/021	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	01/04/2001	204 118,08 €	204 118,08 €	127 573,80 €
3.2/1/022	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	01/04/2001	692 576,20 €	692 576,20 €	432 860,13 €
3.2/1/023	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	01/04/2001	129 679,97 €	129 679,97 €	81 049,98 €
3.2/1/024	Formação Profissional Contínua	GEFOSAP	01/04/2001	287 936,94 €	287 936,94 €	179 960,59 €
3.2/1/025	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	01/04/2001	234 731,86 €	234 731,86 €	146 707,41 €
3.2/1/026	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	01/04/2001	236 012,21 €	236 012,21 €	147 507,63 €
3.2/1/027	Formação Profissional Contínua	C.M. Sintra	30/04/2001	96 579,54 €	96 579,54 €	60 362,21 €
3.2/1/028	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PORTUGUESA RÁDIO MARCONI	30/04/2001	104 475,38 €	47 290,46 €	29 556,54 €
3.2/1/029	Formação Profissional Contínua	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBACA, SA	30/04/2001	505 931,48 €	354 914,52 €	221 821,57 €
3.2/1/031	Formação Profissional Contínua	Instituto da Saldadura e da Qualidade	30/04/2001	566 590,02 €	566 590,02 €	354 118,76 €
3.2/1/031.1	Formação Profissional Contínua	Instituto da Saldadura e da Qualidade	09/10/2002	242 975,26 €	242 975,26 €	151 859,54 €
3.2/1/031.2	Formação Profissional Contínua	Instituto da Saldadura e da Qualidade	09/10/2002	163 318,51 €	163 318,51 €	102 074,07 €
3.2/1/032	Formação Profissional Contínua	GESTINAVE - PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	30/04/2001	586 124,39 €	247 358,67 €	154 599,13 €
3.2/1/033	Formação Profissional Contínua	SOC. INSTR. BENEFICÊNCIA "A VOZ DO OPERÁRIO"	30/04/2001	70 643,95 €	37 112,33 €	23 195,21 €
3.2/1/034	Formação Profissional Contínua	SOTECNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	30/04/2001	71 282,92 €	24 324,85 €	15 203,03 €
3.2/1/035	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	30/04/2001	1 339 794,14 €	252 608,95 €	157 880,59 €
3.2/1/036	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	30/04/2001	231 943,34 €	231 943,34 €	144 964,59 €
3.2/1/037	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	30/04/2001	307 617,58 €	307 617,58 €	192 260,99 €
3.2/1/038	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	30/04/2001	311 585,72 €	311 585,72 €	194 741,08 €
3.2/1/039	Formação Profissional Contínua	COOP. HAB. CON.ECON. "BEM VINDA LIBERDADE", CRL	30/04/2001	54 468,73 €	54 468,73 €	34 042,96 €
3.2/1/041	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	30/04/2001	418 396,01 €	173 585,85 €	108 491,16 €
3.2/1/042	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	30/04/2001	270 760,06 €	250 155,22 €	156 347,01 €
3.2/1/043	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	30/04/2001	339 524,99 €	339 524,99 €	212 203,12 €
3.2/1/044	Formação Profissional Contínua	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	30/04/2001	71 702,20 €	71 702,20 €	44 813,87 €
3.2/1/045	Formação Profissional Contínua	DATINFOR - INFORMÁTICA, SERV. E ESTUDIOS, LDA	30/04/2001	100 093,48 €	56 222,21 €	35 138,88 €
3.2/1/046	Formação Profissional Contínua	ACTOFEBA-ASS. C.I. CONC. TOMAR, F. ZÉZERE E V.N. BARQUINHA	30/04/2001	63 431,66 €	63 431,66 €	39 644,79 €
3.2/1/047	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DO COMÉRCIO, IND. E SERV. CONC. MAIRA	30/04/2001	122 427,45 €	122 427,45 €	76 517,16 €
3.2/1/048	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCEILHO CASCAIS	30/04/2001	142 584,24 €	142 584,24 €	89 115,15 €
3.2/1/049	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND.AGENTES TECN.ARG. E ENGENHARIA	30/04/2001	67 992,39 €	67 992,39 €	42 495,24 €
3.2/1/050	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC. PORT.AGENCIAS VIAGENS TURISMO	30/04/2001	210 316,19 €	210 316,19 €	131 447,62 €
3.2/1/051	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL	30/04/2001	255 569,72 €	255 569,72 €	159 731,08 €
3.2/1/052	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE PERITOS CONTABILISTAS	30/04/2001	192 505,06 €	192 505,06 €	120 315,66 €
3.2/1/053	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	30/04/2001	78 692,85 €	78 692,85 €	49 183,03 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/054	Formação Profissional Contínua	CAMARA DE COMERCIO E INDUSTRIA LISBO-ALEMA	30/04/2001	153 638,36 €	153 638,36 €	96 023,97 €
3.2/1/055	Formação Profissional Contínua	ACCRO- ASS.COM.CONC.CALDAS RAINHA E ÓRDOS	30/04/2001	45 374,76 €	45 374,76 €	28 359,23 €
3.2/1/056	Formação Profissional Contínua	ASSOCIACAO COMERCIAL DE PENICHE	30/04/2001	224 378,91 €	224 378,91 €	140 236,82 €
3.2/1/057	Formação Profissional Contínua	CCP - CONFED. DO COMERCIO E SERV. DE PORTUGAL	30/04/2001	524 485,33 €	475 895,27 €	297 434,54 €
3.2/1/058	Formação Profissional Contínua	ANTRAM- ASSOCIACAO NACIONAL DE TRANSPORTADORES PÚBLICOS RODoviÁRIOS DE MERCADORIAS	30/04/2001	268 143,77 €	268 143,77 €	167 589,86 €
3.2/1/059	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	30/04/2001	170 834,90 €	170 834,90 €	106 771,81 €
3.2/1/060	Formação Profissional Contínua	ACISO -ASSOC. COM. IND. SERV. CONC. DE OUREM	30/04/2001	43 023,39 €	43 018,40 €	26 886,50 €
3.2/1/061	Formação Profissional Contínua	SETACOP-SIND.E. TECN.A.CONST.CIVIL P E AFINS	30/04/2001	186 450,65 €	186 450,65 €	116 531,66 €
3.2/1/062	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL CONCELHOS DEIRAS AMADORA	30/04/2001	156 029,08 €	156 029,08 €	97 518,18 €
3.2/1/063	Formação Profissional Contínua	ASSOCIACAO COMERCIAL DE SANTAREM	30/04/2001	143 079,18 €	143 079,18 €	89 424,49 €
3.2/1/065	Formação Profissional Contínua	SINFA - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E AFINS	30/04/2001	65 945,30 €	65 945,30 €	41 215,81 €
3.2/1/066	Formação Profissional Contínua	ASSOC. EMPRESARIAL CONC. RIO MAIOR - AECRM	30/04/2001	264 384,01 €	264 384,01 €	165 240,01 €
3.2/1/067	Formação Profissional Contínua	CARITAS DIOCESANA DE SETUBAL	30/04/2001	56 705,64 €	56 705,64 €	35 441,02 €
3.2/1/068	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	30/04/2001	1 684 424,31 €	1 684 424,31 €	1 052 765,19 €
3.2/1/069	Formação Profissional Contínua	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	30/04/2001	287 357,68 €	287 357,68 €	179 598,55 €
3.2/1/070	Formação Profissional Contínua	CNE - CONSTR. E MANUT. ELECTROMECÂNICA, SA	30/04/2001	60 284,31 €	60 284,31 €	37 677,70 €
3.2/1/071	Formação Profissional Contínua	F. ROLIN - ENG.º E CONSULT.INDUSTRIAL, SA	30/04/2001	52 337,51 €	52 337,51 €	32 710,94 €
3.2/1/072	Formação Profissional Contínua	INFT- INSTITUTO NACIONAL DE FORMACAO TURISTICA	30/04/2001	1 484 969,66 €	1 484 969,66 €	928 106,04 €
3.2/1/073	Formação Profissional Contínua	INSCOOP-INST.ANTº SERGIO SECT. COOPERATIVO	30/04/2001	85 493,09 €	85 493,09 €	53 433,18 €
3.2/1/074	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP.EST. ECONÓMICOS	30/04/2001	1 760 821,42 €	1 760 821,42 €	1 100 513,39 €
3.2/1/075	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCARIA	30/04/2001	422 972,17 €	422 972,17 €	264 357,61 €
3.2/1/076	Formação Profissional Contínua	MCAV-METALURGICA CENTRAL ALHOS VEDROS, LDA	30/04/2001	50 699,02 €	50 699,02 €	31 686,88 €
3.2/1/077	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INOV.TRANS.URB. REG.SOC.UNIP., LDA	30/04/2001	180 373,30 €	180 373,30 €	112 733,31 €
3.2/1/078	Formação Profissional Contínua	AURO - ASSOC. IND. DA REGIÃO DO OESTE	30/04/2001	133 786,20 €	133 786,20 €	83 616,37 €
3.2/1/079	Formação Profissional Contínua	LEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	30/04/2001	21 643,84 €	21 643,84 €	13 527,40 €
3.2/1/080	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	30/04/2001	54 256,90 €	37 616,22 €	23 510,14 €
3.2/1/081	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGÉS	30/04/2001	9 232,45 €	9 232,45 €	5 770,28 €
3.2/1/082	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJETOS, LDA	30/04/2001	226 053,28 €	226 053,28 €	141 283,30 €
3.2/1/083	Formação Profissional Contínua	CEISET- CENTRO EMPRESAS INDY. DE SETUBAL	30/04/2001	125 641,05 €	125 641,05 €	78 525,65 €
3.2/1/084	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÉS - GRANDES ARMAZENS, SA	30/04/2001	708 353,30 €	380 570,61 €	237 856,63 €
3.2/1/085	Formação Profissional Contínua	LUMPARAÍSO- SOC. HIG., LIMPEZA E CONSERV., LDA	30/04/2001	92 122,81 €	82 328,91 €	51 455,57 €
3.2/1/086	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	30/04/2001	149 897,95 €	149 897,95 €	93 686,22 €
3.2/1/087	Formação Profissional Contínua	PORTUGÁLIA-COMP.PORT.TRANSPORTES AEREOS, SA	30/04/2001	156 364,37 €	95 255,15 €	59 534,47 €
3.2/1/088	Formação Profissional Contínua	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESEN., CRL	30/04/2001	37 181,65 €	37 181,65 €	23 238,53 €
3.2/1/089	Formação Profissional Contínua	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	30/04/2001	69 757,14 €	69 757,14 €	43 598,21 €
3.2/1/090	Formação Profissional Contínua	EUROSET- SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	30/04/2001	162 732,50 €	162 732,50 €	101 707,81 €
3.2/1/091	Formação Profissional Contínua	MEP - CONSULTADORA INFORMÁTICA, LDA	30/04/2001	46 726,70 €	46 726,70 €	29 204,19 €
3.2/1/092	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	30/04/2001	145 901,84 €	145 901,84 €	91 188,65 €
3.2/1/093	Formação Profissional Contínua	IMETODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	30/04/2001	90 520,40 €	90 520,40 €	56 575,25 €
3.2/1/094	Formação Profissional Contínua	TIME SHARING- SISTEMAS DE INFORMACAO, SA	30/04/2001	193 544,76 €	193 544,76 €	120 965,48 €
3.2/1/095	Formação Profissional Contínua	AERSET - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETUBAL	30/04/2001	542 541,56 €	542 541,56 €	339 088,48 €
3.2/1/096	Formação Profissional Contínua	NEBLEI -ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE LEIRIA	30/04/2001	604 803,23 €	604 803,23 €	378 002,02 €
3.2/1/097	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	30/04/2001	62 363,13 €	62 363,13 €	38 976,96 €
3.2/1/098	Formação Profissional Contínua	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	30/04/2001	66 449,91 €	66 449,91 €	41 531,19 €
3.2/1/099	Formação Profissional Contínua	FORUM DANÇA	30/04/2001	177 699,32 €	177 699,32 €	111 062,08 €
3.2/1/100	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA	30/04/2001	191 010,21 €	191 010,21 €	119 381,38 €
3.2/1/1000	Formação Profissional Contínua		25/09/2002	297 825,74 €	297 825,74 €	186 141,09 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/1001	Formação Profissional Contínua	Escola Nacional de Bombeiros	25/09/2002	371 087,62 €	371 087,62 €	231 929,76 €
3.2/1/1002	Formação Profissional Contínua	Ass.Form.Prof.e Des.do Montijo	25/09/2002	56 518,46 €	56 518,46 €	35 324,04 €
3.2/1/1003	Formação Profissional Contínua	GESTICOOPFOR - Formação Profissional, CRL	25/09/2002	81 353,55 €	81 353,55 €	50 845,97 €
3.2/1/1004	Formação Profissional Contínua	Sindicato Nacional dos Trab. Telecomunicações e Audiovisual	25/09/2002	37 923,61 €	37 923,61 €	23 702,26 €
3.2/1/1005	Formação Profissional Contínua	AVAFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	25/09/2002	37 757,23 €	37 757,23 €	23 598,27 €
3.2/1/1006	Formação Profissional Contínua	ASFAC - Assoc. Soc.Financeiras p/a Aquisições a Crédito	25/09/2002	67 260,75 €	67 260,75 €	42 037,97 €
3.2/1/1007	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	25/09/2002	78 171,62 €	78 171,62 €	48 857,26 €
3.2/1/1008	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	25/09/2002	53 459,74 €	47 718,16 €	29 823,85 €
3.2/1/1009	Formação Profissional Contínua	CCRLVT	25/09/2002	130 766,15 €	80 809,49 €	50 505,93 €
3.2/1/101	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	30/04/2001	252 391,09 €	252 391,09 €	157 744,43 €
3.2/1/1010	Formação Profissional Contínua	OS FRANCISQUINHOS-ASS. PAIS AMIGOS DAS CR.HOSP.S.F.XAVIER	25/09/2002	365 092,56 €	365 092,56 €	228 182,85 €
3.2/1/1011	Formação Profissional Contínua	IRMANADORA - Cooperativa de Habitação e Construção CRL	25/09/2002	250 986,74 €	250 986,74 €	156 866,71 €
3.2/1/1012	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra - Montijo	25/09/2002	262 103,16 €	262 103,16 €	163 814,48 €
3.2/1/1013	Formação Profissional Contínua	MARTOLI GEST - FORM., GESTÃO E CONSULT., LDA	25/09/2002	58 334,79 €	58 334,79 €	36 459,24 €
3.2/1/1014	Formação Profissional Contínua	Sistemas McDonald's Portugal, Lda	25/09/2002	126 526,16 €	84 200,22 €	52 625,14 €
3.2/1/1015	Formação Profissional Contínua	SOCLOGEF - SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	25/09/2002	107 219,60 €	107 219,60 €	67 012,25 €
3.2/1/1016	Formação Profissional Contínua	SOCIGESTE - Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda	25/09/2002	52 779,34 €	29 433,79 €	18 396,12 €
3.2/1/1017	Formação Profissional Contínua	FSIPE - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.	25/09/2002	28 136,00 €	13 146,09 €	8 216,31 €
3.2/1/1018	Formação Profissional Contínua	IAC - Instituto de Artes e Ciências	25/09/2002	56 123,74 €	56 123,74 €	35 077,34 €
3.2/1/1019	Formação Profissional Contínua	Instituto Superior de Aeronáutica	25/09/2002	149 481,34 €	83 343,98 €	52 089,99 €
3.2/1/102	Formação Profissional Contínua	PROSSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	30/04/2001	13 521,17 €	8 450,73 €	5 200,73 €
3.2/1/1020	Formação Profissional Contínua	Centro Reg. Lisboa do Inst. Port. Oncologia Francisco Gentil	25/09/2002	309 174,67 €	275 505,55 €	172 190,97 €
3.2/1/1021	Formação Profissional Contínua	Centro Reg. Lisboa do Inst. Port. Oncologia Francisco Gentil	25/09/2002	75 592,89 €	68 759,29 €	42 974,56 €
3.2/1/1022	Formação Profissional Contínua	SINDICATO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS SAUDE	25/09/2002	105 465,00 €	105 465,00 €	65 915,63 €
3.2/1/1023	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL N.º DO ROSÁRIO - BARBEIRO	25/09/2002	323 236,31 €	201 821,18 €	126 138,24 €
3.2/1/1026	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM.CONSP.PROJ.SERV.HOTEL.,LDA	09/10/2002	77 998,79 €	77 998,79 €	48 749,24 €
3.2/1/1027	Formação Profissional Contínua	COLOWER PORTUGAL - Produtos Cosméticos e Profissionais, Lda	09/10/2002	19 636,19 €	13 073,79 €	8 171,12 €
3.2/1/1028	Formação Profissional Contínua	TELGRAM - Sociedade Hoteleira do Campo Grande, Lda	09/10/2002	21 730,03 €	21 730,03 €	13 581,27 €
3.2/1/1029	Formação Profissional Contínua	VISTEON PORTUGUESA, LDT	09/10/2002	73 300,45 €	30 902,99 €	19 314,37 €
3.2/1/103	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS,LDA	30/04/2001	24 760,02 €	24 760,02 €	15 475,01 €
3.2/1/1030	Formação Profissional Contínua	MAGENSINIUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	09/10/2002	107 074,36 €	107 074,36 €	66 921,48 €
3.2/1/1031	Formação Profissional Contínua	ADP - Adubos de Portugal S. A	09/10/2002	47 896,48 €	43 106,83 €	26 941,77 €
3.2/1/1032	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE OCUPAÇÃO INFANTIL	09/10/2002	71 264,21 €	64 464,62 €	40 290,39 €
3.2/1/1033	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	09/10/2002	28 904,26 €	28 904,26 €	18 065,16 €
3.2/1/1034	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC.PORT. DE HAVIÕES TANQUES, SA	09/10/2002	76 869,05 €	38 751,15 €	24 219,47 €
3.2/1/1035	Formação Profissional Contínua	CEUL - Cooperativa de Ensino Universidade Lusitana, CRL	09/10/2002	68 192,65 €	68 192,65 €	42 620,41 €
3.2/1/1036	Formação Profissional Contínua	BIOGAIA - Consultoria e Investigação em Ambiente, Lda	09/10/2002	26 495,64 €	26 495,64 €	16 559,78 €
3.2/1/1037	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUES DE FORMAÇÃO, LDA	09/10/2002	81 836,91 €	81 836,91 €	51 148,07 €
3.2/1/1038	Formação Profissional Contínua	TIME TO TRAIN - Formação Profissional, Lda	09/10/2002	45 662,67 €	45 662,67 €	28 539,17 €
3.2/1/1039	Formação Profissional Contínua	DECOECO - Projectos Ambientais, Lda	09/10/2002	12 507,96 €	12 507,96 €	7 817,48 €
3.2/1/104	Formação Profissional Contínua	ESTORIL SOL HOTÉIS II -ACTIV. HOTELEIRAS, SA	30/04/2001	51 392,02 €	32 373,70 €	20 233,57 €
3.2/1/1040	Formação Profissional Contínua	Santa Casa da Misericórdia de Oeiras	09/10/2002	28 539,20 €	28 539,20 €	17 837,00 €
3.2/1/1041	Formação Profissional Contínua	IBERLIM - Sociedade de Limpezas Industriais, SA	09/10/2002	62 349,05 €	43 344,59 €	27 090,37 €
3.2/1/1042	Formação Profissional Contínua	ESQUADRIA - Transformação de Madeiras do Mucifal, SA	09/10/2002	21 045,64 €	12 896,01 €	8 060,01 €
3.2/1/1043	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AERONAVES, LDA	09/10/2002	117 012,46 €	117 012,46 €	73 132,79 €
3.2/1/1044	Formação Profissional Contínua	SOPOL -SOC.GERAL CONSTRUÇÕES OBRAS PUBLICAS	09/10/2002	67 456,94 €	23 387,18 €	14 616,99 €
3.2/1/1045	Formação Profissional Contínua	VICAIMA - Centro Comercial de Materiais, SA	09/10/2002	11 099,24 €	6 465,69 €	4 041,06 €
3.2/1/1046	Formação Profissional Contínua	Móveis S. Luís, Lda	09/10/2002	23 387,64 €	23 387,64 €	14 617,28 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/1047	Formação Profissional Contínua	MESTRE - Formação e Consultadoria, Lda	09/10/2002	33 648,54 €	33 648,54 €	21 030,34 €
3.2/1/1048	Formação Profissional Contínua	POSTEXPRESSO - Correio da Cidade, Lda	09/10/2002	22 703,81 €	14 640,18 €	9 150,11 €
3.2/1/1049	Formação Profissional Contínua	ASS. COMERC. CARNES DISTRITO DE SANTARÉM	09/10/2002	61 970,63 €	61 970,63 €	38 731,64 €
3.2/1/1050	Formação Profissional Contínua	ATI-ASSOC. TRATAMENTO TOXICO-DEPENDÊNCIAS	30/04/2001	5 367,51 €	5 367,51 €	3 354,70 €
3.2/1/1050	Formação Profissional Contínua	ROMAINWESTE - Investimentos Turísticos, SA	09/10/2002	39 091,79 €	16 370,97 €	10 231,86 €
3.2/1/1051	Formação Profissional Contínua	MEGADEXPANSÃO - Ensino Formação Prof. Novas Tecnologias, Lda	09/10/2002	119 906,98 €	119 906,98 €	74 941,86 €
3.2/1/1052	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC. GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	09/10/2002	37 422,19 €	10 332,27 €	6 457,67 €
3.2/1/1053	Formação Profissional Contínua	LINGUACULTURA - Instituto de Línguas e Santarém, Lda	09/10/2002	78 349,21 €	78 349,21 €	48 968,26 €
3.2/1/1054	Formação Profissional Contínua	HOMOPORTUGAL - SOC. MAT. APOIO DIALISE, LDA	09/10/2002	74 330,05 €	70 654,46 €	44 159,04 €
3.2/1/1055	Formação Profissional Contínua	VALBOPAN - Fibras de Madeira, SA	09/10/2002	15 615,37 €	15 615,37 €	9 759,61 €
3.2/1/1056	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	09/10/2002	18 433,01 €	18 433,01 €	11 520,63 €
3.2/1/1057	Formação Profissional Contínua	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES, SERV. INFRA., LDA	09/10/2002	18 433,01 €	18 433,01 €	11 520,63 €
3.2/1/1058	Formação Profissional Contínua	I.P.E. - Investimento e Participações Empresariais, SA	09/10/2002	24 413,41 €	19 666,16 €	12 291,35 €
3.2/1/1059	Formação Profissional Contínua	CAMARA DE COMERCIO ITALIANA EM PORTUGAL	09/10/2002	117 327,73 €	117 327,73 €	73 329,83 €
3.2/1/1060	Formação Profissional Contínua	SEMA - SIND. ENGENHEIROS MARINHA MERCANTE	30/04/2001	125 803,67 €	125 803,67 €	78 627,29 €
3.2/1/1060	Formação Profissional Contínua	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA, LDA	09/10/2002	82 694,69 €	82 694,69 €	51 684,18 €
3.2/1/1061	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	09/10/2002	23 173,77 €	23 173,77 €	14 483,61 €
3.2/1/1062	Formação Profissional Contínua	INBO - RECURSOS TECNOLOGIAS INFORMAÇÃO, SA	09/10/2002	37 901,40 €	37 901,40 €	23 688,38 €
3.2/1/1063	Formação Profissional Contínua	HOTEIS SHERATON DE PORTUGAL, SA	09/10/2002	29 882,32 €	15 836,00 €	9 897,50 €
3.2/1/1064	Formação Profissional Contínua	CONTINENTAL MABOR - Indústria de Pneus, SA	09/10/2002	89 825,28 €	43 317,79 €	27 073,62 €
3.2/1/1065	Formação Profissional Contínua	LOGIC - Logística Integrada, SA	09/10/2002	92 400,88 €	46 644,49 €	29 152,81 €
3.2/1/1066	Formação Profissional Contínua	MÉTODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	09/10/2002	28 707,97 €	28 707,97 €	17 942,48 €
3.2/1/1067	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM. CONS. PROJ. SERV. HOTEL., LDA	09/10/2002	72 481,88 €	72 481,88 €	45 301,18 €
3.2/1/1068	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	09/10/2002	102 556,37 €	21 870,80 €	13 669,25 €
3.2/1/1069	Formação Profissional Contínua	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	09/10/2002	58 003,16 €	58 003,16 €	36 251,98 €
3.2/1/1070	Formação Profissional Contínua	ACISMA - ASS.COM.IND.SERV.MUNICIPIO AZAMBUIA	30/04/2001	202 930,80 €	202 930,80 €	126 831,75 €
3.2/1/1071	Formação Profissional Contínua	ASS. COM.LISBOA- CAMARA COM. IND. PORTUGUESA	09/10/2002	22 502,16 €	22 502,16 €	14 063,85 €
3.2/1/1072	Formação Profissional Contínua	GOMA - CAMPS PORTUGAL - Fabricante de Papel, Lda	09/10/2002	90 959,05 €	90 959,05 €	56 849,41 €
3.2/1/1073	Formação Profissional Contínua	TIME TO TRAIN - Formação Profissional, Lda	09/10/2002	42 613,58 €	42 613,58 €	26 633,49 €
3.2/1/1074	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	09/10/2002	62 262,14 €	33 433,65 €	20 896,03 €
3.2/1/1075	Formação Profissional Contínua	IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas	09/10/2002	106 984,27 €	106 984,27 €	66 865,17 €
3.2/1/1076	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária Lima de Freitas	09/10/2002	120 326,91 €	120 326,91 €	75 204,32 €
3.2/1/1077	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	09/10/2002	199 387,44 €	199 387,44 €	124 617,15 €
3.2/1/1078	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST. FIN. APOIO DESENV. AGRIC. PISCAS	09/10/2002	42 455,08 €	18 111,36 €	11 319,60 €
3.2/1/1079	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL MIN. CIENCIA E TECNOLOGIA	09/10/2002	41 284,67 €	19 253,46 €	12 033,41 €
3.2/1/1080	Formação Profissional Contínua	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS	30/04/2001	81 741,00 €	52 876,85 €	33 048,03 €
3.2/1/1081	Formação Profissional Contínua	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	09/10/2002	20 521,32 €	16 856,21 €	10 535,13 €
3.2/1/1082	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	09/10/2002	281 338,09 €	157 100,67 €	98 187,92 €
3.2/1/1083	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	09/10/2002	8 136,77 €	8 136,77 €	5 085,48 €
3.2/1/1084	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	09/10/2002	13 166,45 €	13 166,45 €	8 229,03 €
3.2/1/1085	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária de Pinhal Novo	09/10/2002	192 178,78 €	192 178,78 €	120 111,74 €
3.2/1/1086	Formação Profissional Contínua	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	09/10/2002	36 959,58 €	36 959,58 €	23 099,74 €
3.2/1/1087	Formação Profissional Contínua	Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa	09/10/2002	67 451,35 €	47 549,41 €	29 718,38 €
3.2/1/1088	Formação Profissional Contínua	CAMARA DE COMERCIO ITALIANA EM PORTUGAL	09/10/2002	51 502,86 €	51 502,86 €	32 189,29 €
3.2/1/1089	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	09/10/2002	33 334,64 €	33 334,64 €	20 834,15 €
3.2/1/1089	Formação Profissional Contínua	ARIA - ASSOC. REAB. INTEGRAÇÃO AJUDA E OEIRAS	09/10/2002	5 758,12 €	5 758,12 €	3 598,83 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/109	Formação Profissional Contínua	ARIA - ASSOC. REAB. INTEGRAÇÃO AJUDA E OBRAS	30/04/2001	24 619,87 €	24 619,87 €	15 387,42 €
3.2/1/1090	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC. GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	09/10/2002	18 040,13 €	6 967,10 €	4 354,44 €
3.2/1/1091	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE CURRY CABRAL	09/10/2002	335 553,81 €	210 206,53 €	131 379,08 €
3.2/1/1092	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL AMADORA SINTIRA - SOCIEDADE GESTORA,SA	09/10/2002	270 211,33 €	219 669,99 €	137 293,74 €
3.2/1/1098	Formação Profissional Contínua	EXTERNATO CONTINENTAL DE IVONE P.F.C.SANTOS	11/11/2002	84 423,45 €	84 423,45 €	52 784,66 €
3.2/1/1099	Formação Profissional Contínua	SISE - SINDICATO INDEP. SECTOR ENERGETICO	11/11/2002	85 565,45 €	85 565,45 €	53 478,41 €
3.2/1/110	Formação Profissional Contínua	ALRUIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	30/04/2001	579 249,88 €	579 249,88 €	362 031,18 €
3.2/1/1100	Formação Profissional Contínua	CEPSA PORTUGUESA PETROLEOS, S.A	11/11/2002	160 860,97 €	104 500,31 €	65 312,69 €
3.2/1/1101	Formação Profissional Contínua	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	11/11/2002	96 386,95 €	96 386,95 €	60 241,84 €
3.2/1/1102	Formação Profissional Contínua	DATALMAADA - Edições Culturais, Lda	11/11/2002	79 813,33 €	79 813,33 €	49 883,33 €
3.2/1/1103	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	11/11/2002	312 794,69 €	231 136,58 €	144 460,36 €
3.2/1/1104	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	11/11/2002	182 068,15 €	133 196,05 €	83 247,53 €
3.2/1/1105	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMERCIO	11/11/2002	45 675,94 €	45 675,94 €	28 547,46 €
3.2/1/1106	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMERCIO	11/11/2002	64 019,80 €	64 019,80 €	40 012,38 €
3.2/1/1107	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	11/11/2002	15 906,22 €	15 906,22 €	9 941,39 €
3.2/1/1108	Formação Profissional Contínua	GESTENAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	11/11/2002	84 903,13 €	34 903,33 €	21 814,58 €
3.2/1/1109	Formação Profissional Contínua	SUPEREMPREGO - Sistemas Inform. Gestão Recursos Humanos, SA	11/11/2002	34 549,91 €	34 549,91 €	21 593,69 €
3.2/1/111	Formação Profissional Contínua	ISD - INFORMA., SISTEMAS E DESENVOLV., SA	30/04/2001	220 833,01 €	220 833,01 €	138 020,63 €
3.2/1/1112	Formação Profissional Contínua	IFG SERVICOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	30/04/2001	158 723,35 €	158 723,35 €	99 202,09 €
3.2/1/1114	Formação Profissional Contínua	OESTECONSULT - CONSULT. DE GESTÃO, LDA	30/04/2001	456 816,23 €	456 816,23 €	285 510,14 €
3.2/1/1115	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERC. SERV. INDUSTRIAL DE ALCOBACA	30/04/2001	304 415,86 €	304 415,86 €	190 259,91 €
3.2/1/1116	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	30/04/2001	173 248,47 €	173 248,47 €	108 280,29 €
3.2/1/1162	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	12/12/2002	146 602,00 €	146 602,00 €	91 626,25 €
3.2/1/1163	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	12/12/2002	257 614,56 €	257 614,56 €	161 009,10 €
3.2/1/1164	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	12/12/2002	114 144,26 €	114 144,26 €	71 340,16 €
3.2/1/1165	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	12/12/2002	17 543,61 €	17 004,92 €	10 628,08 €
3.2/1/1166	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. CENTRO INFORMATICO DA QUINTA, LDA	12/12/2002	21 033,30 €	21 033,30 €	13 145,81 €
3.2/1/1167	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. CENTRO INFORMATICO DA QUINTA, LDA	12/12/2002	10 181,11 €	10 181,11 €	6 363,19 €
3.2/1/1168	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	12/12/2002	10 813,43 €	10 440,29 €	6 525,18 €
3.2/1/1169	Formação Profissional Contínua	Frans Maas Logística Patmela - Serviços de Transporte e logística, Lda	12/12/2002	79 508,85 €	28 624,96 €	17 890,60 €
3.2/1/117	Formação Profissional Contínua	IFQ - INSTITUTO DE FORMAÇÃO QUADROS, LDA	30/04/2001	148 518,29 €	148 518,29 €	92 823,93 €
3.2/1/118	Formação Profissional Contínua	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	30/04/2001	61 086,12 €	61 086,12 €	38 178,83 €
3.2/1/119	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM, LDA	30/04/2001	166 602,79 €	166 602,79 €	104 126,74 €
3.2/1/120	Formação Profissional Contínua	GABINETE APOIO AO EMPRESARIO, LDA	30/04/2001	203 675,27 €	203 675,27 €	127 297,05 €
3.2/1/121	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA - CONS. GESTÃO RECUR. HUMANOS, LDA	30/04/2001	323 919,35 €	323 919,35 €	202 449,60 €
3.2/1/122	Formação Profissional Contínua	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	223 717,17 €	223 717,17 €	139 823,23 €
3.2/1/123	Formação Profissional Contínua	ACISN - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARÉ	30/04/2001	180 213,30 €	180 213,30 €	112 633,31 €
3.2/1/124	Formação Profissional Contínua	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA, LDA	30/04/2001	196 499,49 €	196 499,49 €	122 812,18 €
3.2/1/125	Formação Profissional Contínua	APR - ASSOC. PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	30/04/2001	250 767,15 €	250 767,15 €	156 729,47 €
3.2/1/126	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMPº PORT. DE PROD. ELECTRICIDADE, SA	30/04/2001	107 066,16 €	87 286,17 €	54 583,85 €
3.2/1/127	Formação Profissional Contínua	APTEE - ASSOC. PORT. DOS IND. DE ENG. ELECTRICA	30/04/2001	39 454,30 €	39 454,30 €	24 658,93 €
3.2/1/128	Formação Profissional Contínua	ACIST-ASSOC.COM.INST.SIST.TELECOMUNICAÇÕES	30/04/2001	21 922,21 €	21 922,21 €	13 701,38 €
3.2/1/129	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	30/04/2001	197 867,09 €	197 867,09 €	123 666,93 €
3.2/1/130	Formação Profissional Contínua	GASFOMENTO - SIST. E INSTALAÇÕES DE GAS, SA	30/04/2001	63 162,07 €	45 040,66 €	28 150,41 €
3.2/1/131	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA - GAB. FORM. PROJECTOS DA AJUDA, LDA	30/04/2001	51 701,77 €	51 701,77 €	32 313,57 €
3.2/1/132	Formação Profissional Contínua	GEBALIS - GEST. BAIRROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	30/04/2001	170 311,19 €	89 320,37 €	55 825,20 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/133	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	30/04/2001	42 056,14 €	42 056,14 €	26 285,09 €
3.2/1/134	Formação Profissional Contínua	F.S.I. - FORUM DOS SINDICATOS INDEPENDENTES	30/04/2001	32 066,47 €	32 066,47 €	20 041,54 €
3.2/1/135	Formação Profissional Contínua	FLAG-FORMAÇÃO, LOGÍSTICA E APRES. GRAFICOS,SA	30/04/2001	115 193,13 €	115 193,13 €	71 995,71 €
3.2/1/136	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO AONITOR, LDA	30/04/2001	49 105,66 €	49 105,66 €	30 691,03 €
3.2/1/137	Formação Profissional Contínua	FASTADESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	90 841,07 €	90 841,07 €	56 775,67 €
3.2/1/138	Formação Profissional Contínua	LISNAVE - ESTALAIROS NAVAIS, SA	30/04/2001	341 851,00 €	151 450,68 €	94 656,67 €
3.2/1/139	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EP	30/04/2001	78 073,43 €	29 642,30 €	18 526,44 €
3.2/1/140	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PRÓPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	30/04/2001	40 959,29 €	40 959,29 €	25 599,56 €
3.2/1/141	Formação Profissional Contínua	PIEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	139 445,18 €	139 445,18 €	87 153,24 €
3.2/1/142	Formação Profissional Contínua	NBO - RECURSOS TECNOLOGIAS INFORMACÃO, SA	30/04/2001	156 063,76 €	156 063,76 €	97 539,85 €
3.2/1/143	Formação Profissional Contínua	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	30/04/2001	105 885,69 €	105 885,69 €	66 178,56 €
3.2/1/144	Formação Profissional Contínua	CESP-SIND.TRAB.COMERCIO.ESCRIT.SERV.PORTUGAL	30/04/2001	274 105,52 €	274 105,52 €	171 315,95 €
3.2/1/145	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	30/04/2001	321 030,28 €	275 529,48 €	172 205,93 €
3.2/1/147	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENITO DE JESUS CARACA	30/04/2001	377 011,41 €	377 011,41 €	235 632,13 €
3.2/1/148	Formação Profissional Contínua	DGI- GESTÃO DE SIST. DE AVAL.DA QUALIDADE, AS	30/04/2001	131 934,01 €	131 934,01 €	82 458,76 €
3.2/1/149	Formação Profissional Contínua	PORTUGAL TELECOM, INOVAÇÃO, SA	30/04/2001	43 087,49 €	43 087,49 €	26 926,95 €
3.2/1/150	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DAS PROFISSOES DA AMADORA, E.M.	30/04/2001	222 833,52 €	222 833,52 €	139 270,95 €
3.2/1/151	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	30/04/2001	199 079,89 €	91 321,87 €	57 076,17 €
3.2/1/152	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM. CONS.PROJ.SERV.HOTEL, LDA	30/04/2001	59 081,15 €	59 081,15 €	36 925,72 €
3.2/1/153	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA -CONSULT.,REC. FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	92 800,35 €	92 800,35 €	58 000,22 €
3.2/1/154	Formação Profissional Contínua	Significado	30/04/2001	406 262,78 €	406 262,78 €	253 914,24 €
3.2/1/155	Formação Profissional Contínua	ASS. COM LISBOA- CAMARA COM. IND. PORTUGUESA	30/04/2001	75 331,57 €	75 331,57 €	47 082,23 €
3.2/1/156	Formação Profissional Contínua	AUTO TORREENSE, LDA	30/04/2001	71 545,40 €	50 915,95 €	31 822,47 €
3.2/1/157	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	30/04/2001	23 676,68 €	23 676,68 €	14 797,93 €
3.2/1/158	Formação Profissional Contínua	CLUSA - CLINICA DE SANTO ANTÓNIO, SA	30/04/2001	97 434,77 €	61 757,27 €	38 598,29 €
3.2/1/159	Formação Profissional Contínua	HOTEIS SHERATON DE PORTUGAL, SA	30/04/2001	51 639,60 €	23 447,47 €	14 654,67 €
3.2/1/160	Formação Profissional Contínua	HOTEL EDUARDO VII, SA	30/04/2001	35 163,76 €	17 731,61 €	11 082,26 €
3.2/1/161	Formação Profissional Contínua	ICOMATRO - MADEIRAS E DERIVADOS, AS	30/04/2001	22 139,14 €	22 139,14 €	13 836,97 €
3.2/1/162	Formação Profissional Contínua	JOÃO JACINTO TOMÉ, LDA	30/04/2001	73 835,02 €	49 229,64 €	30 768,53 €
3.2/1/163	Formação Profissional Contínua	PROVIMI PORT.- CONC. P/A ALIMENT. ANIMAIS, AS	30/04/2001	79 577,19 €	30 762,48 €	19 226,55 €
3.2/1/164	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	30/04/2001	22 835,35 €	22 835,35 €	14 272,09 €
3.2/1/165	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	30/04/2001	29 007,16 €	29 007,16 €	18 129,48 €
3.2/1/166	Formação Profissional Contínua	HESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRAFICAS, AS	30/04/2001	139 614,45 €	77 640,28 €	48 525,18 €
3.2/1/167	Formação Profissional Contínua	HESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRAFICAS, AS	30/04/2001	19 300,02 €	10 783,12 €	6 739,45 €
3.2/1/168	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	30/04/2001	22 941,32 €	22 112,61 €	13 820,38 €
3.2/1/169	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	30/04/2001	21 828,54 €	21 053,57 €	13 158,48 €
3.2/1/170	Formação Profissional Contínua	FENACOOP- FED. NAC. COOPERATIVAS CONSUMO	30/04/2001	78 047,90 €	78 047,90 €	48 779,94 €
3.2/1/171	Formação Profissional Contínua	PATO RICO - COM. E EXPORT. ART. DE PENAS, LDA	30/04/2001	18 427,50 €	14 470,38 €	9 043,99 €
3.2/1/172	Formação Profissional Contínua	IRMANDADE STA. CASA MISERICORDIA DO CADAYAL	30/04/2001	25 561,20 €	16 763,71 €	10 477,32 €
3.2/1/173	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASCAIS	30/04/2001	211 167,79 €	95 072,28 €	59 420,17 €
3.2/1/174	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	30/04/2001	130 903,95 €	130 903,95 €	81 814,97 €
3.2/1/175	Formação Profissional Contínua	IRMANDADE STA. CASA MISERICORDIA DO CADAYAL	30/04/2001	16 566,14 €	16 566,14 €	10 353,83 €
3.2/1/176	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. ACTIVIDADE SEGURADORA - S.T.A.S.	30/04/2001	142 851,13 €	142 851,13 €	89 281,96 €
3.2/1/177	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB. FUNÇÃO PUBLICA DO SUL E AÇORES	30/04/2001	413 971,93 €	413 971,93 €	258 732,45 €
3.2/1/178	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB.PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	30/04/2001	150 279,88 €	150 279,88 €	93 924,92 €
3.2/1/179	Formação Profissional Contínua	ASS.C.S.CONC.ABRANTES CONST.,SARDOAL E MAÇÃO	30/04/2001	101 133,69 €	101 133,69 €	63 208,55 €
3.2/1/180	Formação Profissional Contínua	ASS. COMERC. CARNES DISTRITO DE SANTARÉM	30/04/2001	89 226,96 €	89 226,96 €	55 766,85 €
3.2/1/181	Formação Profissional Contínua	ESPAÇOS VERDES - PROJECTO E CONSTRUÇÃO, LDA	30/04/2001	37 587,86 €	37 587,86 €	23 492,41 €
3.2/1/182	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA 3.ª UNIDADE LIGADAS À IGREJA	30/04/2001	47 776,69 €	47 776,69 €	29 860,43 €
3.2/1/183	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	30/04/2001	96 674,91 €	96 674,91 €	60 421,82 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/184	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. - DOS FERROV. ADMINIST. T. SERVIÇOS	30/04/2001	140 927.51 €	140 927.51 €	88 079.70 €
3.2/1/185	Formação Profissional Contínua	EXTERNATO CESÁRIO VERDE, LDA	30/04/2001	77 653.36 €	77 653.36 €	48 533.35 €
3.2/1/186	Formação Profissional Contínua	HEMOPORTUGAL- SOC. MAT. APOIO DIALISE, LDA	30/04/2001	23 406.10 €	15 986.48 €	9 891.55 €
3.2/1/187	Formação Profissional Contínua	FARAME - FAB. DE ARTIGOS DE ARAME, LDA	30/04/2001	41 390.10 €	36 487.00 €	22 804.38 €
3.2/1/188	Formação Profissional Contínua	PREVICOL - SOC. DE PREV. E CONTROLE, LDA	30/04/2001	95 417.54 €	95 417.54 €	59 635.96 €
3.2/1/189	Formação Profissional Contínua	CARMONTE - IND. DE CARNES DO MONTIJO, LDA	30/04/2001	180 569.00 €	102 727.73 €	64 204.83 €
3.2/1/190	Formação Profissional Contínua	FABRICA DE FAIANÇAS VALE DO PRADO, LDA	30/04/2001	168 116.13 €	109 069.53 €	68 168.45 €
3.2/1/191	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	30/04/2001	59 958.41 €	59 958.41 €	37 474.01 €
3.2/1/192	Formação Profissional Contínua	J.D. - EMPRESA DE LACTÍNICOS, AS	30/04/2001	70 203.37 €	48 868.33 €	30 542.70 €
3.2/1/193	Formação Profissional Contínua	SISMAIA - SERVIÇOS INFORMÁTICOS, LDA	30/04/2001	46 000.38 €	30 772.75 €	19 232.97 €
3.2/1/194	Formação Profissional Contínua	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	30/04/2001	22 991.79 €	22 991.79 €	14 369.87 €
3.2/1/195	Formação Profissional Contínua	MUNISERVICIOS- COMP. PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	30/04/2001	28 897.26 €	16 208.95 €	10 130.59 €
3.2/1/196	Formação Profissional Contínua	EUROLOGICA- SIST. DE ORG. INFORMA. E FORMAÇÃO	30/04/2001	24 145.81 €	24 145.81 €	15 091.13 €
3.2/1/197	Formação Profissional Contínua	FORMEDIA- CRIAÇÃO E DESENV. DE EMPRESAS, AS	30/04/2001	41 696.23 €	41 696.23 €	26 060.15 €
3.2/1/198	Formação Profissional Contínua	RANGEL TRANSITÁRIOS, AS	30/04/2001	3 974.61 €	2 754.80 €	1 721.75 €
3.2/1/199	Formação Profissional Contínua	ASS. FORM. TECNOL. ENG. MECANICA MAT. - AFTÉM	30/04/2001	57 717.93 €	44 470.94 €	27 794.34 €
3.2/1/200	Formação Profissional Contínua	FAIANOR - FAIANÇAS DA AMOREIRA, LDA	30/04/2001	280 000.72 €	177 824.82 €	111 140.51 €
3.2/1/201	Formação Profissional Contínua	NADIFIL - SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LDA	30/04/2001	17 063.98 €	17 063.98 €	10 664.98 €
3.2/1/202	Formação Profissional Contínua	SENGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	30/04/2001	56 722.06 €	56 722.06 €	35 451.29 €
3.2/1/203	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE CONDUÇÃO MODERNA - INTERNAC., ACE	30/04/2001	14 884.13 €	14 884.13 €	9 302.58 €
3.2/1/204	Formação Profissional Contínua	ASS. ALMADENSE RUMO AO FUTURO	30/04/2001	19 252.61 €	19 252.61 €	12 032.88 €
3.2/1/205	Formação Profissional Contínua	EDICLUBE - EDIÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, LDA	30/04/2001	82 340.61 €	49 864.58 €	31 165.36 €
3.2/1/206	Formação Profissional Contínua	C. M. G. - CERÁMICAS, LDA	30/04/2001	385 904.01 €	270 787.78 €	169 242.36 €
3.2/1/207	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	30/04/2001	20 858.30 €	20 858.30 €	13 036.44 €
3.2/1/208	Formação Profissional Contínua	ITALCO - MODA ITALIANA, LDA	30/04/2001	172 201.65 €	104 214.79 €	65 133.93 €
3.2/1/209	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	30/04/2001	50 409.31 €	50 409.31 €	31 505.82 €
3.2/1/210	Formação Profissional Contínua	POGIE- PROJECTOS ORG. GEST. INF. CONSULT., LDA	30/04/2001	25 197.78 €	16 834.44 €	10 521.52 €
3.2/1/211	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	30/04/2001	36 523.20 €	36 523.20 €	22 827.00 €
3.2/1/213	Formação Profissional Contínua	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	63 490.49 €	63 490.49 €	39 681.55 €
3.2/1/214	Formação Profissional Contínua	GNC - COMP. NACIONAL DE CARNIES, LDA	30/04/2001	22 346.00 €	17 283.20 €	10 802.00 €
3.2/1/215	Formação Profissional Contínua	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	30/04/2001	77 653.36 €	77 653.36 €	48 533.35 €
3.2/1/217	Formação Profissional Contínua	MARTOLI GEST- FORM. GESTÃO E CONSULT., LDA	30/04/2001	95 901.35 €	95 901.35 €	59 938.35 €
3.2/1/218	Formação Profissional Contínua	INIS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	30/04/2001	99 567.34 €	99 567.34 €	62 229.59 €
3.2/1/219	Formação Profissional Contínua	CARNES LOUÇÃ - INDUSTRIAL CARNES, LDA	30/04/2001	22 520.58 €	17 283.20 €	10 802.00 €
3.2/1/220	Formação Profissional Contínua	TRASESA - CONS. HIGIENE SEG. SAÚDE TRAB., SA	30/04/2001	36 145.70 €	36 145.70 €	22 591.06 €
3.2/1/221	Formação Profissional Contínua	CARTONAIOR- INDUSTRIA DE CARTONAGEM, LDA	30/04/2001	47 904.80 €	35 925.92 €	22 453.70 €
3.2/1/222	Formação Profissional Contínua	OS PREGUIÇAS-EDUCAÇÃO APOIO PEDAGÓGICO, LDA	30/04/2001	8 820.28 €	8 820.28 €	5 512.67 €
3.2/1/223	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUES DE FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	33 670.35 €	33 670.35 €	21 043.97 €
3.2/1/224	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. - CENTRO INFORMATICO DA QUINTA, LDA	30/04/2001	74 874.55 €	74 874.55 €	46 796.60 €
3.2/1/226	Formação Profissional Contínua	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC. DESENV., LDA	30/04/2001	71 347.28 €	71 347.28 €	44 592.05 €
3.2/1/227	Formação Profissional Contínua	CORPUM - MULTIMEDIA E FORMAÇÃO, LDA	30/04/2001	26 751.98 €	26 751.98 €	16 719.99 €
3.2/1/228	Formação Profissional Contínua	AVAFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	30/04/2001	40 610.33 €	31 709.20 €	19 818.25 €
3.2/1/229	Formação Profissional Contínua	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES SERV. INFRM., LDA	30/04/2001	7 306.89 €	7 306.89 €	4 566.81 €
3.2/1/231	Formação Profissional Contínua	SINMOTAXI-SIND. NAC. MOTOR. TAXI AL. LIG. PASSAG.	30/04/2001	84 430.42 €	84 430.42 €	52 769.01 €
3.2/1/233	Formação Profissional Contínua	GLOBAL CHANGE - CONSULT. INTERN. ASSOC., LDA	30/04/2001	21 362.82 €	21 362.82 €	13 351.57 €
3.2/1/234	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	30/04/2001	108 034.96 €	108 034.96 €	67 521.85 €
3.2/1/235	Formação Profissional Contínua	FORDOMINIUM- FORM. PROFISSIONAL, LDA	30/04/2001	122 229.43 €	122 229.43 €	76 393.39 €
3.2/1/236	Formação Profissional Contínua	CONSONOB- FORM. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	30/04/2001	14 352.14 €	14 352.14 €	8 970.09 €
3.2/1/237	Formação Profissional Contínua	FIAT AUTO MARKETING INSTITUTE PORT., ACE	30/04/2001	89 850.28 €	89 850.28 €	56 156.43 €
3.2/1/238	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETUBAL	30/04/2001	107 522.87 €	107 522.87 €	67 201.79 €
3.2/1/239	Formação Profissional Contínua	AAOO- SOC. FORM. PROF. CONS. TECNICA, AS	30/04/2001	176 929.70 €	176 929.70 €	110 581.06 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/240	Formação Profissional Contínua	ASS. SIND. DO PESSOAL DE TRÁFEGO DA CARRIS	30/04/2001	70 831,15 €	70 831,15 €	44 269,47 €
3.2/1/241	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGUESA	30/04/2001	119 136,88 €	119 136,88 €	74 460,55 €
3.2/1/242	Formação Profissional Contínua	EAST NET - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES, LDA	30/04/2001	33 006,85 €	33 006,85 €	20 629,28 €
3.2/1/243	Formação Profissional Contínua	MARIA GLÓRIA RAMOS- CONS.GEST.FORM.PROF., LDA	30/04/2001	46 506,60 €	46 506,60 €	29 066,63 €
3.2/1/245	Formação Profissional Contínua	EXTERNATO CONTINENTAL DE IVONE P.F.C.SANTOS	30/04/2001	59 807,20 €	59 807,20 €	37 379,50 €
3.2/1/246	Formação Profissional Contínua	MÁRIO PEREIRA VITOR (M.P.V. - CONSULTORES)	30/04/2001	63 928,93 €	63 928,93 €	39 955,58 €
3.2/1/247	Formação Profissional Contínua	DELTA FOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORMAT., LDA	25/05/2001	83 299,30 €	83 299,30 €	52 062,06 €
3.2/1/248	Formação Profissional Contínua	CAP - CONED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	25/05/2001	190 575,61 €	190 575,61 €	119 109,76 €
3.2/1/249	Formação Profissional Contínua	ANTROP-ASSOC.NAC.TRANS.P.ROD.PES.PASSAGEIROS	25/05/2001	17 421,43 €	17 421,43 €	10 888,40 €
3.2/1/250	Formação Profissional Contínua	AREASINA - FORMAÇÃO PROFISIONAL, LDA	25/05/2001	29 449,03 €	29 449,03 €	18 405,64 €
3.2/1/251	Formação Profissional Contínua	ARISCO- INSTITUIÇÃO PROMOÇÃO SOC. E SAUDE	25/05/2001	73 824,65 €	73 824,65 €	46 140,41 €
3.2/1/252	Formação Profissional Contínua	ASSOC. BENEF. CASAS DE S. VICENTE DE PAULO	25/05/2001	65 092,67 €	54 217,18 €	33 885,74 €
3.2/1/253	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PROTESE	25/05/2001	89 484,34 €	89 484,34 €	55 927,71 €
3.2/1/254	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DOS DISTRIBUIDORES DE ÁGUA	25/05/2001	13 597,54 €	13 597,54 €	8 498,46 €
3.2/1/255	Formação Profissional Contínua	ASSOC.DOS INDUSTRIAIS DE OLIVESARIA DO SUL	25/05/2001	62 965,98 €	62 965,98 €	39 353,74 €
3.2/1/256	Formação Profissional Contínua	ASSOC.LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	25/05/2001	104 121,06 €	104 121,06 €	65 075,66 €
3.2/1/257	Formação Profissional Contínua	BELTRÃO COELHO, LDA	25/05/2001	135 557,17 €	46 217,16 €	28 885,73 €
3.2/1/258	Formação Profissional Contínua	C.M.Amadora	25/05/2001	10 755,63 €	10 755,63 €	6 722,27 €
3.2/1/259	Formação Profissional Contínua	CASA S. PEDRO DE ALVERCA	25/05/2001	52 542,42 €	35 378,72 €	22 111,70 €
3.2/1/260	Formação Profissional Contínua	CCRLVT	25/05/2001	80 421,32 €	80 421,32 €	50 263,32 €
3.2/1/261	Formação Profissional Contínua	CENFORCAL - CENTRO FORM. PROFISIONAL, LDA	25/05/2001	146 601,93 €	146 601,93 €	91 626,21 €
3.2/1/263	Formação Profissional Contínua	CENTRO CULT. SOCIAL 5º ANT. DOS CAVALEIROS	25/05/2001	31 210,58 €	19 505,21 €	12 190,76 €
3.2/1/264	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRRALINHO	25/05/2001	31 983,78 €	23 578,85 €	14 736,78 €
3.2/1/265	Formação Profissional Contínua	CEVALDOR-CTTECN. VAL.ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	25/05/2001	11 512,13 €	11 512,13 €	7 195,08 €
3.2/1/267	Formação Profissional Contínua	CIC - ASSOC. P/A COOP. INTERCAMBIO E CULTURA	25/05/2001	38 818,40 €	38 818,40 €	24 261,50 €
3.2/1/268	Formação Profissional Contínua	CIMPOWEL - VEICULOS PESADOS, LDA	25/05/2001	44 244,13 €	19 798,92 €	12 374,33 €
3.2/1/269	Formação Profissional Contínua	COMPUGONTA - SOC.TEC.PLAN.CONTABILISTICO, LDA	25/05/2001	26 631,47 €	18 513,53 €	11 570,96 €
3.2/1/270	Formação Profissional Contínua	COPRAI - ASSOCIACAO INDUSTRIAL PORTUGUESA	25/05/2001	241 677,18 €	121 442,96 €	75 901,85 €
3.2/1/271	Formação Profissional Contínua	COZINHAS XIRACLASSE -MOBÉIS DECORAÇÕES, LDA	25/05/2001	35 525,35 €	33 725,00 €	21 078,13 €
3.2/1/272	Formação Profissional Contínua	DRHS- DEPARTAMENTO REC. HUMANOS DA SAUDE	25/05/2001	43 069,10 €	42 551,04 €	26 594,40 €
3.2/1/273	Formação Profissional Contínua	ECOSAÚDE	25/05/2001	34 303,25 €	34 303,25 €	21 439,53 €
3.2/1/274	Formação Profissional Contínua	ECOSAUDE	25/05/2001	141 626,87 €	141 626,87 €	88 516,80 €
3.2/1/275	Formação Profissional Contínua	ELECTRO CENTRAL VULCANIZADORA, LDA	25/05/2001	24 703,46 €	15 124,97 €	9 453,11 €
3.2/1/276	Formação Profissional Contínua	ENATUR - EMPRESA NACIONAL DO TURISMO,AS	25/05/2001	6 975,84 €	6 975,84 €	4 359,90 €
3.2/1/278	Formação Profissional Contínua	FEDERACAO PORTUGUESA DE GOLF	25/05/2001	6 892,50 €	6 892,50 €	4 307,81 €
3.2/1/279	Formação Profissional Contínua	FERRERA & FILHO, LDA	25/05/2001	18 427,50 €	14 470,38 €	9 043,99 €
3.2/1/280	Formação Profissional Contínua	FORMAPSIS - FORM. E CONSULT. UNIPessoal, LDA	25/05/2001	99 504,64 €	99 504,64 €	62 190,40 €
3.2/1/281	Formação Profissional Contínua	GESTICOOP- COOP. SINDICAL DE SERVIÇOS. CRL	25/05/2001	63 745,39 €	63 745,39 €	39 840,87 €
3.2/1/282	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	25/05/2001	29 496,52 €	25 453,14 €	15 908,21 €
3.2/1/283	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	25/05/2001	110 978,80 €	87 639,95 €	54 774,97 €
3.2/1/284	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE ABRANTES	25/05/2001	39 192,44 €	39 192,44 €	24 495,28 €
3.2/1/285	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SETUBAL (S. BERNARDO)	25/05/2001	8 572,41 €	8 572,41 €	5 357,76 €
3.2/1/286	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL JULIO DE MATOS	25/05/2001	68 546,86 €	47 756,91 €	29 848,07 €
3.2/1/287	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL PROFISIONAL CONTINUA	25/05/2001	34 612,76 €	34 612,76 €	21 632,98 €
3.2/1/289	Formação Profissional Contínua	IAPMEI- INST.APOIO AS PEQ.MÉDIAS EMP. E INV.	25/05/2001	121 728,90 €	60 694,03 €	37 933,77 €
3.2/1/290	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST.FIN. APOIO DESENV.AGRIC.PESCAS	25/05/2001	34 785,97 €	18 438,44 €	11 524,03 €
3.2/1/291	Formação Profissional Contínua	IFR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO RENAULT, LDA	25/05/2001	79 109,70 €	79 109,70 €	49 443,56 €
3.2/1/292	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO	25/05/2001	84 252,58 €	62 179,79 €	38 862,37 €
3.2/1/295	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO NACIONAL DO DESPORTO - IND	25/05/2001	307 105,55 €	71 526,30 €	44 703,94 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2.1/296	Formação Profissional Contínua	IRRICAMPO - SISTEMAS DE REGA, LDA	25/05/2001	67 923,43 €	38 157,06 €	23 848,16 €
3.2.1/297	Formação Profissional Contínua	J.LUCENA - CONSULT. - PROJECTOS E SERVICOS.EIRL	25/05/2001	44 865,27 €	44 865,27 €	28 040,79 €
3.2.1/298	Formação Profissional Contínua	J.LUCENA - CONSULT. - PROJECTOS E SERVICOS.EIRL	25/05/2001	54 141,16 €	54 141,16 €	33 838,23 €
3.2.1/299	Formação Profissional Contínua	IRNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	25/05/2001	33 043,40 €	33 043,40 €	20 652,12 €
3.2.1/300	Formação Profissional Contínua	LAWMI - SOC. DE MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA	25/05/2001	57 804,70 €	43 080,99 €	26 925,62 €
3.2.1/302	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	25/05/2001	57 144,70 €	35 947,05 €	22 466,90 €
3.2.1/304	Formação Profissional Contínua	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, AS	25/05/2001	105 501,03 €	56 297,83 €	35 186,15 €
3.2.1/305	Formação Profissional Contínua	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMACAO, LDA	25/05/2001	74 809,71 €	74 809,71 €	46 756,07 €
3.2.1/306	Formação Profissional Contínua	MINISTERIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	25/05/2001	90 306,18 €	72 064,32 €	45 040,20 €
3.2.1/307	Formação Profissional Contínua	MULTIOPTICAS DE GESTAO, AS	25/05/2001	119 280,58 €	42 770,67 €	26 731,67 €
3.2.1/310	Formação Profissional Contínua	PANRICO - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	25/05/2001	52 399,40 €	30 799,77 €	19 249,85 €
3.2.1/311	Formação Profissional Contínua	ADP - Adubos de Portugal S. A	25/05/2001	145 910,68 €	72 866,62 €	45 541,64 €
3.2.1/312	Formação Profissional Contínua	RADINUI-COMERCIO GROSSO BACALHAU E AFINS, AS	25/05/2001	43 295,36 €	34 566,39 €	21 604,00 €
3.2.1/313	Formação Profissional Contínua	RDPE - DESENV. DE PROJECTOS EMPRESARIAIS, LDA	25/05/2001	86 259,30 €	86 259,30 €	53 912,06 €
3.2.1/313	Formação Profissional Contínua	COLOMER PORTUGAL - Produtos Cosméticos e Profissionais, Lda	25/05/2001	23 892,05 €	15 760,20 €	9 850,12 €
3.2.1/314	Formação Profissional Contínua	RUMO COOPERATIVA DE EDUCACAO, CRL	25/05/2001	20 004,86 €	20 004,86 €	12 503,04 €
3.2.1/315	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMACAO, LDA	25/05/2001	75 712,16 €	75 712,16 €	47 320,10 €
3.2.1/316	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MAIRA	25/05/2001	149 113,14 €	146 819,09 €	91 761,93 €
3.2.1/317	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	25/05/2001	27 948,04 €	27 948,04 €	17 467,52 €
3.2.1/318	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	25/05/2001	104 914,35 €	104 914,35 €	65 571,47 €
3.2.1/319	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DAS FINANÇAS	25/05/2001	103 856,14 €	103 856,14 €	64 910,09 €
3.2.1/320	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DAS FINANÇAS	25/05/2001	11 209,44 €	10 881,77 €	6 801,11 €
3.2.1/321	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DAS FINANÇAS	25/05/2001	43 464,55 €	19 224,65 €	12 015,41 €
3.2.1/322	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO UTILIZ. COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	25/05/2001	90 249,00 €	90 249,00 €	56 405,62 €
3.2.1/324	Formação Profissional Contínua	SOPOL - SOC. GERAL CONSTRUCOES OBRAS PUBLICAS	25/05/2001	52 462,73 €	52 462,73 €	32 789,21 €
3.2.1/325	Formação Profissional Contínua	TERMOCLASS- SOC. INST. AQUEC.GENT LAREIRAS GAS	25/05/2001	33 269,06 €	31 174,11 €	19 483,82 €
3.2.1/326	Formação Profissional Contínua	TIBA- COMERCIO E IND. MAT. CONSTRUÇÃO, SA	25/05/2001	59 040,79 €	59 040,79 €	36 900,49 €
3.2.1/327	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	25/05/2001	19 668,44 €	19 668,44 €	12 292,78 €
3.2.1/328	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	25/05/2001	39 299,39 €	39 299,39 €	24 562,12 €
3.2.1/329	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	27/06/2001	3 024,84 €	3 024,84 €	1 890,52 €
3.2.1/330	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	27/06/2001	29 247,91 €	29 247,91 €	18 279,95 €
3.2.1/331	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	27/06/2001	14 456,41 €	14 456,41 €	9 035,26 €
3.2.1/332	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	27/06/2001	2 425,26 €	2 425,26 €	1 515,79 €
3.2.1/333	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/06/2001	33 435,46 €	33 435,46 €	20 897,16 €
3.2.1/334	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/06/2001	23 870,28 €	23 870,28 €	14 918,93 €
3.2.1/335	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOIA	27/06/2001	100 740,05 €	66 986,62 €	41 866,64 €
3.2.1/336	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOIA	27/06/2001	2 530,60 €	2 400,82 €	1 500,51 €
3.2.1/337	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CIVEC	27/06/2001	19 233,96 €	19 031,77 €	11 894,86 €
3.2.1/338	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/06/2001	10 647,33 €	10 647,33 €	6 654,58 €
3.2.1/339	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	27/06/2001	147 965,15 €	135 375,70 €	84 609,81 €
3.2.1/340	Formação Profissional Contínua	Comércio, Serviços e Novas	27/06/2001	321 292,31 €	259 071,72 €	161 919,82 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Horn.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/341	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPRA	27/06/2001	56 109,77 €	50 881,95 €	31 801,22 €
3.2/1/342	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/06/2001	12 762,77 €	12 762,77 €	7 976,73 €
3.2/1/343	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F. P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/06/2001	244 948,37 €	182 758,25 €	114 223,91 €
3.2/1/344	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	27/06/2001	31 769,96 €	25 415,97 €	15 884,98 €
3.2/1/345	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	27/06/2001	8 047,41 €	6 437,92 €	4 023,70 €
3.2/1/347	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	27/06/2001	217 114,90 €	217 114,90 €	135 696,82 €
3.2/1/348	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	27/06/2001	65 887,38 €	65 667,91 €	41 042,44 €
3.2/1/349	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/06/2001	64 757,59 €	60 181,31 €	37 613,32 €
3.2/1/350	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Alverca	27/06/2001	100 589,24 €	100 589,24 €	62 868,28 €
3.2/1/351	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	27/06/2001	75 983,48 €	75 983,48 €	47 489,67 €
3.2/1/352	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Tomar	27/06/2001	49 675,52 €	49 675,52 €	28 547,20 €
3.2/1/353	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	27/06/2001	21 269,08 €	21 269,08 €	13 293,18 €
3.2/1/354	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	27/06/2001	50 043,79 €	50 043,79 €	31 277,37 €
3.2/1/355	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Santarém	27/06/2001	61 324,41 €	61 324,41 €	38 327,76 €
3.2/1/356	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	27/06/2001	32 635,25 €	32 635,25 €	20 397,03 €
3.2/1/357	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	27/06/2001	40 776,15 €	40 776,15 €	25 453,85 €
3.2/1/358	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	27/06/2001	63 462,89 €	63 462,89 €	39 664,31 €
3.2/1/359	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOIA	27/06/2001	42 868,48 €	24 859,48 €	15 537,18 €
3.2/1/360	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOIA	27/06/2001	267 132,84 €	172 828,28 €	108 017,67 €
3.2/1/361	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	27/06/2001	224 761,64 €	198 089,38 €	123 805,87 €
3.2/1/364	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	27/06/2001	37 052,28 €	36 926,99 €	23 079,37 €
3.2/1/365	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/06/2001	78 755,20 €	78 755,20 €	49 222,00 €
3.2/1/366	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/06/2001	4 434,31 €	4 434,31 €	2 771,45 €
3.2/1/367	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F. P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/06/2001	973 099,83 €	655 584,32 €	409 740,20 €
3.2/1/368	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	27/06/2001	64 903,30 €	51 922,64 €	32 451,65 €
3.2/1/369	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	27/06/2001	136 702,64 €	109 362,11 €	68 351,32 €
3.2/1/370	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/06/2001	185 469,20 €	173 544,75 €	108 465,47 €
3.2/1/371	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/06/2001	48 049,54 €	44 653,78 €	27 908,62 €
3.2/1/372	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SAO JOSE	27/06/2001	130 653,92 €	81 658,70 €	51 036,69 €
3.2/1/373	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	27/06/2001	310 137,63 €	100 901,84 €	63 063,65 €
3.2/1/374	Formação Profissional Contínua	ORDEM DOS MEDICOS	27/06/2001	388 063,20 €	388 063,20 €	242 539,50 €
3.2/1/375	Formação Profissional Contínua	ANUE - ASSOC. NAC. JOVENS EMPRESARIOS	27/06/2001	281 889,81 €	281 889,81 €	176 181,13 €
3.2/1/376	Formação Profissional Contínua	AREASINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	27/06/2001	63 405,19 €	63 405,19 €	39 628,25 €
3.2/1/377	Formação Profissional Contínua	Ass. Form. Prof. e Des. do Montijo	27/06/2001	131 938,42 €	131 938,42 €	82 461,51 €
3.2/1/378	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROTECTORA DIABÉTICOS DE PORTUGAL	27/06/2001	44 122,75 €	44 122,75 €	27 576,72 €
3.2/1/379	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROD. AGRIC. MANIQUE INTEND. MACUSSA	27/06/2001	36 566,84 €	36 566,84 €	22 854,27 €
3.2/1/381	Formação Profissional Contínua	Município de Lisboa	27/06/2001	105 748,85 €	105 748,85 €	66 093,03 €
3.2/1/382	Formação Profissional Contínua	Município de Lisboa	27/06/2001	66 889,93 €	66 889,93 €	41 808,21 €
3.2/1/383	Formação Profissional Contínua	CEBI - FUND. P/ DESENV. COMUNITARIO ALVERCA	27/06/2001	35 193,48 €	27 897,71 €	17 436,07 €
3.2/1/384	Formação Profissional Contínua	CENTRO AGRICOLA E RURAL DO OESTE	27/06/2001	29 654,65 €	29 654,65 €	18 534,16 €
3.2/1/385	Formação Profissional Contínua	CENTRO GESTAO EMPRESA AGRICOLA OBRIDOS	27/06/2001	36 566,84 €	36 566,84 €	22 854,27 €
3.2/1/387	Formação Profissional Contínua	COMUNIDADE VIDA E PAZ	27/06/2001	254 153,28 €	121 714,01 €	76 071,26 €



Código	Designação do Projecto	Name Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/388	Formação Profissional Contínua	DRHS- DEPARTAMENTO REC. HUMANOS DA SAUDE	27/06/2001	78 540.62 €	78 540.62 €	49 087.89 €
3.2/1/389	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	27/06/2001	88 683.92 €	88 683.92 €	55 427.45 €
3.2/1/390	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAUDE	27/06/2001	3 649.18 €	3 649.18 €	2 280.74 €
3.2/1/391	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SECUNDARIA DA SOBREDA - ALMADA	27/06/2001	79 271.46 €	79 271.46 €	49 544.66 €
3.2/1/392	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. Mª FERNANDA RESENDE	27/06/2001	20 387.42 €	20 387.42 €	12 742.14 €
3.2/1/393	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	27/06/2001	5 846.71 €	5 846.71 €	3 654.19 €
3.2/1/394	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	27/06/2001	14 345.90 €	14 345.90 €	8 966.19 €
3.2/1/395	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE ALCOBACA	27/06/2001	9 185.59 €	9 185.59 €	5 740.99 €
3.2/1/396	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	27/06/2001	23 826.66 €	20 124.00 €	12 577.50 €
3.2/1/397	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	27/06/2001	14 133.25 €	12 934.59 €	8 084.12 €
3.2/1/398	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	27/06/2001	80 252.54 €	70 582.11 €	44 113.82 €
3.2/1/399	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRIAL DE ABRANTES	27/06/2001	24 948.96 €	24 948.96 €	15 593.10 €
3.2/1/400	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	27/06/2001	163 454.53 €	163 454.53 €	102 159.08 €
3.2/1/401	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	27/06/2001	84 702.20 €	84 702.20 €	52 938.88 €
3.2/1/402	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS	27/06/2001	55 946.09 €	36 435.44 €	22 772.15 €
3.2/1/403	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTONIO DOS CAPUCHOS	27/06/2001	109 866.26 €	50 718.69 €	31 699.18 €
3.2/1/404	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTONIO DOS CAPUCHOS	27/06/2001	25 070.51 €	25 070.51 €	15 669.07 €
3.2/1/405	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTONIO DOS CAPUCHOS	27/06/2001	246 342.10 €	242 097.03 €	151 310.64 €
3.2/1/406	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTONIO DOS CAPUCHOS	27/06/2001	136 496.63 €	136 496.63 €	85 310.39 €
3.2/1/407	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTONIO DOS CAPUCHOS	27/06/2001	7 733.74 €	7 733.74 €	4 833.59 €
3.2/1/408	Formação Profissional Contínua	I.O.S. - INSTITUTO DA QUALIDADE DA SAUDE	27/06/2001	87 223.68 €	87 223.68 €	54 514.80 €
3.2/1/409	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. DA DROGA E TOXICODPENDENCIA	27/06/2001	50 945.26 €	45 850.73 €	28 656.71 €
3.2/1/410	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE S. JOAO DE DEUS	27/06/2001	9 238.16 €	4 592.25 €	2 870.16 €
3.2/1/411	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO FONTES PEREIRA DE MELO	27/06/2001	286 457.64 €	286 457.64 €	179 036.03 €
3.2/1/412	Formação Profissional Contínua	INTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	27/06/2001	135 953.05 €	135 953.05 €	84 970.66 €
3.2/1/413	Formação Profissional Contínua	INTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	27/06/2001	39 838.99 €	39 838.99 €	24 899.37 €
3.2/1/414	Formação Profissional Contínua	N.J. - FORMAÇÃO PROF. E PROJECTOS, LDA	27/06/2001	46 856.04 €	46 042.80 €	28 776.75 €
3.2/1/415	Formação Profissional Contínua	SALVADOR CAETANO, SA	27/06/2001	57 321.31 €	35 825.81 €	22 391.13 €
3.2/1/416	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL MIN. CIENCIA E TECNOLOGIA	27/06/2001	350 170.21 €	114 365.59 €	71 478.49 €
3.2/1/417	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC. GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	27/06/2001	60 132.40 €	60 132.40 €	37 578.38 €
3.2/1/418	Formação Profissional Contínua	SISE - SINDICATO INDEP. SECTOR ENERGETICO	27/06/2001	12 750.37 €	12 750.37 €	7 968.98 €
3.2/1/419	Formação Profissional Contínua	TECNOFORMA - SERV. E COM. INTERNACIONAIS, SA	27/06/2001	4 249.48 €	4 249.48 €	2 655.92 €
3.2/1/420	Formação Profissional Contínua	TECNOFORMA - SERV. E COM. INTERNACIONAIS, SA	27/06/2001	31 064.75 €	31 064.75 €	19 415.47 €
3.2/1/421	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMATICO, LDA	27/06/2001	187 933.40 €	111 803.00 €	69 876.88 €
3.2/1/422	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMATICO, LDA	27/06/2001	203 031.86 €	87 466.13 €	54 666.33 €
3.2/1/423	Formação Profissional Contínua	VISTEON PORTUGUESA, LDT	27/06/2001	144 763.48 €	81 421.62 €	50 888.51 €
3.2/1/424	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC. PORT. DE NAVIOS TANQUES, SA	27/06/2001	384 553.35 €	135 186.32 €	84 491.45 €
3.2/1/425	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	27/06/2001	83 556.30 €	82 902.40 €	51 814.00 €
3.2/1/426	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE CURRY CABRAL	27/06/2001	16 818.70 €	16 818.70 €	10 511.69 €
3.2/1/427	Formação Profissional Contínua	X PROCESSOS - SERV. GESTAO DE PROCESSOS, SA	27/06/2001	119 992.06 €	119 872.07 €	74 920.04 €
3.2/1/428	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA STº ISABEL - TORRES NOVAS	27/06/2001	5 057.76 €	5 057.76 €	3 161.10 €
3.2/1/429	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA STº ISABEL - TORRES NOVAS	27/06/2001	52 027.57 €	51 377.23 €	32 110.77 €
3.2/1/430	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	27/06/2001	16 577.95 €	16 361.93 €	10 226.20 €
3.2/1/431	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	27/06/2001	378 558.80 €	378 558.80 €	236 599.25 €
3.2/1/432	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	27/06/2001	34 903.82 €	34 903.82 €	21 814.89 €
3.2/1/433	Formação Profissional Contínua	CEFOCAP	24/07/2001	106 821.35 €	106 821.35 €	66 763.35 €
3.2/1/434	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	24/07/2001	43 455.96 €	43 455.96 €	27 159.97 €
3.2/1/435	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	24/07/2001			
3.2/1/436	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	24/07/2001			
3.2/1/437	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	24/07/2001			

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações			Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo	
3.2/1/438	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeção - CIVEC	24/07/2001	106 443,15 €	104 770,17 €	65 481,36 €	
3.2/1/439	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	24/07/2001	147 803,58 €	128 504,09 €	80 315,06 €	
3.2/1/440	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	17/10/2001	277 645,14 €	247 351,71 €	154 594,82 €	
3.2/1/441	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO	24/07/2001	1 113 394,52 €	425 094,03 €	265 683,77 €	
3.2/1/442	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL EGAS MONIZ	24/07/2001	541 492,69 €	317 759,04 €	198 599,40 €	
3.2/1/443	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRICTAL DE TORRES VEDRAS	24/07/2001	217 801,35 €	173 861,02 €	108 663,14 €	
3.2/1/444	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRICTAL DO MONTEJO	24/07/2001	34 191,29 €	34 191,29 €	21 369,56 €	
3.2/1/445	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	24/07/2001	88 492,18 €	86 723,24 €	54 702,02 €	
3.2/1/446	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	24/07/2001	61 733,42 €	60 322,14 €	37 701,34 €	
3.2/1/447	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	24/07/2001	97 533,02 €	76 029,97 €	47 518,73 €	
3.2/1/448	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	24/07/2001	22 662,88 €	14 827,47 €	9 267,17 €	
3.2/1/449	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	24/07/2001	73 258,71 €	37 028,36 €	23 142,73 €	
3.2/1/450	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRICTAL DE SANTARÉM	24/07/2001	86 397,30 €	76 576,40 €	47 860,25 €	
3.2/1/451	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRICTAL DE SANTARÉM	24/07/2001	9 751,92 €	5 285,26 €	3 303,29 €	
3.2/1/452	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	24/07/2001	127 348,67 €	113 557,91 €	70 973,69 €	
3.2/1/453	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO MILHARADO	24/07/2001	82 923,16 €	81 647,41 €	51 029,63 €	
3.2/1/454	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS CLÍNICA GERAL	24/07/2001	11 542,23 €	11 542,23 €	7 273,90 €	
3.2/1/455	Formação Profissional Contínua	SINDICATO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS SAÚDE	24/07/2001	41 366,15 €	41 366,15 €	25 853,84 €	
3.2/1/456	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS PATOLOGISTAS	24/07/2001	22 151,82 €	22 151,82 €	13 844,89 €	
3.2/1/457	Formação Profissional Contínua	ESTER-ASS.FORMA.T.SECT. ROCHAS ORN.INDUSTRIAIS	24/07/2001	5 530,37 €	5 530,37 €	3 456,48 €	
3.2/1/458	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	24/07/2001	14 532,02 €	14 532,02 €	9 082,51 €	
3.2/1/459	Formação Profissional Contínua	ASSOC. AGRICULTORES DO OESTE	24/07/2001	66 585,72 €	66 585,72 €	41 616,07 €	
3.2/1/460	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE ALVORNINHA	24/07/2001	48 760,58 €	48 760,58 €	30 475,36 €	
3.2/1/461	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONDOR, LDA	24/07/2001	36 777,26 €	35 226,88 €	22 016,80 €	
3.2/1/462	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONDOR, LDA	24/07/2001	99 427,14 €	84 676,87 €	52 923,05 €	
3.2/1/463	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL ANADORA SINTRA - SOCIEDADE GESTORA, SA	11/09/2001	769 932,34 €	238 585,12 €	149 115,70 €	
3.2/1/464	Formação Profissional Contínua	CINAT - CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO TÉCNICO, LDA	11/09/2001	228 847,77 €	200 395,93 €	125 247,46 €	
3.2/1/465	Formação Profissional Contínua	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	11/09/2001	71 745,50 €	71 745,50 €	44 840,94 €	
3.2/1/466	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SAO JOSE	11/09/2001	274 020,02 €	247 864,49 €	154 915,30 €	
3.2/1/467	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	11/09/2001	8 345,49 €	8 345,49 €	5 215,93 €	
3.2/1/468	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	11/09/2001	909 683,74 €	731 493,07 €	457 183,17 €	
3.2/1/469	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPRA	11/09/2001	187 751,15 €	153 098,13 €	95 686,34 €	
3.2/1/470	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	11/09/2001	161 104,75 €	161 104,75 €	100 690,47 €	
3.2/1/471	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	11/09/2001	136 014,21 €	136 014,21 €	85 008,88 €	
3.2/1/472	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	11/09/2001	354 234,41 €	354 425,15 €	221 515,72 €	
3.2/1/473	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	11/09/2001	14 542,00 €	14 542,00 €	9 088,75 €	
3.2/1/474	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL Nº 5º DO ROSÁRIO - BARREIRO	11/09/2001	100 877,42 €	86 850,17 €	54 281,36 €	
3.2/1/475	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE ENFERMEIROS	11/09/2001	34 390,87 €	34 390,87 €	21 494,29 €	
3.2/1/476	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	11/09/2001	36 130,93 €	33 636,94 €	21 023,09 €	
3.2/1/477	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	11/09/2001	78 607,34 €	67 168,28 €	41 980,18 €	
3.2/1/478	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	11/09/2001	88 066,31 €	88 066,31 €	55 043,44 €	
3.2/1/479	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	11/09/2001	12 314,49 €	12 314,49 €	7 696,55 €	



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2.1/1480	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	11/09/2001	70 899,38 €	70 899,38 €	44 312,11 €
3.2.1/1481	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODEPENDENCIA	17/10/2001	41 460,19 €	41 460,19 €	25 912,62 €
3.2.1/1482	Formação Profissional Contínua	ITAU - INST. TÉCNICO ALIMENT. HUMANA	17/10/2001	798 306,57 €	541 582,55 €	338 489,10 €
3.2.1/1652	Formação Profissional Contínua	APIEE - ASSOC. PORT. DOS IND. DE ENG. ELÉCTRICA	27/12/2001	23 813,67 €	23 813,67 €	14 883,51 €
3.2.1/1653	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	27/12/2001	45 414,64 €	35 886,65 €	22 429,16 €
3.2.1/1654	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMP. PORT. DE PROD. ELECTRICIDADE, SA	27/12/2001	12 732,34 €	10 001,25 €	6 250,78 €
3.2.1/1655	Formação Profissional Contínua	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, S.A	25/02/2002	135 889,08 €	135 889,08 €	84 930,68 €
3.2.1/1656	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	27/12/2001	172 977,55 €	172 977,55 €	108 110,97 €
3.2.1/1657	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	27/12/2001	78 285,61 €	78 285,61 €	48 928,50 €
3.2.1/1658	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	27/12/2001	1 007 884,18 €	289 295,89 €	180 809,93 €
3.2.1/1659	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	27/12/2001	603 458,54 €	112 149,13 €	70 093,21 €
3.2.1/1660	Formação Profissional Contínua	TUV - RHEINLAND PORTUGAL, INSPECÇÕES TÉCNICAS, LDA	25/02/2002	100 373,18 €	100 373,18 €	62 733,24 €
3.2.1/1661	Formação Profissional Contínua	ALSTOM POWER PORTUGAL, SA	25/02/2002	615 458,90 €	175 150,85 €	109 469,28 €
3.2.1/1662	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	27/12/2001	367 331,06 €	367 331,06 €	229 581,91 €
3.2.1/1663	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	27/12/2001	103 852,74 €	103 852,74 €	64 907,96 €
3.2.1/1664	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	27/12/2001	91 006,17 €	91 006,17 €	56 878,85 €
3.2.1/1665	Formação Profissional Contínua	GASFONTO - SIST. E INSTALAÇÕES DE GAS, SA	27/12/2001	55 750,41 €	28 918,77 €	18 074,23 €
3.2.1/1666	Formação Profissional Contínua	GEBALIS - GEST. BARRIOS MUNICIPAIS LISBOA, EM	27/12/2001	47 690,27 €	22 853,18 €	14 283,24 €
3.2.1/1667	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	27/12/2001	633 673,84 €	335 783,77 €	209 864,86 €
3.2.1/1668	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHO CASCAIS	27/12/2001	160 763,60 €	160 763,60 €	100 477,25 €
3.2.1/1669	Formação Profissional Contínua	ACISO - ASSOC. COM. IND. SERV. CONC. DE OUREM	27/12/2001	54 137,31 €	54 137,31 €	33 835,82 €
3.2.1/1670	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL CONCELHOS OIRAS AMADORA	27/12/2001	234 082,20 €	234 082,20 €	146 301,38 €
3.2.1/1671	Formação Profissional Contínua	LIMPARISO - SOC. HIG., LIMPEZA E CONSERV., LDA	27/12/2001	45 035,33 €	38 632,31 €	24 145,19 €
3.2.1/1672	Formação Profissional Contínua	PHC - SERVIÇOS de Tecnologia Industrial, Lda	25/02/2002	128 261,45 €	104 712,65 €	65 445,41 €
3.2.1/1673	Formação Profissional Contínua	ACISN - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARE	27/12/2001	157 213,83 €	157 213,83 €	98 258,64 €
3.2.1/1674	Formação Profissional Contínua	SOTÉCNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	27/12/2001	67 107,35 €	27 567,99 €	17 229,99 €
3.2.1/1675	Formação Profissional Contínua	ACITOFEBIA-ASS.C.I.CONC.TOMAR, F.ZÉZERE E V.N.BARQUINHA	27/12/2001	201 501,54 €	201 501,54 €	125 938,46 €
3.2.1/1676	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	27/12/2001	452 171,56 €	452 171,56 €	282 607,23 €
3.2.1/1677	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INV.TRANSF.URB. REG.SOC.UNIP., LDA	27/12/2001	117 491,97 €	117 491,97 €	73 432,48 €
3.2.1/1678	Formação Profissional Contínua	MBP - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	27/12/2001	127 139,22 €	127 139,22 €	79 462,01 €
3.2.1/1679	Formação Profissional Contínua	MBP - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	27/12/2001	152 576,58 €	152 576,58 €	95 360,36 €
3.2.1/1680	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	27/12/2001	81 787,89 €	81 787,89 €	51 117,43 €
3.2.1/1681	Formação Profissional Contínua	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	25/02/2002	198 324,37 €	198 324,37 €	123 952,73 €
3.2.1/1682	Formação Profissional Contínua	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	25/02/2002	213 586,16 €	213 586,16 €	133 491,35 €
3.2.1/1683	Formação Profissional Contínua	FASTAOSTEUIDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	63 660,77 €	63 660,77 €	39 787,98 €
3.2.1/1684	Formação Profissional Contínua	FASTAOSTEUIDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	71 727,52 €	71 727,52 €	44 829,70 €
3.2.1/1685	Formação Profissional Contínua	FASTAOSTEUIDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	67 445,57 €	67 445,57 €	42 153,48 €
3.2.1/1686	Formação Profissional Contínua	LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	27/12/2001	548 342,34 €	207 940,06 €	129 962,54 €
3.2.1/1687	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA - CONSULT. REC. FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	88 005,91 €	88 005,91 €	55 003,69 €
3.2.1/1688	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	27/12/2001	404 213,21 €	172 982,85 €	108 114,28 €
3.2.1/1689	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	27/12/2001	190 857,59 €	105 376,08 €	65 860,05 €
3.2.1/1691	Formação Profissional Contínua	SETACOOP-SIND.E.TÉCN.A.CONST.CIVIL P E AFINS	27/12/2001	184 391,62 €	184 391,62 €	115 244,76 €
3.2.1/1692	Formação Profissional Contínua	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	224 326,57 €	224 326,57 €	140 204,11 €
3.2.1/1693	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	25/02/2002	234 014,00 €	234 014,00 €	146 258,75 €
3.2.1/1694	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	25/02/2002	133 571,09 €	133 571,09 €	83 481,93 €
3.2.1/1695	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÉS - GRANDES ARMAZENS, SA	27/12/2001	669 101,80 €	329 800,28 €	206 125,18 €
3.2.1/1696	Formação Profissional Contínua	IPPEL - INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	27/12/2001	191 263,06 €	191 263,06 €	119 539,41 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/697	Formação Profissional Contínua	IPEL - INST. PART. FORMA E ENSINO LINGUAS, LDA	27/12/2001	51 463,32 €	51 463,32 €	32 164,58 €
3.2/1/698	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	27/12/2001	135 906,97 €	135 906,97 €	84 941,86 €
3.2/1/699	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	27/12/2001	135 509,59 €	135 509,59 €	84 693,49 €
3.2/1/700	Formação Profissional Contínua	ENSULIS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. UNIPessoal	25/02/2002	224 326,57 €	224 326,57 €	140 204,11 €
3.2/1/701	Formação Profissional Contínua	AERSET- ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETUBAL	27/12/2001	1 286 687,15 €	1 286 687,15 €	804 179,47 €
3.2/1/702	Formação Profissional Contínua	UNIAO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	25/02/2002	582 543,53 €	582 543,53 €	364 089,70 €
3.2/1/703	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST. FORMA BANCÁRIA	27/12/2001	598 557,48 €	598 557,48 €	374 098,42 €
3.2/1/704	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST. FORMA BANCÁRIA	27/12/2001	31 433,63 €	31 433,63 €	19 646,02 €
3.2/1/705	Formação Profissional Contínua	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	25/02/2002	84 696,88 €	84 696,88 €	33 280,58 €
3.2/1/706	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	25/02/2002	485 879,58 €	194 958,15 €	121 848,84 €
3.2/1/707	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	25/02/2002	26 753,35 €	9 445,53 €	5 903,45 €
3.2/1/708	Formação Profissional Contínua	METROPOLITANO DE LISBOA, EP	25/02/2002	871 647,33 €	486 493,61 €	304 058,51 €
3.2/1/709	Formação Profissional Contínua	INFT- INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	27/12/2001	921 368,43 €	921 368,43 €	575 855,27 €
3.2/1/710	Formação Profissional Contínua	INFT- INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	27/12/2001	63 682,75 €	63 682,75 €	39 801,72 €
3.2/1/711	Formação Profissional Contínua	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	27/12/2001	93 109,27 €	93 109,27 €	58 193,29 €
3.2/1/712	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECSA	27/12/2001	441 433,47 €	441 433,47 €	275 895,92 €
3.2/1/713	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECSA	27/12/2001	42 140,57 €	42 140,57 €	26 337,86 €
3.2/1/715	Formação Profissional Contínua	CEFSAP	27/12/2001	511 437,44 €	511 437,44 €	319 648,40 €
3.2/1/716	Formação Profissional Contínua	CEFSAP	27/12/2001	91 489,51 €	91 489,51 €	57 180,94 €
3.2/1/717	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/12/2001	257 349,00 €	257 349,00 €	160 843,12 €
3.2/1/718	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/12/2001	14 168,00 €	14 168,00 €	8 855,00 €
3.2/1/719	Formação Profissional Contínua	CENFIC	27/12/2001	179 924,29 €	122 570,49 €	76 606,56 €
3.2/1/720	Formação Profissional Contínua	CENFIC	27/12/2001	28 657,26 €	28 657,26 €	17 910,79 €
3.2/1/721	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/12/2001	584 720,16 €	323 594,19 €	202 246,37 €
3.2/1/722	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJIOR	27/12/2001	1 036 041,00 €	1 036 041,00 €	647 525,63 €
3.2/1/723	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJIOR	27/12/2001	59 857,00 €	59 857,00 €	37 410,62 €
3.2/1/724	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJIOR	27/12/2001	18 098,00 €	18 098,00 €	11 311,25 €
3.2/1/725	Formação Profissional Contínua	GFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/12/2001	109 275,00 €	109 275,00 €	68 296,88 €
3.2/1/726	Formação Profissional Contínua	GFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/12/2001	5 588,00 €	5 588,00 €	3 492,50 €
3.2/1/727	Formação Profissional Contínua	GFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	27/12/2001	40 347,00 €	40 347,00 €	25 216,87 €
3.2/1/728	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/12/2001	183 500,00 €	183 500,00 €	114 687,50 €
3.2/1/729	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/12/2001	107 000,00 €	107 000,00 €	66 875,00 €
3.2/1/730	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	27/12/2001	101 500,00 €	101 500,00 €	63 437,50 €
3.2/1/731	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	27/12/2001	780 246,86 €	780 246,86 €	487 654,29 €
3.2/1/732	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção - CINEC	27/12/2001	245 667,85 €	245 667,85 €	153 542,41 €

Codigo	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/733	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/12/2001	451 277,00 €	451 277,00 €	282 048,13 €
3.2/1/734	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/12/2001	141 977,00 €	141 977,00 €	88 735,63 €
3.2/1/735	Formação Profissional Contínua	IEFP	27/12/2001	286 109,90 €	286 109,90 €	178 818,68 €
3.2/1/736	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	10/02/2002	213 301,69 €	155 096,66 €	96 935,41 €
3.2/1/737	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	10/02/2002	372 337,43 €	162 674,22 €	101 671,39 €
3.2/1/738	Formação Profissional Contínua	PROSALIS - PROJECTO DE SAUDE EM LISBOA	10/02/2002	22 610,91 €	22 610,91 €	14 131,82 €
3.2/1/739	Formação Profissional Contínua	ASSOC. CENTRO JOVEM TEJO	13/03/2002	42 918,81 €	42 918,81 €	26 824,26 €
3.2/1/740	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTAO RECUR.HUMANOS, LDA	10/02/2002	36 556,30 €	36 556,30 €	22 847,69 €
3.2/1/741	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTAO RECUR.HUMANOS, LDA	10/02/2002	167 586,12 €	167 586,12 €	104 741,32 €
3.2/1/742	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PROPRIA - FORMA. E CONSULT., LDA	10/02/2002	119 892,86 €	119 892,86 €	74 933,04 €
3.2/1/744	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	13/03/2002	62 934,72 €	62 934,72 €	39 334,20 €
3.2/1/745	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	13/03/2002	147 129,21 €	147 129,21 €	91 955,76 €
3.2/1/746	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EP	10/02/2002	264 826,02 €	141 982,14 €	88 738,84 €
3.2/1/747	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIARIA NACIONAL - REFER, EP	10/02/2002	92 578,88 €	49 698,17 €	31 061,35 €
3.2/1/748	Formação Profissional Contínua	KNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	10/02/2002	456 318,43 €	456 318,43 €	285 199,02 €
3.2/1/749	Formação Profissional Contínua	PROFOC - PROJECTOS FORMA. E CONSULTORIA, LDA	10/02/2002	191 689,65 €	191 689,65 €	119 806,03 €
3.2/1/750	Formação Profissional Contínua	AERLIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	10/02/2002	666 691,70 €	666 691,70 €	416 687,31 €
3.2/1/751	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	10/02/2002	619 802,23 €	387 376,39 €	387 376,39 €
3.2/1/752	Formação Profissional Contínua	NERLEI - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE LEIRIA	10/02/2002	273 128,33 €	273 128,33 €	170 705,21 €
3.2/1/753	Formação Profissional Contínua	NERSANT	10/02/2002	539 867,59 €	539 867,59 €	337 417,24 €
3.2/1/755	Formação Profissional Contínua	QGI - GESTÃO DE SIST.DE AVAL.DA QUALIDADE, AS	10/02/2002	257 159,22 €	257 159,22 €	160 724,51 €
3.2/1/756	Formação Profissional Contínua	QGI - GESTÃO DE SIST.DE AVAL.DA QUALIDADE, AS	10/02/2002	34 597,62 €	34 597,62 €	21 621,51 €
3.2/1/757	Formação Profissional Contínua	Instituto da Solidaridade e da Qualidade	10/02/2002	297 658,72 €	297 658,72 €	186 036,70 €
3.2/1/758	Formação Profissional Contínua	Instituto da Solidaridade e da Qualidade	10/02/2002	257 942,11 €	257 942,11 €	161 713,82 €
3.2/1/759	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	10/02/2002	164 339,94 €	164 339,94 €	102 712,46 €
3.2/1/760	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DAS PROFISSÕES DA AMADORA, E.M.	10/02/2002	185 569,23 €	185 569,23 €	115 980,77 €
3.2/1/761	Formação Profissional Contínua	FIDES - COOP. DE FORMA., DESENV. E SOLIDARIEDADE, CRL	10/02/2002	357 550,84 €	357 550,84 €	223 469,28 €
3.2/1/769	Formação Profissional Contínua	FUTURMIX - INOVACAO E GESTÃO, LDA	13/03/2002	93 316,98 €	93 316,98 €	58 323,11 €
3.2/1/770	Formação Profissional Contínua	IBERSOL - RESTAURACAO, S.A	13/03/2002	324 116,08 €	171 911,17 €	107 444,48 €
3.2/1/771	Formação Profissional Contínua	P.M.G. - PSICOLOGIA E MULTIGESTÃO, LDA	13/03/2002	89 089,23 €	89 089,23 €	55 680,77 €
3.2/1/772	Formação Profissional Contínua	SAFIRA SERVICES - LIMPEZA E ESPAÇOS VERDES, S.A	13/03/2002	202 618,78 €	100 235,16 €	62 646,98 €
3.2/1/773	Formação Profissional Contínua	INST. INVESTIG. DESENV., COOP. E FORMA. BENTO DE JESUS CARAÇA	13/03/2002	311 053,09 €	311 053,09 €	194 408,18 €
3.2/1/774	Formação Profissional Contínua	EUROSET - SERVICOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	13/03/2002	346 869,30 €	346 869,30 €	216 793,31 €
3.2/1/775	Formação Profissional Contínua	EIA - ENSINO, INVEST. ADMINISTRAÇÃO, S.A UNIVER. ATLÁNTICA	13/03/2002	182 781,50 €	182 781,50 €	114 238,44 €
3.2/1/776	Formação Profissional Contínua	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS	13/03/2002	142 797,86 €	142 797,86 €	89 248,66 €
3.2/1/777	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO	13/03/2002	600 553,74 €	299 796,43 €	187 372,77 €
3.2/1/778	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO	13/03/2002	459 648,29 €	178 389,50 €	111 493,44 €
3.2/1/779	Formação Profissional Contínua	FDTI - FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMACAO	13/03/2002	84 184,85 €	34 684,78 €	21 677,99 €
3.2/1/780	Formação Profissional Contínua	FARAME - FAB. DE ARTIGOS DE ARAME, LDA	13/03/2002	48 945,49 €	48 945,49 €	30 590,93 €
3.2/1/781	Formação Profissional Contínua	APR- ASSOC.PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	13/03/2002	110 560,61 €	110 560,61 €	69 100,38 €
3.2/1/782	Formação Profissional Contínua	IFR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO RENAULT, LDA	13/03/2002	21 519,34 €	21 519,34 €	13 449,59 €
3.2/1/783	Formação Profissional Contínua	ORDEM DOS MEDICOS	13/03/2002	5 398,76 €	5 398,76 €	3 374,23 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/784	Formação Profissional Contínua	ASSOC. BENEF. CASAS DE S. VICENTE DE PAULO	13/03/2002	73 888,45 €	63 777,05 €	39 860,66 €
3.2/1/785	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PROTESE	13/03/2002	162 305,45 €	162 305,45 €	101 440,91 €
3.2/1/786	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	13/03/2002	34 079,70 €	34 079,70 €	21 299,81 €
3.2/1/787	Formação Profissional Contínua	FORUM DANCA	13/03/2002	188 546,35 €	188 546,35 €	117 841,47 €
3.2/1/788	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROTECTORA DIABÉTICOS DE PORTUGAL	13/03/2002	34 698,02 €	34 698,02 €	21 686,26 €
3.2/1/790	Formação Profissional Contínua	PORTUGAL TELECOM. INOVAÇÃO, SA	13/03/2002	39 993,58 €	35 994,22 €	22 496,39 €
3.2/1/791	Formação Profissional Contínua	CONSONOR - FORM. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	13/03/2002	216 265,55 €	216 265,55 €	135 165,97 €
3.2/1/792	Formação Profissional Contínua	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	13/03/2002	164 268,13 €	164 268,13 €	102 667,58 €
3.2/1/793	Formação Profissional Contínua	SEA-SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	13/03/2002	26 888,93 €	26 888,93 €	16 805,58 €
3.2/1/794	Formação Profissional Contínua	SEA-SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	13/03/2002	60 725,83 €	60 725,83 €	37 953,64 €
3.2/1/795	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	13/03/2002	171 035,30 €	171 035,30 €	106 897,06 €
3.2/1/796	Formação Profissional Contínua	FORDOMUNIM - FORM. PROFISSIONAL, LDA	13/03/2002	89 539,93 €	89 539,93 €	55 962,46 €
3.2/1/797	Formação Profissional Contínua	MULTIÓPTICAS DE GESTÃO, AS	13/03/2002	75 358,10 €	34 616,08 €	21 635,05 €
3.2/1/798	Formação Profissional Contínua	CESP-SIND.TRAB.COMERCIO.ESCRIT.SERV.PORTUGAL	13/03/2002	136 073,81 €	136 073,81 €	85 046,13 €
3.2/1/799	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PICAPAU - CENTRO FORM. REC. TOXICODPENDENTES	13/03/2002	41 497,15 €	41 497,15 €	25 935,72 €
3.2/1/800	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL ORTOPEDICO-SANTIAGO DO OÚTÃO	13/03/2002	36 061,80 €	33 381,14 €	20 863,21 €
3.2/1/801	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SETÚBAL (S. BERNARDO)	13/03/2002	44 195,72 €	44 195,72 €	27 622,33 €
3.2/1/802	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. M. FERNANDA RESENDE	13/03/2002	16 654,63 €	16 654,63 €	10 409,14 €
3.2/1/803	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. M. FERNANDA RESENDE	13/03/2002	10 745,11 €	10 745,11 €	6 715,69 €
3.2/1/804	Formação Profissional Contínua	SERVICO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODPENDENCIA	13/03/2002	6 693,92 €	3 813,26 €	2 383,29 €
3.2/1/805	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL EGAS MONIZ	13/03/2002	80 899,54 €	58 821,76 €	36 763,60 €
3.2/1/806	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL EGAS MONIZ	13/03/2002	65 268,06 €	46 701,39 €	29 188,37 €
3.2/1/807	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	13/03/2002	37 365,74 €	32 788,13 €	20 492,58 €
3.2/1/808	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	13/03/2002	35 209,76 €	28 857,92 €	18 036,20 €
3.2/1/809	Formação Profissional Contínua	ICA - INDUSTRIA E COMERCIO ALIMENTAR, S.A	13/03/2002	77 811,12 €	60 378,15 €	37 236,34 €
3.2/1/810	Formação Profissional Contínua	EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, LDA	13/03/2002	62 009,97 €	50 529,57 €	31 580,98 €
3.2/1/811	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	04/04/2002	84 495,35 €	84 495,35 €	52 809,59 €
3.2/1/812	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	04/04/2002	25 893,60 €	25 893,60 €	16 183,50 €
3.2/1/813	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA - GAB. FORM. PROJECTOS DA AJUDA, LDA	04/04/2002	169 691,78 €	169 691,78 €	106 057,36 €
3.2/1/814	Formação Profissional Contínua	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	04/04/2002	72 448,72 €	72 448,72 €	45 280,45 €
3.2/1/815	Formação Profissional Contínua	ASSOC.LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	04/04/2002	104 675,77 €	104 675,77 €	65 422,36 €
3.2/1/816	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	04/04/2002	46 293,38 €	25 631,03 €	16 019,39 €
3.2/1/817	Formação Profissional Contínua	FORNIPSIS - FORM. E CONSULT. UNIPESSOAL, LDA	04/04/2002	28 631,81 €	15 462,55 €	9 664,09 €
3.2/1/818	Formação Profissional Contínua	FORNIPSIS - FORM. E CONSULT. UNIPESSOAL, LDA	04/04/2002	78 432,89 €	78 432,89 €	49 020,56 €
3.2/1/819	Formação Profissional Contínua	ASSOC. HOSPITAL CIVIL E MISERICORDIA DE ALHANDRA	04/04/2002	28 807,97 €	15 599,52 €	9 749,70 €
3.2/1/820	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	04/04/2002	21 513,05 €	21 513,05 €	13 445,66 €
3.2/1/822	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA STª ISABEL - TORRES NOVAS	04/04/2002	86 252,62 €	82 620,06 €	51 637,54 €
3.2/1/823	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL RAINHA STª ISABEL - TORRES NOVAS	04/04/2002	62 884,99 €	62 884,99 €	39 303,12 €
3.2/1/824	Formação Profissional Contínua	TONHELO - CENTRO DE ENSINO INFORMATICO, LDA	04/04/2002	40 500,22 €	40 500,22 €	25 312,64 €
3.2/1/825	Formação Profissional Contínua	TONHELO - CENTRO DE ENSINO INFORMATICO, LDA	04/04/2002	12 230,20 €	12 230,20 €	7 643,88 €
3.2/1/826	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGALIA	04/04/2002	29 069,51 €	29 069,51 €	18 168,44 €
3.2/1/827	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC.PORT.AGENCIAS VIAGENS TURISMO	04/04/2002	126 963,90 €	126 963,90 €	79 352,44 €
3.2/1/828	Formação Profissional Contínua	ITALCO - MODA ITALIANA, LDA	04/04/2002	139 047,70 €	63 821,27 €	39 888,29 €
3.2/1/829	Formação Profissional Contínua	OESTECONSULT - CONSULT. DE GESTÃO, LDA	04/04/2002	97 867,45 €	97 867,45 €	61 167,16 €
3.2/1/830	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB.PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	04/04/2002	224 484,78 €	224 484,78 €	140 302,99 €
3.2/1/831	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA 3.ª IDADE LIGADAS A IGREJA	04/04/2002	22 079,02 €	22 079,02 €	13 799,39 €
3.2/1/832	Formação Profissional Contínua	SERVICO UTILIZ. COMUN DOS HOSPITAIS (SUCH)	04/04/2002	104 426,53 €	39 299,14 €	24 561,96 €
3.2/1/833	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	04/04/2002	217 984,21 €	217 984,21 €	136 240,13 €
3.2/1/834	Formação Profissional Contínua	ESPAÇOS VERDES - PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA	04/04/2002	51 831,39 €	51 831,39 €	32 394,62 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2.1/1835	Formação Profissional Contínua	CEVALOR-GT/TECN. VAL. ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	04/04/2002	9 267.16 €	9 267.16 €	5 791.98 €
3.2.1/1836	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	04/04/2002	115 155.50 €	76 956.06 €	48 097.54 €
3.2.1/1838	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE COMÉRCIO AGRÍCOLA DE SANTARÉM, LDA	04/04/2002	31 368.53 €	27 688.07 €	17 305.04 €
3.2.1/1839	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARTA	04/04/2002	106 794.92 €	92 789.54 €	57 993.46 €
3.2.1/1840	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARTA	04/04/2002	80 080.39 €	68 246.46 €	42 654.04 €
3.2.1/1842	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PORTUGUESA RADIO MARCONI	04/04/2002	90 256.64 €	52 145.72 €	32 591.08 €
3.2.1/1843	Formação Profissional Contínua	SIND. IAC. DOS FERROV. ADMINIST. I. SERVICOS	04/04/2002	179 621.68 €	179 621.68 €	112 263.55 €
3.2.1/1844	Formação Profissional Contínua	CAPOO- SOC. FORM. PROF. CONS. TÉCNICA, AS	04/04/2002	129 706.32 €	129 706.32 €	81 066.45 €
3.2.1/1845	Formação Profissional Contínua	CAPOMOVEL - VEÍCULOS PESADOS, LDA	04/04/2002	16 201.58 €	16 201.58 €	10 125.99 €
3.2.1/1846	Formação Profissional Contínua	AREASINSA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	04/04/2002	61 165.92 €	61 165.92 €	38 228.70 €
3.2.1/1847	Formação Profissional Contínua	AREASINSA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	04/04/2002	55 598.64 €	55 598.64 €	34 749.15 €
3.2.1/1848	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM. LDA	04/04/2002	168 574.62 €	168 574.62 €	105 359.14 €
3.2.1/1849	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND. AGENTES TÉCN. ARQ. E ENGENHARIA	04/04/2002	133 128.10 €	133 128.10 €	83 205.06 €
3.2.1/1850	Formação Profissional Contínua	CARITAS DIOCESANA DE SETUBAL	04/04/2002	54 803.84 €	54 803.84 €	34 252.40 €
3.2.1/1851	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	31 776.61 €	31 776.61 €	19 860.38 €
3.2.1/1852	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	04/04/2002	155 079.32 €	155 079.32 €	96 924.58 €
3.2.1/1853	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	40 021.04 €	40 021.04 €	25 013.15 €
3.2.1/1854	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	50 063.66 €	50 063.66 €	31 289.79 €
3.2.1/1855	Formação Profissional Contínua	DATINFOR - INFORMÁTICA, SERV. E ESTUDIOS, LDA	04/04/2002	148 526.04 €	98 720.57 €	61 700.36 €
3.2.1/1856	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	04/04/2002	186 091.79 €	186 091.79 €	116 307.37 €
3.2.1/1857	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. DA DROGA E TOXICODPENDENCIA	04/04/2002	11 970.05 €	11 970.05 €	255 505.22 €
3.2.1/1858	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. DA DROGA E TOXICODPENDENCIA	04/04/2002	153 970.83 €	153 970.83 €	96 231.77 €
3.2.1/1859	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DOS DISTRIBUIDORES DE AGUA	04/04/2002	38 402.03 €	38 402.03 €	24 001.27 €
3.2.1/1860	Formação Profissional Contínua	SONIPO - SOC. DE COMÉRCIO DE AUTOMOVEIS, LDA	04/04/2002	29 748.93 €	22 389.79 €	13 993.62 €
3.2.1/1861	Formação Profissional Contínua	TRASESA - CONS. HIGIENE SEG. SAUDE TRAB., SA	04/04/2002	34 963.14 €	32 777.68 €	20 486.05 €
3.2.1/1862	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	04/04/2002	36 387.45 €	36 387.45 €	22 742.16 €
3.2.1/1864	Formação Profissional Contínua	LOSANGO- ASSOC. PORT. AGENTES REPRESENT. AUT. UNIÃO EUROPEIA	04/04/2002	29 054.96 €	29 054.96 €	18 159.35 €
3.2.1/1865	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	04/04/2002	108 594.53 €	108 594.53 €	67 871.58 €
3.2.1/1866	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	20 360.93 €	20 360.93 €	12 725.58 €
3.2.1/1867	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARACA	04/04/2002	121 607.29 €	121 607.29 €	76 004.56 €
3.2.1/1868	Formação Profissional Contínua	JOAO JACINTO TOMÉ, LDA	04/04/2002	14 253.06 €	14 253.06 €	8 908.16 €
3.2.1/1869	Formação Profissional Contínua	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	04/04/2002	37 421.86 €	37 421.86 €	23 388.66 €
3.2.1/1870	Formação Profissional Contínua	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	04/04/2002	44 584.40 €	44 584.40 €	27 865.25 €
3.2.1/1871	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDEASAS	04/04/2002	172 559.23 €	172 559.23 €	107 849.52 €
3.2.1/1872	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	04/04/2002	85 958.25 €	63 386.86 €	39 616.79 €
3.2.1/1873	Formação Profissional Contínua	LINDE SOGAS, LDA	04/04/2002	82 713.18 €	47 816.49 €	29 885.31 €
3.2.1/1874	Formação Profissional Contínua	GOCEPI - GESTÃO, ORG., CONSULT, EST., PROJ. INOVAÇÃO, UNIP., LDA	04/04/2002	61 201.92 €	60 469.81 €	37 793.63 €
3.2.1/1875	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	04/04/2002	64 594.45 €	64 594.45 €	40 371.53 €
3.2.1/1876	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETUBAL	04/04/2002	25 139.74 €	25 139.74 €	15 712.34 €
3.2.1/1877	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETUBAL	04/04/2002	157 741.21 €	157 741.21 €	98 588.26 €
3.2.1/1878	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETUBAL	04/04/2002	70 130.41 €	70 130.41 €	43 831.51 €
3.2.1/1880	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	04/04/2002	3 735.67 €	3 335.95 €	2 084.97 €
3.2.1/1881	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL DE PALMELA	04/04/2002	69 633.71 €	69 633.71 €	43 571.07 €
3.2.1/1882	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	04/04/2002	121 778.55 €	112 906.50 €	70 566.56 €
3.2.1/1883	Formação Profissional Contínua	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	27 576.56 €	27 576.56 €	17 235.35 €
3.2.1/1884	Formação Profissional Contínua	PROVIAI PORT - CONC. P/A ALIMENT. ANIMAIS, AS	04/04/2002	50 061.58 €	18 038.66 €	11 274.16 €
3.2.1/1885	Formação Profissional Contínua	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC. DESENV., LDA	04/04/2002	117 762.85 €	117 762.85 €	73 601.78 €
3.2.1/1886	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	75 012.12 €	75 012.12 €	46 882.58 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.2/1/887	Formação Profissional Contínua	SINFA - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E AFINS	04/04/2002	87 749,56 €	87 749,56 €	54 843,48 €
3.2/1/888	Formação Profissional Contínua	SEMA - SIND.ENGENHEIROS MARINHA.MERCANTE	04/04/2002	63 742,41 €	63 742,41 €	39 839,01 €
3.2/1/889	Formação Profissional Contínua	FORMASADO - FORMA, CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	04/04/2002	58 220,45 €	58 220,45 €	36 387,78 €
3.2/1/890	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	14 153,48 €	14 153,48 €	8 845,93 €
3.2/1/891	Formação Profissional Contínua	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, AS	04/04/2002	115 146,32 €	43 156,40 €	26 972,75 €
3.2/1/892	Formação Profissional Contínua	GCT ON LINE - DISTRIB. ALIMENTAR ELECTRÓNICA, AS	04/04/2002	8 515,19 €	5 917,45 €	3 698,41 €
3.2/1/893	Formação Profissional Contínua	MUTARCA TRADING, LDA	04/04/2002	41 770,39 €	29 497,64 €	18 436,03 €
3.2/1/894	Formação Profissional Contínua	MEGACOF JAM - COMERCIO SIDERURGICO, LDA	04/04/2002	19 667,35 €	19 667,35 €	12 292,09 €
3.2/1/895	Formação Profissional Contínua	LOUROSTOFO - FÁBRICA DE ESTOPOS, LDA	04/04/2002	139 480,72 €	97 057,96 €	60 661,23 €
3.2/1/896	Formação Profissional Contínua	MULTILINEA - EQUIPAMENTO DE COZINHA E BANHO, LDA	04/04/2002	121 679,25 €	84 194,59 €	52 621,62 €
3.2/1/897	Formação Profissional Contínua	GRÊSTEJO - INDUSTRIAS CERAMICAS, AS	04/04/2002	127 613,35 €	89 020,51 €	55 637,82 €
3.2/1/898	Formação Profissional Contínua	ELECTROTEJO-INSTAL.ELECTRICAS DO RIBATEJO, LDA	04/04/2002	354 899,28 €	196 883,02 €	123 051,89 €
3.2/1/899	Formação Profissional Contínua	CONFORLIMPA TEJO - LIMPEZAS INDUSTRIAIS, LDA	04/04/2002	111 297,64 €	78 192,74 €	48 870,46 €
3.2/1/900	Formação Profissional Contínua	NUCASE - CONTABILIDADE E ASSISTENCIA FISCAL, LDA	04/04/2002	94 217,67 €	94 217,67 €	58 886,04 €
3.2/1/901	Formação Profissional Contínua	CRUZETA - ESCULTURA, CANTARIA E RESTAURO, LDA	04/04/2002	5 631,27 €	5 631,27 €	3 519,54 €
3.2/1/902	Formação Profissional Contínua	INETI - INSTITUTO NACIONAL DE ENG.º E TECNOL. INDUSTRIAL	04/04/2002	310 456,80 €	212 381,01 €	132 738,13 €
3.2/1/903	Formação Profissional Contínua	SCHINDLER - ASCENSORES E ESCADAS ROLANTES, AS	25/09/2002	330 656,62 €	132 981,41 €	83 113,38 €
3.2/1/904	Formação Profissional Contínua	NORDIGAL - IND. TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, AS	25/09/2002	39 392,46 €	26 346,57 €	16 466,61 €
3.2/1/905	Formação Profissional Contínua	PONTO FRESCO - SUPERMERCADOS, AS	25/09/2002	73 951,01 €	47 053,96 €	29 408,73 €
3.2/1/906	Formação Profissional Contínua	NASTINTAS - DESIGN GRÁFICO E PUBLICIDADE, LDA	25/09/2002	17 215,26 €	17 215,26 €	10 759,54 €
3.2/1/907	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE PROMOÇÃO SOCIAL DE ALHANDRA	25/09/2002	10 362,88 €	10 362,88 €	6 476,80 €
3.2/1/908	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	25/09/2002	142 960,69 €	142 960,69 €	89 350,43 €
3.2/1/909	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	25/09/2002	16 117,79 €	16 117,79 €	10 073,62 €
3.2/1/910	Formação Profissional Contínua	PROSEGUR - TRANSPORTES DE SEGURANÇA, LDA	25/09/2002	56 500,02 €	26 732,67 €	16 707,92 €
3.2/1/911	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	25/09/2002	142 053,27 €	142 053,27 €	88 783,29 €
3.2/1/912	Formação Profissional Contínua	J.J.LOURO PEREIRA, AS	25/09/2002	321 704,29 €	221 621,99 €	138 513,74 €
3.2/1/913	Formação Profissional Contínua	LUSOCOLCHAO - FÁBRICA DE COLCHÕES, LDA	25/09/2002	165 338,35 €	110 708,14 €	69 192,59 €
3.2/1/914	Formação Profissional Contínua	TELETEJO - TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, LDA	25/09/2002	260 610,99 €	146 642,71 €	91 651,69 €
3.2/1/915	Formação Profissional Contínua	ACORDO - COMERCIO DE EQUIP. ELECTRICOS, LDA	25/09/2002	34 689,92 €	34 689,92 €	21 681,20 €
3.2/1/916	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL DO CONCELHO DO BOMBARRAL	25/09/2002	177 461,22 €	177 461,22 €	110 913,26 €
3.2/1/917	Formação Profissional Contínua	TVI - TELEVISAO INDEPENDENTE, AS	25/09/2002	52 814,41 €	42 563,13 €	26 601,96 €
3.2/1/918	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE ALCOBACA	25/09/2002	19 652,14 €	17 458,99 €	10 911,87 €
3.2/1/919	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS	25/09/2002	46 377,33 €	26 772,90 €	16 733,07 €
3.2/1/920	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL 5º ANTONIO DOS CAPUCHOS	25/09/2002	75 892,18 €	67 430,20 €	42 143,88 €
3.2/1/921	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL 5º ANTONIO DOS CAPUCHOS	25/09/2002	96 292,73 €	85 507,94 €	53 442,46 €
3.2/1/922	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR CALDAS DA RAINHA	25/09/2002	43 392,08 €	38 257,66 €	23 911,04 €
3.2/1/923	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR CALDAS DA RAINHA	25/09/2002	65 955,09 €	57 684,40 €	36 052,75 €
3.2/1/924	Formação Profissional Contínua	SPC - SERVIÇO PORTUGUÊS DE CONTENTORES, SA	25/09/2002	93 678,49 €	52 407,20 €	32 754,50 €
3.2/1/925	Formação Profissional Contínua	SINDEL - SINDICATO NACIONAL DA ENERGIA	25/09/2002	19 036,31 €	19 036,31 €	11 897,69 €
3.2/1/926	Formação Profissional Contínua	FERA - FORMAÇÃO, EDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE APLICAÇÕES, SA	25/09/2002	22 384,37 €	22 384,37 €	13 990,23 €
3.2/1/927	Formação Profissional Contínua	ATLANTIDA - Organização de Limpezas Mecanizadas, Lda	25/09/2002	71 682,33 €	71 682,33 €	44 801,46 €
3.2/1/928	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	25/09/2002	59 601,47 €	49 677,83 €	31 048,64 €
3.2/1/929	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	25/09/2002	97 379,26 €	97 379,26 €	60 862,04 €
3.2/1/930	Formação Profissional Contínua	LIMPOCLEAN - Serviços de Limpeza, Manutenção e Ambiente, Lda	25/09/2002	59 435,25 €	44 622,30 €	27 888,94 €
3.2/1/931	Formação Profissional Contínua	NEGÓCIOS XXI - Consultoria e Formação em Gestão, Lda	25/09/2002	83 125,42 €	83 125,42 €	51 953,39 €
3.2/1/932	Formação Profissional Contínua	EURO ALIANÇA - Serv. Operacionais de Segurança Privada, Lda	25/09/2002	83 897,32 €	56 083,08 €	35 051,93 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/937	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	25/09/2002	19 787,32 €	19 787,32 €	12 367,08 €
3.2/1/938	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	25/09/2002	19 787,32 €	19 787,32 €	12 367,08 €
3.2/1/939	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	25/09/2002	48 458,21 €	48 458,21 €	30 286,38 €
3.2/1/940	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	25/09/2002	48 458,21 €	48 458,21 €	30 286,38 €
3.2/1/941	Formação Profissional Contínua	LAS - Louro Aeronaves e Serviços, Lda	25/09/2002	315 781,57 €	165 841,93 €	103 651,21 €
3.2/1/942	Formação Profissional Contínua	MADILIMPE - Serviços e Técnicas de Limpeza, S.A	25/09/2002	41 948,85 €	41 948,85 €	26 218,03 €
3.2/1/943	Formação Profissional Contínua	FORANSIDER - Empresa de Formação e Consultoria, Lda	25/09/2002	67 966,21 €	67 966,21 €	42 478,88 €
3.2/1/944	Formação Profissional Contínua	EDICLUBE - EDIÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, LDA	25/09/2002	123 735,00 €	65 888,19 €	41 180,12 €
3.2/1/945	Formação Profissional Contínua	AUTO CARRUÇO, Lda	25/09/2002	72 817,39 €	42 252,69 €	26 407,93 €
3.2/1/946	Formação Profissional Contínua	CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional, Lda	25/09/2002	58 638,94 €	58 638,94 €	36 649,34 €
3.2/1/947	Formação Profissional Contínua	AUTOMÓVEIS CITROEN, S.A	25/09/2002	212 779,20 €	80 573,05 €	50 358,16 €
3.2/1/948	Formação Profissional Contínua	INTERADADOS - Edições Culturais, Lda	25/09/2002	74 989,99 €	74 989,99 €	46 868,74 €
3.2/1/949	Formação Profissional Contínua	Assoc. Portuguesa para a Protecção dos Deficientes Auditivos	25/09/2002	10 386,47 €	10 386,47 €	6 491,54 €
3.2/1/950	Formação Profissional Contínua	APPAREL VENTUREUROPA TEXTIL, Lda	25/09/2002	33 941,76 €	20 790,79 €	12 994,24 €
3.2/1/951	Formação Profissional Contínua	GENTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A	25/09/2002	119 033,49 €	74 025,25 €	46 265,78 €
3.2/1/952	Formação Profissional Contínua	SOGENAVE - Soc. Geral de Abastecimento à Navegação e Indústria Hoteleira, S.A	25/09/2002	136 601,42 €	74 185,06 €	46 365,66 €
3.2/1/953	Formação Profissional Contínua	WORLD EDITING - Edição de Publicações, Lda	25/09/2002	49 861,77 €	40 833,12 €	25 520,70 €
3.2/1/954	Formação Profissional Contínua	ITN - Informação Telefónica Nacional, Lda	25/09/2002	13 969,97 €	11 538,66 €	7 211,66 €
3.2/1/955	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 3 - Comércio de Mobiliário, S.A	25/09/2002	29 262,46 €	17 673,92 €	11 046,20 €
3.2/1/956	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 2 - Comércio de Móveis e Electrodomésticos, S.A	25/09/2002	7 303,06 €	4 441,69 €	2 776,06 €
3.2/1/957	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 4 - Comércio de Mobiliário, S.A	25/09/2002	48 164,23 €	28 946,82 €	18 091,76 €
3.2/1/958	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 5 - Móveis e Decorações, S.A	25/09/2002	51 014,88 €	30 202,07 €	18 876,29 €
3.2/1/959	Formação Profissional Contínua	ENDEANE F1 - Consultores, Lda	25/09/2002	3 778,81 €	2 378,81 €	2 361,76 €
3.2/1/960	Formação Profissional Contínua	TEKELEC - Componentes e Equipamentos, Lda	25/09/2002	175 160,38 €	77 488,30 €	48 430,19 €
3.2/1/961	Formação Profissional Contínua	A-PR, Consultores Associados, Lda	25/09/2002	409 143,96 €	409 143,96 €	255 714,98 €
3.2/1/962	Formação Profissional Contínua	PERDIGOTTO & FILHOS, Lda	25/09/2002	114 305,93 €	87 370,84 €	54 606,78 €
3.2/1/963	Formação Profissional Contínua	AIRO - ASSOC. IND. DA REGIÃO DO OESTE	25/09/2002	322 633,68 €	322 633,68 €	201 646,05 €
3.2/1/964	Formação Profissional Contínua	Assoc. Humanitária Bombeiros Voluntários de Palmela	25/09/2002	18 436,23 €	12 409,40 €	7 755,88 €
3.2/1/965	Formação Profissional Contínua	SINTICA - Sínd. dos Técnicos de Inf. e Comunicações Aeronáuticas	25/09/2002	123 200,08 €	123 200,08 €	77 000,05 €
3.2/1/966	Formação Profissional Contínua	SAPEC AGRO, S.A	25/09/2002	101 436,45 €	35 174,23 €	21 983,89 €
3.2/1/967	Formação Profissional Contínua	Sindicato dos Funcionários Judiciais	25/09/2002	66 332,53 €	66 332,53 €	41 457,83 €
3.2/1/968	Formação Profissional Contínua	FROULCO & HENRIQUES Associados, Lda	25/09/2002	86 093,75 €	86 093,75 €	53 808,59 €
3.2/1/969	Formação Profissional Contínua	Gerção Total e Inovação Empresarial - GTIE Consultores, Lda	25/09/2002	163 655,59 €	158 364,65 €	98 977,91 €
3.2/1/970	Formação Profissional Contínua	SOOND - Comércio de Automóveis, S.A	25/09/2002	29 821,64 €	22 023,18 €	13 764,49 €
3.2/1/971	Formação Profissional Contínua	Cardoso & Filhos, Lda	25/09/2002	22 148,62 €	22 148,62 €	13 842,89 €
3.2/1/972	Formação Profissional Contínua	Ordem dos Médicos Dentistas	25/09/2002	15 144,09 €	15 144,09 €	9 465,06 €
3.2/1/973	Formação Profissional Contínua	ENMPARQUE - Empreendimentos Exploração Parques, S.A	25/09/2002	76 966,76 €	48 647,63 €	30 404,77 €
3.2/1/974	Formação Profissional Contínua	GABRIELLA - Gabinete Técnico de Engenharia e Planeamento, S.A	25/09/2002	193 216,93 €	86 324,63 €	53 952,89 €
3.2/1/975	Formação Profissional Contínua	OPERESTIVA - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda	25/09/2002	82 284,74 €	47 353,72 €	29 596,08 €
3.2/1/976	Formação Profissional Contínua	FABRISCAPE - Fábrica de Escapes para Automóveis, Lda	25/09/2002	112 788,00 €	112 788,00 €	70 492,50 €
3.2/1/977	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SECUNDARIA DA SOBREIRA - ALMADA	25/09/2002	288 245,66 €	288 245,66 €	180 153,54 €
3.2/1/978	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	25/09/2002	164 790,62 €	164 790,62 €	102 994,14 €
3.2/1/979	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	25/09/2002	32 410,90 €	32 410,90 €	20 256,81 €
3.2/1/980	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	25/09/2002	144 489,95 €	144 489,95 €	90 306,22 €
3.2/1/981	Formação Profissional Contínua	Secretaria Geral do Ministério da Educação	25/09/2002	187 540,72 €	121 548,08 €	75 967,55 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.2/1/982	Formação Profissional Contínua	GTE - Gabinete Técnico de Engenharia, S.A	25/09/2002	27 963,65 €	18 678,74 €	11 674,21 €
3.2/1/983	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	12/12/2002	106 892,65 €	91 350,08 €	57 093,80 €
3.2/1/984	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	25/09/2002	19 928,64 €	18 083,09 €	11 301,93 €
3.2/1/985	Formação Profissional Contínua	VERSUS - Projectos de Informática e Formação, Lda	25/09/2002	62 524,70 €	62 524,70 €	39 077,94 €
3.2/1/986	Formação Profissional Contínua	MITSUBISHI MOTORS PORTUGAL, S.A	25/09/2002	206 528,02 €	59 316,21 €	37 072,63 €
3.2/1/987	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	25/09/2002	84 454,09 €	76 034,02 €	47 521,26 €
3.2/1/988	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE ENFERMEIROS	25/09/2002	34 515,04 €	34 515,04 €	21 571,90 €
3.2/1/989	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	25/09/2002	23 197,33 €	20 399,73 €	12 749,83 €
3.2/1/990	Formação Profissional Contínua	APME - Assoc. Portuguesa das Mulheres Empresárias	25/09/2002	24 052,64 €	24 052,64 €	15 032,90 €
3.2/1/991	Formação Profissional Contínua	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	25/09/2002	53 475,62 €	53 475,62 €	33 422,26 €
3.2/1/992	Formação Profissional Contínua	ACISMA- ASS. COM.IND.SERV.MUNICIPIO AZAMBUJA	25/09/2002	260 987,17 €	260 987,17 €	163 116,98 €
3.2/1/993	Formação Profissional Contínua	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE	25/09/2002	65 274,49 €	41 647,13 €	26 029,46 €
3.2/1/994	Formação Profissional Contínua	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE	25/09/2002	110 825,34 €	84 454,12 €	57 783,83 €
3.2/1075	Formação Profissional Contínua	IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas	09/10/2002	120 326,91 €	120 326,91 €	75 204,32 €
3.3/0/0	Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	IEFP	27/04/2001	33 420 000,00 €	33 420 000,00 €	20 887 500,00 €
3.3/1/001	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Tomar	01/04/2001	771 142,06 €	771 142,06 €	481 963,79 €
3.3/1/002	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	01/04/2001	675 526,04 €	675 526,04 €	422 203,77 €
3.3/1/003	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	01/04/2001	47 259,03 €	47 259,03 €	29 536,89 €
3.3/1/004	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	01/04/2001	1 014 323,85 €	1 014 323,85 €	633 952,41 €
3.3/1/005	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	01/04/2001	827 127,89 €	827 127,89 €	516 954,93 €
3.3/1/006	Formação Profissional	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	01/04/2001	724 471,51 €	724 471,51 €	452 794,70 €
3.3/1/007	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	01/04/2001	1 328 065,64 €	1 328 065,64 €	830 041,02 €
3.3/1/008	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	01/04/2001	106 069,56 €	106 069,56 €	66 293,47 €
3.3/1/009	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	01/04/2001	87 153,79 €	87 153,79 €	54 471,12 €
3.3/1/010	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOA	01/04/2001	132 847,79 €	132 847,79 €	83 029,87 €
3.3/1/011	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	01/04/2001	364 412,71 €	364 412,71 €	227 757,94 €
3.3/1/012	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel - CEPRA	01/04/2001	28 129,12 €	28 129,12 €	17 580,70 €
3.3/1/013	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	01/04/2001	89 850,47 €	89 850,47 €	56 156,54 €
3.3/1/014	Formação Profissional	CEFOSEP	01/04/2001	477 070,27 €	477 070,27 €	298 166,92 €
3.3/1/015	Formação Profissional	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	01/04/2001	795 419,51 €	795 419,51 €	497 137,20 €
3.3/1/016	Formação Profissional	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, SA	30/04/2001	207 085,72 €	207 085,72 €	129 428,58 €
3.3/1/017	Formação Profissional	Instituto de Soldadura e da Qualidade	30/04/2001	219 866,60 €	219 866,60 €	137 416,62 €
3.3/1/018	Formação Profissional	RUMOS - FORMACAO E COMUNICACAO, SA	30/04/2001	174 987,50 €	174 987,50 €	109 367,19 €
3.3/1/019	Formação Profissional	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	30/04/2001	279 147,10 €	279 147,10 €	174 466,93 €
3.3/1/020	Formação Profissional	ANTRAM- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTADORES PUBLICOS RODoviários DE MERCADORIAS	30/04/2001	109 300,99 €	109 300,99 €	68 313,12 €
3.3/1/021	Formação Profissional	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	30/04/2001	150 020,01 €	150 020,01 €	93 762,51 €
3.3/1/023	Formação Profissional	CIDEC - CENTRO INTERDISCIPLINAR ECONÓMICOS	30/04/2001	137 693,16 €	137 693,16 €	86 058,23 €
3.3/1/024	Formação Profissional	MCVAV-METALURGICA CENTRAL ALPHOS VEDROS, LDA	30/04/2001	150 547,00 €	150 547,00 €	94 091,88 €
3.3/1/026	Formação Profissional	ASSOCIAÇÃO CRISTA DA NOCIDADE DE SETUBAL	30/04/2001	274 312,79 €	274 312,79 €	171 445,49 €
3.3/1/027	Formação Profissional	CENTRO COMUNITARIO DA QUINTA DO CONDE	30/04/2001	274 878,30 €	274 878,30 €	171 798,94 €
3.3/1/029	Formação Profissional	INDE. ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV. , CRL	30/04/2001	320 737,40 €	320 737,40 €	200 460,88 €
3.3/1/030	Formação Profissional	IPJ - INSTITUTO PORTUGUES DA JUVENTUDE	30/04/2001	166 760,43 €	166 760,43 €	104 225,27 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.3/1/031	Formação Profissional	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	30/04/2001	645 204,89 €	645 204,89 €	403 253,05 €
3.3/1/032	Formação Profissional	LS - GESTAO EMPRESARIAL E IMOBILIARIA, SA	30/04/2001	120 384,14 €	120 384,14 €	75 240,09 €
3.3/1/034	Formação Profissional	SOLIFORM - FORMACAO E SERVIÇOS, SA	30/04/2001	817 500,32 €	817 500,32 €	510 937,70 €
3.3/1/035	Formação Profissional	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	30/04/2001	167 424,27 €	167 424,27 €	104 640,17 €
3.3/1/036	Formação Profissional	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA, LDA	11/09/2001	321 635,37 €	321 635,37 €	201 022,11 €
3.3/1/037	Formação Profissional	GEBALIS - GEST BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EA	30/04/2001	342 672,66 €	342 672,66 €	214 170,41 €
3.3/1/038	Formação Profissional	PLAFORMA - CONSULT. E FORMACAO, LDA	30/04/2001	183 061,70 €	183 061,70 €	114 413,56 €
3.3/1/039	Formação Profissional	IPF - INSTITUTO PORTUGUES DE FORMACAO, LDA	30/04/2001	123 077,11 €	123 077,11 €	76 923,20 €
3.3/1/041	Formação Profissional	MARIA GLÓRIA RAMOS - CONS.GEST.FORM.PROF., LDA	30/04/2001	136 278,47 €	136 278,47 €	85 174,05 €
3.3/1/042	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	30/04/2001	268 455,72 €	268 455,72 €	167 784,83 €
3.3/1/043	Formação Profissional	CORPIUM - MULTIMEDIA E FORMACAO, LDA	30/04/2001	33 248,60 €	33 248,60 €	20 780,37 €
3.3/1/045	Formação Profissional	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES.SERV.INFRM., LDA	30/04/2001	17 374,13 €	17 374,13 €	10 958,83 €
3.3/1/046	Formação Profissional	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	30/04/2001	108 564,27 €	108 564,27 €	67 852,67 €
3.3/1/047	Formação Profissional	AVALFORNA - FORMACAO E CONSULTORIA, LDA	30/04/2001	75 872,91 €	75 872,91 €	47 420,57 €
3.3/1/048	Formação Profissional	ASSOC.PORT.P/A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO	30/04/2001	25 977,21 €	25 977,21 €	16 235,76 €
3.3/1/049	Formação Profissional	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMACAO, LDA	30/04/2001	99 649,84 €	99 649,84 €	62 281,15 €
3.3/1/050	Formação Profissional	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMACAO, LDA	30/04/2001	175 913,55 €	175 913,55 €	109 945,97 €
3.3/1/051	Formação Profissional	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE INFORMACAO, S.A	25/05/2001	207 176,65 €	207 176,65 €	129 485,41 €
3.3/1/052	Formação Profissional	RUMOS - FORMACAO E COMUNICACAO, SA	25/05/2001	182 552,55 €	182 552,55 €	114 095,34 €
3.3/1/053	Formação Profissional	ALTUIS	25/05/2001	163 065,51 €	163 065,51 €	101 915,94 €
3.3/1/054	Formação Profissional	CENTRO CULT. SOCIAL STº ANT. DOS CAVALEROS	25/05/2001	55 659,86 €	55 659,86 €	34 787,41 €
3.3/1/055	Formação Profissional	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	25/05/2001	124 045,05 €	124 045,05 €	77 578,16 €
3.3/1/056	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	25/05/2001	127 380,09 €	127 380,09 €	79 612,56 €
3.3/1/057	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	25/05/2001	106 836,52 €	106 836,52 €	66 172,83 €
3.3/1/058	Formação Profissional	FUNDAÇÃO VIVER-CULT.DESP.CONTRIA INT. E DROGA	25/05/2001	79 133,32 €	79 133,32 €	49 458,33 €
3.3/1/059	Formação Profissional	INIS- INSTITUTO DE FORMACAO E SERVIÇOS, SA	25/05/2001	108 789,30 €	108 789,30 €	67 993,31 €
3.3/1/060	Formação Profissional	PROJECTAMH- SOC.EST. CONSULT. E FORMACAO, LDA	25/05/2001	172 299,62 €	172 299,62 €	107 682,26 €
3.3/1/061	Formação Profissional	TALENTUS- ASSOC. NAC. FORM. TECNICOS FORMACAO	25/05/2001	129 111,09 €	129 111,09 €	80 694,43 €
3.3/1/062	Formação Profissional	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	27/06/2001	238 524,47 €	238 524,47 €	149 077,79 €
3.3/1/063	Formação Profissional	Município de Lisboa	27/06/2001	46 521,20 €	46 521,20 €	29 075,75 €
3.3/1/064	Formação Profissional	CIRE - CENTRO INFANTIL RECUPERACAO DE TOMAR	27/06/2001	28 839,45 €	28 839,45 €	18 024,65 €
3.3/1/065	Formação Profissional	EXTERNATO CESÁRIO VERDE, LDA	27/06/2001	114 348,42 €	114 348,42 €	71 467,76 €
3.3/1/066	Formação Profissional	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTAO, LDA	27/06/2001	71 445,03 €	71 445,03 €	44 653,14 €
3.3/1/067	Formação Profissional	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTAO E FINANÇAS, LDA	27/06/2001	60 266,37 €	60 266,37 €	37 666,48 €
3.3/1/068	Formação Profissional	ECOSAÚDE	27/06/2001	50 480,26 €	50 480,26 €	31 550,16 €
3.3/1/070	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional do Seival	24/07/2001	17 666,59 €	17 666,59 €	11 041,62 €
3.3/1/071	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	24/07/2001	2 619 036,87 €	2 619 036,87 €	1 636 898,05 €
3.3/1/072	Formação Profissional	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	24/07/2001	772 445,29 €	772 445,29 €	482 778,31 €
3.3/1/073	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	24/07/2001	492 734,81 €	492 734,81 €	307 959,26 €
3.3/1/074	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	24/07/2001	1 996 602,24 €	1 996 602,24 €	1 247 876,40 €
3.3/1/075	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	24/07/2001	131 599,77 €	131 599,77 €	82 249,86 €
3.3/1/076	Formação Profissional	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	24/07/2001	105 292,79 €	105 292,79 €	65 807,99 €
3.3/1/077	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	24/07/2001	264 141,70 €	264 141,70 €	165 088,57 €
3.3/1/078	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	24/07/2001	6 990,19 €	6 990,19 €	4 368,87 €
3.3/1/079	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	24/07/2001	32 483,86 €	32 483,86 €	20 302,42 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.3/1/080	Formação Profissional	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	24/07/2001	1 031 512,72 €	1 031 512,72 €	644 695,45 €
3.3/1/113	Formação Profissional	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, S.A	25/02/2002	60 088,66 €	60 088,66 €	37 555,41 €
3.3/1/114	Formação Profissional	CESAE - CENTRO DE SERVIÇOS E APOIO ÀS EMPRESAS	25/02/2002	139 606,40 €	139 606,40 €	87 254,00 €
3.3/1/115	Formação Profissional	IPJ - INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	27/12/2001	181 168,83 €	181 168,83 €	113 230,52 €
3.3/1/116	Formação Profissional	HIGIEMO - FORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA	25/02/2002	103 232,71 €	103 232,71 €	64 520,44 €
3.3/1/118	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. P/IA ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	25/02/2002	381 863,46 €	381 863,46 €	238 684,66 €
3.3/1/119	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. P/IA ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	25/02/2002	28 136,63 €	28 136,63 €	17 585,39 €
3.3/1/120	Formação Profissional	SOLISFORM - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	27/12/2001	764 970,04 €	764 970,04 €	478 106,28 €
3.3/1/121	Formação Profissional	IPFEL - INST. PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	27/12/2001	55 127,29 €	55 127,29 €	34 454,56 €
3.3/1/122	Formação Profissional	CAP - CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	27/12/2001	166 492,35 €	166 492,35 €	104 057,72 €
3.3/1/123	Formação Profissional	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	27/12/2001	148 742,41 €	148 742,41 €	92 964,00 €
3.3/1/124	Formação Profissional	IEFP	27/12/2001	7 481 968,46 €	7 481 968,46 €	4 676 230,29 €
3.3/1/125	Formação Profissional	KNOW - NOW - CONSULTORES, LDA	10/02/2002	141 720,88 €	141 720,88 €	88 575,55 €
3.3/1/126	Formação Profissional	PROFOC - PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	10/02/2002	252 389,30 €	252 389,30 €	157 743,31 €
3.3/1/127	Formação Profissional	PROFOC - PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	10/02/2002	124 912,02 €	124 912,02 €	78 070,01 €
3.3/1/128	Formação Profissional	Instituto da Solidadura e da Qualidade	10/02/2002	446 381,91 €	446 381,91 €	278 988,69 €
3.3/1/129	Formação Profissional	Instituto da Solidadura e da Qualidade	10/02/2002	162 145,23 €	162 145,23 €	101 340,77 €
3.3/1/139	Formação Profissional	FUTURIMIX - INOVAÇÃO E GESTÃO, LDA	13/03/2002	83 211,46 €	83 211,46 €	52 007,16 €
3.3/1/140	Formação Profissional	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	13/03/2002	158 337,70 €	158 337,70 €	98 961,06 €
3.3/1/141	Formação Profissional	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	04/04/2002	276 084,29 €	276 084,29 €	172 552,68 €
3.3/1/142	Formação Profissional	FORMALJUDA - GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	04/04/2002	267 813,82 €	267 813,82 €	167 383,64 €
3.3/1/143	Formação Profissional	ADE - ASS. P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	04/04/2002	492 275,27 €	492 275,27 €	307 672,04 €
3.3/1/144	Formação Profissional	FORNSIVA - FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	04/04/2002	155 012,80 €	155 012,80 €	96 883,00 €
3.3/1/145	Formação Profissional	OSTECONSULT - CONSULT. DE GESTÃO, LDA	04/04/2002	166 466,11 €	166 466,11 €	104 041,32 €
3.3/1/146	Formação Profissional	ASSOCIACAO CRISTA DA MOIDADE DE SETUBAL	04/04/2002	194 736,82 €	194 736,82 €	121 710,51 €
3.3/1/147	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	04/04/2002	473 579,30 €	473 579,30 €	295 987,06 €
3.3/1/148	Formação Profissional	AUDEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	04/04/2002	206 882,34 €	206 882,34 €	129 301,46 €
3.3/1/149	Formação Profissional	ASSOC. P/IA ENSINO BENITO DE JESUS CARAÇA	04/04/2002	57 058,42 €	57 058,42 €	35 661,51 €
3.3/1/150	Formação Profissional	AJUDA DE MÃE - ASSOC. DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	04/04/2002	288 995,61 €	288 995,61 €	180 622,26 €
3.3/1/151	Formação Profissional	PROJECTOAMI - SOC. EST. CONS. E FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	163 624,65 €	163 624,65 €	102 765,41 €
3.3/1/152	Formação Profissional	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	04/04/2002	86 796,71 €	86 796,71 €	54 247,94 €
3.3/1/153	Formação Profissional	SEA - SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	04/04/2002	238 927,03 €	238 927,03 €	149 329,39 €
3.3/1/154	Formação Profissional	A MEDIDA - ASSOC. PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	25/09/2002	163 001,05 €	163 001,05 €	101 875,66 €
3.3/1/155	Formação Profissional	GABINETE - GABINETE APOIO AO EMPRESARIO, LDA	25/09/2002	618 559,71 €	618 559,71 €	386 599,82 €
3.3/1/156	Formação Profissional	Gonzalves Pereira & Leitão, Lda	25/09/2002	7 834,75 €	7 834,75 €	4 896,72 €
3.3/1/157	Formação Profissional	PROFRAMO - Assoc. para a Formação Profissional	25/09/2002	119 630,97 €	119 630,97 €	74 769,36 €
3.3/1/158	Formação Profissional	Centro Social Nossa Senhora das Graças	25/09/2002	160 841,30 €	160 841,30 €	100 525,81 €
3.3/1/159	Formação Profissional	FORMSIDER - Empresa de Formação e Consultoria, Lda	25/09/2002	302 693,03 €	302 693,03 €	189 183,14 €
3.3/1/160	Formação Profissional	LAS - Louro Aeronaves e Serviços, Lda	25/09/2002	144 360,80 €	144 360,80 €	90 225,50 €
3.3/1/161	Formação Profissional	ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal	25/09/2002	163 118,94 €	163 118,94 €	101 949,34 €
3.3/1/163	Formação Profissional	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	25/09/2002	305 487,43 €	305 487,43 €	190 929,64 €
3.3/1/164	Formação Profissional	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	25/09/2002	556 803,37 €	556 803,37 €	348 002,11 €
3.3/1/165	Formação Profissional	Soc.de Estudos e Interv. Em engenharia Social, CRL	25/09/2002	430 121,83 €	430 121,83 €	268 826,14 €
3.3/1/166	Formação Profissional	INDE - ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	25/09/2002	482 269,94 €	482 269,94 €	301 418,71 €
3.3/1/167	Formação Profissional	UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	25/09/2002	167 149,05 €	167 149,05 €	104 468,16 €
3.3/1/168	Formação Profissional	Ass.Form.Prof.e Des.do Montijo	25/09/2002	197 966,66 €	197 966,66 €	123 729,16 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.3/1/169	Formação Profissional	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	25/09/2002	47 269,80 €	47 269,80 €	29 543,63 €
3.3/1/170	Formação Profissional	CEFEAH- CENTRO EUROPEU FORM. EST. MIGRAÇÕES	25/09/2002	180 786,32 €	180 786,32 €	112 991,45 €
3.3/1/171	Formação Profissional	INAE - Instituto Nacional Aprendizagem e Ensino, S.A.	25/09/2002	212 112,92 €	212 112,92 €	132 570,57 €
3.3/1/172	Formação Profissional	Instituto de Educação Tecnológica de Cascais, CRL	25/09/2002	269 639,57 €	269 639,57 €	168 524,73 €
3.3/1/173	Formação Profissional	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	09/10/2002	263 422,75 €	263 422,75 €	164 639,22 €
3.3/1/176	Formação Profissional	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL	09/10/2002	116 509,66 €	116 509,66 €	72 818,54 €
3.3/1/232	Formação Profissional	FLUNDAÇÃO VIVER-CULT.DESP.CONTRA INT. E DROGA	12/12/2002	103 337,14 €	103 337,14 €	64 585,71 €
3.5/0/01	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP	24/07/2001	1 546 273,48 €	1 546 273,48 €	966 420,93 €
3.5/0/02	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP	24/07/2001	1 632 985,63 €	1 632 985,63 €	1 020 616,02 €
3.5/0/03	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP	27/12/2001	1 722 972,63 €	1 722 972,63 €	1 076 857,89 €
3.5/5/002	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	27/12/2001	45 612,27 €	45 612,27 €	28 507,67 €
3.5/5/003	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	25/02/2002	81 577,48 €	81 577,48 €	50 985,92 €
3.5/5/004	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	FASTAESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	21 230,27 €	21 230,28 €	13 268,92 €
3.5/5/005	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ISLA - SANTAREM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	27/12/2001	33 667,14 €	33 667,14 €	21 041,96 €
3.5/5/006	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	25/02/2002	45 059,05 €	45 059,05 €	28 161,90 €
3.5/5/007	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	27/12/2001	23 254,28 €	23 254,28 €	14 533,93 €
3.5/5/008	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ENSILUS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. UNIPessoal	25/02/2002	33 667,14 €	33 667,14 €	21 041,96 €
3.5/5/009	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	AERSET - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETÚBAL	27/12/2001	86 367,68 €	86 367,68 €	53 979,80 €
3.5/5/010	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	27/12/2001	107 262,28 €	107 262,28 €	67 038,92 €
3.5/5/011	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	INFT - INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO TURÍSTICA	27/12/2001	5 034,41 €	5 034,41 €	3 146,50 €
3.5/5/012	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica - CENCAL	27/12/2001	15 129,00 €	15 129,00 €	9 455,62 €
3.5/5/013	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	27/12/2001	14 843,00 €	14 843,00 €	9 276,87 €
3.5/5/014	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	27/12/2001	128 014,00 €	128 014,00 €	80 008,75 €
3.5/5/015	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas - FORPESCAS	27/12/2001	26 032,80 €	4 009,05 €	2 505,66 €
3.5/5/016	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas	27/12/2001	26 609,20 €	26 609,20 €	16 630,75 €
3.5/5/017	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CEFSAP	27/12/2001	9 936,05 €	9 936,05 €	6 210,03 €
3.5/5/018	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins - CECOIA	27/12/2001	20 896,41 €	20 896,41 €	13 060,26 €
3.5/5/019	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	OS FRANCISQUINHOS-ASS.PAIS AMIGOS DAS CR.HOSP.S.F.XAVIER	10/02/2002	100 367,97 €	100 367,97 €	62 729,98 €
3.5/5/020	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	10/02/2002	15 855,14 €	15 855,14 €	9 909,46 €
3.5/5/021	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	10/02/2002	79 820,63 €	79 820,63 €	49 887,90 €
3.5/5/022	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	10/02/2002	33 729,12 €	33 729,12 €	21 080,70 €
3.5/5/023	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	NEBSANT	10/02/2002	63 711,77 €	63 711,77 €	39 819,86 €
3.5/5/024	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	Instituto da Solidaridade e da Qualidade	10/02/2002	69 970,13 €	69 970,13 €	43 731,33 €
3.5/5/025	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	10/02/2002	38 894,26 €	38 894,26 €	24 308,92 €
3.5/5/027	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ESCOLA DAS PROFISSÕES DA AMADORA, E.M.	10/02/2002	120 661,64 €	120 661,64 €	75 413,53 €
3.5/5/028	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	INST. DESENV. COOP. E FORM. BENTO DE JESUS CARAÇA	13/03/2002	102 129,80 €	102 129,80 €	63 831,13 €
3.5/5/029	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	13/03/2002	246 887,02 €	246 887,02 €	154 304,39 €
3.5/5/030	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CONCILLIA - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	04/04/2002	25 637,30 €	25 637,30 €	16 023,31 €
3.5/5/031	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	FORAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	04/04/2002	134 787,58 €	134 787,58 €	84 747,24 €
3.5/5/032	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ADE- ASS.PJ.DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	04/04/2002	10 380,17 €	10 380,17 €	6 487,61 €
3.5/5/033	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ANJIE - ASSOC. NAC. JOVENIS EMPRESÁRIOS	04/04/2002	24 123,37 €	24 123,37 €	15 077,11 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações			Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública		
3.5/5/033	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CCRLVT	04/04/2002	79 737.60 €	79 737.60 €	49 836.00 €	
3.5/5/034	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	04/04/2002	33 508.23 €	33 508.23 €	20 942.64 €	
3.5/5/035	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	J.LUKENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS,EIRL	04/04/2002	46 271.66 €	46 271.66 €	28 919.79 €	
3.5/5/036	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	TALENTUS - ASSOC. NAC. FORM. TÉCNICOS,FORMAÇÃO	04/04/2002	261 321.46 €	261 321.46 €	163 325.91 €	
3.5/5/037	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	ASSOC.DOS INDUSTRIAIS DE OURINESARIA DO SUL	04/04/2002	9 700.49 €	9 700.49 €	6 062.81 €	
3.5/5/038	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	MINISERVÍÇOS- COMP. PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	04/04/2002	37 027.79 €	34 393.38 €	21 495.86 €	
3.5/5/040	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	INIS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	04/04/2002	312 085.77 €	312 085.77 €	195 053.61 €	
3.5/5/042	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	33 722.73 €	33 722.73 €	21 076.71 €	
3.5/5/043	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	04/04/2002	101 482.45 €	101 482.45 €	63 476.53 €	
3.5/5/044	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	04/04/2002	64 823.78 €	64 823.78 €	40 514.86 €	
3.5/5/045	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF. INF. E GESTÃO, LDA	04/04/2002	71 260.27 €	67 761.70 €	42 351.06 €	
3.5/5/046	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	15 777.36 €	15 777.36 €	9 860.85 €	
3.5/5/047	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC. DESERV., LDA	04/04/2002	74 068.21 €	74 068.20 €	46 292.63 €	
3.5/5/048	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	UNIVERSIDADE ABERTA	04/04/2002	13 899.97 €	13 899.96 €	8 687.48 €	
3.5/5/049	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	SAPERE - ENSINO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	04/04/2002	28 167.31 €	28 167.31 €	17 604.57 €	
3.5/5/050	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	FERA - FORMAÇÃO, EDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE APLICAÇÕES, SA	25/09/2002	38 929.65 €	38 929.64 €	24 331.01 €	
3.5/5/051	Formação Inicial e contínua dos agentes da Política de Emprego e Forma	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESARIO LDA	25/09/2002	24 223.75 €	24 223.75 €	15 139.84 €	
3.5/5/052	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	FROUCO & HENRIQUES Associados, Lda	25/09/2002	79 693.76 €	79 693.76 €	49 808.60 €	
3.5/5/053	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	25/09/2002	13 680.57 €	12 218.12 €	7 636.33 €	
3.5/5/054	Eficácia e Equidade das Políticas	CEPSA PORTUGUESA PETROLEOS, S.A	25/09/2002	14 477.57 €	14 477.57 €	9 048.48 €	
3.5/5/055	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	Ass.Form.Prof. e Des.do Montijo	25/09/2002	55 906.53 €	55 906.53 €	34 941.58 €	
3.5/5/056	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	GESTICOOPFOR- Formação Profissional, CRL	25/09/2002	26 826.44 €	26 826.44 €	16 766.53 €	
3.5/5/057	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA	25/09/2002	108 090.48 €	108 090.48 €	67 556.55 €	
3.5/5/058	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	25/09/2002	44 211.85 €	44 211.85 €	27 632.41 €	
3.5/5/059	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	25/09/2002	13 917.08 €	13 917.08 €	8 698.18 €	
3.5/5/060	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	25/09/2002	1 113 322.50 €	1 113 322.50 €	695 826.56 €	
3.5/5/061	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	CAFE - Centro de Apoio e Formação Empresarial,Lda	25/09/2002	57 925.40 €	57 925.40 €	36 203.38 €	
3.5/5/062	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	N.J. - FORMAÇÃO PROF. E PROJECTOS, LDA	09/10/2002	8 110.07 €	8 110.07 €	5 068.79 €	
3.5/5/063	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	IAC - Instituto de Artes e Ciências	09/10/2002	38 164.14 €	38 164.14 €	23 852.59 €	
3.5/5/064	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	09/10/2002	32 753.06 €	32 753.06 €	20 470.66 €	
3.5/5/065	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	CIBER XXI- OCUP.TENPOS LIVRES.SERV.INFRM., LDA	09/10/2002	21 570.01 €	21 570.01 €	13 481.26 €	
3.5/5/066	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	Centro Hospitalar do Médio Tejo	09/10/2002	11 965.02 €	11 965.02 €	7 478.14 €	
3.5/5/066	Formação Inicial e contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	HOSPITAL ST* ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	09/10/2002	15 572.78 €	13 887.97 €	8 679.98 €	

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.5/5/067	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA, LDA	09/10/2002	53 841,39 €	53 841,39 €	33 650,87 €
3.5/5/069	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	SHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, SA	11/11/2002	28 198,55 €	12 376,68 €	7 735,43 €
3.5/5/070	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego e Formação	TALENTUS - ASSOC. NAC. FORJA. TECNICOS FORMAÇÃO	11/11/2002	22 776,07 €	22 776,07 €	14 235,04 €
3.6/2/001	Promoção do Desenvolvimento Social	SOC.INSTR. BENEFICIENCIA A VOZ DO OPERARIO*	30/04/2001	437 540,48 €	437 540,48 €	273 462,80 €
3.6/2/002	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA	30/04/2001	1 913 841,96 €	1 913 841,96 €	1 196 151,22 €
3.6/2/003	Promoção do Desenvolvimento Social	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	30/04/2001	1 548 875,65 €	1 548 875,65 €	968 047,28 €
3.6/2/004	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. DAS ACTIV. SOCIAIS DO BAIRO 2 DE MAIO	30/04/2001	298 603,23 €	186 627,02 €	186 627,02 €
3.6/2/005	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CALDAS DA RAINHA	30/04/2001	644 144,77 €	644 144,77 €	402 590,48 €
3.6/2/006	Promoção do Desenvolvimento Social	SIND. DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO	30/04/2001	216 509,92 €	216 509,92 €	135 318,70 €
3.6/2/007	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC.SOC.MÚLTIPLOS-MONTEPIO ABRANT.S. MENDES	30/04/2001	191 205,63 €	191 205,63 €	119 503,52 €
3.6/2/008	Promoção do Desenvolvimento Social	CARITAS DIOCESANA DE SETUBAL	30/04/2001	298 621,97 €	298 621,97 €	186 638,73 €
3.6/2/009	Promoção do Desenvolvimento Social	UNIAO DAS MISERICORDIAS PORTUGUEAS	30/04/2001	68 203,84 €	68 203,84 €	42 627,40 €
3.6/2/010	Promoção do Desenvolvimento Social	COMUNIDADE HINDU DE PORTUGAL	30/04/2001	584 161,01 €	584 161,01 €	365 100,63 €
3.6/2/011	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGES	30/04/2001	286 833,86 €	286 833,86 €	179 271,16 €
3.6/2/012	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE	30/04/2001	218 009,50 €	218 009,50 €	136 255,94 €
3.6/2/013	Promoção do Desenvolvimento Social	INDE-ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	30/04/2001	185 286,29 €	185 286,29 €	115 803,93 €
3.6/2/014	Promoção do Desenvolvimento Social	O COMPANHEIRO - ASSOC. DE FRATERNIDADE CRISTÁ	30/04/2001	670 179,31 €	670 179,31 €	418 862,07 €
3.6/2/015	Promoção do Desenvolvimento Social	CEFEAM- CENTRO EUROPEU FORAL. EST. MIGRAÇÕES	30/04/2001	169 393,44 €	169 393,44 €	105 870,90 €
3.6/2/016	Promoção do Desenvolvimento Social	RECOMECAR-ASS.DES. INSERCAO SOC. PROFISSIONAL	30/04/2001	210 570,26 €	210 570,26 €	131 606,41 €
3.6/2/017	Promoção do Desenvolvimento Social	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	30/04/2001	138 931,91 €	138 931,91 €	86 832,44 €
3.6/2/018	Promoção do Desenvolvimento Social	PROSALUS - PROJECTO DE SAUDE EM LISBOA	30/04/2001	365 666,58 €	365 666,58 €	228 541,61 €
3.6/2/019	Promoção do Desenvolvimento Social	CONCILIUM - GESTAO RECURSOS HUMANOS, LDA	30/04/2001	297 140,22 €	297 140,22 €	185 712,64 €
3.6/2/020	Promoção do Desenvolvimento Social	ATI-ASSOC. TRATAMENTO TOXICO-DEPENDENCIAS	30/04/2001	180 836,43 €	180 836,43 €	113 022,77 €
3.6/2/021	Promoção do Desenvolvimento Social	GABINETE- GABINETE APOIO AO EMPRESARIO, LDA	30/04/2001	431 681,76 €	431 681,76 €	269 801,10 €
3.6/2/022	Promoção do Desenvolvimento Social	OS FRANCISQUINHOS-ASS.PAIS AMIGOS DAS CR HOSP S.F.XAVIER	30/04/2001	189 904,86 €	189 904,86 €	118 690,54 €
3.6/2/023	Promoção do Desenvolvimento Social	FORMAJUDA- GAB. FORAL PROJECTOS DA AJUDA, LDA	30/04/2001	863 559,22 €	863 559,22 €	539 724,51 €
3.6/2/024	Promoção do Desenvolvimento Social	MORNA - ASSOC. CULTURAL LUSO - AFRICANA	30/04/2001	529 245,06 €	529 245,06 €	330 778,16 €
3.6/2/025	Promoção do Desenvolvimento Social	GEBALIS - GEST. BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EA	30/04/2001	523 806,62 €	523 806,62 €	327 379,14 €
3.6/2/026	Promoção do Desenvolvimento Social	APDAR- ASS. PROM., DESENV. ARTESANATO REGIONAL	30/04/2001	253 420,37 €	253 420,37 €	158 387,73 €
3.6/2/027	Promoção do Desenvolvimento Social	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID. E DESENVOLVIMENTO	30/04/2001	193 305,21 €	193 305,21 €	120 815,76 €
3.6/2/028	Promoção do Desenvolvimento Social	ADE- ASS.P/ DESENV. EMPREGO VILA FRANCA XIRA	30/04/2001	670 850,69 €	670 850,69 €	419 281,68 €
3.6/2/029	Promoção do Desenvolvimento Social	ESCOLA DAS PROFISSOES DA AMADORA, E.M.	30/04/2001	556 033,56 €	556 033,56 €	347 520,98 €
3.6/2/030	Promoção do Desenvolvimento Social	Câmara Municipal do Seival	30/04/2001	598 607,36 €	598 607,36 €	374 129,60 €
3.6/2/031	Promoção do Desenvolvimento Social	CRIT- CENTRO RECUPERACAO INFANTIL TORREJANO	25/05/2001	119 941,60 €	119 941,60 €	74 963,50 €
3.6/2/032	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE EDUCACAO ESPECIAL RAINHA D. LEONOR	25/05/2001	206 340,22 €	206 340,22 €	128 962,64 €
3.6/2/033	Promoção do Desenvolvimento Social	SOC. ESTUDOS E INTERV. ENGENHARIA SOCIAL, CRL	25/05/2001	174 146,71 €	174 146,71 €	108 841,69 €
3.6/2/034	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CENTRO JOVEA TEJO	25/05/2001	186 454,49 €	186 454,49 €	116 534,06 €
3.6/2/035	Promoção do Desenvolvimento Social	GRUPO TRAB. PROJ. DOS SETES DESENV. LIBERDADE	25/05/2001	151 398,99 €	151 398,99 €	94 624,37 €
3.6/2/036	Promoção do Desenvolvimento Social	LIGA PORTUGUESA CONTRA A DROGA	25/05/2001	108 782,67 €	108 782,67 €	67 989,17 €
3.6/2/037	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. MELHORAMENTOS BEA ESTAR SOCIAL DAS PIAS	25/05/2001	89 474,77 €	89 474,77 €	55 921,73 €
3.6/2/038	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MAFRA	25/05/2001	115 922,63 €	115 922,63 €	72 451,64 €
3.6/2/039	Promoção do Desenvolvimento Social	ANJAF- ASS. NAC. JOVEIS P/A A ACCAO SOCIAL	25/05/2001	185 252,21 €	185 252,21 €	115 782,63 €
3.6/2/040	Promoção do Desenvolvimento Social	ASS. ALMADENSE RUINO AO FUTURO	25/05/2001	187 614,96 €	187 614,96 €	117 259,35 €
3.6/2/041	Promoção do Desenvolvimento Social	VITAE - ASSOC. SOLID. E DESENV. INTERNACIONAL	25/05/2001	380 248,80 €	380 248,80 €	237 655,50 €



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.6/2/042	Promocão do Desenvolvimento Social	ARADO- ASSOC. DESERV. REINSERCÃO OPORTUNIDADES	25/05/2001	124 342,00 €	124 342,00 €	77 713,75 €
3.6/2/043	Promocão do Desenvolvimento Social	ASSOC. CABO VERDIANA DO SOCRAL	25/05/2001	273 838,95 €	273 838,95 €	171 149,34 €
3.6/2/044	Promocão do Desenvolvimento Social	ASSOC. ESPAÇO DA COMUNIDADE CABOVERDIANA	25/05/2001	105 172,21 €	105 172,21 €	65 732,63 €
3.6/2/045	Promocão do Desenvolvimento Social	ASSOC. PICAPAU - CENTRO FORM. REC. TOXICODEPENDENTES	25/05/2001	166 303,68 €	166 303,68 €	103 939,80 €
3.6/2/046	Promocão do Desenvolvimento Social	ASSOC. SOLID.CABO VERDIANA AMIGOS SUL. TEJO	25/05/2001	273 838,95 €	273 838,95 €	171 149,34 €
3.6/2/048	Promocão do Desenvolvimento Social	AUGBP - ASSOC. UNIDA EMIGRANTES GUINÉ BISSAU	25/05/2001	273 838,95 €	273 838,95 €	171 149,34 €
3.6/2/049	Promocão do Desenvolvimento Social	C.M. Amadora	25/05/2001	351 023,91 €	351 023,91 €	219 389,94 €
3.6/2/050	Promocão do Desenvolvimento Social	CASA DE ANGOLA	25/05/2001	273 838,95 €	273 838,95 €	171 149,34 €
3.6/2/051	Promocão do Desenvolvimento Social	CAELOSOR-INST.PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL	25/05/2001	189 239,32 €	189 239,32 €	118 274,58 €
3.6/2/052	Promocão do Desenvolvimento Social	CENTRO DE OCUPAÇÃO INFANTIL	11/09/2001	229 475,15 €	229 475,15 €	143 421,97 €
3.6/2/053	Promocão do Desenvolvimento Social	CENTRO DE REFORMADOS IDOSOS VALE DA AMOREIRA	25/05/2001	150 359,50 €	150 359,50 €	97 724,69 €
3.6/2/054	Promocão do Desenvolvimento Social	CESIS- CENTRO ESTUDOS P/A INTERVENÇÃO SOCIAL	25/05/2001	138 391,89 €	138 391,89 €	86 494,93 €
3.6/2/055	Promocão do Desenvolvimento Social	CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)	25/05/2001	216 391,90 €	216 391,90 €	135 244,94 €
3.6/2/056	Promocão do Desenvolvimento Social	CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)	27/06/2001	187 226,42 €	187 226,42 €	117 016,51 €
3.6/2/057	Promocão do Desenvolvimento Social	AJUDA DE MAE - ASSOC. DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	27/06/2001	157 226,00 €	157 226,00 €	98 266,25 €
3.6/2/058	Promocão do Desenvolvimento Social	CEBI - FUND. P/ DESERV. COMUNITÁRIO ALVERCA	27/06/2001	160 679,95 €	160 679,95 €	100 424,97 €
3.6/2/059	Promocão do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL DE PALMEIRA	27/06/2001	38 606,61 €	38 606,61 €	24 129,13 €
3.6/2/060	Promocão do Desenvolvimento Social	DESAFIO JOVEM - (TEEN CHALLENGE) PORTUGAL	27/06/2001	371 787,32 €	371 787,32 €	232 367,08 €
3.6/2/061	Promocão do Desenvolvimento Social	PENICHE RENDIBLINDOS -ASS. DEFESA RENDAS BILROS	27/06/2001	255 333,59 €	255 333,59 €	159 583,49 €
3.9/001	Escola de Comércio de Lisboa	SECRET. DIOCESANO LISBOA PASTORAL DOS CIGANOS	28/06/2001	1 117 871,72 €	1 117 871,72 €	642 776,24 €
3.9/002	Escola Profissional Val do Rio	Aula de Comércio-Estudos Técnicos e Profissionais	10/10/2000	1 380 302,53 €	1 380 302,53 €	793 673,95 €
3.9/003	Escola Profissional Gustave Eiffel	FORPRO-Formação Profissional CRL	10/10/2000	2 550 408,75 €	2 550 408,75 €	1 466 485,03 €
3.9/004	Escola Profissional Magestil	CoopTécnica-Escola Profissional Gustave Eiffel	10/10/2000	1 209 756,41 €	1 209 756,41 €	695 609,94 €
3.9/005	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	MAGENSINUS-Empresa Promotora de Serviços de Ensino,Lda.	10/10/2000	593 612,31 €	593 612,31 €	341 327,08 €
3.9/006	Escola Profissional de Ourém	Associação para a Valorização Agrária AVA	10/10/2000	1 108 306,42 €	1 108 306,42 €	637 276,19 €
3.9/007	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	EPO-Associação Promotora de Ensino Profissional	10/10/2000	1 408 614,69 €	1 408 614,69 €	809 953,45 €
3.9/008	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Sorrala, Lda.- EP Salvaterra M	10/10/2000	1 126 448,00 €	1 126 448,00 €	647 707,60 €
3.9/009	Escola Profissional de Setúbal	Instituto de Educação e Formação do Sorrala, Lda.- EP Hotel. e Turismo Lx	10/10/2000	1 126 448,00 €	1 126 448,00 €	647 707,60 €
3.9/010	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	Fundação Escola Profissional de Setúbal	03/04/2001	1 502 309,27 €	1 502 309,27 €	863 827,83 €
3.9/011	Escola Profissional Artes e Oficinas do Espectáculo	Centro Cultural de Almada	03/04/2001	1 562 644,29 €	1 562 644,29 €	898 520,47 €
3.9/012	Instituto de Tecnologias Náuticas	Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	10/10/2000	462 933,94 €	462 933,94 €	266 187,02 €
3.9/013	Escola Profissional do Montijo	AEMAR-Associação de Estudos e Ensino para o Mar	10/10/2000	617 293,16 €	617 293,16 €	354 943,57 €
3.9/014	Escola Profissional de Recuperação do Património	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	10/10/2000	542 981,70 €	542 981,70 €	312 214,48 €
3.9/015	Escola Profissional de Teatro de Cascais	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EA	20/08/2002	534 547,81 €	534 547,81 €	307 364,99 €
3.9/016	Escola Profissional de Rio Maior	Escola Profissional de Teatro de Cascais	10/10/2000	448 651,16 €	448 651,16 €	257 974,42 €
3.9/017	Escola Profissional de Almada	EPRA-Escola Profissional de Rio Maior	10/10/2000	641 214,66 €	641 214,66 €	368 698,43 €
3.9/018	Instituto Profissional de Transportes	GESTNAVE-Prestação de Serviços Industriais S.A	10/10/2000	796 562,57 €	796 562,57 €	458 023,48 €
3.9/019	Instituto de Formação Profissional	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	10/10/2000	530 606,18 €	530 606,18 €	305 098,55 €
3.9/020	Escola Profissional de Imagem	FERNAVE-formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes	10/10/2000	554 200,14 €	554 200,14 €	318 665,08 €
3.9/021	Escola Profissional de Tomar	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda	10/10/2000	1 279 445,15 €	1 279 445,15 €	735 680,96 €
3.9/022	Escola de Comércio de Lisboa	EPT-Escola Profissional de Tomar, Lda	03/04/2001	466 118,70 €	466 118,70 €	268 018,25 €
3.9/023	Escola Profissional Val do Rio	Aula de Comércio-Estudos Técnicos e Profissionais	28/06/2001	1 101 527,33 €	1 101 527,33 €	633 378,21 €
		FORPRO-Formação Profissional CRL	28/06/2001	1 688 086,02 €	1 688 086,02 €	970 649,46 €

Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações			Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública		
3.9/024	Escola Profissional Gustave Eiffel	CoopTécnica-Escola Profissional Gustave Eiffel	28/06/2001	2 738 520.67 €	2 738 520.67 €	1 574 649.39 €	
3.9/025	Escola Profissional Magestil	MAGENSINUS-Empresa Promotora de Serviços de Ensino,Lda.	28/06/2001	1 344 387.50 €	1 344 387.50 €	773 022.81 €	
3.9/026	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária AVA	28/06/2001	645 302.84 €	645 302.84 €	371 049.13 €	
3.9/027	Escola Profissional de Ourém	EPO-Associação Promotora de Ensino Profissional	28/06/2001	1 122 606.72 €	1 122 606.72 €	645 498.86 €	
3.9/028	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Instituto de Educação e Formação do Sorrala, Lda. - Esc.Salvaterra	28/06/2001	1 271 295.75 €	1 271 295.75 €	730 995.06 €	
3.9/029	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Sorrala, Lda. - Esc. Lisboa	29/10/2001	1 265 581.70 €	1 265 581.70 €	727 709.48 €	
3.9/030	Escola Profissional de Setúbal	Fundação Escola Profissional de Setúbal	28/06/2001	1 660 924.54 €	1 660 924.54 €	955 031.61 €	
3.9/031	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	Centro Cultural de Almada	29/10/2001	1 660 066.68 €	1 660 066.68 €	954 538.34 €	
3.9/032	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	28/06/2001	508 254.68 €	508 254.68 €	292 246.44 €	
3.9/033	Instituto de Tecnologias Náuticas	AEMAR-Associação de Estudos e Ensino para o Mar	28/06/2001	800 471.42 €	800 471.42 €	460 271.07 €	
3.9/034	Escola Profissional do Montijo	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	28/06/2001	626 335.90 €	626 335.90 €	360 143.14 €	
3.9/035	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EM	20/08/2002	504 524.91 €	504 524.91 €	290 101.82 €	
3.9/036	Escola Profissional de Teatro de Cascais	Escola Profissional de Teatro de Cascais	28/06/2001	477 357.29 €	477 357.29 €	274 480.44 €	
3.9/037	Escola Profissional de Rio Maior	EPRM-Escola Profissional de Rio Maior	28/06/2001	614 025.49 €	614 025.49 €	353 064.66 €	
3.9/038	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE-Prestação de Serviços Industriais S A	28/06/2001	951 648.14 €	951 648.14 €	547 197.68 €	
3.9/039	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	28/06/2001	569 450.21 €	569 450.21 €	327 433.87 €	
3.9/040	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - Formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes	28/06/2001	573 643.84 €	573 643.84 €	329 845.21 €	
3.9/041	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda	29/10/2001	1 342 507.43 €	1 342 507.43 €	771 941.77 €	
3.9/042	Escola Profissional de Tomar	EPT-Escola Profissional de Tomar, Lda	28/06/2001	513 339.75 €	513 339.75 €	295 170.36 €	
3.9/043	Escola Técnica Psicosocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicosocial	28/06/2001	526 144.84 €	526 144.84 €	302 533.28 €	
3.9/044	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	28/06/2001	490 230.76 €	490 230.76 €	281 882.69 €	
3.9/045	Escola de Comércio de Lisboa	Aula de Comércio-Estudios Técnicos e Profissionais	02/09/2002	1 175 488.74 €	1 175 488.74 €	675 906.03 €	
3.9/046	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO-Formação Profissional CRL	02/09/2002	1 743 732.79 €	1 743 732.79 €	1 002 646.35 €	
3.9/047	Escola Profissional Gustave Eiffel	CoopTécnica-Escola Profissional Gustave Eiffel	02/09/2002	2 697 537.49 €	2 697 537.49 €	1 551 084.06 €	
3.9/048	Escola Profissional Magestil	MAGENSINUS-Empresa Promotora de Serviços de Ensino,Lda.	02/09/2002	1 186 544.95 €	1 186 544.95 €	682 263.35 €	
3.9/049	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária AVA	02/09/2002	511 212.79 €	511 212.79 €	293 947.35 €	
3.9/050	Escola Profissional de Ourém	EPO-Associação Promotora de Ensino Profissional	02/09/2002	1 051 843.44 €	1 051 843.44 €	604 809.98 €	
3.9/051	Escola Profissional de Setúbal	Fundação Escola Profissional de Setúbal	02/09/2002	1 651 534.67 €	1 651 534.67 €	949 632.41 €	
3.9/052	Instituto de Tecnologias Náuticas	AEMAR-Associação de Estudos e Ensino para o Mar	02/09/2002	677 555.86 €	677 555.86 €	389 594.62 €	
3.9/053	Escola Profissional do Montijo	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	02/09/2002	623 649.36 €	623 649.36 €	358 598.38 €	
3.9/054	Escola Profissional de Rio Maior	EPRM-Escola Profissional de Rio Maior	02/09/2002	562 502.57 €	562 502.57 €	323 438.98 €	
3.9/055	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE-Prestação de Serviços Industriais S A	02/09/2002	753 527.08 €	753 527.08 €	433 278.07 €	
3.9/056	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	02/09/2002	575 528.63 €	575 528.63 €	330 928.96 €	
3.9/057	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - Formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes	02/09/2002	567 024.83 €	567 024.83 €	326 039.28 €	
3.9/058	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda	02/09/2002	2 436 754.63 €	2 436 754.63 €	1 401 133.91 €	
3.9/059	Escola Profissional de Tomar	EPT-Escola Profissional de Tomar, Lda	02/09/2002	459 282.77 €	459 282.77 €	264 087.59 €	
3.9/060	Escola Técnica Psicosocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicosocial	02/09/2002	559 766.61 €	559 766.61 €	321 865.80 €	
3.9/061	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	02/09/2002	507 015.19 €	507 015.19 €	291 533.73 €	



Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Data Homol.	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.9/062	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EM	02/09/2002	473 819,56 €	473 819,56 €	272 446,25 €
3.21/001	Assistência Técnica 2000/2001 - Eixos prioritários 1 e 2 (FSE)	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo	10/04/2001	40 544,14 €	40 544,14 €	26 353,69 €
3.21/002	Assistência Técnica 2000/2001 - Medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, e 3.6 do PORLVT	Instituto do Emprego e Formação Profissional	26/12/2001	733 942,39 €	733 942,39 €	458 713,99 €
3.21/003	Assistência Técnica 2002 - Eixos prioritários 1 e 2 e questões transversais do Programa Operacional (FSE)	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo	12/03/2002	201 893,00 €	201 893,00 €	126 183,13 €
3.21/004	Assistência Técnica 2002 - Medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, e 3.6 do PORLVT	Instituto do Emprego e Formação Profissional	01/10/2002	767 244,49 €	767 244,49 €	479 527,81 €

Aprovações por Projecto a 31.12.2002 (FEOGA-O)

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Noé Fera	16 173,02 €	6 469,21 €	4 851,91 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Alves Amaral	24 594,73 €	9 837,89 €	7 378,42 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Carlos dos Santos Correia	3 092,55 €	1 546,27 €	1 082,39 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Simões	2 668,02 €	1 334,01 €	933,81 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Santos Jorge	15 877,55 €	7 938,77 €	5 557,14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António da Graça Vital	2 793,05 €	1 117,22 €	837,92 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Custódio Fernandes da Rama	17 449,38 €	8 724,69 €	6 107,28 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco Duarte Leandro	3 424,94 €	1 369,97 €	1 027,48 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Marques Castelhão	20 253,69 €	8 101,48 €	6 076,11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Miguel Joaquim Oliveira Jorge Castelo Branco	24 939,89 €	9 975,96 €	7 481,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Luísa de Matos André Estudante	24 869,16 €	12 434,58 €	8 704,20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria de Lurdes da Silva Victor Roldão	12 393,10 €	6 196,55 €	4 337,59 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Augusta Godinho André Andrade Pires	3 419,23 €	1 709,61 €	1 196,73 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Marques João	20 433,63 €	10 216,81 €	7 151,77 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Domingos	24 462,92 €	9 785,17 €	7 338,88 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Marques das Neves	21 621,16 €	8 648,46 €	6 486,35 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Mendes	10 347,07 €	4 138,83 €	3 104,12 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Artur José de Oliveira Alves	7 980,77 €	3 990,38 €	2 793,27 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Amílcar Maria Alves Alfaiazinho	24 150,40 €	12 075,20 €	8 492,64 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Julio Florindo Cabaca	9 778,89 €	3 911,56 €	2 933,67 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos dos Santos Pina	8 056,80 €	3 222,72 €	2 417,04 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Colaco de Sousa	11 757,17 €	4 702,87 €	3 527,15 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Correia Veríssimo	2 250,71 €	900,28 €	675,21 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Pereira Marcelino Junior	16 954,64 €	6 781,86 €	5 086,39 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Vieira Coelho	18 354,89 €	7 341,96 €	5 506,47 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Otaclio Luz Henriques	15 172,19 €	6 068,87 €	4 551,66 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria do Carmo Bento Correia Henriques	23 740,29 €	9 496,11 €	7 122,09 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Neves Luis	22 078,79 €	8 831,52 €	6 623,64 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Bento Galego	10 116,01 €	4 046,40 €	3 034,81 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Miguel Antunes Damas	17 979,93 €	8 989,96 €	6 292,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Américo Vieira Faria	23 383,65 €	11 691,82 €	8 184,28 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Anastácio Ribeiro	24 909,15 €	9 963,66 €	7 472,75 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Pedro Américo Pereira Lázaro	18 530,34 €	7 412,14 €	5 559,10 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Edite Celeste dos Santos Reis Henriques	21 208,89 €	10 604,44 €	7 423,11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José António Vieira Ferreira	8 988,49 €	4 494,24 €	3 145,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Manuel Pereira Costa	3 534,33 €	1 413,73 €	1 060,30 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Victor Manuel Vicente Baeta	3 936,77 €	1 968,39 €	1 377,87 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim da Conceição Vicente	625,99 €	313,00 €	219,10 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Simão Gonçalves Pedro	3 098,56 €	1 549,28 €	1 084,50 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Conceição Cardoso Monteiro Coelho Trancas	24 441,10 €	9 776,44 €	7 332,33 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isaura Maria Ferreira Garcia Gonçalves	5 091,23 €	2 036,49 €	1 527,37 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Maria da Guia Vieira Maia	16 489,04 €	6 595,62 €	4 946,71 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Gonçalves	3 955,47 €	1 582,19 €	1 186,64 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Luis Lopes	17 371,16 €	8 685,58 €	6 079,90 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Manuel Leal Alves	3 990,38 €	1 596,15 €	1 197,11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António José Rodrigues Alves	4 706,75 €	1 882,70 €	1 412,03 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ezequiel Dias Branco	15 791,94 €	7 895,97 €	5 527,18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Abílio Lopes Francisco Luis	6 869,42 €	2 747,77 €	2 060,83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Manuel Ricardo	15 367,27 €	6 146,91 €	4 610,18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Belrao Monteiro	21 792,98 €	8 717,19 €	6 587,89 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carmina Maria de Carvalho	24 939,89 €	9 975,96 €	7 481,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Paulo Manuel da Silva Ferreira	24 939,89 €	9 975,96 €	7 481,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Luis Rijo Milho	24 939,89 €	9 975,96 €	7 481,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Jose dos Santos Lourenço Silveira Leal	23 615,59 €	11 807,79 €	8 265,46 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Alzinda de Jesus Gomes	24 690,50 €	12 345,25 €	8 641,67 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Agostinho Duraõ	18 515,91 €	7 406,37 €	5 554,77 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Cecília Rosinda Ricardo Fernandes Xisto	24 939,89 €	9 975,96 €	7 481,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Jose Ventura da Costa	10 611,56 €	4 244,63 €	3 183,47 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Miguel Lopes Machado	9 094,87 €	4 547,44 €	3 183,47 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Luis Ribeiro da Silva Pesqueira	5 600,42 €	2 800,22 €	1 960,15 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Augusto Godinho Ribeiro	4 638,30 €	2 319,15 €	1 623,41 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Camila Patinha Bexiga Ruivo	23 626,56 €	11 813,28 €	8 269,30 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Virgínia Ramos Santos Bonifácio	24 908,97 €	12 454,48 €	8 718,14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Simão dos Reis	23 742,78 €	11 871,39 €	8 309,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Antonio da Silva Pereira	21 570,51 €	10 785,26 €	7 549,68 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Bento Neto	23 742,78 €	9 497,11 €	7 122,83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Bento Ribeiro	23 722,83 €	9 489,13 €	7 116,85 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Gaspar Botas	2 634,71 €	1 053,89 €	790,42 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Manuel dos Santos Marques	23 316,81 €	9 326,72 €	6 995,04 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Conceição Inácio Botelho	15 296,35 €	7 648,17 €	5 353,72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Luisa Alves Carlota da Silva	15 418,80 €	7 709,40 €	5 396,58 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Pereira	8 958,34 €	3 583,33 €	2 687,50 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Helder Joaquim Carvalho de Sousa	21 665,94 €	8 666,37 €	6 499,78 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Deolinda das Neves Nunes Correia	23 950,53 €	11 975,27 €	8 382,69 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Firmiano Nunes da Costa	22 749,49 €	9 099,79 €	6 824,84 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António de Matos Daniel	21 574,70 €	8 629,88 €	6 472,41 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco Alpalhão Marques	2 796,39 €	1 398,20 €	978,74 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel António de Jesus Florencio	6 361,43 €	3 180,72 €	2 226,50 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Daniel Alpalhão Marques	5 837,42 €	2 918,71 €	2 043,10 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Rosa Batista Pombo	3 429,93 €	1 714,97 €	1 200,48 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jerónimo Rosa Dias	4 570,32 €	2 285,16 €	1 599,61 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Rosa	3 683,36 €	1 841,68 €	1 289,18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Eduardo Pires	19 532,43 €	7 812,97 €	5 859,73 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Sousa Mira	2 867,07 €	1 146,83 €	860,12 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Julio Nunes	3 176,51 €	1 588,26 €	1 111,78 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Julio Pedro Batista	8 443,74 €	4 221,87 €	2 955,31 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim da Silva	3 429,93 €	1 714,97 €	1 200,48 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Simplicio de Oliveira Tiberio	3 556,64 €	1 778,32 €	1 244,82 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Oscar António do Canto	5 654,61 €	2 827,31 €	1 979,12 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel da Conceição Batista	9 775.56 €	4 887.78 €	3 421.45 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Rosa Chambel	9 394.06 €	4 697.03 €	3 287.92 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lourenço Antunes	3 303.23 €	1 651.62 €	1 156.13 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António dos Santos Aparício	7 239.99 €	3 620.00 €	2 534.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Diamantino Lopes de Almeida	3 020.84 €	1 208.34 €	906.26 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Trancas de Oliveira Lucas	18 997.47 €	7 598.99 €	5 699.24 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Américo Nunes Duarte	6 006.95 €	3 003.48 €	2 102.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Artur José Ferreira Pessoa de Amorim	17 002.80 €	8 501.40 €	5 950.98 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Celeste Marques Neves	24 731.40 €	9 892.56 €	7 419.42 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Lobo Bernardo	5 362.77 €	2 145.11 €	1 608.83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Alexandre dos Santos	20 350.95 €	8 140.38 €	6 105.29 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Glória Marques Neves	8 837.27 €	3 534.92 €	2 651.19 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Oriandino Pinheiro Ferreira Rosa	9 972.68 €	3 989.07 €	2 991.80 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Clementina da Piedade Pereira	1 273.43 €	509.37 €	382.03 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António de Jesus Fulgêncio	8 766.77 €	3 506.71 €	2 630.03 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Agostinho da Silva Alves	19 592.84 €	7 837.14 €	5 877.86 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Pereira Maia	15 387.97 €	6 155.17 €	4 616.37 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino dos Antos Garcia	18 272.57 €	7 309.03 €	5 481.77 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Manuel da Silva Sebastião	22 058.38 €	8 823.35 €	6 617.51 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Isenta Nogueira	7 287.01 €	2 914.81 €	2 186.10 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ana Maria da Conceição Silva	18 259.53 €	7 315.81 €	5 486.86 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Paula Cristina Marques António Pereira	6 284.85 €	3 142.43 €	2 199.70 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Oliveira Gaspar	18 460.51 €	9 230.26 €	6 461.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Jorge	7 133.66 €	3 566.83 €	2 496.78 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria de Lurdes Lobato Jorge Alves	7 786.24 €	3 893.12 €	2 725.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Pires Prates	2 992.79 €	1 197.11 €	897.84 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Narciso da Silva	6 234.97 €	3 117.49 €	2 182.24 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Dias Marques	11 529.72 €	5 764.86 €	4 035.40 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Gaspar Dias	15 163.71 €	7 581.86 €	5 516.70 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Tavares Lourenço	14 016.19 €	7 008.09 €	4 905.66 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Antunes Domingues Mendes	8 629.20 €	4 314.60 €	3 020.22 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Jorge	6 609.06 €	3 304.53 €	2 313.17 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino Matias	9 392.75 €	4 696.38 €	3 287.46 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luís Manuel Simples Gomes	10 375.00 €	5 187.50 €	3 631.25 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Emília Falcão Cascalheira Marques	10 704.91 €	5 352.46 €	3 746.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João da Silva Fernandes	956.78 €	382.71 €	287.03 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Lopes	8 629.20 €	3 451.68 €	2 586.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Pote de Oliveira	4 733.76 €	1 893.50 €	1 420.13 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Eugenio Pires Flor	6 653.96 €	3 326.98 €	2 328.89 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isa Monica Terêncio Aniceto Martinho	14 302.10 €	5 720.84 €	4 290.63 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Agostinho Neves Calisto	16 450.85 €	6 580.35 €	4 935.26 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Sousa Serra	6 259.32 €	2 503.73 €	1 877.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco Lopes Redol	14 572.76 €	5 829.11 €	4 371.83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Rosa Maria da Cruz Telmão Figueiredo	22 220.94 €	11 110.47 €	7 777.33 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Marques	6 866.53 €	3 433.27 €	2 403.29 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Almerinda Silva Serras Lopes	4 551.53 €	2 275.77 €	1 593.04 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Pimenta Lopes	7 999.77 €	3 999.89 €	2 799.92 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lobato Correia	11 272.83 €	5 636.41 €	3 945.49 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Olga Maria Gonçalves Mendes Santos	23 221.52 €	11 610.76 €	8 127.53 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Correia Falcão Mendes	17 637.55 €	8 818.78 €	6 173.14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Firmino Falcão Lourenço	6 783.65 €	3 391.83 €	2 374.28 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Paulo Dias dos Santos	21 493.20 €	10 746.60 €	7 522.62 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Augusto Matos Reis	6 105.98 €	3 052.99 €	2 137.09 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino Pimenta Lopes	20 503.59 €	10 251.79 €	7 176.26 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Hermínio Serras	7 059.18 €	3 529.59 €	2 470.71 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Marques Alves	9 006.10 €	4 503.05 €	3 152.14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Mendes Gomes Ferreira	18 119.57 €	9 059.79 €	6 341.85 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Miguel da Conceição Oliveira	7 082.93 €	3 541.47 €	2 479.03 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Rui Paulos Mata	10 491.46 €	4 196.58 €	3 147.44 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lavandeira Pereira	24 895.01 €	12 447.50 €	8 713.25 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Marques Farinha	20 196.33 €	8 078.53 €	6 058.90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ulisses da Silva Felício	8 354.86 €	4 177.43 €	2 924.20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Luis Gregório Moura Almeida	7 759.30 €	3 103.72 €	2 327.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Alagoa Paulo de Matos	24 199.85 €	12 099.93 €	8 469.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria do Céu Pereira	15 343.02 €	7 671.51 €	5 370.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Guilherme da Silva Rosa Amaro	7 478.94 €	3 739.47 €	2 617.63 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Paulina Maria Gavino Augusto	14 425.24 €	7 212.62 €	5 048.83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Albertina Nunes Ferreira António	24 649.05 €	9 867.62 €	7 400.71 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Manuel Rodrigues Silva Liberato	15 260.50 €	7 630.25 €	5 341.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Amândio Alves Costa	11 429.63 €	4 571.85 €	3 428.89 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Francisco Gomes Braultio Dionisio	20 089.09 €	8 035.63 €	6 026.73 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lopes	21 513.82 €	10 756.91 €	7 529.84 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Gregório Soares Baiao	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Julia Maria de Jesus Mendes	21 922.17 €	10 961.08 €	7 672.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Jose Mendes	5 099.76 €	2 039.91 €	1 529.93 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Aurelio Garrucho Gomes	12 080.89 €	6 040.44 €	4 228.31 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Virgilio Glórias da Costa Paulo	7 053.37 €	2 821.35 €	2 116.01 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Lucia Ribeiro Henriques Nunes	24 939.89 €	12 469.94 €	8 728.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Abel da Silva Alves	20 451.21 €	8 180.48 €	6 135.36 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Luis Neto Gonçalves e Silva	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Damaso de Jesus Ferreira	18 655.04 €	7 462.02 €	5 596.51 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Pereira Batista	20 450.72 €	10 225.36 €	7 157.75 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Rafael das Neves	2 414.03 €	965.61 €	724.21 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Eugénia Maria Marques Caldo Pardal	16 609.97 €	8 304.98 €	5 813.49 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Fernandes	17 527.76 €	8 763.88 €	6 134.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Gonçalves Pedro	1 734.54 €	867.27 €	607.09 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Dias	21 777.54 €	10 888.77 €	7 622.14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Manuel de Oliveira Madeiras	19 847.20 €	9 923.60 €	6 946.52 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Carvalho	12 469.95 €	6 234.97 €	4 364.48 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Arsénio Castanho Lopes Nunes	22 676.36 €	11 338.18 €	7 936.73 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Olinda Antónia Rodrigues Duarte Agostinho	23 515.83 €	11 757.91 €	8 230.54 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Jacinta Simões de Oliveira	21 360.52 €	8 544.21 €	6 408.16 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Vieira Gomes	14 963.94 €	5 985.57 €	4 489.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Cipriano da Costa Lopes	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Fernanda Grilo das Neves Moita	11 349.43 €	4 539.77 €	3 404.83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Isabel Gomes Marques dos Reis	17 188.58 €	8 594.29 €	6 016.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José António Serras	17 914.32 €	8 957.16 €	6 270.01 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos António dos Reis	6 958.23 €	3 479.12 €	2 435.38 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Dias Casola	8 978.36 €	4 489.18 €	3 142.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jacinto Mendes de Oliveira	7 506.93 €	3 002.77 €	2 252.08 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Faustino Pereira Maia	20 652.24 €	8 260.90 €	6 195.67 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António de Matos Filipe	20 556.46 €	10 278.23 €	7 194.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Amandio Augusto Anacleto Simões	20 253.06 €	8 101.22 €	6 075.92 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Alice Bernardino dos Santos	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Soares Garrinhas	1 248.62 €	624.31 €	437.02 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Olímpia Alves de Oliveira Santos	23 713.35 €	11 856.68 €	8 299.67 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António José Duarte Arsenio dos Santos	2 482.52 €	993.01 €	744.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel da Conceição Saturnino	8 708.82 €	3 483.53 €	2 612.65 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Augusto José Godinho de Freitas	17 909.35 €	8 954.67 €	6 268.27 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino de Freitas	4 745.56 €	2 372.78 €	1 660.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco da Silva Cordeiro	3 292.00 €	1 646.00 €	1 152.20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Diogo Baptista Pêgo	6 402.41 €	2 560.96 €	1 920.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel da Silva Mota	21 430.85 €	8 572.34 €	6 429.26 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Marques de Oliveira	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Lopes Pereira	20 160.40 €	10 080.20 €	7 056.14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Lucio Sebastião	512.57 €	256.29 €	179.40 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel dos Santos	23 842.54 €	9 537.02 €	7 152.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Mendes Godinho	6 297.32 €	2 518.93 €	1 889.20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Anselmo José Esteves	3 637.62 €	1 818.81 €	1 273.17 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Albino Rodrigues Josué	22 420.23 €	11 210.12 €	7 847.08 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Raquel Vieira dos Reis	22 141.64 €	11 070.82 €	7 749.58 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Daniel Gonçalves de Oliveira	17 568.66 €	7 027.46 €	5 270.60 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Sergio António de Oliveira	20 969.38 €	10 484.69 €	7 339.28 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Valentim Gonçalves de Oliveira	22 869.88 €	11 434.94 €	8 004.46 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Cristina Maria Marques da Cruz Botas Neves	19 411.22 €	7 764.49 €	5 823.37 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Manuel Marcelino Moreira Nunes	2 197.31 €	878.92 €	659.19 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Virgílio Alves Delgado	14 848.71 €	7 424.36 €	5 197.05 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Maria de Oliveira	24 890.02 €	9 956.01 €	7 467.01 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luís Eduardo Barros Craveiro	6 141.64 €	2 456.65 €	1 842.49 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Gonçalves Magalhães Franco	8 666.94 €	3 466.78 €	2 600.09 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Avelino Colação Correia	24 441.10 €	9 776.44 €	7 332.33 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jorge Ferreira da Costa	4 474.22 €	1 789.69 €	1 342.27 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel José de Jesus Fernandes	3 017.73 €	1 508.87 €	1 056.21 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José dos Santos Margarido	23 572.20 €	11 786.10 €	8 250.27 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Anibal João da Conceição Gomes	7 925.74 €	3 962.87 €	2 774.01 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino Fernandes	4 420.32 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Conceição Lopes Lavrador	20 660.21 €	10 330.10 €	7 231.07 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Dias Gomes	4 064.53 €	2 032.27 €	1 422.59 €

Medida	Codigo	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Publica	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Sebastião	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Manuel Garibaldi Serrão Mora	4 420.32 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino Amélia Branco	4 616.90 €	2 308.45 €	1 615.92 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor José Craveiro Gonçalves	1 263.71 €	631.86 €	442.30 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernanda Maria de Azevedo Pintor Carmica	5 535.90 €	2 214.36 €	1 660.77 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Manuel Dionísio	4 966.23 €	2 483.12 €	1 738.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Clementina Teresa Marques Narciso	4 371.42 €	2 185.71 €	1 530.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António José Navalho	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Manuel Duarte Ferreira	4 420.31 €	2 210.15 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Vicente Pailhota	3 990.38 €	1 995.19 €	1 396.63 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Francina dos Santos Chambel	17 174.66 €	8 587.33 €	6 011.13 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Glória Simões Rodrigues	23 942.30 €	11 971.15 €	8 379.80 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Aires Caetano Inês	1 171.18 €	468.47 €	351.35 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Almerindo José Lopes Simões	3 982.39 €	1 592.96 €	1 194.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Flaminio Irela Pereira	5 895.19 €	2 947.60 €	2 063.32 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Alberto Santos André	1 482.64 €	593.06 €	444.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ezequiel Carrico Ferreira	24 448.58 €	9 779.43 €	7 334.57 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adelino Gomes Lopes	23 351.00 €	9 340.40 €	7 005.30 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Martins Leitão	17 325.70 €	8 662.85 €	6 063.99 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim José Branco Salgueiro	23 448.94 €	11 724.47 €	8 207.13 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Azevedo Jorge Correia	4 434.15 €	2 217.07 €	1 551.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Chambel Serras	6 829.50 €	3 414.75 €	2 390.32 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Batista Roldão	3 697.05 €	1 848.53 €	1 293.97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Júlio Nunes Grácio	4 966.23 €	2 483.11 €	1 738.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel José da Cunha Cruz Galinha	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Carlos Bandeira Martins	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Antunes da Silva	18 777.13 €	9 388.57 €	6 572.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis António João	3 612.25 €	1 806.12 €	1 264.28 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Armando Salgueiro Elias	10 351.01 €	5 175.50 €	3 622.85 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Dias	4 365.44 €	2 182.72 €	1 527.90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando da Silva Rosa	3 133.69 €	1 566.84 €	1 096.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Luis	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Martins Esperto	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Eduardo Mendonça Mora Alves	4 250.77 €	2 125.36 €	1 487.75 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Rui Manuel Luis David	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Paulo Gracioso Pereira de Sá	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Teresinha Bia Esperto	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Marco Paulo da Silva Forte	4 420.31 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	David Jorge Lavrador	4 419.51 €	2 209.76 €	1 546.83 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Sabino Dias Matos	3 708.63 €	1 854.32 €	1 298.02 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Artur dos Santos Grilo	4 966.23 €	2 483.11 €	1 738.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Lopes Ascenso	4 335.57 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Semeado Barreto	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jesuino da Concessão Forte	4 365.44 €	2 182.72 €	1 527.90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel de Oliveira Gomes	7 168.66 €	2 867.47 €	2 150.60 €

Medida	Codigo	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel dos Santos	3 483.94 €	1 741.97 €	1 219.38 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Carlos Roldão da Silva	6 304.64 €	3 152.32 €	2 206.62 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Gulhermino Carreira Marcelino das Neves	4 371.43 €	2 185.72 €	1 530.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ermelinda da Conceição Branco	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Alberto Martins Alpalhão	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Candido da Silva Pinho	4 420.31 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Leonel Rodrigues Lavrador	18 305.27 €	9 152.63 €	6 406.84 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Dias Serras Raposo	4 966.23 €	2 483.11 €	1 738.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Pedro Goncalo Belo Marques Lopes	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Leopoldina Maria Fernandes	4 420.32 €	2 210.16 €	1 547.11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose Marques de Oliveira	20 550.48 €	8 220.19 €	6 165.14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Antonio Lopes de Sousa	8 515.97 €	3 406.39 €	2 554.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Gameiro Marques	23 152.85 €	9 261.14 €	6 945.86 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Helena da Conceição da Silva Cavalheiro Brites	20 078.16 €	10 039.08 €	7 027.36 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Soeiro	21 982.48 €	10 991.24 €	7 693.87 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis António Escandreiro Sousa Rosa	24 164.08 €	9 665.63 €	7 249.22 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel José da Silva	14 115.07 €	7 057.53 €	4 940.27 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mariana Maria Filipe	12 485.46 €	6 232.73 €	4 362.91 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jose da Graça	16 208.44 €	8 104.22 €	5 672.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Aramando Pereira	3 030.20 €	1 515.10 €	1 060.57 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Trincão Amora	20 792.53 €	8 317.01 €	6 237.76 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Honorato Augusto Serras Lourenço	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Nuno Ricardo Mendes Morgado	4 335.51 €	2 167.76 €	1 517.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Alexandre Felício	16 725.42 €	8 362.71 €	5 853.90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Jose Rosa Grilo	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Arsénio Gomes Marques	9 946.41 €	4 973.20 €	3 481.24 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Alagoa Alves	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Antonio de Jesus Freltas	21 377.87 €	8 551.15 €	6 413.36 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Manuel Coelho Pião	23 675.45 €	9 470.18 €	7 102.64 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Celeste dos Santos Ambrósio Pereira	4 220.18 €	2 110.09 €	1 477.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Fernandes Rodrigues	9 511.98 €	4 755.99 €	3 329.19 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Antonio dos Santos Martins Lobato	4 297.03 €	2 148.51 €	1 503.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário Mendes Garcia	4 209.46 €	2 104.73 €	1 473.31 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Alberto Silva Ribeiro	7 268.10 €	2 907.24 €	2 180.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João da Rosa Matos Seclio	23 562.22 €	11 781.11 €	8 246.78 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ana Paula Martins Vilelas Raposo	9 422.13 €	4 711.06 €	3 297.74 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Sérgio Manuel Chaves Pereira	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Augusto Manuel Marques de Freitas	3 442.00 €	2 217.00 €	1 204.70 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Lina Maia Dias	4 434.15 €	2 217.07 €	1 551.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria de Lurdes Serra Navalho	8 325.89 €	4 162.94 €	2 914.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Alberto Fernandes Rodrigues	23 743.53 €	9 497.41 €	7 123.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Anibal Martinho Nunes	5 723.87 €	2 861.93 €	2 003.35 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Rosa Martins Pereira	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Carlos Corda Alves	4 369.08 €	2 184.54 €	1 529.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Paulo Manuel Teles da Silva	3 177.52 €	1 588.76 €	1 112.13 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria do Rosario Gonçalves Bento	8 134.40 €	4 067.20 €	2 847.04 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Gomes da Cruz	19 839.19 €	9 919.60 €	6 943.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José de Freitas Faria	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Orlando Santos Leal	2 068.87 €	827.55 €	620.66 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Pereira dos Santos	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Manuel Nunes de Sousa	6 451.95 €	3 225.97 €	2 258.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Gameiro Pereira	24 471.82 €	9 788.73 €	7 341.55 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Gonçalves Leal	21 420.21 €	10 710.11 €	7 497.08 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Florindo da Graça	20 856.84 €	10 428.42 €	7 299.89 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Luis Duarte Nunes	24 890.03 €	12 445.02 €	8 711.51 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Lourenço Pires	4 220.18 €	2 110.09 €	1 477.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Diamantino Maria Ferreira Granja	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria da Conceição Pires	4 264.02 €	2 110.09 €	1 477.06 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco Fernandes	5 123.44 €	2 561.72 €	1 793.20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Falcão Penteador	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Teresa de Jesus Martins Cascalheira	11 288.59 €	4 515.44 €	3 386.58 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Manuel Fernandes Nunes	4 642.73 €	2 321.36 €	1 624.95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Raul Lopes Salgueiro	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lourenço Janeiro Pereira	24 890.03 €	12 445.02 €	8 711.51 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Sebastião Isidro da Silva Braz	8 978.36 €	4 489.18 €	3 142.43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ricarte Rui Lopes da Quinta	3 366.58 €	1 683.29 €	1 178.30 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Rodrigues Estronca	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Henriques Marques	23 752.26 €	11 876.13 €	8 313.29 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José dos Santos Dias Pires	15 005.29 €	6 002.12 €	4 501.59 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João Maria Nicolau Duarte	23 882.82 €	11 941.41 €	8 358.99 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Alicides da Silva Guedes	2 853.09 €	1 426.54 €	998.58 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Victor Manuel dos Santos Aparício	13 365.61 €	6 682.81 €	4 677.97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Armando Matos Alves	17 133.72 €	6 853.49 €	5 140.12 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Valentim Nunes Duarte	21 184.44 €	10 592.22 €	7 414.59 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Pereira da Silva	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Miguel Carlos Nogueira de Oliveira	5 123.44 €	2 561.72 €	1 793.20 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Américo da Costa	7 765.28 €	3 106.11 €	2 329.58 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Lopes Pires	24 873.05 €	12 436.53 €	8 705.57 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Mendes Alberto	11 830.82 €	5 915.41 €	4 140.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Fernandes Simões	24 722.25 €	12 361.13 €	8 652.79 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Lucília dos Anjos do Carmo Santos Marques	20 212.29 €	8 084.92 €	6 063.69 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Antunes dos Santos	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Vitor Lopes da Silva	12 686.92 €	6 343.46 €	4 440.42 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Pereira Simões	4 349.08 €	2 174.54 €	1 572.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Henrique Artur de Matos Dinis	4 349.08 €	2 174.54 €	1 572.18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isolino Serras Lopes Peipo	1 852.68 €	741.07 €	555.80 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ventura da Conceição Alves	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Miguel Marques de Sousa	25 000.00 €	12 500.00 €	8 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	João de Figueiredo Martins	5 264.32 €	2 632.16 €	1 842.51 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando de Jesus Custodio			
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Francisco Pimenta Vitória			

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Nunes Simões Esqueira	24 124,36 €	12 062,18 €	8 443,53 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Marques Vaz	25 000,00 €	10 000,00 €	7 500,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Rui Miguel Ventura dos Santos	23 839,15 €	9 535,66 €	7 151,75 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Marques Luis	23 500,69 €	9 400,28 €	7 050,21 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Emília Pereira Bento Rodrigues	24 807,03 €	9 922,81 €	7 442,11 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António de Matos	25 000,00 €	12 500,00 €	8 750,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Ana Ferreira	25 000,00 €	10 000,00 €	7 500,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Mário João Lopes Fernandes	24 226,62 €	12 113,31 €	8 479,32 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Bonifácio Joaquim Carlos Marteleira	20 481,79 €	8 192,72 €	6 144,54 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Marques Pereira	25 000,00 €	10 000,00 €	7 500,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José de Oliveira Gonçalves	21 766,33 €	8 706,53 €	6 529,90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim das Neves Luis	24 923,88 €	9 969,55 €	7 477,16 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Abílio Polcarpo Maia Pita	5 107,47 €	2 553,73 €	1 787,61 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Agostinho Durão	6 501,30 €	2 600,52 €	1 950,39 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Hélto Coelho de Barros	24 765,32 €	9 906,13 €	7 429,60 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Luis Miguel Antunes Damas	4 062,59 €	2 031,29 €	1 421,90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Carreira Antunes	21 426,07 €	8 570,43 €	6 427,82 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Emilia de Jesus Mendes	25 000,00 €	10 000,00 €	7 500,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Ambrósio	4 816,85 €	2 408,43 €	1 685,90 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Felício Lopes	25 000,00 €	12 500,00 €	8 750,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Manuel Bica Roldão	4 434,15 €	2 217,08 €	1 551,95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Salomé Carvalho Malícia	22 803,47 €	9 121,39 €	6 841,04 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Manuel de Faria Oliveira	23 433,98 €	9 373,59 €	7 030,19 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Marques Dias	19 321,78 €	7 728,71 €	5 796,53 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Filipe Duarte Mora Alves Farinha Tereso	4 434,15 €	2 217,08 €	1 551,95 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isidro Manuel dos Anjos Moreira	4 542,46 €	2 271,23 €	1 589,86 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Inês Silva Dias	18 767,28 €	9 383,64 €	6 568,55 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isa Mónica Terêncio Anticeto Martinho	22 231,42 €	8 892,57 €	6 669,43 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Carlos Manuel da Fonseca Azevedo	4 153,65 €	2 076,83 €	1 453,78 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Alberto Matos dos Santos	6 103,26 €	3 051,63 €	2 136,14 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Adelino Lopes Tomaz	5 911,84 €	2 364,74 €	1 773,55 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Jorge Manuel da Silva Morgado	23 021,94 €	9 208,78 €	6 906,59 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Luis Fernandes Pedro	4 349,08 €	2 174,54 €	1 522,18 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Manuela da Guia Henriques Lúcio	19 343,84 €	7 737,54 €	5 803,16 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Júlio de Oliveira Leitão	4 064,55 €	2 032,28 €	1 422,60 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Nuno José Coelho Silva Geada	7 555,60 €	3 022,24 €	2 266,68 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Florêncio Caniço	4 389,10 €	1 755,64 €	1 316,73 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Henriques Rosa	3 566,38 €	1 783,19 €	1 248,23 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim António Henriques Ferreira	22 826,60 €	11 413,30 €	7 989,31 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Maria Jacinto	17 904,35 €	8 952,18 €	6 266,53 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Simões	20 242,96 €	8 097,18 €	6 072,89 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Adriano Agostinho Lopes	24 929,00 €	9 971,60 €	7 478,70 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Abílio António Ferro Faria	12 139,06 €	6 069,53 €	4 248,67 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José de Sousa Neto	24 790,00 €	9 916,00 €	7 437,00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Manuel Paulo de Almeida da Silva	19 328,48 €	9 664,24 €	6 764,97 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Maria Teresa Neves Vergasta	2 359,27 €	1 179,64 €	825,75 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Filipe Pereira Ferreira	21 269.54 €	8 507.82 €	6 380.87 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António José Mendonça Pereira	25 000.00 €	10 000.00 €	7 500.00 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Narciso Ribeiro Felix	17 009.22 €	8 504.61 €	5 953.23 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Pereira Ribeiro	24 495.46 €	12 247.73 €	8 573.41 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Paula Maria Henriques Rodrigues	23 162.39 €	9 264.96 €	6 948.72 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Conceição Antunes	17 257.61 €	8 628.80 €	6 040.16 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	José Joaquim	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	António Lourenço Pires	14 013.00 €	7 006.50 €	4 904.55 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Isidoro Lopes Loureiro	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Fernando Lopes de Oliveira	4 434.15 €	2 217.08 €	1 551.96 €
3.15	3.15	Subacção 1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	Joaquim Oliveira Rodrigues	4 365.44 €	2 182.72 €	1 527.90 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Soares Lopes - Casa Agrícola, Lda.	64 903.21 €	32 451.61 €	22 716.12 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Francisco Bárbara Santa Valente	198 216.53 €	99 108.27 €	69 375.79 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	João Vitor Reis Gomes Mendes	249 249.56 €	124 624.78 €	87 237.35 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Maria Donzila de Jesus Lopes	142 331.98 €	71 165.99 €	49 816.19 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Iraldo da Silva Costa	242 305.10 €	121 152.55 €	84 806.79 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Sociedade Agrícola da Quinta da Silveira, Lda	153 047.21 €	76 523.61 €	53 566.52 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Anabela da Silva Pardal Rodrigues Freire	143 902.69 €	71 951.35 €	50 365.94 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Amorim Correia	78 702.38 €	39 351.19 €	27 545.83 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	António Gonçalves Cunha Rodas	139 684.36 €	69 842.18 €	48 889.53 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	AZEITEJOS REAL S.A.BOR, Lda.	297 488.75 €	148 744.37 €	104 121.06 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	MOURITEJO - Cooperativa de Agricultores e Olivicultores do Norte de Mouriscas	123 722.20 €	61 861.10 €	43 302.77 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Paulo Alexandre Duarte Zibala Paula	104 677.87 €	52 338.93 €	36 637.25 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	MATA RURAL - Agricultura e Pecuária, Lda	248 451.21 €	124 225.60 €	86 957.92 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Sociedade Agrícola e Imobiliária da Quinta do Pouchão, S.A.	218 174.18 €	109 087.09 €	76 360.96 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	EQUANTO - Intercâmbio Comercial e Industrial, S.A.	245 293.14 €	122 646.57 €	85 852.60 €
3.15	3.15	Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Alina, Augusto B. Gonzalo, Lda.	85 982.54 €	42 991.27 €	30 093.89 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	35 506.40 €	26 629.80 €	19 972.35 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	Candidatura conjunta ANP e APMA			
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	APMA - Associação dos Produtores de Maçã de Alcobaça	112 750.00 €	83 312.50 €	62 484.38 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	ANP - Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha	116 382.18 €	82 299.13 €	61 724.35 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	Candidatura Conjunta UNIROCHA e Outros			
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	UNIROCHA - Centro Hortofrutícola, Lda.	31 923.22 €	23 942.40 €	17 956.80 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	Central de Frutas do Painho	15 961.55 €	11 971.16 €	8 978.37 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	FRUTOESTE - Cooperativa Agrícola De Hortifruticultores do Oeste	15 961.39 €	11 971.04 €	8 978.28 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	FRUBAÇA - Cooperativa de Hortifruticultores, CRL	15 961.60 €	11 971.20 €	8 978.40 €
3.15	3.15	Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	HORTAPRONTA - Hortas do Oeste SA	15 961.44 €	11 971.08 €	8 978.31 €
3.15	3.15	Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtos Florestais	Associação de Produtores Florestais e de Defesa do Ambiente de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere			
3.15	3.15	Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtos Florestais	FLORZÊZERE - Associação de Desenvolvimento Florestal do Concelho de Ferreira do Zêzere	353 454.31 €	284 598.65 €	213 448.98 €
3.15	3.15	Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtos Florestais	Associação de Agricultores e Produtores Florestais do Norte do Ribatejo	364 305.00 €	293 747.00 €	220 310.25 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 3.2. - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	Logística Florestal Central de Produção e Serviços Florestais, S.A.	75 000.00 €	37 500.00 €	26 250.00 €
3.15	3.15	Subacção 3.3. - Apoio à Prestação de Serviços Florestais	ACHAR - Associação de Agricultores da Charneca	173 234.14 €	121 298.68 €	90 974.01 €
3.15	3.15	Subacção 3.3. - Apoio à Prestação de Serviços Florestais	SILVICENTRO, Serviços Agro-Florestais, Lda.	74 337.00 €	49 850.94 €	37 388.21 €
3.15	3.15	Subacção 3.3. - Apoio à Prestação de Serviços Florestais	AFLOPS - Associação de Produtores Florestais de Setúbal	123 325.28 €	90 758.95 €	68 069.21 €
3.15	3.15	Subacção 3.3. - Apoio à Prestação de Serviços Florestais	Logística Florestal Central de Produção e Serviços Florestais, S.A.	138 925.06 €	88 041.04 €	66 030.78 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	27 388.53 €	19 171.97 €	14 378.98 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	ACRO - Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	66 040.84 €	52 214.16 €	39 160.62 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	APSL - Associação de Criadores do Cavallo Puro Sangue Lusitano	96 669.58 €	77 594.28 €	58 195.71 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	ACBRP - Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta	43 288.18 €	43 015.08 €	32 261.31 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	APCTL - Associação Portuguesa de Criadores de Tolros de Lide	66 754.12 €	66 754.12 €	50 065.59 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	APCBRC - Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolês	18 625.59 €	13 037.91 €	9 778.43 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Técnica de Apoio à Bovinicultura Leiteira do Sul	421 456.55 €	295 019.59 €	221 264.69 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Portuguesa de Criadores de Raça Bovina Frísia	350 281.32 €	245 196.93 €	183 897.70 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	63 150.06 €	44 205.04 €	33 153.78 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	67 018.76 €	52 715.50 €	39 536.63 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Portuguesa Criadores do Cavallo Puro Sangue Lusitano	125 185.30 €	100 742.61 €	75 556.96 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta	37 725.59 €	37 489.91 €	28 117.43 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolês	29 565.00 €	20 695.50 €	15 521.62 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Assoc. Portuguesa de Criadores de Tolros de Lide	85 275.10 €	85 275.10 €	63 956.33 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Assoc. Nac. para o Melhor. dos Bovinos Leiteiros - ATABLES	513 094.44 €	359 166.11 €	269 374.58 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Assoc. Nac. para o Melhor. dos Bovinos Leiteiros - APCRF	360 912.22 €	252 638.55 €	189 478.91 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolês	37 275.17 €	26 092.61 €	19 569.46 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação Portuguesa de Criadores de Tolros de Lide	141 770.83 €	127 671.06 €	95 753.30 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	83 606.01 €	65 856.53 €	49 392.40 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frísia	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	71 653.56 €	68 114.22 €	51 085.67 €

Medida	Codigo	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisia	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros	398 407.50 €	278 885.25 €	209 163.94 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisia	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros	564 434.30 €	395 104.01 €	296 328.01 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisia	Associação Portuguesa de Criadores do Cavallo Puro Sangue Lusitano	149 867.88 €	120 907.24 €	90 680.43 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.1. - Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autoctones, Raças Exóticas e Raça Bovina Frisia	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	69 490.45 €	48 643.32 €	36 482.49 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos	80 002.00 €	51 532.90 €	38 649.67 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	COOPNEMA - Cooperativa Agrícola de Alcanena, C.R.L.	36 503.23 €	23 044.61 €	17 283.46 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Adega Cooperativa de Arruda dos Vinhos, C.R.L.	26 162.87 €	16 358.50 €	12 268.87 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	APAS - Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena	99 468.00 €	62 406.00 €	46 804.50 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Adega Regional de Colares, C.R.L.	27 651.84 €	17 061.83 €	12 796.37 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	VITICARTAXO - Associação de Vitivinicultores da Região do Cartaxo e Azambula	95 257.79 €	57 175.43 €	42 881.58 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	AGROTEJO - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo	151 988.00 €	95 678.58 €	71 758.94 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	FRUTUS - Estação Fruteira de Montejunto, CRL	107 960.00 €	69 541.40 €	52 156.04 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Associação dos Agricultores do Ribatejo	154 730.50 €	96 706.60 €	72 529.95 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	AJAL - Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Leiria	136 745.60 €	75 210.08 €	56 407.57 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	CADVOVA - Cooperativa Agrícola Vale de Arraiolos, CRL	73 041.06 €	48 679.75 €	36 509.81 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	AGROMAIS - Entrepósito Comercial Agrícola, CRL	143 912.01 €	100 000.00 €	75 000.00 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	ARCOLSA - Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida	84 932.59 €	55 177.61 €	41 383.21 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais	36 651.00 €	21 374.70 €	16 031.02 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Associação de Agricultores do Oeste	155 233.98 €	99 999.98 €	74 999.98 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Centro de Gestão Agrícola de Alvarinha	153 150.48 €	99 990.35 €	74 992.77 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal	106 794.00 €	67 025.55 €	50 269.15 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal	185 857.92 €	99 998.96 €	74 999.22 €
3.15	3.15	Subacção 4.2.3.2. - Prestação de Serviços Agrícolas	Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior	37 019.36 €	23 653.59 €	17 740.19 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	3 988 667.31 €	3 988 667.31 €	2 991 500.48 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	748 000.00 €	748 000.00 €	499 566.76 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	696 072.47 €	696 072.47 €	522 054.35 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	7 940 862.52 €	7 940 862.52 €	5 955 646.89 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA - Asso. de Benefic. do Plano de Rega das Baixas de Óbidos	15 056 713.32 €	15 056 713.32 €	11 292 534.99 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	69 831.71 €	69 831.71 €	52 373.78 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA/Assoc. de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	361 244.40 €	361 244.40 €	270 933.30 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA/ Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	8 775 870.15 €	8 775 870.15 €	6 581 902.61 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	3 376 539.71 €	3 376 539.71 €	2 532 404.78 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	2 024 918.51 €	2 024 918.51 €	1 518 688.88 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	25 000.00 €	25 000.00 €	18 750.00 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente	942 836.00 €	942 836.00 €	707 127.00 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	600 276.59 €	600 276.59 €	450 207.44 €
3.15	3.15	Subacção 5.1. - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	IHERA- Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	136 400.00 €	136 400.00 €	102 300.00 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	119 947.53 €	119 947.53 €	89 960.64 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	902 634.65 €	902 634.65 €	676 975.99 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	179 068.45 €	179 068.45 €	134 301.33 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	99 510.18 €	99 510.18 €	74 632.64 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	4 152 392.73 €	4 152 392.73 €	3 114 294.55 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Beneficiários da Ceta	124 699.47 €	124 699.47 €	93 524.61 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	993 854.81 €	993 854.81 €	745 391.11 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	304 901.29 €	304 901.29 €	228 675.97 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA /Associação de Regantes e Beneficiários de Alvega	1 496 393.69 €	1 496 393.69 €	1 122 295.27 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	40 000.00 €	40 000.00 €	30 000.00 €
3.15	3.15	Subacção 5.2. - Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA - Associação de Beneficiários de Ceta	215 932.00 €	215 932.00 €	161 949.00 €
3.15	3.15	Subacção 5.3. - Emparelamento Rural	AGROTEJO - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo	1 232 870.98 €	1 232 870.98 €	924 653.24 €
3.15	3.15	Subacção 5.3. - Emparelamento Rural	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente	234 570.00 €	234 570.00 €	175 890.00 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Obidos	118 296.89 €	118 296.89 €	88 722.67 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Obidos	152 295.08 €	152 295.08 €	114 271.31 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Alcanena	544 876.85 €	544 876.85 €	408 657.64 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Cadaval	31 701.10 €	31 701.10 €	23 775.83 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Cadaval	45 759.72 €	45 759.72 €	34 319.79 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Cadaval	46 966.81 €	46 966.81 €	35 225.11 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia das Oitavas - Tomar	184 984.07 €	184 984.07 €	138 738.06 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	99 128.35 €	99 128.35 €	74 346.27 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia da Alatala - Vila Nova da Barquinha	91 462.23 €	91 462.23 €	68 596.67 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia da Alatala - Vila Nova da Barquinha	93 218.78 €	93 218.78 €	69 914.08 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	51 987.46 €	51 987.46 €	38 990.60 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	32 947,28 €	32 947,28 €	24 710,46 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	16 195,75 €	16 195,75 €	12 146,81 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	25 063,25 €	25 063,25 €	18 797,44 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	40 429,61 €	40 429,61 €	30 322,21 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	137 410,99 €	137 410,99 €	103 058,25 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	14 494,58 €	14 494,58 €	10 870,94 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	13 885,27 €	13 885,27 €	10 413,95 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	19 767,92 €	19 767,92 €	14 825,94 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	11 294,14 €	11 294,14 €	8 470,61 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	27 286,11 €	27 286,11 €	20 464,59 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	29 018,91 €	29 018,91 €	21 764,18 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	20 676,05 €	20 676,05 €	15 507,03 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	211 388,83 €	211 388,83 €	158 541,62 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	148 699,85 €	148 699,85 €	111 524,89 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	140 696,62 €	140 696,62 €	105 522,47 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	218 578,92 €	218 578,92 €	163 934,19 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	115 574,80 €	115 574,80 €	86 681,10 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	211 562,83 €	211 562,83 €	158 672,12 €
3.15	3.15	Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	72 367,47 €	72 367,47 €	54 275,60 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sociedade Estrela Agrícola, Lda.	9 914,92 €	9 914,92 €	4 957,46 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Companhia das Lezírias,S.A.	39 940,35 €	39 940,35 €	19 970,18 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Herdade de Almada, SAG,Lda.	26 216,82 €	26 216,82 €	13 108,41 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Maria Suzel das Neves Marques Ribeiro	1 530,90 €	1 530,90 €	765,45 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Colectivo P6 - Albano Henriques Serra e Outros	77 934,73 €	77 934,73 €	38 967,37 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/União Fruteira Portuguesa, Lda	8 725,94 €	8 725,94 €	4 362,97 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Quinta das Falas, SAG,Lda	14 860,47 €	14 860,47 €	7 430,24 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Rosifrutas, SAG,Lda	34 885,20 €	34 885,20 €	17 442,60 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Quinta das Falas, SAG,Lda	1 223,00 €	1 223,00 €	611,50 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Alda Rita	1 197,90 €	1 197,90 €	598,95 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Rui Pedro Coelho Monteiro	22 803,69 €	22 803,69 €	11 401,85 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Frutas Nelter Reis, SAG,Lda	34 674,43 €	34 674,43 €	17 337,22 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Virgílio do Couto Henriques	3 929,21 €	3 929,21 €	1 964,61 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Colectivo Quinta do Coqueiro - Amável Tavares Rustico e Outros	33 161,41 €	33 161,41 €	16 580,71 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sabino Godinho Saturnino	22 777,64 €	22 777,64 €	11 388,82 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Casa Prudêncio - Sociedade Agro-Pecuária, Lda.	16 499,66 €	16 499,66 €	8 249,83 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Colectivo Terra da Eira - Sociedade Agrícola Terra da Eira, SAG, Lda.	82 100,01 €	82 100,01 €	41 050,01 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sopragados Sociedade Produtora Industrial Agro-Pecuária, Lda.	21 573,90 €	21 573,90 €	10 786,95 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sociedade Agrícola Ribatejana, Lda.	- €	- €	- €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Manuel da Silva Inácio Correia, Herdeiros	28 304,99 €	28 304,99 €	14 152,50 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Colectivo Vale Madeiro - António Manuel Lourenço Fialho e Outros	11 380,44 €	11 380,44 €	5 690,22 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Maria José Consuelo da Cunha Barreira	18 439,67 €	18 439,67 €	9 219,84 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Rui Manuel Duarte Calças	21 240,55 €	21 240,55 €	10 620,28 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Alvaro Cachado Rodrigues	24 982,21 €	24 982,21 €	12 491,11 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/António Soares Guita	6 740,59 €	6 740,59 €	3 370,30 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Colectivo Catorze - Abel Anjo Sabino e Outros	62 630,10 €	62 630,10 €	31 315,05 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ José Ilídio Barreiros	18 301,58 €	18 301,58 €	9 150,79 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Emanuel Nuno Frazão Estrela Salgueiro	214 628,72 €	214 628,72 €	107 314,36 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Guilhermina Serfaty da Veiga Palhinha	86 438,75 €	86 438,75 €	43 219,38 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Fernando Mello e Castro de Oliveira Santos	47 424,03 €	47 424,03 €	23 712,02 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sérgio & Valdemar, SAG, Lda.	21 047,33 €	21 047,33 €	10 523,67 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Colectivo Cachonito - Claudio José Valério de Oliveira	21 715,38 €	21 715,38 €	10 857,69 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Manuela Conceição Avelar Mota	23 225,56 €	23 225,56 €	11 612,78 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Luis Manuel Henoch dos Santos	8 566,02 €	8 566,02 €	4 283,01 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Colectivo Casais de Santa Maria - José António Cantelero Clemente	28 658,63 €	28 658,63 €	14 329,32 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Francisco Gameiro Lopes	19 798,54 €	19 798,54 €	9 899,27 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Ana Sofia Galiza Palhavá Cristovão	63 441,51 €	63 441,51 €	31 720,76 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Maria Amélia Almada Mota Carreiras	12 991,75 €	12 991,75 €	6 495,88 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Agro-Pec. Irmãos Coimbra, Lda.	-	-	- €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Pedro Maria Sousa Holstein de Mello	74 197,01 €	74 197,01 €	37 098,51 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Artiminvest - Prod. Comercialização de Produtos Agrícolas, Lda.	21 341,64 €	21 341,64 €	10 670,82 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/João Virgílio Gomes Henriques	2 192,47 €	2 192,47 €	1 096,24 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/AgroAlmonda, Soc. Agro-Pecuária, Lda.	22 229,69 €	22 229,69 €	11 114,85 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Francisco Manuel Esteves Gomes	8 437,74 €	8 437,74 €	4 218,87 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Ernesto Ribeiro Dionísio de Oliveira	26 926,47 €	26 926,47 €	13 463,23 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Carlos José Ferreira Ramos	8 911,21 €	8 911,21 €	4 455,61 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Adelino Gentil Bento	21 712,95 €	21 712,95 €	10 856,48 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Freire & Gonçalves, Lda.	15 463,74 €	15 463,74 €	7 731,87 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/João Miquel Pacheco Sousa	2 741,39 €	2 741,39 €	1 370,70 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Abel Gomes da Costa	8 501,66 €	8 501,66 €	4 250,83 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Sociedade Agrícola Pegos Claros, S.A	5 508,20 €	5 508,20 €	2 754,10 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Maria Isabel P. C. C. Falcão Nogueira	55 436,58 €	55 436,58 €	27 718,29 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/ Sofia Rosario Coutinho Ribeiro	5 770,80 €	5 770,80 €	2 885,40 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Maria Teresa Valentim Nunes Pereira	857,53 €	857,53 €	428,77 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Paulo José Reis Alves	-	-	- €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP/Jorge Manuel Campos Cândido	21 111,68 €	21 111,68 €	10 555,84 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuária Torre D. Diogo, Lda.	13 751,43 €	13 751,43 €	6 875,72 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Quinta da Grouxa	538 726,86 €	538 726,86 €	269 363,43 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Diogo Alvares Guedes Vaz	9 520,62 €	9 520,62 €	4 760,31 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Zona do Casal Velho	157 647,70 €	157 647,70 €	78 823,85 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Herdeiros de Joaquim Marques Ferreira	28 230,59 €	28 230,59 €	14 115,30 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Gourela S. Domingos	37 414,71 €	37 414,71 €	18 707,36 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / José Vicente Costa	214,56 €	214,56 €	107,28 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Gonçalves Caetano	2 105,14 €	2 105,14 €	1 052,57 €
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Petinga & Vicente, SAG, Lda.	26 016,74 €	26 016,74 €	13 008,37 €

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações			Fundo
				Invest. Elegível	Despesa Pública		
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Manuel Azoia Gabirra	12 917,00 €	12 917,00 €	6 458,50 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Maria do Ciso	55 851,38 €	55 851,38 €	27 925,69 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuaría da Gravelira, Lda.	15 491,14 €	15 491,14 €	7 745,57 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Vitor Manuel Marques Bento	2 925,13 €	2 925,13 €	1 462,57 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Maria Emilia Sequeira Cardoso Fernandes	941,88 €	941,88 €	470,94 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Mário João Fidalgo Sanfona	14 088,47 €	14 088,47 €	7 044,24 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Agroalmonda, Sociedade Agro-Pecuaría, Lda.	14 787,05 €	14 787,05 €	7 393,53 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Cara Larga, SAG, Lda.	19 207,26 €	19 207,26 €	9 603,63 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Quinta do Convento da Vistação, SAG, Lda.	16 384,88 €	16 384,88 €	8 192,44 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Francisco Lourenço Alves Santana	701,22 €	701,22 €	350,61 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola da Quinta das Lezírias, Lda.	8 907,36 €	8 907,36 €	4 453,68 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Manuel Rodrigues	525,91 €	525,91 €	262,95 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Carlos Frederico Abecassis do Amaral Netto	15 702,21 €	15 702,21 €	7 851,11 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Jaime Silva dos Reis	16 574,28 €	16 574,28 €	8 287,14 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Azenha Velha	35 503,62 €	35 503,62 €	17 751,81 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Colectivo Corcos	26 924,83 €	26 924,83 €	13 462,42 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Cinzeiro Torre - Casa Agrícola e Pecuaría, Lda.	9 534,11 €	9 534,11 €	4 767,06 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Duarte Braz Gomes Talhao	22 951,03 €	22 951,03 €	11 475,51 €	
3.15	3.15	Subacção 6.2. - Electrificação	EDP / António Manuel Carvalho Monteiro Cipriano	12 574,84 €	12 574,84 €	6 287,42 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ADRRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	257 400,00 €	198 900,00 €	149 175,00 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	JAGRO - Junta de Agricultores de Rega da Ribeira do Otival	162 327,40 €	125 434,81 €	94 076,11 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	316 404,13 €	215 397,55 €	161 548,16 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alpiarça	304 183,17 €	304 183,17 €	228 137,38 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	LEDEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	255 135,12 €	236 430,20 €	177 322,65 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	LEDEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	275 253,31 €	261 328,53 €	195 996,40 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local				
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	35 614,17 €	35 614,17 €	26 710,63 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	64 843,73 €	48 632,80 €	36 474,60 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	21 947,11 €	16 460,33 €	12 345,25 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	269 350,86 €	134 675,43 €	101 006,57 €	
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ADRRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte				
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ADRRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	20 923,61 €	20 923,61 €	15 692,71 €	

Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Associação Casa Memorial	209 236.09 €	156 927.07 €	117 695.30 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local			
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	25 334.94 €	25 334.94 €	19 001.21 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	61 312.24 €	45 984.18 €	34 488.14 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	12 469.95 €	9 352.46 €	7 014.35 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	29 927.87 €	22 445.90 €	16 834.43 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	149 639.37 €	74 819.69 €	56 114.77 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco			
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alcochete	28 502.58 €	28 502.58 €	21 376.94 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alcochete	89 006.45 €	89 006.45 €	66 754.84 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alcochete	2 850.27 €	2 850.27 €	2 137.70 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alcochete	19 001.82 €	19 001.82 €	14 251.37 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	34 102.80 €	25 577.10 €	19 182.83 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Câmara Municipal de Alcochete	28 679.00 €	28 679.00 €	21 509.25 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	61 216.65 €	45 912.49 €	34 434.37 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	49 942.00 €	37 456.50 €	28 092.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.1. - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	31 439.42 €	31 439.42 €	23 579.57 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fernando Graça Sousa Capitão	44 547.44 €	33 410.58 €	25 057.94 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Herdeiros de João Augusto SPA, Lda	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sebastião Baptista Pereira Verga			
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Luis Filipe Gameiro dos Santos	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António dos Santos Pereira	49 879.79 €	37 409.85 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola Casal das Samadas, Lda.	41 923.96 €	31 442.97 €	23 582.23 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Filipe Fernandes Vieira	43 010.84 €	32 258.13 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Vítor Reis Mendes	47 793.47 €	35 845.10 €	26 883.83 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Santos Abreu	47 733.16 €	35 799.87 €	26 849.91 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José Carlos Pinheiro Balthão	17 097.94 €	12 823.46 €	9 617.60 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João da Conceição Oliveira	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Assunção Patrocínio Barata	49 011.88 €	36 758.91 €	27 569.18 €



Medida	Código	Designação do Projecto	Nome Executor	Aprovações		
				Invest. Elegível	Despesa Pública	Fundo
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José João Duarte Ferreira	23 969.48 €	17 977.12 €	13 482.84 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Manuela da Silva Santo Costa	45 398.67 €	34 049.01 €	25 536.76 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Henriques Oliveira	21 264.77 €	15 948.58 €	11 961.44 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Rui José Rosário Luis	37 699.36 €	28 207.02 €	21 155.27 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José da Costa Ferreira	43 880.40 €	32 910.30 €	24 682.71 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Felício das Neves	32 569.20 €	24 426.90 €	18 320.18 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Felismina Liete Almeida Rato	8 441.20 €	6 330.90 €	4 748.17 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Madeira Balau	20 066.64 €	15 049.98 €	11 287.49 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Guilhermina de Jesus Portugal	30 676.07 €	23 007.05 €	17 255.29 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Mendes Ferreira	21 383.47 €	16 037.60 €	12 028.20 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Germinal da Costa	39 739.91 €	29 804.93 €	22 353.70 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Colmbira Brites Fernandes Faria	49 582.02 €	37 186.51 €	27 889.89 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Coopoval - Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Valhascos, Crl.	26 181.93 €	19 636.44 €	14 727.33 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Reinaldo de Oliveira Pereira	21 514.52 €	16 135.89 €	12 101.91 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Arquímio de Jesus Coelho dos Santos Neves	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Lagar de Azeite Cabeço das Nogueiras, Lda.	21 323.61 €	15 992.71 €	11 994.53 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	MATA-RURAL - Agricultura e Pecuária, Lda.	22 944.70 €	17 208.53 €	12 906.40 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Cooperativa de Olivicultores da Freguesia de Alvega	49 879.79 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Eurico Monteiro	46 621.35 €	34 966.01 €	26 224.51 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola e Imobiliária da Quinta do Pouchoao, S.A	31 620.05 €	23 715.03 €	17 786.28 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Vitorino	5 786.06 €	4 339.54 €	3 254.66 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Luis Manuel Gonçalves da Silva Mendes	39 901.26 €	29 925.95 €	22 444.46 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Fernando Rosa Monteiro	28 257.70 €	21 193.27 €	15 894.96 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel dos Reis Pereira	49 490.73 €	37 118.05 €	27 838.53 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Marques Castela	49 879.78 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Albertino de Oliveira Martins	45 713.74 €	34 285.31 €	25 713.98 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Lopes Alves	33 242.81 €	24 932.11 €	18 699.08 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Fernandes Coelho	49 879.78 €	37 409.84 €	28 057.38 €
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sebastião Baptista Pereira Verga			
3.15	3.15	Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Armino Cruz Loureiro	30 911.27 €	23 183.46 €	17 367.59 €
3.15	3.15	Acção 8	ACHAR - Associação dos Agricultores de Charneca	99 261.81 €	99 261.81 €	74 446.35 €
3.22	3.22/001	AT à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenv. Rural (2001)	DRARO	845 390.06 €	845 390.06 €	634 042.55 €
3.22	3.22/002	AT à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenv. Rural (2002)	DRARO	606 146.74 €	606 146.74 €	454 610.06 €

Projectos da Medida 3.15. Anulados/ Desistências

INDICADOR	ANO	UNID.	RLVT	PAÍS	EUR	15
<b>EMPREGO</b>						
Pop. activa por nível de instrução (25-64 anos)	2001				2001	
Menos que o secundário		%	52.1	62.7		36.2
Secundário		%	26.5	20.8		42.2
Superior		%	21.4	16.4		21.6
<b>SAÚDE</b>						
Hospitais	1999	n.º	80	221		-
Camas hospitalares / 1000 hab.	1999	‰	4.2	4.0	1997*	6.8
Médicos / 1000 hab.	2001	‰	4.1	3.2	1998*	3.9
Taxa de Mortalidade	2001	‰	10.2	10.2	2000	9.7
Taxa de Mortalidade Infantil	2001	‰	4.3	5.0	2000	4.9
Esperança de Vida						
Homens	1999/00	anos	72.7	73.0	1999	74.9
Mulheres	1999/00	anos	79.8	79.9	1999	81.2
<b>EDUCAÇÃO</b>						
Nº total de alunos matriculados	2000/01	10 <sup>3</sup>	742.183	a) 2 094.311	1998/99	83 299
Pré-escolar	2000/01	10 <sup>3</sup>	75.772	224.575	1998/99	10 718
% mulheres	1999/00		49.1	49.3		-
Básico	2000/01	10 <sup>3</sup>	376.292	1 138.431	1998/99	23 064
% mulheres	1999/00		48.8	48.3		-
Secundário	2000/01	10 <sup>3</sup>	129.644	350.227	1998/99	36 992
% mulheres	1999/00		52.5	52.4		-
Superior	2000/01	10 <sup>3</sup>	160.475	381.078	1998/99	12 525
% mulheres	1999/00		55.8	56.3		-
Taxa Líquida de Escolaridade do Ensino Básico	1999/00	%	86.3	a) 82.4		-
Taxa de Conclusão segundo o Nível de Ensino						
Ensino Básico (regular diurno)	1999/00	%	77.8	a) 77.8		-
Ensino Secundário (cursos gerais)	1999/00	%	54.7	a) 56.9		-
Taxa de analfabetismo	2001	%	7.0	9.0		-
Estabelecimentos de ensino						
Básico	2000/01	n.º	2 898	a) 12 191		-
Secundário	2000/01	n.º	228	a) 637		-
Superior	2000/01	n.º	125	a) 300		-
<b>AMBIENTE</b>						
População Servida com						
Abastecimento de água	2001	%	99.1	90.4		-
Drenagem de águas residuais	2001	%	91.4	71.1		-
Tratamento de águas residuais	2001	%	67.1	54.9		-
Recolha de resíduos sólidos	2001	%	99.6	98.6		-
Poliuição do ar						
Emissões de CO <sub>2</sub>	2001	Kg/hab.		6 266	1998	8 900
Emissões de CO		Kg/hab.		102	1998	98
<b>ACESSIBILIDADES/TRANSPORTES</b>						
Rede de estradas	2000	Km	2 694	15 976	1999	51 336
Itinerários Principais	2000	Km	334	2 530		-
Itinerários Complementares	2000	Km	893	3 386		-
Densidade ferroviária por c/1000 km <sup>2</sup>	2001	Km/10 <sup>3</sup> Km <sup>2</sup>	51.2	30.5	1999	47.2
% de rede ferroviária electrificada	2001	%	61.0	32.2		-
<b>CONDIÇÕES DE VIDA</b>						
Alojamentos com						
Água canalizada interior	2001	%	99.0	97.9		-
Instalações fixas de banho/duche	2001	%	97.0	93.7		-
Instalações de electricidade	2001	%	99.7	99.5		-
Ganho médio mensal do trabalhador p/conta de outrém	2000	Euro	897.08	729.63		-
Homens		Euro	1 012.63	818.18		-
Mulheres		%	-27.3	-26.1		-



INDICADOR	ANO	UNID.	RLVT	PAÍS	EUR 15
<b>CULTURA E RECREIO</b>					
Imprensa Periódica-Tiragem Anual	2001	10 <sup>3</sup>	528 372	708 162	-
Museus	2001	n.º	88	234	-
Bibliotecas	2001	n.º	712	1 912	-
Espectáculos Públicos-Sessões	2001	n.º	201 610	463 397	-

Fontes: INE; EUROSTAT; Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação; Submissão Nacional 2003 para a Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas; Instituto de Estradas de Portugal- rede prevista no PRN 2000; Rede Ferroviária Nacional, REFER,EP; Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

a) Continente

\* Estimativas

Nota 1: Por falha de informação sobre o VAB por Sectores, para o Reino Unido, não é possível obter os totais da Europa dos 15. O VAB Eur "14" = 5 975 087 milhões de euros , tendo o Reino Unido 16.4% do VAB Eur 15

Nota 2: Por falha de informação sobre Camas Hospitalares, para a Bélgica, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido, não é possível obter os totais da Europa dos 15; Por falha de informação sobre Médicos, para a Dinamarca e o Reino Unido, não é possível obter os totais da Europa dos 15